

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Tese de Doutorado

"EU TENHO QUE FICAR NA BEIRA DO RIO":
memórias, territorialidades e (re) existências ribeirinhas na ecologia política do conflito
hidrelétrico de Estreito (MA)

Laylson Mota Machado

Pelotas, 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Tese de Doutorado

“EU TENHO QUE FICAR NA BEIRA DO RIO”:

memórias, territorialidades e (re)existências ribeirinhas na ecologia política do conflito
hidrelétrico de Estreito (MA)

Laylson Mota Machado

Pelotas, 2025

Laylson Mota Machado

“EU TENHO QUE FICAR NA BEIRA DO RIO”:

memórias, territorialidades e (re)existências ribeirinhas na ecologia política do conflito
hidrelétrico de Estreito (MA)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

M149e Machado, Laylson Mota

“Eu tenho que ficar na beira do rio” [recurso eletrônico] : memórias, territorialidades e (re)existências ribeirinhas na ecologia política do conflito hidrelétrico de Estreito (MA) / Laylson Mota Machado ; William Héctor Gómez Soto, orientador. — Pelotas, 2025.
327 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Memória e lugar. 2. Modos de vida. 3. Territorialidade. 4. Acampamento coragem. 5. UHE de Estreito. I. Soto, William Héctor Gómez, orient. II. Título.

CDD 301

Laylson Mota Machado

“EU TENHO QUE FICAR NA BEIRA DO RIO”:

memórias, territorialidades e (re)existências ribeirinhas na ecologia política do conflito
hidrelétrico de Estreito (MA)

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia,
Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política,
da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 15 de abril de 2025.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto (Orientador)

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

.....
Profa. Dra. Andréa Luisa Zhouri Laschefski

Doutora em Sociologia pela Universidade de Essex (ESSEX)

.....
Profa. Dra. Lorena Cândido Fleury

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

.....
Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior

Doutor em Ciências Humanas – Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ)

“Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedras e plantando flores” (Cora Coralina).

À minha avó, Marisa Mota, pelo amor, resiliência e cuidado. Por ser o começo da nossa circularidade entre você, eu e mamãe.

“Mãe, aprendi a andar porque o seu abraço estava do outro lado da sala. Depois de tantos anos nada mudou” (Zack Magiezi).

À minha mãe, Betânia Maria, por ser meu lar nesse mundo.

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem” (Guimarães Rosa).

À comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, com quem aprendi que coragem é sinônimo de resistência.

AGRADECIMENTOS

*“Povoada
Quem falou que eu ando só?
Nessa terra, nesse chão de meu Deus
Sou uma, mas não sou só”.
(Sued Nunes).*

A construção de um percurso formativo é entrelaçada por uma série de redes, sejam elas de sociabilidades, afetos e, sobretudo, sustento. Não poderia encerrar mais um ciclo sem expressar minha gratidão a quem atravessou meu caminho e me fez seguir adiante, pois “sou um, mas não sou só”. A Deus, por me manter vivo até aqui, e por manter acesa a chama da minha fé, pois sem fé é impossível sobreviver a tempos obscuros. Sejam nos deuses e diferentes entidades ou sentidos, a fé é que me mantém de pé.

A todas as pessoas que estiveram compartilhando suas experiências de vida nesses oito anos de convivência, aos/as pescadores/as e ribeirinhos/as da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, que não carrega esse nome por acaso. Essa tese é tecida nas tramas percorridas entre a escuta de suas trajetórias de (re)existência. Aprendi a pisar suavemente sobre a terra e a sentir os ciclos do rio com cada um de vocês. Como esse trabalho não existiria sem vossas vozes, aqui irei nomeá-las/os: Jacirene, Antonio, João, Maria Lúcia (Dona Miúda), Lucivânia, Marinalva, Jaqueline Maria, José Sirleudo, Cristóvão, Gilda, Zé Gavião, Francisco de Assis, Sebastião Belém, Evânia, Erisvan, Ernilson, Francisco, Manoel, Vita, Luzia, Sérgio, Leucimário, Dalva, Deusina, Raimunda, Maria das Dores, Lucileide, Rosimeire, Melquiades, José (in memoriam), Cícero (in memoriam) e Glória (in memoriam). Ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em especial à professora Judite da Rocha, que me apresentou o Acampamento Coragem como campo de estudo.

Às universidades que me formaram, em ordem cronológica, Universidade Federal do Tocantins, minha primeira casa, pela qual sou grato por ser o cientista social que sou hoje, a mesma que me tornou mestre em Estudos de Cultura e Território e que hoje recebe o nome de Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E, por fim, à Universidade Federal de Pelotas e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFPEL), e a todo seu corpo docente, pela oferta do curso e todo o percurso formativo nesse fim de ciclo acadêmico. Percorri um extremo ao outro do país para conseguir realizar esse sonho e que bom que cheguei até aqui.

Ao Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (Gedmma/UFMA), por me acolherem quando me encontrei deslocado em meio às perspectivas de pesquisa. Aprender com cada integrante do grupo me fez acreditar que seria capaz de escrever essa tese. Obrigado pelos encontros e trocas nesses anos de estudos.

À minha família, que me apoiou quando decidi mudar para Pelotas (RS) em busca de um título e, mesmo sem entender minhas motivações, esteve me acompanhando nesse percurso. À minha mãe, Betânia, por me amparar incondicionalmente em meus sonhos, mesmo que sejam desafiadores a ela. Somos começo, meio e começo. À minha avó, Marisa, que se alegra só em ter minha companhia e me ensina sobre o amor. À minha madrinha, Maria José (*in memoriam*), que foi a primeira a acreditar que eu iria ingressar em um doutorado. Às minhas tias Tânia e Larisa, pelos incentivos; aos meus irmãos, Layla e Layson, por se alegrarem com minhas conquistas; e ao meu pai Manoel. Aos meus sobrinhos, que me lembram a importância de olhar sempre para nossa criança interior e almejar por um mundo melhor: Anna Beatrys, Deusimar Neto, Samantha Ayala e Felipe.

Às amigas que permanecem enquanto *matéria de salvação*: Vanusa Fialho, que é a prova de que os laços afetivos transcendem o tempo e o espaço; Jandeide Cavalcante, Watilla Leite e Carina Torres, por compartilharmos os desafios de estarmos presentes na pós-graduação. Apesar de tudo, ainda estamos aqui! Obrigado pela amizade de vocês. À Ana Paula, por sempre me motivar a seguir adiante; à Mariane Lucena por compartilhar experiências sobre nossas áreas de estudo. Às pessoas de Pelotas com quem pude compartilhar vivências e ser acolhido no extremo sul do país, Arielson, Manoela e Gabriela (pelas incríveis colagens que enriquecem a tese), e ao meu colega de turma e orientação, Luan Gomes.

À banca examinadora que, desde a qualificação, tem contribuído muito para o percurso que esta tese seguiu: Profa. Dra. Andréa Zhouri, Profa. Dra. Lorena Fleury e Prof. Dr. Horácio Antunes. Agradeço pelo aceite em examinar esse trabalho, pela leitura atenta e todas as contribuições que me guiaram no percurso da escrita.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa que permitiu que eu realizasse todo esse percurso, sendo essencial para a manutenção da minha estadia em Pelotas, às idas a campo e à permanência no curso.

E a mim, que sigo esperançando por dias melhores à ciência, à educação e ao nosso país. Carrego em mim pedaços da minha infância, se cheguei até aqui foi pela criança que sonhava em ser artista e, por acaso, tornou-se professor. A essa criança que me olha constantemente e me encoraja a não desistir. Obrigado, conseguimos!

NOTA DE APOIO FINANCEIRO DA CAPES

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Sou aquele que gastou a sua história na beira de um rio” (Manoel de Barros).

“Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há um futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui” (Ailton Krenak, Futuro Ancestral, 2022).

“porque eu dependo da pesca e não tem como eu sair, eu tenho que ficar, o que eu aprendi foi só pescar, **eu tenho que ficar é na beira do rio mesmo**. Ou aqui ou em outra beira de rio, mas eu tenho que ficar até os últimos dias de vida, se Deus quiser, enquanto eu aguentar trabalhar é na beira do rio mesmo” (Seu Antonio, 56 Anos, Pescador e Ribeirinho Atingido pela UHE de Estreito).

Resumo

MACHADO, Laylson Mota. **“Eu tenho que ficar na beira do rio”**: memórias, territorialidades e (re) existências ribeirinhas na ecologia política do conflito hidrelétrico de Estreito (MA). Orientador: Dr. William Héctor Gómez Soto. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto de Sociologia, Filosofia e Política. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

Esta pesquisa analisa, a partir da ecologia política, como a memória coletiva e a identidade territorial influenciaram as disputas da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem pelo território diante do conflito hidrelétrico de Estreito (MA). O conflito hidrelétrico ocorreu a partir da implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA), em 2007, afetando o ambiente, a diversidade ecológica dos lugares e os modos de vida de povos e comunidades tradicionais que fazem usos diversificados de seus territórios. Entre os grupos atingidos, destaca-se a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, que ocupa um território em Palmeiras do Tocantins (TO), e é formada por 39 (trinta e nove) famílias de pescadores/as artesanais e ribeirinhos/as que foram afetados/as pela construção da UHE de Estreito. Atualmente, quem detém a posse do território ocupado pela comunidade é o Consórcio Estreito Energia (Ceste), empreendedor da usina, que disputa judicialmente a posse da terra desde outubro de 2015. A pesquisa fundamenta-se a partir da perspectiva teórica da Sociologia Ambiental, ancorada na abordagem da ecologia política, pautando-se nas compreensões da pluralidade de posições e interesses sobre o ambiente. Os caminhos metodológicos são guiados pela abordagem qualitativa na pesquisa social, com uso da pesquisa etnográfica como eixo central da produção de dados e análises da permanência no território ribeirinho, e das contribuições das histórias de vida da população ribeirinha, utilizando a História Oral. A pesquisa tem o período de imersão de campo de longa duração, apresentando análises densas entre 2017 e 2024, assim, este estudo baseia-se em três momentos etnográficos distintos, pautados em temporalidades produzidas no decorrer dos anos de pesquisa, sendo eles: 1º Momento – 2017/2018; 2º Momento – 2018/2019; e, por fim, 3º Momento – 2023/2024. Este recurso metodológico é utilizado para o aprofundamento das intangibilidades do que acontece na vida social da comunidade e possibilita a descrição, a partir das narrativas orais, de como a vida se moldou por conta dos efeitos enfrentados contra os empreendedores da barragem e as formas de luta e (re)existência que utilizam para continuarem exercendo seus modos de vida. Diante disso, foi possível constatar que as afetações causadas pela construção da barragem na região que, desde sua instalação até hoje, tem ocasionado disputas, violado direitos e alterado compulsoriamente as vivências das populações atingidas. Em suma, a partir das análises, conclui-se que são acionadas novas tecnologias sociais na construção dos modos de vida, e que as mobilizações para o exercício da permanência no território são reatualizadas, implicando, através disso, ameaças às futuras tradições ribeirinhas, em decorrência da impossibilidade da transmissão dos saberes/fazeres às novas gerações que, por conta das dificuldades ocasionadas pelo empreendimento, acabam sendo desmotivadas a exercerem os modos de vida ribeirinhos. Por outro lado, a memória e o lugar são fatores significativos no exercício da permanência no território, ao explicitar as demandas realizadas pela comunidade nas reivindicações e disputas pela terra que ocupam.

Palavras-chave: Memória e lugar; modos de vida; territorialidade; Acampamento Coragem; UHE de Estreito.

Abstract

MACHADO, Laylson Mota. **“I have to stay by the river”**: memories, territorialities and riverside (re)existences in the political ecology of the Estreito (MA) hydroelectric conflict. Advisor: Dr. William Héctor Gómez Soto. Thesis (Doctorate in Sociology) Institute of Sociology, Philosophy and Politics. Postgraduate Program in Sociology. Federal University of Pelotas, Pelotas, 2025.

From the perspective of political ecology, this research analyzes how collective memory and territorial identity influenced the disputes of the riverside community of Acampamento Coragem over territory in the face of the hydroelectric conflict in Estreito (MA). The hydroelectric conflict arose from the implementation of the Estreito Hydroelectric Power Plant (MA) in 2007, affecting the environment, the ecological diversity of places and the ways of life of traditional peoples and communities who make diverse uses of their territories. Among the affected groups, the riverside community of Acampamento Coragem stands up, which occupies a territory in Palmeiras do Tocantins (TO), and is made up of 39 (thirty-nine) families of artisanal fishermen and riverside dwellers who were affected by the construction of the Estreito HPP. Currently, the land occupied by the community is owned by the Estreito Energia Consortium (CESTE), the plant's developer, which has been in legal dispute over ownership of the land since October 2015. The research is based on the theoretical perspective of Environmental Sociology, anchored in the approach of political ecology, based on understandings of the plurality of positions and interests regarding the environment. The methodological paths are guided by the qualitative approach in social research, using ethnographic research as the central axis of data production and analysis of the permanence in the riverside territory, the contributions of the life stories of the riverside population, using Oral History. The research has a long-term field immersion period, presenting dense analyzes between 2017 and 2024, so this study is based on three distinct ethnographic moments, based on temporalities produced during the years of research, namely: 1st Moment - 2017/2018; 2nd Moment - 2018/2019; and finally, 3rd Moment - 2023/2024. This methodological resource is used to delve into the intangibles of what happens in the social life of the community and makes it possible to describe, from oral narratives, how life has been shaped by the effects faced by the dam developers and the forms of struggle and (re)existence they use to continue exercising their ways of life. As a result, it was possible to see that the effects caused by the construction of the dam in the region, since its installation, have caused disputes, violated rights and compulsorily altered the lives of the people affected. All in all, from the analysis we can conclude that new social technologies are being used to readapt ways of life, and that the mobilizations to remain in the territory are being updated, thus implying threats to future riverside traditions, due to the impossibility of passing on knowledge/doings to new generations who, because of the difficulties caused by the project, end up being discouraged from exercising riverside ways of life. On the other hand, memory and place are significant factors in the exercise of permanence in the territory, by making explicit the demands made by the community in the claims and disputes over the land they occupy.

Keywords: Memory and place; lifestyles; territoriality; Camp Coragem; Estreito HPP.

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapeamento Social do Acampamento Coragem.....	148
Figura 2 – Modelo de Escada de Peixe UHE de Igarapava (Cemig, 2002).	254
Figura 3 – Símbolo da ARRTAUHE-MA.....	305

Lista de Fotografias

Fotografia 1 – Porto “particular” de acesso à comunidade	45
Fotografia 2 – Porto da Cooperativa.....	45
Fotografia 3 – Conhecendo o Acampamento Coragem.....	51
Fotografia 4 – A cobertura do novo barracão.....	68
Fotografia 5 – A construção do novo barraco	68
Fotografia 6 – Ponte Juscelino Kubistchek e Ponte da Ferrovia Norte-Sul	103
Fotografia 7 – Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE).....	103
Fotografia 8 – Manifestantes em frente ao canteiro de obras da UHEE	130
Fotografia 9 – Atingidos trancam a entrada UHE de Estreito.....	135
Fotografia 10 – A formação do acampamento	142
Fotografia 11 – Primeiras reuniões.....	142
Fotografia 12 – A conclusão da cartografia.....	151
Fotografia 13 – Casas/barracões da comunidade	152
Fotografia 14 – Morada do Seu Cristóvão	152
Fotografia 15 – Roça de Toco de Seu Antonio e Dona Jacirene	153
Fotografia 16 – Plantação de Milho	154
Fotografia 17 – Criação de animais.....	154
Fotografia 18 – Criação de aves	155
Fotografia 19 – A pesca no lago.....	155
Fotografia 20 – Motor para drenar água.....	156
Fotografia 21 – Casa do motor de energia.....	157
Fotografia 22 – Derrubada do barracão.....	207
Fotografia 23 – O desmonte da moradia de Seu Antonio	207
Fotografia 24 – Antigo Porto da “Rampa”	213
Fotografia 25 – Saída para o Acampamento	215
Fotografia 26 – Os ciclos do lago.....	217

Fotografia 27 – O ciclo do lago em abril.....	218
Fotografia 28 – Primeiro Barracão de Dona Jacirene e Seu Antonio.....	238
Fotografia 29 – Segundo Barracão	238
Fotografia 30 – Terceiro Barracão.....	239
Fotografia 31 – A limpeza da roça de toco.....	245
Fotografia 32 – Mortandade de peixes causadas pela UHE de Estreito.....	256
Fotografia 33 – As árvores em decomposição no lago UHEE	259
Fotografia 34 – A despesca no lago.....	260
Fotografia 35 – Os tanques-rede.....	263
Fotografia 36 – Reunião com o prefeito de Palmeiras do Tocantins (TO).....	283
Fotografia 37 – Retorno das reuniões no Acampamento	289
Fotografia 38 – As faixas em comemoração à associação	294
Fotografia 39 – Apresentação da ARRTAUHE-MA	298
Fotografia 40 – Almoço no Acampamento	299

Lista de Mapas

Mapa 1 – Hidrelétricas na Bacia do Rio Araguaia/Tocantins	96
Mapa 2 – Potencial hidrelétrico do estado do Tocantins.....	99
Mapa 3 – As cidades afetadas pela UHE de Estreito	107
Mapa 4 – Localização da área de estudo	147

Lista de Quadros

Quadro 1 – Os/as Narradores/as do Acampamento Coragem	36
Quadro 2 – As espécies de peixes antes e depois da barragem	258

Lista de abreviaturas e siglas

ACP	Ação Civil Pública
AGU	Advocacia Geral da União
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ANA	Agência Nacional de Água
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Arrta	Associação de Ribeirinho do Rio Tocantins Atingidos pela Usina
UHE-MA	Hidrelétrica de Estreito - MA
APP	Área de Preservação Permanente
Capes	Coordenação de Pessoa de Nível Superior
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Ceste	Consórcio Estreito Energia
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNEC Engenharia S.A.	Empresa Responsável pelo EIA/Rima da UHE de Estreito
Coapima	Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão
Coiat	Conselho das Organizações Indígenas da Bacia Araguaia-Tocantins
Cooperatins	Cooperativa de Pescadores e Piscicultores do Médio Tocantins
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
EIA/Rima	Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
Eneram	Comitê de Estudos Energéticos na Amazônia
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
Funai	Fundação Nacional do Índio
Gedmma	Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística

IFISP	Instituto de Sociologia, Filosofia e Política
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
MA	Maranhão
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
Matopiba	Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
Mwh	Megawatts hora
Naturatins	Instituto de Natureza do Tocantins
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBA	Projeto Básico Ambiental
PGC	Programa Grande Carajás
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAB	Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
Seplan	Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins
Sesema	Sistema Estadual do Meio Ambiente
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TO	Tocantins
TRF	Tribunal Regional Federal
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPEL	Universidade Federal e Pelotas
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UHEE	Usina Hidrelétrica de Estreito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
PARTE I: DAS ORIGENS DO CONFLITO HIDRELÉTRICO A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DO ACAMPAMENTO CORAGEM.....	27
1 “ESCREVENDO A HISTÓRIA DO ACAMPAMENTO”: REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE SOCIABILIDADES, TRAJETÓRIAS E TERRITORIALIDADES EM CONTEXTOS DE LUTA	28
1.1 Narrativas etnográficas no Acampamento Coragem: rotas, trajetos e percepções metodológicas	30
1.2 O Conflito hidrelétrico de Estreito como problema sociológico: encontros e desencontros nos trajetos de pesquisa	38
1.3 “Tá escrevendo a história do acampamento”: interações sociais entre acampados/as e pesquisador	46
1.4 “Ele tá fazendo outro livro”: da volta à comunidade às sociabilidades estabelecidas no campo de pesquisa	65
2 OS CONFLITOS NA FRONTEIRA HIDRELÉTRICA DA AMAZÔNIA LEGAL: AS IMPLICAÇÕES EM TORNO DA UHE DE ESTREITO	78
2.1 Projetos de (des)envolvimento na Amazônia Legal: da expansão das políticas hidroelétricas à consolidação do modelo energético brasileiro	80
2.2 O Rio Tocantins e a expansão da nova fronteira energética brasileira	93
2.3 No Estreito caminho do rio nasce o (Des)envolvimento: entre rodovias, ferrovias e hidrelétricas	101
2.4 “Eu nunca conheci a verdade da barragem enquanto eu não vi”: da construção da UHE de Estreito à instauração de um conflito	109
3 LUTA POR TERRA E TERRITORIALIDADE: ANÁLISE DA FORMAÇÃO E (RE)EXISTÊNCIA DO ACAMPAMENTO CORAGEM	126
3.1 Entre marchas, caminhadas e ocupações: as reivindicações das populações atingidas.....	127

3.2 “Só resiste quem tem coragem”: entre lugares, trajetórias e ocupações na formação de uma comunidade.....	138
3.3 “Porque nós tava precisando de terra pra trabalhar, pra ter sossego”: terra, território e territorialidades ribeirinhas.....	159
3.4 “Quando surgiu esse pedaço de chão”: tecendo as tramas de um território ribeirinho	165
PARTE II: ENTRE MEMÓRIAS E LUGARES DE (RE) EXISTÊNCIAS: AS PERSPECTIVAS PARA A PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO RIBEIRINHO.....	173
4 “FICAMOS SEM LUGAR, PORQUE NÓS SEMPRE FICAVA NA BEIRA DO RIO ACAMPADO”: ENTRE AS MEMÓRIAS ALAGADAS A RECONSTRUÇÃO DO LUGAR RIBEIRINHO.....	174
4.1 Memórias alagadas: o rememorar como pressuposto de ocupação	176
4.2 “Ficamos sem lugar, porque nós sempre ficava na beira do rio acampado”: perspectivas entre lugares de ocupação	188
4.3 Do Ponto de Pesca para a beira do lago: a busca do lugar ribeirinho.....	199
4.4 Memória ambiental: as transformações do lugar pós-barragem.....	210
5 “SE EU ME ACHAR SEM A TERRA E SEM O RIO, ACABOU”: DAS ALTERAÇÕES DOS MODOS DE VIDA ÀS PERSPECTIVAS DA PERMANÊNCIA.....	222
5.1 Os modos de vida e suas alterações: implicações na permanência de pescadores/as e ribeirinhos/as no Acampamento Coragem.....	224
5.2 “Era por conta do rio, a vazante que nós morava”: da vazante para as roças de toco	231
5.3 “O peixe, a gente tem que andar muito pra correr atrás dele”: os efeitos socioambientais na prática pesqueira	249
5.4 “O que eles fizeram de ruim foi essa barragem”: as injustiças e o racismo ambiental nas rupturas da tradição ribeirinha.....	265
6 “TÁ REGISTRADA A ASSOCIAÇÃO. AGORA [...] É SÓ PARTIR PRA LUTA E PRO TRABALHO”: DOS CONFLITOS INTERNOS ÀS NOVAS MOBILIZAÇÕES RIBEIRINHAS	273

6.1 Entre o Acampamento e o “Povoado”: as rupturas na comunidade ribeirinha	274
6.2 “Nós temos que brigar pelos nossos direitos”: as retomadas para a permanência.....	287
6.3 “Tá registrada a associação. Agora [...] é só partir pra luta e pro trabalho”: a criação da ARRTAUHE-MA	292
6.4 “Nós sabemos quem são os companheiros de luta”: associativismo, rupturas e mobilizações na permanência.....	301
CONCLUSÃO: TECENDO AS TRAMAS DO TERRITÓRIO RIBEIRINHO	307
REFERÊNCIAS.....	312

INTRODUÇÃO

porque eu dependo da pesca e não tem como eu sair, eu tenho que ficar, o que eu aprendi foi só pescar, **eu tenho que ficar é na beira do rio mesmo**. Ou aqui ou em outra beira de rio, mas eu tenho que ficar até os últimos dias de vida, se Deus quiser, enquanto eu aguentar trabalhar é na beira do rio mesmo (Seu Antonio, 56 Anos, Entrevista Oral, 06/08/2023, grifos meus).

As dimensões socioterritoriais que explicitam os significados da ocupação e permanência de um território em disputa apresentam-se na narrativa oral de um pescador e ribeirinho atingido pela Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE), ao frisar “*Eu tenho que ficar na beira do rio*”. Seu Antonio (56 Anos) faz parte de um grupo de atingidos/as que disputam territorialmente a posse da terra e as reivindicações dos direitos violados pela construção da UHE de Estreito. Nesse contexto, a presente tese tem como objetivo analisar, a partir da ecologia política, como a memória coletiva e a identidade territorial influenciaram as disputas da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem pelo direito ao território diante do conflito hidrelétrico de Estreito (MA).

A UHE de Estreito localiza-se na bacia hidrográfica do rio Araguaia/Tocantins. Instalada em 2010, afetou a vida de um número significativo de povos e comunidades tradicionais ¹, deslocando inúmeros pescadores/as, vazanteiros/as² e ribeirinhos/as, que têm seus modos de vida voltados para o uso da terra e do rio. A UHEE surgiu como uma proposta desenvolvimentista de promover a economia nacional na região do sul do estado do Maranhão e parte do norte do estado do Tocantins. É operada pelo Consórcio Estreito Energia (Ceste), responsável social e ambiental pela operacionalização da barragem, caracterizando-se pela confraria de empresas nacionais e multinacionais que administram a usina, sendo elas: Engie do Brasil Energia, Vale, Alcoa e InterCement. Este empreendimento teve suas obras iniciadas

¹ Segundo os EIA/RIMA são declaradas 1.020 famílias atingidas (CNEC, 2001), em contrapartida, de acordo com o MAB, estima-se que 5 mil famílias sofreram os efeitos da vinda da barragem para região. Acerca do número específico, é necessário um mapeamento levando em consideração a categoria atingido que se encontra em disputa e necessita de uma Política Nacional já aprovada em 2023, através da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). Ou seja, o cadastramento de populações atingidas por grandes empreendimentos deve ampliar quem adentra a categoria, para além das definições territoriais patrimonialistas que são levadas em consideração pelos empreendedores da usina.

² Trata-se da prática de agricultura realizada através da vazante. A cultura de vazante diz respeito à prática exercida pelos ribeirinhos que, antes da construção da UHE de Estreito, tinham pontos de pesca às margens do Rio Tocantins. Nesses lugares, além de realizarem as atividades pesqueiras, a vazante era uma de suas atividades de subsistência, pois é o plantio de vegetais e hortaliças na beira do rio, no período de desnível, época em que os ribeirinhos aproveitavam a fertilidade do solo para plantar melancia, arroz, abóbora, milho e demais hortaliças (Machado, 2020, 2023).

no ano de 2007 localizando-se na divisa entre o estado do Maranhão e do Tocantins e afetando 12 municípios da área que a usina abrange: Carolina e Estreito, no estado do Maranhão, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra de Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins no estado do Tocantins, alagando uma área de 400 km² (Machado, 2019; 2020; 2022; 2023).

As construções destes empreendimentos ocasionam uma série de conflitos, efeitos e disputas às regiões e às populações nos seus arredores. Os povos e comunidades tradicionais têm suas vidas afetadas e sofrem compulsoriamente com a vinda de barragens para o entorno de seus territórios. Em relação à Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, a posse dessa terra fica a cargo dos empreendedores da usina (Ceste), contra os quais os/as acampados/as reivindicam os direitos violados, lutando judicialmente por essa terra que ocupam desde outubro de 2015. A comunidade é composta por 39 (trinta e nove) famílias, tendo aproximadamente 109 (cento e nove) moradores/as, localizando-se no município de Palmeiras do Tocantins (TO).

Dentre as inúmeras violações, destaca-se o deslocamento compulsório (Almeida, 1996; Santos, 2007) do território alagado³. As margens do Rio Tocantins tiveram 400 km² de área alagada, ocasionando a expropriação de inúmeros territórios, centros turísticos e modificações nos modos de vida das populações atingidas. Em decorrência disso, muitos grupos sociais vivem de forma vulnerável ao perder seus territórios, passando a buscar lugares de ocupação, reivindicar o direito enquanto comunidade atingida e ocupar territórios rurais e ribeirinhos para que pudessem perpetuar seus modos de vida.

A UHE de Estreito, ao tratar a categoria atingido⁴ na concepção territorial patrimonialista (Vainer, 2008), privilegia os fazendeiros que detêm legalmente a posse das terras. Nesse caso, a concepção territorial patrimonialista se define como aquele que detém legalmente o domínio das terras afetadas. Essa definição não abarcaria os/as pescadores/as, vazanteiros/as e ribeirinhos/as, que não tinham posse legal do território ocupado e passaram a migrar em busca de construir novas territorialidades para poderem continuar com suas

³ Todas as vezes que me referir às terras inundadas, estarei categorizando enquanto Território Alagado. Quando me referir às disputas territoriais pelo direito à terra, estarei me referindo ao Território em Disputa.

⁴ A categoria “atingido” esteve em disputa durante anos de luta e reivindicação dos movimentos sociais, a respeito disso podemos entender a partir das abordagens de Vainer (2008) e Fleury (2013). Cabe pontuar que, atualmente, com a implantação da Política Nacional de Direito das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), agora regimentada enquanto Lei n.º 14.755, novas mobilizações se voltam a respeito da implantação da lei que complementa as populações atingidas. O debate em torno dessas disputas estará apresentado no decorrer desta tese.

tradições profissionais e culturais de utilização do beiradão do Rio Tocantins para manutenção de seus modos de vida (Machado, 2020, 2022, 2023).

Diante dessa perspectiva, o grupo que passou a ocupar o Acampamento Coragem reivindicava a possibilidade de continuar exercendo seus modos de vida violados pela construção do empreendimento que a expropriou do território alagado: as terras que foram inundadas pela construção da barragem. Dessa forma, o Acampamento Coragem se tornou o lugar no qual essa comunidade busca construir novas territorialidades. Em vista disso, a procura por uma nova territorialidade é atravessada pelo sentido da memória, do lugar e o que o território alagado significou e continua a significar para a comunidade atingida.

O lugar de ocupação para essas comunidades trata-se, especificamente, da beira do rio, tendo em vista que, por serem ribeirinhos/as, o lugar para essas pessoas não se trata apenas de se identificarem geograficamente com seu local de ocupação⁵, mas interliga-se aos sentidos atribuídos à beira do rio, sobretudo às perspectivas socioculturais que esse lugar obtém no exercício da perpetuação de suas tradições, como enuncia a narrativa de Seu Antonio “*enquanto eu aguentar trabalhar é na beira do rio mesmo*”. As populações atingidas por barragens, ao passarem pelos deslocamentos compulsórios, têm suas identidades deslocadas. O deslocamento de seus antigos territórios modifica os modos de vida de povos e comunidades tradicionais drasticamente, passando a ocasionar efeitos irreversíveis à cultura destes povos, com ênfase na cultura da vazante que, atualmente, não pode ser realizada em decorrência da marcação da Área de Preservação Permanente (APP), que não permite o uso das terras às margens do lago.

A chegada da barragem para Estreito provocou alterações nos modos de vida da comunidade atingida. Dentre os exemplos que se pode citar, destaca-se a prática da vazante que deixou de ser exercida no acampamento em decorrência da demarcação de APP que proíbe o plantio nos territórios ocupados, desmatamento e ocupação às margens do rio, ou reservatório 30 metros abaixo do rio, o que, conseqüentemente, impede o plantio de vazante que culturalmente era realizado na beira do rio. Ao terem sido deslocados, tais atividades profissionais foram substituídas pelas roças de toco⁶, que surgem como alternativa de

⁵ A ocupação perpassa o sentido político de ocupar, produzir e resistir em um território de disputa. Os pressupostos de ocupação presentes neste trabalho são baseados nas contribuições de Fernandes (2000), a serem debatidos posteriormente. Nesse parâmetro, Loera (2014, p. 22) destaca que “Desde os anos 1990, a fórmula ocupação-acampamento se tornou uma das formas “adequadas” de demandar reforma agrária ao Estado brasileiro, ou seja, para que as demandas das organizações de trabalhadores rurais (movimentos) sejam atendidas, deve existir ocupação e, sobretudo, um acampamento”.

⁶ “A roça de toco é uma prática agrícola que se restringe a áreas tropicais, popularmente conhecida pelos acampados como área de chapadas, que se caracteriza por áreas de terras mais elevadas e planas” (Machado, 2020, p. 90).

continuarem com suas práticas de agricultura. Esses fatores associam-se aos deslocamentos identitários que a construção de barragens causa às comunidades ribeirinhas. Outras implicações envolve a prática da pesca que enfrenta as adaptações, seja na busca do pescado, nas novas tecnologias acionadas para exercer essa prática cultural e, sobretudo, nas afetações que o empreendimento causou à diversidade dos peixes.

Nesse contexto, perante as discussões construídas sobre os conflitos socioambientais advindos da instalação de grandes empreendimentos, expropriações de populações atingidas e ocupações territoriais que se constroem, o pano de fundo a ser analisado nesta tese são as territorialidades construídas pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem (Palmeiras do Tocantins-TO). Sendo assim, visando compreender a permanência da comunidade nesse lugar, o problema central que este estudo expõe é: Como a memória coletiva e a identidade territorial influenciaram as disputas da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem pelo direito ao território diante do conflito hidrelétrico de Estreito-MA?

O objetivo geral dessa tese é analisar, a partir da ecologia política, como a memória coletiva e a identidade territorial influenciaram as disputas da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem pelo direito ao território diante do conflito hidrelétrico de Estreito-MA. Seguido pelos objetivos específicos: identificar os efeitos materiais, simbólicos e culturais vivenciados pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem em decorrência dos conflitos e disputas gerados pela UHE de Estreito, com foco nos processos de (re)existência observados nos últimos anos (2007-2024); investigar a organização social e política da comunidade ribeirinha, com ênfase nas estratégias coletivas e nas lideranças que emergiram no contexto da luta pela terra e dos conflitos socioambientais gerados pela UHE de Estreito; analisar como a memória coletiva e a identidade territorial são mobilizadas pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem em suas reivindicações pela permanência no território, destacando o papel do lugar como espaço de (re)existência e reprodução cultural; compreender os processos de construção dos modos de vida da comunidade ribeirinha diante dos conflitos socioambientais e territoriais gerados pela UHE de Estreito, com foco nas transformações nas práticas culturais, econômicas e sociais; explorar as novas mobilizações e os conflitos internos enfrentados pela comunidade ribeirinha, com foco nas novas formas de organização adotadas pelos/as acampados/as, destacando as retomadas das mobilizações coletivas e os desafios impostos nas transformações internas e externas.

A perspectiva teórica que fundamenta esta pesquisa tem como princípio uma leitura interpretativa em torno das temáticas centrais debatidas nesse estudo, portanto, guiada pelas

abordagens da Sociologia Ambiental⁷, ancorada pela Ecologia Política (Little, 2006)⁸, que centraliza seu campo de estudo nas articulações entre a sociedade e a natureza de forma interligada (Fleury et al., 2014). Essa perspectiva abarca questões fundamentais para o entendimento do contexto vivenciado pelos grupos sociais atingidos pela barragem de Estreito, compreendendo os enfrentamentos em relação aos problemas e disputas socioambientais ocasionados pela usina em seus contextos territoriais, culturais e sociais. Portanto, utiliza-se os eixos centrais que compõem o campo teórico desse estudo: terra, território e territorialidade; memória e lugar; conflitos socioambientais, racismo e injustiça ambiental; identidade e modos de vida.

A metodologia que guiou este estudo segue a abordagem qualitativa da pesquisa sociológica (Minayo, 1994), com uso da pesquisa etnográfica (Geertz, 1989, 1998; Whyte, 2005; Rocha e Eckert, 2008; Strathern, 2017), que centraliza as análises e produção de dados propostas nesta tese, percorrendo um período de campo de longa duração, entre os anos de 2017 e 2024, tratando-se de momentos etnográficos, realizados a partir da análise de diferentes temporalidades⁹ e contextos empíricos distintos: 1º momento – 2017/2018; 2º momento – 2018/2019, e 3º momento – 2023/2024. Sendo contempladas pela História Oral de vida (Meihy, 1996; Albert, 2005; Thompson, 1992), trazendo as narrativas orais dos moradores/as da comunidade ribeirinha e como podem traduzir os sentidos da memória e do lugar nas manifestações culturais que vivenciam no acampamento. Por meio disso, utiliza-se como perspectiva analítica a abordagem socioantropológica¹⁰, visando as articulações entre o campo

⁷ A questão ambiental no Brasil se tornou interesse das Ciências Sociais em meados das décadas de 1980, ganhando força lentamente em decorrência da adesão dos especialistas de diferentes áreas acerca do tema. Alonso e Costa (2002) destacam que a diversidade de linhas e áreas de estudos sobre a temática ambiental caracteriza o campo de estudos ambientais no Brasil como híbrido, seja pelo seu caráter temático ou teórico.

⁸ De acordo com Carlos Loureiro e Philippe Layrargues (2013, p. 55-56), “A ecologia política tem sua origem nos anos 1960, e se refere, como objeto de estudo, à compreensão de que agentes sociais com diferentes e desiguais níveis de poder e interesses diversos demandam, na produção de suas existências, recursos naturais em um contexto ecológico, disputando-os e compartilhando-os. O seu objetivo, com isso, é gerar conhecimentos e a compreensão do próprio modo de funcionamento societário enquanto exigência para a intervenção política superadora ou reprodutora das condições estruturais que engendram modos específicos de produção e relações de propriedade dos bens criados ou naturais”.

⁹ Quando me refiro a esses momentos etnográficos realizados em diferentes temporalidades, trata-se da análise dos dados produzidos em pesquisas anteriores. Como exemplo, o 1º e 2º momento dizem respeito à produção de dados da pesquisa monográfica e da pesquisa dissertativa, respectivamente. Todos os dados utilizados nesse período foram revisitados e analisados de forma densa para contemplarem as problemáticas e abordagens situadas neste estudo.

¹⁰ A abordagem socioantropológica refere-se à busca de conhecimentos em níveis de explicação descritivas, em que as relações observadas em campo se inscrevem e se constituem em relações estruturais que remetem a outras escalas temporais e espaciais (Aquilli, 2017). Carneiro (2012), ao que ele chama de socioantropologia do desenvolvimento, propõe uma aproximação da sociologia da Escola de Chicago com a pesquisa etnográfica. De certo modo, aqui, essa abordagem é utilizada pela lente sociológica da análise de um problema hidrelétrico, com as contribuições antropológicas que a perspectivas socioculturais nos auxiliam a compreender a realidade social.

empírico e as perspectivas sociológicas que buscam compreender o conflito hidrelétrico e as territorialidades ribeirinhas.

A tese está estruturada em seis capítulos, dividindo-se entre dois eixos distintos: os três primeiros capítulos apresentam a origem do conflito hidrelétrico de Estreito e seus antecedentes. O primeiro capítulo tem como objetivo analisar a construção das sociabilidades e interações na comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, com ênfase nas relações estabelecidas entre o pesquisador e os/as acampados/as ao longo do processo de pesquisa. A partir da imersão no campo, realizada entre 2017 e 2024, busco refletir sobre as dinâmicas sociais que emergiram nesse contexto, incluindo as mobilizações coletivas, as trajetórias individuais e os desafios enfrentados pela comunidade. Além disso, o capítulo aborda as transformações nas relações de pesquisa, destacando como a percepção mútua entre o pesquisador e os/as acampados/as evoluiu ao longo do tempo, bem como os efeitos dessas mudanças na produção do conhecimento.

O segundo capítulo tem por objetivo compreender o conflito hidrelétrico de Estreito, com foco nos processos de (re)existência e adaptações observados na última década, analisando, a partir de uma perspectiva macrosociológica, como os processos desenvolvimentistas instalados na região da Amazônia Legal¹¹ desencadearam efeitos materiais, simbólicos e culturais nas comunidades atingidas. Assim, discutem-se as concepções das comunidades atingidas pela UHE de Estreito e quais as afetações causadas aos povos e comunidades tradicionais da região, elencando as narrativas orais dos/as acampados/as e os desdobramentos que a construção da barragem trouxe para suas vidas, entendendo os processos antecessores que mobilizariam a formação do acampamento.

O terceiro capítulo tem por objetivo analisar as etapas organizacionais que levaram à formação da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, destacando os processos de (re)existência e as estratégias de mobilização adotadas pelas populações atingidas pela UHE de Estreito. Com foco nas lutas por terras, nas violações de direitos humanos e na desconsideração dos saberes locais, o capítulo reconstitui as trajetórias de reivindicação, incluindo manifestações, processos judiciais e a ocupação no território ribeirinho. Por fim, discute-se como a formação do acampamento e as territorialidades ribeirinhas emergentes refletem a resiliência da comunidade frente as afetações do empreendimento hidrelétrico.

¹¹ “[...] a Amazônia Legal, que é uma região criada oficialmente pelo Decreto Lei Federal 5.173/66 e pelo Artigo 45 da Lei Complementar Federal 31/77 e composta pelos estados do Mato Grosso, de Rondônia, do Acre, do Amazonas, de Roraima, do Amapá, do Pará, Tocantins e de parte do Maranhão (SANT’ANA JÚNIOR, 2004). Na Amazônia Legal, o Maranhão compõe também a chamada Amazônia oriental” (Sant’Ana Júnior; Cardoso, 2018, p. 181).

Na segunda parte desta tese, serão debatidas as perspectivas da permanência no território ribeirinho, apresentando todas as mobilizações da comunidade ribeirinha na construção de novas territorialidades nesse lugar de disputa. O quarto capítulo tem por objetivo identificar as estratégias de permanência no território ribeirinho, destacando o papel da memória do território alagado na reconstrução do lugar e na formação de novas territorialidades. Compreende-se como os significados atribuídos à permanência, associados às trajetórias vividas no território alagado, redefinem os processos de construção e (re)existência da comunidade. Por fim, discute-se como as motivações para permanecer no beiradão do Rio Tocantins estão vinculadas à perpetuação dos modos de vida tradicionais, evidenciando a resiliência da comunidade frente às disputas territoriais.

O quinto capítulo tem por objetivo compreender as readaptações nos modos de vida ribeirinho após a instalação da UHE de Estreito, destacando as motivações que levaram a comunidade a permanecer no território em disputa. Com foco nas mudanças no ciclo natural do rio e nos lugares de produção, o capítulo examina as afetações à pesca e à agricultura, bem como as novas tecnologias e estratégias adotadas para (re)existir no contexto de transformações socioambientais. Por fim, discute-se como essas readaptações refletem a capacidade de inovação da comunidade frente aos desafios impostos pelo empreendimento hidrelétrico.

O sexto e último capítulo desta tese tem por objetivo explorar as novas mobilizações e os conflitos internos enfrentados pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, com foco nas rupturas causadas pela chegada de ‘novos ocupantes’¹² e na divisão entre o Acampamento Coragem e o “Povoado Coragem”. O capítulo examina as novas formas de organização social e política adotadas pela comunidade, destacando a criação da Associação dos Ribeirinhos do Rio Tocantins Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito – MA (Arrtauhe-MA) e a retomada das mobilizações coletivas com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Por fim, discute-se como essas estratégias refletem a capacidade da comunidade frente aos desafios impostos pelas transformações internas e externas.

A tese apresentada destaca dentre as inúmeras questões de luta e busca por direitos dos/as moradores/as do Acampamento Coragem, compreendendo como a memória do lugar os reconstrói enquanto grupo. A permanência à beira do rio, a busca por continuar exercendo modos de vida que se relacionem às vivências que tinham antes da barragem, elucida o

¹² Os novos ocupantes referem-se a membros externos que se inseriram dentro da comunidade, e consequentemente, ocasionaram os conflitos internos. Escolheu-se essa denominação para diferenciá-los dos integrantes que de fato compõem o Acampamento Coragem.

significado que a memória e a lembrança trazem do lugar. A memória do território alagado se configura como um dos fatores para ocupação da terra que habitam hoje.

A relevância da tese e sua contribuição ocorre em suas dimensões sociais e políticas, dentre elas o debate sobre a categoria atingido e a violação dos direitos humanos promulgadas por projetos desenvolvimentistas que, historicamente, têm causado vulnerabilidades sociais ao expropriar populações tradicionais de seus territórios de origem, afetando simbólica, cultural, econômica e socialmente os modos de vida dessas comunidades. Em suma, a pesquisa realizada conclui que, dentre os fatores da reivindicação pela permanência em um território em disputa, as ameaças à continuidade da tradição ribeirinha decorrem dos problemas ocasionados pela construção da UHE de Estreito, afetando compulsoriamente a continuidade dessas práticas culturais. Entretanto, memória e lugar são fatores significativos no exercício da permanência na comunidade, sendo acionadas novas mobilizações pelo direito a ocupar o território.



PARTE I:
DAS ORIGENS DO CONFLITO HIDRELÉTRICO A FORMAÇÃO DA
COMUNIDADE RIBEIRINHA DO ACAMPAMENTO CORAGEM



1 “ESCREVENDO A HISTÓRIA DO ACAMPAMENTO”: REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE SOCIABILIDADES, TRAJETÓRIAS E TERRITORIALIDADES EM CONTEXTOS DE LUTA

Às 10h42min terminamos de cobrir uma banda da casa, tendo em seguida carregado as palhas. Seu Antonio combina com Ernilson de terminar de cobrir o restante da casa à tarde. Voltamos para o barracão e logo em seguida chega Seu Cristóvão, conversa com o pessoal enquanto escrevo no caderno de campo. Entre as conversas e risos, Seu Antonio diz “**Laylson, tá escrevendo aí?**” e Dona Jacirene também pergunta: “**Tá escrevendo a história do acampamento, Laylson?!**” (Diário de Campo, 22/07/2023, grifos meus).

Este capítulo tem como objetivo analisar a construção das sociabilidades e interações na comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, com ênfase nas relações estabelecidas entre o pesquisador e os/as acampados/as ao longo do processo de pesquisa. A partir da imersão no campo, realizada entre 2017 e 2024, busco refletir sobre as dinâmicas sociais que emergiram nesse contexto, incluindo as mobilizações coletivas, as trajetórias individuais e os desafios enfrentados pela comunidade. Além disso, o capítulo aborda as transformações nas relações de pesquisa, destacando como a percepção mútua entre o pesquisador e os/as acampados/as evoluiu ao longo do tempo, bem como os efeitos dessas mudanças na produção do conhecimento.

Em junho de 2023, quando retornei para o acampamento, percebi que, para além das modificações na vida ribeirinha, o meu acesso ao campo, as interações e sociabilidades construídas se estreitaram e as relações tomaram outros significados. Diante dessa nova possibilidade, o meu olhar sobre a comunidade permitiu captar essas interações que outrora passaram despercebidas, por exemplo, a maneira como a percepção dos/as acampados/as a meu respeito havia passado por modificações ao longo do tempo.

Todas as vezes que eu saía para acompanhar o cotidiano da comunidade, levava comigo o celular, para tirar fotos, fazer anotações e/ou como precaução, por entender necessário estar sempre atento às interações e informações que circulavam durante a observação participante. Devido à comunidade não ter energia elétrica, utilizava o diário de campo para registrar todas as observações e informações em campo e não depender apenas do celular como um instrumento técnico-metodológico. Esse processo de escrita muitas vezes era observado pela comunidade, o que criou em seu imaginário que eu estaria escrevendo um livro. Quando realizava os registros etnográficos daquele dia (27/07/2023), Dona Jacirene em conversa

paralela com algum dos acampados sobre assuntos do cotidiano, disse meio risonha: “*Tá escrevendo a história do acampamento, Laylson?!?*”.

A indagação surgia das impressões acerca da pesquisa que vinha realizando desde 2017. Como minhas idas ao acampamento voltavam-se para a produção de dados em que, de antemão, lhes havia explicado os meus interesses de estudo, a ideia do livro surge ao obterem os resultados das pesquisas anteriores. Entregar a monografia e a dissertação ao grupo, que se materializa numa espécie de livro impresso, foi o bastante para relacionar a continuidade do estudo. “*Ele tá escrevendo outro livro*” dizia respeito ao que vinha realizando no retorno à comunidade. Assim, as concepções dos/as acampados/as sobre esse estudo estreitavam também minha relação e proximidade já estabelecida no decorrer dos anos. Diante das interações sociais estabelecidas em campo, percebe-se como os percursos metodológicos guiados nesse estudo foram fundamentais para sua análise, desde as reflexões e contribuições científicas acerca das trocas, interações, sociabilidades e experiências obtidas com a comunidade.

O primeiro ponto a ser destacado nesse capítulo trata das rotas, trajetos, percepções e reflexões metodológicas a respeito do campo de pesquisa traçando o diálogo entre a pesquisa etnográfica realizada por uma pesquisa de longa duração junto às técnicas utilizadas da história oral de vida que apresentam as narrativas orais dos/as moradores/as da comunidade. É apresentado como foi construído e analisado o percurso de campo, para, posteriormente, traçar todas as trajetórias de imersão no campo.

Nessa trajetória, destaco minha vivência como estreitense, que me permitiu acompanhar de perto a instalação da usina. Essa experiência foi se entrelaçando, ainda que de forma tímida, com a minha atuação como pesquisador das Ciências Sociais que buscava um campo de estudo e encontrou na comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem o lugar ideal para consolidar sua investigação. Partindo das indagações sobre o que levou à implementação de um grande empreendimento na região e quais suas afetações, passei a entender como os primeiros passos daquela realidade social foram sendo construídos até chegar à elaboração desta tese.

Os diferentes momentos etnográficos apresentados nesse estudo aconteceram desde o primeiro contato com a comunidade ocorrido em 2017, passando pela continuidade e aprofundamentos sobre esse campo estabelecidos em 2018/2019, até chegar no retorno, em 2023/2024. Discutem-se as interações realizadas no decorrer desse percurso etnográfico, visando análises sobre um campo empírico, partindo do processo de imersão na comunidade ribeirinha e nas trocas estabelecidas entre mim e a comunidade. Seguindo essa prerrogativa de voltar-se para o mesmo *lócus* de pesquisa, tendo a perspectiva de suas diferentes temporalidades a serem analisadas, é possível que a consolidação de um campo de pesquisa se efetue a partir

das reflexões feitas por intermédio da aproximação e das novas possibilidades reveladas no decorrer dos anos. Diante disso, é viável analisar, mediante a volta à comunidade, que as novas possibilidades de pesquisas realizadas nesse estudo podem corroborar para o estreitamento das relações sociais, como também podem ampliar a lente sobre a qual, no campo sociológico, compreendem-se suas distintas formas de organização social. Com isso, são apresentadas neste capítulo as narrativas etnográficas e as reflexões que a longa trajetória em campo contribuiu para a construção desta tese.

1.1 Narrativas etnográficas no Acampamento Coragem: rotas, trajetos e percepções metodológicas

As orientações adotadas nesta tese são intermediadas pela abordagem socioantropológica (Achilli, 2017; Carneiro, 2012) que visa compreender a realidade social a partir da interlocução entre as perspectivas sociológicas e antropológicas, com isso, utilizo das contribuições da pesquisa etnográfica para o aprofundamento das questões centrais do presente estudo. A produção de dados e análises da permanência no território ribeirinho foram guiadas pela abordagem etnográfica, com a contribuição das histórias de vida da população ribeirinha, utilizando o método da História Oral.

A utilização da perspectiva etnográfica presentes nesse estudo iniciam-se ainda em 2017, quando realizo minha primeira imersão na comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem. Essa perspectiva visa a aproximação do pesquisador com o campo de pesquisa. Assim, acompanhei o cotidiano da comunidade ribeirinha, compreendendo as práticas culturais, a organização social da comunidade, bem como as reivindicações pautadas pelo grupo. A imersão no campo é fundamental para a produção de dados que apresentem o contato direto com os/as interlocutores, e é fundamental para destacar as dimensões necessárias de compreensão do “ponto de vista do nativo”, como percebemos nas pesquisas realizadas por Malinowski (1986) com o povo melanésio das ilhas de Trobiand. Também pude perceber que o tempo implicado no campo influencia na sua dimensão e entendimento.

A pesquisa etnográfica que realizei nesses percursos vinha motivada em perceber como ocorriam as sociabilidades e (re)existências ribeirinhas, buscando a interpretação da cultura da comunidade, captando “as teias de significado da cultura”, e os sentidos possíveis de sua compreensão, utilizando a descrição densa para entender a dimensão interpretativa da cultura, não se pautando na busca de leis experimentais, mas nos significados tecidos pelo próprio indivíduo, ou seja, a importância de entender o ponto de vista dos nativos (Geertz, 1997). Nessa

perspectiva, foram compreendidas as dimensões implícitas pelo próprio campo, bem como os/as interlocutores/as da pesquisa regeram os passos pelos quais esse estudo se desenvolveu no decorrer dos anos.

A descrição densa das análises do campo aqui apresentadas trata-se de momentos etnográficos (Strrathern, 2017) pautados nas impressões daquilo que é analisado a partir do momento de observação, com a necessidade de entender o que se é observado no momento da análise, ou seja, o movimento e a imersão no campo empírico são fundamentais para as interpretações das relações percebidas sobre a população ribeirinha. Assim, este estudo baseia-se em três momentos etnográficos distintos, pautados em temporalidades produzidas no decorrer dos anos de pesquisa, sendo eles: 1º) Momento – 2017/2018; 2º Momento – 2018/2019; e por fim, 3º Momento – 2023/2024.

Entre as idas e vindas ao campo no decorrer desses percursos, é importante situar que a utilização desses três momentos parte do princípio de não seguir um viés comparativo entre as diferentes perspectivas realizadas em tempos diferentes, mas apresenta-se uma análise densa e descritiva de todo esse percurso, entendendo as dimensões pautadas de 2017 até o momento em que são construídas as análises para esta tese (2023/2024). Percebe-se as lacunas deixadas no decorrer do processo, mas que agora foram concebidas de forma mais aprofundada, levando em consideração a prerrogativa de que o campo nunca se fecha completamente. Com isso, as três etapas difundidas no campo percorrem especificamente:

- A primeira etapa (2017/2018) ocorreu entre novembro e dezembro de 2017, quando fiz as primeiras incursões no campo e estabeleci as primeiras relações com a população ribeirinha. Entre janeiro e fevereiro de 2018, estive participando das reuniões mensais, também estando acampado entre esses períodos para entender as dimensões cotidianas da comunidade e realizar as entrevistas para elaboração da monografia.
- A segunda etapa (2018/2019) iniciou-se em agosto de 2018, quando entreguei a monografia à comunidade, tendo lhes informado sobre a continuidade da pesquisa. Em outubro de 2018, foi realizada uma aula-campo da turma de Geografia da População do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins. Em 2019, entre maio e junho, estive presente nas reuniões mensais do acampamento. Em julho estive acampado na comunidade para entender as dimensões da pesca, do plantio, do cotidiano e da perpetuação dos modos de vida, também realizei entrevistas que comporiam as análises da dissertação. Em setembro concluí as entrevistas; em outubro participei da reunião mensal e articulei nova aula-campo com discentes da UFT, que iriam à comunidade para conhecer um grupo afetado por grandes empreendimentos, dimensionando suas práticas

de ensino-aprendizagem a serem absorvidas na disciplina de Geografia da População em que realizei Estágio Docente. A aula ocorreu em novembro de 2019. No dia 1º dezembro de 2019, foi articulado em reunião coletiva com a comunidade sobre a elaboração da cartografia social, bem como debates sobre a organização do almoço e o custeio para a travessia do grupo de pesquisadores/as que viriam para o auxílio da composição do mapeamento social. O campo dissertativo conclui-se em 12/12/2019, quando a cartografia foi elaborada por toda a comunidade.

- A terceira etapa de campo (2023/2024) ocorreu entre junho, julho e agosto de 2023, sendo marcada pelo meu retorno à comunidade. Articulei as primeiras entrevistas e busquei perceber as dimensões do campo que se diferenciaram e foram ampliadas no decorrer dos anos. Entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024 foram realizadas participação das reuniões, observações e as últimas entrevistas. Cabe ressaltar que, nesse retorno, a ida a campo ocorreu por meio da permanência na comunidade entre os dias de observação, acompanhado por Dona Jacirene e Seu Antonio em suas idas e vindas entre o acampamento e a cidade. Em 18 abril de 2024, participei de uma reunião na qual a comunidade discutia sobre a criação da associação do acampamento. E concluí a pesquisa de doutoramento em 17 julho de 2024, quando participei de uma reunião na comunidade que teve a participação da professora/militante do MAB, e que trariam novas pautas acerca da associação que, finalmente, havia sido registrada como Associação dos Ribeirinhos do Rio Tocantins Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (Arrtauhe- MA).

Cabe frisar os dados complementares produzidos entre 2020 e 2022 realizados através das conversas informais mantidas com Dona Jacirene via conversas privadas e do grupo de *WhatsApp* “*Acampamento Coragem*” criado em setembro de 2020. Eles são situados e analisados para apresentarem as dimensões e o estreitamento das sociabilidades construídas entre pesquisador-pesquisados/as. O grupo é composto pela maioria dos/as moradores/as da comunidade tendo 35 membros. A partir disso, pude obter informações compartilhadas na íntegra no grupo, tratando sobre diferentes temas, tais como as reuniões, encontros na comunidade, coleta de documentações para registro da associação e demais informações. Assim, o grupo corrobora como um importante recurso que contribuiu para que pudesse ir a campo em reuniões específicas que ocorreriam pontualmente. Os diários de campo também percorrem as interações e conversas informais mantidas com Lucinha que, atualmente, é a segunda secretária da Associação, apresentando as demandas atuais que vêm sendo acionadas nas novas mobilizações na permanência no território.

Falar desse percurso é primordial para o entendimento de novas análises e concepções sobre a comunidade, sendo essenciais no entendimento acerca disso no território em disputa. Voltar aos diários de campo de 2017 e refletir sobre as novas impressões que tive nesse retorno ampliaram as dimensões presentes nesse estudo. Dessa forma, pude amarrar as tramas acerca da memória do lugar, das territorialidades construídas na permanência em um território mobilizado pelas alterações nos modos de vida ribeirinhos ocasionadas pelos conflitos e disputas socioambientais da UHE de Estreito.

A perspectiva etnográfica está presente de forma fundamental nas análises dos dados desse estudo. Ao tecer uma etnografia ribeirinha, também utilizo outras metodologias de pesquisa para compreender as dimensões da permanência no território sendo a memória uma categoria fundamental para o entendimento da rememoração do lugar ribeirinho e das mobilizações pautadas pela população acampada em seus pressupostos de permanência na comunidade. Na busca por construir uma análise acerca do campo teórico e empírico do presente estudo, utilizo a História Oral (Meihy, 1996; Thompson, 1992; Alberti, 2005; Delgado, 2010; Gill e Silva 2016) como método de pesquisa destacando as narrativas orais de cada acampado/a, tendo em vista que a memória do lugar enquadra-se dentro das categorias centrais desse trabalho. Com isso, a oralidade se faz de suma importância para a construção do campo de investigação desta pesquisa.

Para trazer as concepções dos/as atingidos/as ante os conflitos socioambientais de uma barragem, optou-se pelo uso da história oral de vida¹³ por “[...] tratar-se da narrativa do conjunto de experiência de vida de uma pessoa” (Meihy, 1996, p. 197). Esse método foi fundamental na articulação dos objetivos desta pesquisa, por tratar-se especificamente sobre como a UHE de Estreito tem afetado os modos de vida da comunidade ribeirinha. Portanto, com a utilização da história oral de vida, pude compreender a trajetória de vida de cada acampado/a e produzir, a partir de seus relatos, a forma com que a usina tem ocasionado efeitos sociais, culturais e econômicos em suas vidas.

A utilização das narrativas orais de cada acampado/a é aplicada para reconstruir a memória do território alagado a partir da análise de suas histórias de vida. Essas histórias dizem respeito à infância, ao passado e ao presente, e é a partir delas que foi traduzido como as territorialidades do lugar ribeirinho se constituíram a partir da memória. A memória é a base

¹³ No campo de estudo da história oral existem diferentes gêneros, sendo eles: história oral de vida; história oral temática; história testemunhal; tradição oral e trajetória de vida (Meihy, 1996; Alberti, 2005; Delgado, 2010; Gill e Silva, 2016). Entendendo a dimensão das narrativas de vidas atravessadas pela barragem, nesta tese utilizou-se a história oral de vida.

construtora da oralidade e a história oral de vida se dá a partir dos relatos orais da pessoa que narra. Esse método contribuiu na reconstrução do lugar, tendo em vista que “[...] a história oral (...) centra-se na memória humana e na capacidade de rememorar o passado enquanto testemunho vivido” (Matos e Senna, 2011, p. 96).

A entrevista de história oral de vida requer perguntas amplas, colocadas em blocos e de forma indicativa dos grandes acontecimentos. Por tratar-se do relato pessoal e íntimo da pessoa que narra, recomenda-se que as entrevistas de história oral de vida sejam realizadas em mais de um encontro e que possam ocorrer com um espaço de tempo entre um e outro (Meihy e Seawright, 2020). O sujeito fundamental nesse caso é o/a narrador/a, que decidirá como abordar sua trajetória da maneira que achar mais conveniente. Com isso, ao entender a trajetória de vida de cada acampado/a e com base nos dados de campo já coletados em pesquisas anteriores, o contato com a comunidade e suas narrativas orais proporcionou compreender como as vivências ribeirinhas rememoram o lugar alagado e definem os pressupostos de permanência no território em disputa, entendendo essas narrativas pontualmente trazidas em diferentes temporalidades, dado os três momentos que cunharam a coleta de dados apresentados nesse estudo.

Sobre o grupo que ocupa o território do Acampamento Coragem, trata-se de 39 famílias, sendo aproximadamente 109 (cento e nove) habitantes. O quadro 1 destaca os/as narradores/as do Acampamento Coragem, pontuando os diferentes momentos em que foram realizadas as entrevistas, bem como o quadro geral que compõe os interlocutores/as deste estudo. Entre narrativas¹⁴, relatos de campo e pesquisa etnográfica é que se costuram as análises presentes nesse estudo.

Com base nas narrativas orais dos/as acampados/as, realizou-se uma análise a partir das histórias de vida de cada indivíduo, valendo-se dos relatos dos anos de 2017 a 2019 e dos anos de 2023 a 2024, que se configura como o momento de volta ao campo de pesquisa. Através das narrativas, notou-se as motivações que levaram a comunidade a permanecer no território em disputa, assim como destacar como o território alagado define os processos de luta e resistência para permanência na luta pela terra. Entre os períodos de 2017 e 2018, foram coletadas 17 entrevistas (18 contando os relatos colhidos de Dona Jacirene), sendo nove homens e oito mulheres. Nessa época, pretendia ouvir o máximo de pessoas. Assim, escolhi um representante de cada lote, buscando articular as melhores formas de absorver cada narrativa. Cabe pontuar a

¹⁴ Optou-se por utilizar o primeiro nome de cada pessoa, conforme os termos e acordos pontuados por cada integrante, com exceção de uma das entrevistadas que não permitiu ser identificada. As demais permissões foram colhidas a partir do consentimento e acordos realizados por cada interlocutor/a no decorrer da pesquisa, a partir das perspectivas levantadas pela História Oral.

importância de entender a dimensão das delimitações de pesquisa no decorrer do processo. O número de narradores/as não respalda efetivamente a qualidade de dados e análises a serem realizadas numa pesquisa.

Em 2019, pude dimensionar mais objetivamente quem seriam os/as interlocutores da pesquisa dissertativa, decidi ouvir novamente “os/as fundadores/as”, quem estava no processo de formação do acampamento desde o início. Assim, consegui entrevistar 12 dos/as moradores/as, sendo oito homens e quatro mulheres. Decidi escolher um membro de cada família ocupante para compreender melhor o campo e não entrar em saturação. Nesse mesmo período, realizei entrevista com Dona Jacirene, em 03 de março de 2019, o que ocorreu fora da produção de dados dissertativos e agora compõe as narrativas orais de sua história de vida.

Sobre as narrativas colhidas entre 2023 e 2024, foram ouvidas as histórias de vida de oito entre o número de ocupantes, sendo três homens e cinco mulheres na faixa etária de 39 a 64 anos, a maioria declarando-se pretos e pardos, todos/as pescadores/as artesanais, para além da categoria de ribeirinho/a, que perpassam seus modos de vida e o labor com a terra de vazante e as vivências na beira do rio.

Quadro 1 – Os/as Narradores/as do Acampamento Coragem

Nome	Idade	Escolaridade	Cor	Profissão	1ª entrev.	2ª entrev.	3ª entrev.
Seu Antônio	56	Ensino Fundamental Incompleto	Negro	Pescador Profissional	02/11/2017 e 05/02/2018	09/07/2019	06/08/2023
Seu Cristovão	62	Ensino Fundamental Incompleto	Negro	Pescador Profissional	04/02/2018	09/07/2019	23/07/2023
Seu Ernilson	44	Ensino Fundamental Incompleto	Negro	Pescador Profissional	15/01/2018	08/07/2019	Relatos do campo 2023
Dona Guida	61	Ensino Fundamental Incompleto	Parda	Pescadora Profissional	14/01/2018	09/07/2018	23/07/2023
Dona Jacirene	50	Ensino Fundamental Incompleto	Negra	Pescadora Profissional	02/11/2017 e 05/02/2018	03/03/2019 e 09/07/2018	23/07/2023
Dona Jaqueline	38	Ensino Fundamental Incompleto	Parda	Pescadora Profissional	16/01/2018	09/07/2019	23/07/2023
Seu João	64	Ensino Fundamental Incompleto	Negro	Pescador Profissional	14/01/2018	08/09/2019	05/08/2023
Seu Manoel	63	Ensino Fundamental Incompleto	Pardo	Pescador Profissional	04/02/2018	10/07/2019	Relatos do campo 2024
Dona Miúda (Maria Lúcia)	57	Ensino Fundamental Incompleto	Negra	Pescadora Profissional	14/01/2018	08/09/2019	05/08/2023
Dona Marinalva	58	Ensino Fundamental Incompleto	Parda	Pescadora Profissional	Relatos de campo 2017/2018	08/07/2019	Relatos de campo 2024
Lucinha (Lucivânia)	39	Ensino Médio Completo	Negra	Pescadora Profissional	04/02/2018	Relatos de campo 2019/2020	04/02/2024

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do campo (2017 a 2024).

O número de narradores/as diminui no decorrer do processo de realização das entrevistas. Mas, seguindo os pressupostos pautados pela história oral de vida, busquei me atentar aos três momentos específicos em que foram narradas, compreendendo as trajetórias tecidas por cada acampado/a no decorrer desses anos. Não foram realizadas novas entrevistas com algumas pessoas em decorrência das escolhas metodológicas pautadas nesse estudo, pois não estavam presentes na comunidade quando realizei a pesquisa, por motivos de saúde, problemas pessoais, e das idas e vindas à comunidade. No entanto, suas narrativas foram revisitadas e analisadas de forma contundente, o que determina os fatores regentes na construção desse estudo.

No total, foram ouvidas em entrevistas 21 pessoas no decorrer do processo de imersão no campo, o decréscimo no número de entrevistas produzidas se dá por diferentes fatores, destacando os fundamentais: duas pessoas faleceram no decorrer desses anos; três desistiram de fazer parte da ocupação por motivos de saúde. Com isso, ficaram 16 narradores/as, tendo realizado oito novas entrevistas entre 2023 e 2024. Utilizando as narrativas de mais três acampados/as em seus relatos de campo, para sintetização das histórias de vida, apresento as narrativas de profundidade de 11 dos/as moradores/as da comunidade, em destaque no Quadro 1. Trata-se de apresentar, a partir das análises colhidas em diferentes contextos, buscando entendê-las não de forma comparativa, mas de forma reflexiva, como as histórias de vida são costuradas no decorrer dos anos, pois “a história oral de vida demanda tempo e empatia” (Meihy e Seawright, 2020).

As narrativas orais são fatores essenciais para se entender a dimensão da escuta, de voltar-se para o entendimento da vida contada pela perspectiva do indivíduo que narra. Dessa forma, as trajetórias de vida da comunidade ribeirinha são intercaladas pela vivência no rio Tocantins, na lida com o plantio na vazante e roças de toco, nas plantações, no labor da pesca e nas ocupações às margens do rio que determinam as prerrogativas de enfrentarem as disputas pelo território. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra, seguindo as perspectivas apontadas pela história oral de vida. O ato de transcrever ocasiona-se pela transformação dos enunciados orais em forma de escrita, ou seja, trata-se do esforço literal da reprodução de um áudio materializado em texto escrito. Esse processo leva em consideração a emissão de todos os sinais captados durante a realização das entrevistas, com isso, a transcrição se caracteriza pelo processo de expressividade coloquial, acatando as variações linguísticas, possíveis repetições e equívocos que não são pautados pela norma gramatical dominante (Portelli, 1997; Meihy e Seawright, 2020).

Seguindo esses pressupostos, as narrativas orais citadas neste trabalho estão transcritas na íntegra, evitando cair no erro caricatural das transcrições orais de indivíduos rurais, como destaca Dulce Whitaker (2002). Assim, elas respeitam a linguagem coloquial e ribeirinha pontuada pelos/as acampados/as. Cabe refletirmos sobre o processo de transcrição evitar a normatividade linguística¹⁵, pois, ao tratarmos de grupos sociais especificamente relacionados

¹⁵ Cabe refletirmos sobre as dimensões linguísticas que abarcam além do sentido da norma culta, que evidencia um caráter colonialista da língua. Lélia Gonzales (1984,1988) apresenta o pretuguês, que se classifica pela marca da africanização do português falado no Brasil. Dessa forma, ao entendermos a forte influência das línguas faladas por povos africanos no território brasileiro, por consequência da escravidão, apontamos outros caminhos de se entender as dimensões entre a língua falada e a língua escrita. Como exemplo de Carolina Maria de Jesus, que

a povos e comunidades tradicionais é necessário respeitar a cultura, o lugar e a dimensão sociológica que ocupam.

Em consonância com isso, os conflitos socioambientais advindos da construção da barragem de Estreito são atravessados na vida deste grupo social e, portanto, a utilização das histórias de vida dessa comunidade evidencia como a memória do lugar ribeirinho é construída perante as territorialidades em disputa. As representações do passado são intermediadas pelo estudo da história de memórias, realizadas por intermédio da história oral. Portanto, em função do caráter mutável da memória, é possível concebê-las a partir das entrevistas de história oral (Alberti, 2004). Dessa forma, as histórias de vida produzidas nesse estudo apresentam diferentes temporalidades, contextos e realidades distintas, compondo os trajetos de vida de cada acampado/a, ancoradas na técnica de pesquisa que se articula com a perspectiva do método etnográfico.

1.2 O Conflito hidrelétrico de Estreito como problema sociológico: encontros e desencontros nos trajetos de pesquisa

O conflito hidrelétrico que vi chegar na minha cidade, ocorreu antes que eu ingressasse no curso superior. As reflexões obtidas mediante estudo e pesquisas sobre as causas e consequências deste conflito surgem em 2013, ao ingressar no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Tocantins (atual UFNT), tendo meu olhar teórico-crítico sobre a sociedade obtido a partir do contato com o conhecimento que foi se construindo durante a minha graduação. Então, passei a olhar de forma crítica para a minha realidade social e os efeitos que a barragem trouxe para a população e seu entorno.

Ao olhar para o passado, em 2007, quando visualizei a mobilização na ponte Juscelino Kubitschek (nas rodovias BR-226 e BR-230) e o início da construção da barragem¹⁶, pude refletir criticamente sobre as consequências da instalação de uma usina na região interiorana do Sul do Maranhão e o que essa dinâmica traria para a população estreitense. Pude perceber que, naquela época, enquanto morador da cidade, não entendia as motivações de instalações daquela barragem e se proporcionaria benfeitorias para minha cidade. Da mesma forma, havia compreendido a fundo o que ela causou diretamente às populações atingidas. Foi então, a partir

tinha a palavra como ferramenta de trabalho, estando alicerçada numa gramática do cotidiano. Imbuído dessas reflexões, defendo o uso integral das narrativas orais ribeirinhas.

¹⁶ As problematizações e debates acerca da implementação da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) serão debatidas no segundo capítulo desta Tese.

de 2013, e da minha imersão nesse cenário, que tais dinâmicas me possibilitaram refletir sobre a representação da instalação da usina para a região, bem como suas implicações.

Ao ingressar no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFT (atual UFNT), campus de Tocantinópolis, a 30km da cidade de Estreito, pude ampliar minhas interpretações acerca da leitura sobre o mundo em que vivia. Através do contato com a academia e do desenvolvimento de pesquisas, minha trajetória foi sendo instigada a refletir sobre uma problemática de pesquisa no 3º período do curso, em 2014, quando cursei a disciplina de “Introdução à Metodologia da Pesquisa”, em que fui provocado a utilizar as temáticas a serem trabalhadas futuramente em nossos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Em conversa com colegas, tive dúvidas sobre o que estudar e me sentia muito inseguro em decidir tão instantaneamente a temática de um trabalho que demandaria muito de mim naquela época. Então, uma colega, Katia Cilene, me trouxe a temática entre os corredores da universidade ao dizer: *“Por que tu não fala sobre a usina da tua cidade?”* A partir daí, passei a perceber a Usina Hidrelétrica de Estreito como possibilidade de investigação, sobretudo, por ser eu um morador da cidade e de fato não entender as dimensões que levaram aquele empreendimento a se instalar na região.

Nessa primeira empreitada, eu queria compreender as concepções que os/as moradores/as da cidade tinham sobre a usina, pelo meu próprio incômodo de não entender quais razões, benfeitorias e demandas ocasionaram a instalação da barragem na cidade e porque, agora que concluída, não se falava sobre ela. Portanto, tentei, nesse primeiro pré-projeto, tratar disso, o que mudou no decorrer do curso, pois fui percebendo que minha formação acadêmica foi acompanhada desse tema. Aquele pré-projeto ficou encaixotado até que eu cumprisse com as demais disciplinas da grade curricular do curso. Sempre que alguma delas vinha com pressupostos metodológicos de afunilar a possível temática da monografia, eu revisitava o conflito hidrelétrico e tentava articular as formas como essa pesquisa iria se desenvolver. Passei a refletir sobre outras indagações que surgiram conforme o meu contato com a temática se estabelecia.

A partir dessas indagações procurei refletir acerca de onde e como viviam as comunidades/povos que haviam tido seus territórios alagados pela usina. Inicialmente, obtive contato com uma atingida da zona rural que migrou para o espaço urbano, através de uma breve conversa, que se realizou para a construção de um trabalho de campo exigido em uma disciplina, ainda na graduação. Ouvindo a história de vida desta senhora que havia sido desterritorializada de uma fazenda que tinha sido de seu pai e que trouxe toda a sua família para a cidade, percebi que a barragem, mesmo após sua construção e inauguração, trazia efeitos (Machado, 2020, p. 40-41).

Tive o conhecimento de que a usina havia expropriado povos e comunidades tradicionais, que os danos e conflitos ocasionados por ela seriam muito mais graves. Foi então que entendi que precisava contatar quem havia sido atingido/a pela barragem, para que, assim, eu entendesse quais as implicações, injustiças, disputas e conflitos que o empreendimento tinha causado à região. Em 2015, tive o meu primeiro contato com uma família atingida pela barragem de Estreito. Ao cursar a disciplina “Antropologia Urbana e Rural”, ainda na graduação, tive que realizar uma pesquisa que teria como objetivo obrigatório a realização de um trabalho de campo. Perante isso, desengavetei o pré-projeto de pesquisa e vislumbrei novas oportunidades de ter a UHEE e suas implicações como um objeto de estudo. A partir disso, encontrei uma família atingida que havia migrado do campo para a cidade por intervenção da construção da usina.

Dona Consola era moradora da Fazenda São José, que ficava a aproximadamente 30km da cidade de Estreito. Tratava-se de um povoado em que viviam cerca de 19 moradores/as, cuja terra, que era de sua posse, teria sido de seus pais e bisavós e foi herdada de seus ancestrais. Quando a usina chegou e começou o processo de construção, alagamento e formação do lago, tiveram que sair do povoado e migrar para a cidade. A família recebeu indenização e, com a verba, comprou uma casa num bairro periférico da cidade.

Na realização desse trabalho entrevistei Dona Consola e seu filho Cleomar, que frisou o estado debilitado da mãe que, depois que mudou para cidade, passou a enfrentar problemas psicológicos como depressão, pois já estava com a idade avançada (por volta dos 70 anos) quando, em 2009, teve que sair do lugar de onde nasceu, foi criada e teve seus filhos. Sobre o processo da mudança da terra, Cleomar diz:

Ainda me lembro lá que chegou um, esse negociador mesmo, ele chegou lá e disse assim: “Oia se vocês não pegar, vai sair todo mundo com as trouxa na cabeça, porque quando disser assim, é pra fechar, **vai ser que nem formiga, uns vão sair nadando com as trouxa na cabeça** sem direito a nada e se tiver que receber é agora antes do lago encher. Quando encher e vocês sair, vocês não recebem mais nada não”. Aí, aquilo a gente botava na cabeça. Aí, saía pelo medo. Aí, a gente pegou e aceitou a proposta (Cleomar, Entrevista Oral, 2015, grifos meus).

Através da história de vida de Cleomar, observa-se as formas de negociações por parte dos empreendedores durante o processo de indenização das terras que seriam alagadas. Cabe frisar que, neste caso, essa família foi considerada atingida¹⁷ pelo empreendimento, por ter a

¹⁷ Para conceituar o termo atingido, Carlos Vainer (2008) destaca duas concepções: a territorial patrimonialista e a concepção hídrica. A primeira está relacionada à ação do empreendedor determinada pelo domínio da propriedade, ou seja, os atingidos neste caso são donos das terras. Já a concepção hídrica trata-se do atingido que foi inundado e retirado do local em que vivia, nesse caso se destacam os povos e comunidades tradicionais. Cabe ressaltar que o conceito de atingido esteve em disputa, como mencionam Vainer (2008) e Fleury (2013).

posse legal da terra, diferente de inúmeras populações que atualmente vêm reivindicando os direitos violados pela barragem. Partindo desse cenário, observa-se que, mesmo tendo sido indenizada, a vida e o cotidiano rural de Dona Consola foram drasticamente alterados. As mudanças na vida de Dona Consola e sua família traziam a rememoração de como vivia antes da barragem, destacando a produtividade da sua terra, o sossego de viver no sertão, o que demonstra as memórias que tem da terra alagada. Após esse trabalho, tive o interesse em continuar com os estudos acerca das populações atingidas pela UHEE, passando a criar a temática que pretendia construir no meu TCC.

Havia pensado em ter como campo empírico a comunidade atingida da Fazenda São José, tratando-se da família de Dona Consola, entretanto, a barragem e a migração do campo para a cidade fizeram com que muitos se dispersassem em diferentes regiões, o que acabou dificultando meu acesso a esse campo. No entanto, segui visando encontrar um grupo social atingido, pois queria falar a partir da percepção das comunidades atingidas e, com o aprofundamento de meu trabalho, nas disciplinas de Metodologia da Pesquisa, quando tive orientação, foi que direcionei melhor as problemáticas a serem discutidas no estudo da monografia.

Nos estudos e pesquisas sobre a barragem, acabei tendo contato com uma professora e militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que, naquela época, 2017, estava lecionando no curso de Educação do Campo em Tocantinópolis (TO), no mesmo campus que eu estudava. Busquei contato inicial, pois naquele ano ocorreria, no Rio de Janeiro, o 8º Encontro Nacional do MAB¹⁸, entre 1 e 5 de outubro, e soube que a universidade organizava uma caravana que levaria um grupo de alunos/as para o encontro. Assim, fui com o interesse de inserir meu nome e poder participar, mas também buscar auxílio acerca de materiais, pesquisas e estudos sobre a comunidade atingida de Estreito. Com esse contato, além de trocas de materiais, de sua pesquisa de dissertação, de folhetos e documentários sobre populações atingidas no âmbito nacional, fui informado que havia uma comunidade ribeirinha que ocupava um território em Palmeiras do Tocantins (TO) que reivindicava as violações dos direitos

¹⁸ O maior encontro de atingidos por barragens da história do Brasil realizado até o momento aconteceu entre 1 e 5 de outubro de 2017, no Rio de Janeiro. O 8º Encontro Nacional do MAB reuniu mais de 3.500 atingidos organizados no MAB, centenas de trabalhadores e militantes de organizações de 19 países. A atividade ocorreu no centenário da Revolução Russa, e afirmou a necessidade de unidade da classe trabalhadora no Brasil pela soberania nacional e definiu os rumos para a luta de um Projeto Energético Popular com soberania, distribuição da riqueza e controle popular. Como marco, foi realizada uma grande marcha, que contou com a presença de cerca de 20 mil pessoas no coração da cidade, no caminho entre as duas grandes estatais de energia do país, a Eletrobras e a Petrobras (MAB Nacional, 2020).

causados pela barragem. A professora me indicou que eu poderia realizar um trabalho sobre a comunidade e que ela me passaria o contato da representante do acampamento.

A primeira vez que ouvi falar do Acampamento Coragem foi por intermédio dessa professora que, além de lecionar, tinha o conhecimento da formação dessa comunidade, pois era coordenadora do MAB Tocantins e estava à frente das lutas e reivindicações das populações atingidas pela UHE de Estreito. Após me passar o contato da representante, Dona Jacirene, com quem estabeleci contato, fui informado que era ela quem articulava as demandas do acampamento. Quando entrei em contato pela primeira vez com Dona Jacirene, ela estava no Rio de Janeiro, onde participou do 8º Encontro Nacional do MAB, do qual, infelizmente, não consegui participar por falta de custeio e verba universitária. Após saber disso, combinamos de aguardar o seu retorno à cidade para podermos marcar uma conversa em que eu pudesse me apresentar e falar sobre a pesquisa que pretendia realizar.

Em 2 de novembro de 2017, aconteceu o primeiro contato que tive com uma acampada, ribeirinha e pescadora atingida pela UHE de Estreito. Antes, já havia falado com Dona Consola, mas Dona Jacirene se tratava de uma pessoa que não foi indenizada e buscava alternativas de continuar exercendo seus modos de vida¹⁹. Na tarde desse dia, fui à sua casa que fica na mesma rua onde se situa a Colônia de Pescadores Z35 da cidade de Estreito. Estavam me aguardando: ela, o esposo, as três filhas e os dois netos, sentados na frente da casa. Quando cheguei, me apresentei e logo após me ofereceram uma cadeira, me sentei, e a conversa fluiu a partir dali.

Fiquei sabendo que ela e o esposo não tinham ido para o acampamento porque estavam à minha espera, pois tínhamos marcado anteriormente. Logo, ela já havia tido o conhecimento a partir da professora de que eu iria lhe procurar, ou seja, a abertura do meu primeiro contato veio de antemão pela articulação da professora/militante do MAB. Conversei com ela e o seu esposo sobre todo o processo dos conflitos causados pela usina, até o processo de chegada ao acampamento. Fazia só dois anos que tinham fincado ocupação naquele território. Como disse Dona Jacirene, aquele era o “caçula” entre os demais acampamentos que se formaram na beira do lago.

As primeiras informações sobre o conflito hidrelétrico foram sendo narradas pelo casal, que me apresentou suas trajetórias de vida logo nesse primeiro contato. Passei a compreender a dimensão do que a barragem de Estreito havia causado às populações que perderam seus territórios, como Dona Consola que havia sido indenizada, mas não se adaptou ao ambiente

¹⁹ A concepção de modo de vida tem sido utilizada por vários/as autores/as que apontam que essa categoria se trata especificamente das transformações que as sociedades rurais enfrentavam no período da industrialização (Braga, Fiúza e Rimualdo, 2017).

urbano, e agora um grupo de pescadores/as e ribeirinhos/as que reivindicavam seus direitos de permanecerem ocupando a beira do rio. A ocupação que se formou em Palmeiras do Tocantins (TO) havia recentemente entrado em processo judicial. Fui informado, inclusive, que, logo que retornou do Rio de Janeiro, a representante do MAB participou da primeira audiência e que se preparava para nova audiência que iria ocorrer em 13 de dezembro daquele ano. Cabe ressaltar que esse processo só ocorreu após entrarem junto a defensoria pública. Antes disso, o Ceste nunca havia implicado com a ocupação. Nessa conversa, pude compreender o início das disputas judiciais que se instauravam entre a comunidade e os empreendedores acerca da luta pela terra.

A formação do acampamento ocorreu a partir das reivindicações de pescadores/as e ribeirinhos/as pela necessidade de ocuparem uma terra às margens do rio e, com isso, continuarem exercendo seus modos de vida atrelados à pesca, ao plantio e à criação de animais. Desde o primeiro contato, percebi entre as demandas do casal de atingidos a (re)existência marcada em suas trajetórias de vida. Ao perderem o território em que ocupavam e tinham seus Pontos de Pesca, a barragem acabou tirando-lhes as formas de pertencimento aos territórios das margens do rio. Passaram a buscar formas de continuarem exercendo suas práticas culturais, embora, para isso, necessitassem de um lugar para fixarem ocupação, como relata Seu Antonio *“porque a gente sempre tá pelejando é por o lugar mesmo, pra ficar no lugar”* (entrevista realizada em 02/11/2017). Assim, fui obtendo, ao ouvi-los, as minhas primeiras impressões acerca de como aquele casal fincou moradia em um território em disputa contra os empreendedores da usina, e que, desde então, essas pessoas enfrentavam uma série de conflitos para permanecerem na terra e para serem indenizados pelos danos que afetaram, entre outras coisas, a pesca.

Foi a partir de então que vi, finalmente, a problemática de estudo tecida por intermédio daquele casal de atingidos. A conversa e o contato prévio permitiram que meu olhar sobre esse possível campo se descortinasse, como também o meu entendimento acerca do conflito hidrelétrico de Estreito. Precisava conhecer o acampamento para iniciar meu processo de pesquisa, mesmo sabendo dos desafios enfrentados nos trajetos até à comunidade, que demandavam um percurso desafiador para quem nunca havia ido a um acampamento. Desse modo, soube por Seu Antonio, Dona Jacirene e também através de suas filhas que, de alguma forma, contribuíram com essa primeira conversa, dos dois caminhos possíveis para se chegar até o acampamento.

Nas fotografias 1 e 2, destacam-se os dois portos de acesso, sendo o primeiro deles mais utilizado pelos/as ocupantes que têm algum transporte como carro ou moto, para se deslocarem

da cidade até aproximadamente 23km do primeiro porto que fica mais próximo da comunidade no sentido da travessia, uma vez que o acesso ao acampamento ocorre só por vias fluviais. O segundo porto trata-se do porto da Cooperativa (Cooperatins – Cooperativa de Pescadores e Piscicultores do Médio Tocantins), uma das medidas compensatórias do empreendimento para que pescadores/as pudessem ter acesso ao rio. Esse porto, em que ficam ancoradas as embarcações de toda a comunidade pesqueira, localiza-se próximo à Praia da Cigana e está a 12km de distância da cidade, entretanto, são disponibilizados transportes que levam os/as pescadores da cidade até a beira do lago.

Antes da barragem, o porto ficava próximo à colônia e era de muito fácil acesso a todos/as os/as pescadores/as. Em razão do alagamento, esse porto da rampa, como é conhecido, não existe mais. Dessa forma, para se deslocarem até onde ficam ancorados seus barcos, necessitam dos transportes disponibilizados pelo consórcio (como medida compensatória), que ocorre em horários específicos marcados pela empresa. A ida por esse segundo porto ocorre de forma mais demorada, de barco, do Porto da Cooperativa²⁰ até o acampamento, demorando cerca de 40 a 50 minutos, diferente do primeiro porto, em que a travessia ocorre em 10 minutos.

²⁰ As questões referentes aos deslocamentos realizados entre a cidade e a Cooperativa, o acesso dos transportes para fins desse serviço, as diferentes realidades entre a mudança ocorrida sobre a proximidade do rio e agora, serão tratadas melhor no Capítulo 5 desta tese.

Fotografia 1 – Porto “particular” de acesso à comunidade



Fonte: Machado (julho/2024).

Fotografia 2 – Porto da Cooperativa



Fonte: Machado (dezembro/2017).

Percebi que o acesso à comunidade não era tão fácil como tinha imaginado, no entanto, isso não me desmotivou a conhecer o acampamento. Durante nossa conversa, fiquei sabendo que no domingo próximo, dia 05 de novembro de 2017, ocorreria a reunião mensal na comunidade. Essa reunião ocorria todo primeiro domingo do mês e eram levantadas as pautas sobre a disputa pela terra, o processo judicial, a organização social e política dentro da própria comunidade, bem como as demandas levantadas conjuntamente para melhoria da ocupação. Seu Antonio e Dona Jacirene já retornariam no outro dia para a comunidade, então me convidam para participar da reunião: “*é melhor ir na reunião, vê o movimento, vê o pessoal*”. Indaguei sobre como faria para chegar até o acampamento já que não poderia ir logo no dia seguinte com eles. Com isso, nesse mesmo dia, foi articulada a minha primeira ida ao acampamento. A família se dispôs a arranjar alguém que me levasse até o porto para, assim, ir me buscar e eu poder participar da reunião.

Ficou combinado que um dos genros de Dona Jacirene me levaria, que eu chegasse cedo no domingo para me deslocar até à comunidade, pois a reunião estava marcada para ocorrer às 08h00. Com isso, saí desse primeiro contato com meu ingresso à comunidade marcado para ocorrer dali a três dias. Fui muito bem acolhido por toda a família, percebi a confiabilidade na minha escuta ao tratarem de temas tão caros e importantes para eles/as com uma pessoa que estariam vendo pela primeira vez. No entanto, compreendi esse aval partindo das mediações da militante do MAB, que deu abertura para que eu pudesse ser inserido ao campo.

Ao sair de lá tive a certeza de como meu trabalho viria a se construir sobre as concepções daquele grupo acampado. Carregava comigo as expectativas em conhecer o acampamento e me apresentar para toda a comunidade, mas vislumbrei naquele momento que algo iria ser tecido a partir daquela troca. Esse primeiro contato estreitou as relações que viriam a se estabelecer nesse campo e, conseqüentemente, consolidaria um campo de estudo que se desmembraria para além da construção de uma monografia.

1.3 “Tá escrevendo a história do acampamento”: interações sociais entre acampados/as e pesquisador

As interações sociais construídas por intermédio das relações estabelecidas entre mim, enquanto pesquisador, e o campo de pesquisa possibilitaram-me uma gama de elementos fundamentais para compor a construção desse estudo. Nesse debate, é importante situar que a aproximação com o *lócus* de pesquisa proporciona uma multiplicidade de análises e

aprofundamento teórico-metodológico sobre como observar, descrever e analisar o campo empírico.

A pesquisa etnográfica possibilita uma série de contribuições às indagações sobre o campo empírico, pois é, perceptível através da imersão realizada em pesquisas de campo, o estreitamento das relações estabelecidas entre pesquisador e interlocutores/as. A proximidade, a observação participante, o contato direto, a longa duração, são prerrogativas pautadas em diferentes perspectivas etnográficas que analisam diversas sociedades em suas dimensões culturais, econômicas, linguísticas e sociais. A aproximação com o campo é fator preponderante de estudos etnográficos, tal como defendido pelos clássicos da Antropologia Social, Bronislaw Malinowski, Clifford Geertz, Roberto Cardoso de Oliveira, Gilberto Velho, Marilyn Strathern, e um amplo leque que antropólogos e antropólogas que têm abordado o tema nos últimos anos.

A observação e a participação com o campo empírico estão para além do contato direto com a comunidade, assim como a imersão no campo da pesquisa, como também o contato e impressões a serem estabelecidas durante esse trajeto. No campo da etnografia, a observação participante é fator preponderante para chegada e aproximação do campo de estudo, pesquisas como as dos antropólogos Bronislaw Malinowski (1986), Clifford Geertz (1989;1997; 2005), Roberto Cardoso de Oliveira (1998), Gilberto Velho (1978), dentre outros, demonstram que a imersão, a observação e o contato direto e participativo com o campo são fatores essenciais para a compreensão da cultura, da vida e da existência das comunidades analisadas.

Para além das contribuições antropológicas, no campo da Sociologia²¹, o método etnográfico junto à observação participante foi utilizado como meio de contato direto para possíveis construções da realidade social e cultural do grupo que se pesquisa. Como na obra de William Foote Whyte, *Sociedades de Esquina* (2005), na qual o autor descreve as vivências num bairro de imigrantes italianos habitantes de Corneville, Estados Unidos, tendo realizado um trabalho de campo de quatro anos (1936 a 1940). A obra de Whyte é destaque no campo da Sociologia Urbana, especificamente por utilizar os fundamentos da observação participante em estudos de sociedades complexas.

Essa contextualização é importante para situarmos, no campo, as relações estabelecidas nesses anos de pesquisa e em como essa interação resultou neste estudo. Como já relatamos

²¹ A etnografia como método de investigação de sociedades complexas teve grande influência entre sociólogos, sobretudo o uso da etnometodologia como fundamental para o campo de pesquisa das ciências sociais, passando os procedimentos e técnicas de pesquisa a migrarem de uma sociologia funcionalista ou positivista para uma microsociologia com forte intervenção do método etnográfico, como a Escola de Chicago que teve grandes influências dos estudos antropológicos em sociedades complexas, orientados por análises de práticas culturais vinculadas a contextos sociais de grandes centros urbanos (Rocha e Ecket, 2008).

anteriormente, o primeiro contato estabelecido com a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem ocorreu em 02 de novembro de 2017, quando conheci a família de Dona Jacirene, que seria meu guia de campo, conforme os caminhos propostos por Whyte²² (2005). Essa família, desde 2017, tem sido o Doc da pesquisa, ela é quem faz o acompanhamento dentro da comunidade, apresentando aos/as moradores/as e fornecendo informações relevantes acerca do grupo de acampados/as.

Como combinado anteriormente com Seu Antonio e Dona Jacirene, no dia 05 de novembro, saí de casa em direção à residência onde ficavam suas filhas para pegar carona de moto com o genro do casal, que seria quem me levaria até o ponto de travessia para o acampamento. O percurso durou cerca de vinte minutos, logo que cheguei ao porto, já encontrei Seu Antonio me aguardando em seu barco para atravessarmos. Cheguei à comunidade às 07h20, e logo percebi a presença de alguns dos/as moradores/as que já se encontravam no galpão do barracão de Dona Jacirene, que é feito de barro, com muretas e balcão de alvenaria, sendo coberto por telhas e uma pequena parte por palha. De imediato percebi o galpão onde cada integrante se senta ao redor da grande área na qual, ao centro, destaca-se uma mesa com café e comidas expostas. Em todas as reuniões, cada pessoa trazia algo para contribuir com o café que tomavam antes de iniciarem as pautas do dia.

Ao chegar, cumprimentei cada morador/a me apresentando brevemente, ouvi entre as conversas os debates sobre as demarcações da Área de Preservação Permanente (APP) e que, dias atrás, os fiscais do Ceste haviam passado pela comunidade demarcando essas áreas. Muitos relatavam que a APP “*comeu meu lote todinho*”, tendo que a maioria dos barracões da comunidade serem desmontados e reconstruídos fora da APP. Relatavam esse contato com as demarcações e indagavam mutualmente: “*Eles já passaram por lá?*”. Quando me apresento, logo um dos moradores me cumprimenta e diz “*Seu fiscal do Ceste*” (risos) e se benze em seguida, tendo “brincado” ao associar minha chegada com a situação que a comunidade vinha enfrentando ao acompanhar a presença de fiscais do empreendimento em seus lotes. Sou bem recebido por todos/as, alguns me desejam as boas-vindas e outros/as me perguntam da

²² Para Whyte (2005), a realização da observação participante requer do pesquisador alguns cuidados, dentre eles: o tempo passado em campo e em contato com o grupo pesquisado; a importância de estabelecer relações pessoais com membros para obter êxito na aceitação no grupo pesquisado; o pesquisador deve afirmar e reafirmar o seu papel como pesquisador, por mais que seja aceito pelo grupo, ele jamais se transformará em nativo; o pesquisador deve ter um guia de campo, ou Doc, o informante que contribui para a sua entrada no campo; é preciso saber perguntar e quando não perguntar, e também que perguntas fazer; é preciso reconhecer e aprender com os erros; a importância da devolução dos resultados do trabalho à comunidade pesquisada.

professora/militante do MAB. Nesse momento, percebi que a minha ida à comunidade automaticamente se vinculava ao movimento, já na própria concepção dos/as moradores.

Nesse dia, a comunidade se reunia como em todo primeiro domingo do mês e várias pautas estavam sendo levantadas na reunião. Dona Jacirene perguntou se eu gostaria de falar um pouco durante a reunião e, mesmo envergonhado, digo que sim, para poder me apresentar. Aos poucos, o número de pessoas aumenta sob o galpão e Dona Jacirene chama a atenção para dar início à reunião, pois *“Quem não veio é porque não vem mais”*. Às 08h28 daquela manhã, a reunião se iniciou. Estavam reunidos 43 moradores/as, entre homens, mulheres e crianças. Todos/as se levantaram e deram-se as mãos, abrindo a reunião com rezas e orações do Pai-Nosso e da Ave Maria. Após a reza, cada um/uma se apresentou dizendo o nome e número do respectivo lote que ocupava, em seguida tive a oportunidade, já de antemão, de me apresentar enquanto pesquisador.

Os pontos levantados nesse dia para debate ocorreram em volta das informações trazidas sobre a reunião que ocorreria em Araguaína (TO), no dia 13 de novembro de 2017, acerca do processo judicial da terra, e que era importante a participação de todos/as. A construção dos barracões, a marcação da APP e a realização de mutirões para o auxílio da construção de barracões foram as pautas discutidas naquele dia.

“Quem não pode trabalhar, não pode ficar na terra”: esta fala da ouvidoria é discutida durante a reunião, pois segundo alguns moradores que destacam a passagem dos fiscais do CESTE sobre seus barracões, apontam que eles sempre tiram muitas fotos e gravam tudo. Durante essa vistoria, muitos foram os barracões encontrados vazios, e por isso que muitas das falas ouvidas durante a reunião foi a de que só tem direito no lote quem trabalhar (Machado, 2017, p. 53, grifos meus).

O primeiro contato com o campo trouxe várias impressões, dados e possibilidades de construir uma pesquisa monográfica. Dentre as demandas sobre ocupar a terra, pude perceber naquele primeiro momento que ocupar, produzir e resistir estavam entre os requisitos para permanecer na comunidade. Nessa época, haviam participado de algumas audiências públicas sobre o processo judicial da disputa da terra. Em razão disso, muito se falou sobre estar no lote, cuidar do seu barracão e, para quem não construiu, que procurasse construí-lo, tendo até ocorrido uma articulação sobre realizarem mutirões para auxiliar os/as moradores que ainda não tinha levantado suas casas.

Os debates pautados nessa primeira reunião chamavam a atenção da própria comunidade a respeito da ocupação. Nesse dia, achei bastante representativo o número de pessoas presentes, mas Dona Jacirene me falou que muitos faltaram e são poucos os que se interessavam pelas pautas discutidas ali. Foi pontuado o debate sobre os lotes desocupados e a importância de

demarcá-los, de “*ter que ir pro lote pra morar*”, construir seus barracões, fazer suas roças e ocupar de fato e não usar como ponto de visita “*tem que haver trabalho no lote*”, como afirma Seu Antonio, pois a ausência de boa parte dos/as ocupantes, acaba enfraquecendo a coletividade que destaca a importância em trabalhar na terra (Machado, 2017). Para compor parte da comunidade é explicitada a necessidade em morar no acampamento, porque todos os lotes estão distribuídos. Por isso, destacam que se encontravam muitos lotes abandonados, que inclusive os fiscais do Ceste passaram por eles e não viram os/as moradores/as. Dessa forma, tentavam articular seja por meio de mutirões ou chamando a atenção daqueles/as que ainda precisam levantar suas moradias, pois “*Só tem direito no barraco quem trabalhar*”, seguindo os pressupostos da própria reivindicação deles e delas: ocupar, produzir e resistir, são os meios pelos quais irão lutar para a conquista desta terra.

Na fotografia 3, destacam-se os/as moradores/as que participaram da reunião que observei naquele dia, sendo notório o número significativo de homens, mulheres e crianças. Como se observa, reuniram-se no barracão “Encontro”, onde moram Dona Jacirene e Seu Antonio, local que era o ponto de encontro de toda a comunidade para realizarem reuniões, debaterem os aspectos a respeito da permanência na terra e das pautas futuras a serem realizadas dentro da comunidade.

Fotografia 3 – Conhecendo o Acampamento Coragem



Fonte: Machado (novembro/2017).

A chegada no campo revela muita ansiedade, expectativa e receios sobre como os próximos passos serão construídos a partir desse contato. Sendo assim, na primeira visita ao Acampamento Coragem fui tomado de um sentimento natural de estranhar o familiar (Velho, 1978). A partir das contribuições de Lícia Valladares (2007), é possível refletir sobre o processo de imersão no campo. De antemão, o pesquisador passa a se sentir aterrissando em um território desconhecido, compreendendo aos poucos que as situações observadas estão fora do seu controle. Muitas impressões, reflexões e interações foram iniciadas nesse primeiro momento.

A reunião encerrou-se por volta das 09h44, com todos/as contribuindo para a viagem que fariam para Araguaína, em 13 de novembro de 2017, para conversarem com representantes do Incra acerca da ocupação. Quando se encerrou a reunião, saí junto ao Seu Antonio e Seu João que me mostraram a outra parte do seu lote, como suas roças de toco, na qual estava plantando mandiocas e percebia-se o início da germinação de algumas mudas. Ele me mostrou a dimensão territorial do seu lote me explicando o que pretendia fazer até então. Como precisava retornar para Estreito logo pela manhã, consegui carona com Seu Assis, me despedi de todos/as e segui até seu lote, onde ele foi buscar seus pertences para só então podermos retornar para a cidade.

Através desse primeiro contato, passei a articular a próxima ida à comunidade, que só veio ocorrer um mês depois, no dia 10 de dezembro de 2017. De antemão, utilizei as observações das reuniões mensais como possibilidade de coleta de dados e por, também, fazer parte de uns dos instrumentos metodológicos utilizados para realização da pesquisa.

Dentro desse cenário, minha trajetória enquanto pesquisador se iniciava ali naquela comunidade que se reunia e buscava formas de resistir e lutar por aquela terra. Ainda durante o processo de pesquisa monográfica, estive produzindo dados para compreender as concepções da comunidade atingida pela barragem de Estreito acerca da construção e dos efeitos do grande empreendimento. A pesquisa realizada com a comunidade iniciou-se em novembro de 2017 e foi até fevereiro de 2018, quando concluí as entrevistas. Refletindo sobre o que os dados me falavam, entre os materiais que lia e no fim da minha trajetória na graduação, pude concluir essa pesquisa que seria construída no Trabalho de Conclusão de Curso: “*O Acampamento Coragem: impactos, conflitos e percepções em torno da Usina Hidrelétrica de Estreito - MA*” (Machado, 2017).

Esse trabalho trouxe o conhecimento acerca das temáticas socioambientais que estavam por volta do empreendimento hidrelétrico. Após o contato direto com a comunidade ribeirinha, a pesquisa monográfica constatou as violações de direitos humanos, os deslocamentos compulsórios e a busca incessante destas populações por continuarem (re)existindo após o processo de expropriação. Com isso, entendi que existiam questões para além das afetações, existiam narrativas, territorialidades e relações intrínsecas a serem aprofundadas naquele campo. Com essa pesquisa, pude realizar o primeiro estudo sobre o Acampamento Coragem, o que posteriormente se multiplicaria em novas monografias²³, uma dissertação, e por fim, esta tese de doutorado.

As indagações e reflexões que um campo nos revela podem abrir diferentes possibilidades analíticas. Dessa forma, após ter a monografia concluída, surgiram outras indagações acerca dos acampados/as e suas relações com a terra em disputa. Assim, em agosto de 2018, com meu ingresso no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Tocantins, continuei me debruçando sobre as problematizações que envolviam o Acampamento Coragem e os conflitos com UHEE. A retomada ao campo trouxe aproximações, familiaridade e novos olhares a serem compreendidos sobre os/as acampados/as. Após esse período, acompanhava as reuniões mensais que a comunidade realizava para discutir sobre o futuro da ocupação, entre as incertezas de se fixarem

²³ Ver os trabalhos de Gerson da Silva (2021) e Lucas Amario (2022).

territorialmente nesta terra em disputa, nas quais pude observar a organização social e política da comunidade, os processos de desterritorialização e reterritorialização que trouxeram impressões de como a barragem de Estreito ocasionou violações ainda mais profundas aos/as acampados/as que eu não havia percebido no trabalho anterior. Por exemplo, a relação afetiva com o território alagado, além de compreender que o território ribeirinho definido por eles e elas se tratava do beiradão do Rio Tocantins, e não de um local específico em que toda a comunidade vivia junto.

Era na beira do rio aqui oh, na beira do rio até longe, não era só em um lugar, entendeu? A beira do rio aí da barragem pra cima, daqui do Estreito pra cima, em todo lugar tinha uns barraquinho, cada um pescador tinha um apoio de pesca, entendeu? Aí era assim, não é só aqui perto, tem é longe. Aí, a gente como não tem mais chance de ir pra longe porque todo lugar é dos fazendeiro (Seu Antonio, Conversa Informal, 02/11/2017, grifos meus).

Os territórios formados e onde viviam antes da barragem são as margens do rio, em que fixavam seus Pontos de Pesca, plantavam vazantes, cultivavam a terra, criavam animais e pescavam, como destaca a narrativa de Seu Antonio. O beiradão do Rio Tocantins é conhecido historicamente pelos/as pescadores/as como lugar de pesca, fartura e sossego, tratava-se, então, da localização em que ribeirinhos/as, vazanteiros/as e pescadores/as construíam territorialidades. Com a vinda da barragem, esse processo foi violado e tais populações enfrentam até hoje os desafios de reconstruírem suas vidas após a devastação, alagamento, desmatamento e inundação de seus lugares de origem.

A partir disso, estive envolvido em compreender essas outras dimensões que a comunidade me apresentava. Entre os conflitos e as disputas na formação daquela comunidade, surgiram especificidades para as quais não haviam me atentado anteriormente, como a ancestralidade e o pertencimento ao beiradão do rio. Estive em campo entre agosto de 2018 e dezembro de 2019, participando das reuniões mensais, ficando na comunidade em julho, como anteriormente ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2018, quando observava o cotidiano das práticas culturais e da perpetuação dos modos de vida nesse lugar. Essas novas indagações resultaram na dissertação de mestrado *“A beira do rio é o nosso lugar”: os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e a vida ribeirinha no Acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins* (Machado, 2020), em que analisei os efeitos e conflitos ocasionados pela UHE de Estreito. Pude compreender, a partir da luta pela permanência na terra, o anseio da comunidade em se fixar territorialmente e os desafios da formação do acampamento.

Através desta pesquisa de dissertação, pude entender a construção do ser ribeirinho, da busca pela terra ribeirinha e rural, e das alterações e demarcações criadas para permanecerem

ocupando uma terra em disputa. Para além dessas questões, os dados coletados em campo apresentaram questões relacionadas às concepções do lugar. A partir das narrativas orais dos/as moradores/as tracei suas trajetórias até chegarem ao acampamento, através disso, constatou-se que a memória, as lembranças e a saudade do território alagado, do lugar de onde sofreram as violações, deslocamento e (re)existência assumia uma centralidade inesperada durante o trabalho de pesquisa. Ao falarem do acampamento, lembravam aquilo que perderam, de como construíram suas vidas à beira do rio e, diante dessa dificuldade de permanecer atualmente numa terra em disputa, não viam outra forma de continuarem exercendo seus modos de vida a não ser reivindicando o território que habitam hoje.

Entendi que a memória do lugar imprimia os sentidos e os significados de estarem reivindicando do direito de ocupar aquela terra, entretanto, não ficou explícito de que forma isso ocorria. Como precisava seguir as análises conforme as problemáticas apresentadas na dissertação de mestrado, essa impressão não foi analisada com maior atenção. Após a defesa, busquei de alguma forma pensar em novas perspectivas de pesquisa e compreendi que a questão da memória dentro de outras problemáticas que surgiam poderiam ser exploradas em um futuro projeto de tese, uma vez que as possibilidades de olhar o mesmo campo não se esgotaram.

Em vista disso, surgem as indagações que viriam a se propor para o que esta tese de doutoramento tem se debruçado em construir: a memória do lugar como pressuposto de ocupação e permanência no território ribeirinho do Acampamento Coragem. Visando entender as relações entre a memória e o lugar a partir das relações construídas pelo grupo no processo de formação, ocupação e permanência na comunidade, ou seja, a partir da memória do território alagado, os/as acampados/as reivindicam a permanência no território em disputa.

As tramas tecidas pelo rememorar o território alagado acabariam implicando nas reivindicações daquela comunidade que vem reivindicando o direito de ocupar, produzir e resistir. É possível, apesar de todas as ausências e disputas, permanecerem num território em disputa, com falta de políticas públicas, com a construção de um futuro incerto e todas as injustiças sociais e ambientais enfrentadas no decorrer dos anos? Percebi que, naquele mesmo campo, germinava um problema sociológico a ser analisado: a memória e o lugar enquanto prerrogativas para permanência em um território em disputa, pois são construídas outras territorialidades para reivindicar os modos de vida alterados em decorrência dos conflitos socioambientais da UHE de Estreito sobre a vida destas populações.

A longa duração no campo possibilitou o estreitamento nas interações sociais entre acampados/as e pesquisador. Para além dos processos teórico-metodológicos construídos nos caminhos percorridos na feitura da tese, pude observar o estreitamento das relações que obtive

no campo no decorrer desses anos de pesquisa. É recorrente o questionamento sobre que diferentes direções um mesmo caminho pode nos levar, ou, no caso desta tese, quais as possibilidades de estudo um mesmo campo pode proporcionar para a construção de novas abordagens de pesquisa sobre um mesmo fenômeno social?

Embora esse questionamento tenha sido enfrentado no decorrer da pesquisa, em campo, me deparei com indagações sobre novos olhares acerca da realidade empírica observada ali há tanto tempo, buscando ampliar as possibilidades e observar, compreender e ouvir o campo, entendendo de forma profunda aquilo que eu não percebi nos outros trabalhos.

Para além das pesquisas nesse campo realizadas por mim, destaco dois trabalhos monográficos que tiveram a comunidade como *lócus* de investigação sob minha coorientação, o que possibilitou novos olhares e perspectivas de estudo sobre o mesmo campo. Gerson Oliveira escreveu *A comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem e os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)* (2021), tendo analisado o entendimento da comunidade acampada em relação às afetações ocasionadas pela UHE de Estreito, enquanto Lucas Amario escreveu *Territorialidades Ribeirinhas: conflitos socioambientais da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) no Acampamento Coragem* (2022), analisando os processos de permanência e as territorialidades construídas na comunidade em relação aos processos de reterritorialização ocasionados pela construção da barragem. Os trabalhos foram realizados a partir de pesquisa financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) vinculados ao curso de Geografia da UFT, em parceria com Professor Dr. Airton Sieben, tendo meu projeto de dissertação articulado dois projetos de iniciação científica que contemplaram Gerson e Lucas em seu ingresso no campo de pesquisa que, posteriormente, resultou em seus trabalhos de conclusão de curso.

Nesse processo, entendi que minha trajetória enquanto pesquisador também havia mudado no decorrer dos anos. As relações foram se estabelecendo e as trocas e sociabilidades sendo construídas. Dessa forma, é importante entender essa interação como um exercício de pesquisa que ocasionou relações de confiança, afetividade e aproximações que se estabeleceram através do meu percurso de campo realizado durante a elaboração do TCC e aprofundamento na dissertação, o que possibilitou modificações na minha entrada em campo. As concepções que a comunidade tinha ao meu respeito ultrapassaram o sentido de ser apenas um pesquisador, mas da confiabilidade que pude perceber sendo construída nesse meu retorno com a tese de doutoramento.

Entender essa minha trajetória em campo me trouxe grandes reflexões sobre as relações que se estabeleciam nesses anos de estudo, da mesma forma que pude entender as novas

dinâmicas sendo firmadas naquele lugar. Essas reflexões estão em consonância com Antonio Braga (2015) que, em seu texto *A pedra, a informante e o etnógrafo: ou sobre quando as expectativas das nossas idas a campo não se realizam*, reflete sobre o seu lugar enquanto pesquisador no campo sobre os rituais das romarias em Juazeiro do Norte (CE). O autor busca apresentar as relações entre pesquisador-pesquisado durante sua prática de pesquisa etnográfica. Esse lugar em que há dez anos se dedicava a desenvolver estudos e pesquisas com aquele grupo social, mas que, atualmente, reflete a partir de todo o material empírico coletado. Em suas acepções, Braga (2015, p. 58) destaca que “o campo nunca se fecha completamente. Ele ainda continua em nossos cadernos de campo, nossos registros fotográficos, fonográficos, nas memórias que temos e nas relações afetivas que construímos”. Quando retorna ao campo de estudo para observar a visita ao Horto, durante a romaria realizada na cidade de Juazeiro do Norte, Braga menciona as possibilidades de se entender as relações de intersubjetividade entre pesquisador e pesquisado, como também, a capacidade de agência que seus interlocutores têm durante a realização de sua pesquisa.

As contribuições de Braga (2015) trazem reflexões sobre meu trajeto com a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, sobretudo, as trocas realizadas desde o início com Dona Jacirene que, junto do seu esposo, se formou enquanto Doc desse estudo. Nesses anos de pesquisa, desde 2017, ao tempo que retorno à comunidade, vi essa relação se estreitar e mudar no decorrer dos anos, da mesma forma que ocorreu com Whyte (2005, p. 302), que traçou a importância de ter um guia de campo ou informante chave em sua trajetória de pesquisa:

Minha relação com Doc mudou rapidamente nesse primeiro período em Cornerville. No início, ele era apenas um informante chave – e também meu padrinho. À medida que passávamos o tempo juntos, parei de tratá-lo como um informante passivo. Discutia bastante francamente com ele o que eu tentava fazer, que problemas me intrigavam, e assim por diante. Muito de nosso tempo era gasto nessa discussão de idéias e observações, de modo que Doc se tornou, num sentido muito real, um colaborador da pesquisa.

Desde o início, meu contato prévio com a família ocorria por troca de mensagens via *WhatsApp*, onde marcávamos as idas à comunidade, perguntava de algum evento possível de participar e de como andava o processo pela posse do acampamento. A troca de mensagens estreitou mais ainda essa relação, inclusive, quando não me comunicava ou “mandava notícias”, era sentido por eles/as, sempre era implícito a falta que o contato não estabelecido trazia para cada um/uma. Através disso, vi que, para além de guia de campo, as afetividades se estabeleceram no decorrer dos anos, Dona Jacirene sempre me falava sobre como estava e

sempre mencionou o acampamento. Lembro que, durante a pandemia da Covid-19²⁴ (2020), ela me relatou como estavam todos/as os/as ocupantes, que ficou de quarentena mantendo seu trajeto entre a comunidade e a cidade. Sempre me contava de como estavam as questões em relação à comunidade relatando a entrada de novos moradores e novas audiências sobre o processo da mortandade de peixes que ocorreram nesse período de 2020. Ela me contou que a causa havia sido ganha, tendo o seu desenrolar sobre o pagamento das multas que ocorreriam só em 2023.

Ainda no começo de 2020, quando pouco sabíamos sobre a pandemia e imaginávamos que logo o isolamento social e a pandemia seriam solucionados, tentei estabelecer meu retorno ao acampamento, ao que prontamente ela me falou que era só eu marcar: *“Na hora que tu quiser ir é só entrar em contato aí com nós, que nós vamo lá pra dar uma volta pra tu vê como é que tá”* (Conversa pelo WhatsApp, 09/04/2020), para que eu pudesse ver como estava o acampamento e todas as novas pautas que se instalavam, como a entrada de novos moradores²⁵ sem a articulação coletiva de toda a comunidade. Nesse dia, ela me contou que um dos moradores estava inserindo novos ocupantes sem o consentimento de toda a comunidade, inclusive tinham lhe desafiado enquanto representante, argumentando que ninguém mandava no acampamento e por isso foram se inserindo outros integrantes. Comentou que falou disso tudo com a representante do MAB e que, inclusive, marcaria uma reunião que ocorreria em abril daquele ano. Mas, por questões da pandemia e da quarentena estabelecida nos municípios logo que surgiram os primeiros casos de infectados com o vírus, não foi possível concretizar a ida dos militantes à comunidade.

Mesmo após defender a dissertação, mantive contato com ela para saber como andavam as questões relacionadas à saúde da sua família, como vinham enfrentando a pandemia e de que forma estava lidando com esse trajeto entre a comunidade e o acampamento. Em março de 2021, tentei marcar com ela uma nova ida à comunidade. A pandemia se intensificou bastante, aumentando o número de casos e mortes. Nosso contato se mantinha para sabermos da vida um do outro.

²⁴ A Covid-19 foi classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020, três meses após o primeiro caso descoberto em Wuhan, China. Trata-se de uma doença respiratória causada pelo vírus SARS-COV 2. A pandemia teve mais de 655 milhões de casos confirmados no mundo, e 6 milhões de vítimas fatais. Conforme Santos e Teixeira (2022), a pandemia da Covid-19, tem seus efeitos prolongados no tempo e mais diferentes esferas da vida em sociedade. Comprova-se pela mudança drástica na mudança ocasionada pelos decretos de isolamento e distanciamento social, e todas as demandas que se buscou para sanar os problemas ocasionados pelo vírus que, nos primeiros anos, não se conhecia formas de combatê-lo. A vacina contra esse tipo de contaminação foi aprovada e iniciado seu processo de imunização no Brasil no início de 2021.

²⁵ Sobre a entrada desses novos moradores, o Capítulo 06 abordará, pontuado as implicações que o ingresso de membros externos acarretou no processo de permanência no território.

Nós tamo aqui direto, os morador continua. Assim, fraquinho daquele jeito ainda, mas os que ficou é os corajoso mesmo ne? Pois é, mas tá tudo bem. Nam, a piracema não foi pra nós não, pro Maranhão não, foi só do lado do Tocantins que prorrogou mais um mês, vai terminar agora dia 30 de março. Só que pro Maranhão, a nossa colônia não teve mais não, dia 1º a gente começou a pescar, só que assim, também tem que ser quase do mesmo jeito que era antes ne, tá fechado porque a gente... se a gente for pego acontece a mesma coisa, vai multado aquela coisa de... dos coitado e os mais, tá tudo bom. Pois é, vamo vê se nós, se dá uma melhorada mais nesse problema veio nojento e aí nós vamo marcar o dia viu? Reunião não, não teve mais também não (Dona Jacirene, Conversa pelo WhatsApp, (09/03/2021).

De alguma forma, mantinha contato, nesse momento delicado para todo o mundo. Ao perceber a pandemia em nossa cidade e como os/as acampados/as se desdobravam em relação ao trabalho com a pesca, soube de notícias a respeito do aumento do prazo da piracema²⁶ que, naquele ano, se estendeu mais um mês em razão da Covid-19. Entretanto, isso ocorreu apenas no estado do Tocantins, não sendo contemplados os pescadores e pescadoras do Maranhão como a comunidade ribeirinha associados/as da colônia de Estreito. Como diz Dona Jacirene “*a gente começou a pescar*”, embora correndo o risco de multa devido às questões de fiscalização estarem no leito do Rio Tocantins.

Entre nossas conversas, mantínhamos contato sobre diferentes demandas da vida um do outro, perguntava sobre como toda sua família estava lidando com o isolamento social, a quarentena e se prevenindo, fiquei sabendo que, entre suas filhas, genros, esposo e netas/os se mantiveram em segurança sem serem afetados pelo vírus, mas atingiu outros membros de sua família. Ela me contava que permanecia indo para a comunidade e que ia para Estreito como de costume, às vezes para poder buscar os mantimentos e logo retornar para o acampamento “*Nam Laylson nós tamo indo lá no Estreito, assim nós tamo pescando naquela luta, sabe? Daquele jeito*”, a permanência na comunidade ocorreu mesmo em tempos pandêmicos, pois, como ela diz, “*indo no acampamento? Eu moro é lá*”.

Partindo dessas reflexões, pude notar que Dona Jacirene se tornava muito mais que uma informante chave para os estudos que vinha fazendo, da mesma forma que Whyte (2005) percebeu que “Doc se tornou, num sentido muito real, um colaborador da pesquisa”. Conversar sobre a comunidade e as demais pautas trazidas por ela era fundamental para o meu entendimento acerca dos desdobramentos que a ocupação teve nos últimos anos, além disso, pude entender melhor como cada ocupante tinha vivenciado o período pandêmico. Sobre esse período, pude obter mais informações quando retornei à comunidade, em 2023, e Dona Miúda me contou como enfrentou esse processo.

²⁶ A Piracema é prorrogada por mais 30 dias no Tocantins. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/03/01/piracema-e-prorrogada-por-mais-30-dias-no-tocantins.ghtml>. Acesso em: 03/07/2024.

Quando chego em seu barracão, Dona Miúda está preparando um *chambari*²⁷ para o almoço. Em conversa com ela, me fala “As coisas aqui tá difícil, meu fii”. Relatando sobre os problemas de saúde que enfrentou nos últimos anos, **“quando a gente adoece o serviço fica mais devagar”**. Fala que, durante a pandemia da Covid-19, chegaram a ficar entre dois a três meses isolados na comunidade, tendo os filhos trazido os mantimentos para eles e, buscando fugir da contaminação do vírus, passaram mais tempo na comunidade (Diário de Campo, 26/03/2023, grifos meus).

Em 2023, quando tive a oportunidade de retornar ao acampamento, soube de antemão como andavam as novas interações de demandas da comunidade. Entre as primeiras questões, as concepções sobre a pandemia me trouxeram o entendimento de que o isolamento social ocorreria de melhor forma com a permanência deles/as na comunidade, devido ao fato que só se tem acesso ao acampamento por vias fluviais e estar ocupando a terra foi uma maneira que mobilizou o distanciamento social da cidade que estava afetada pelo vírus. Isso contribuiu para que o grupo se mantivesse sem contágio pelo Coronavírus. Depois que Dona Jacirene foi contaminada, em abril de 2021, ao lhe enviar mensagem, contei sobre minha aprovação no Doutorado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas e falei da minha vontade em ir até a sua casa para lhe mostrar a dissertação e podermos conversar, já que ir para o acampamento estava mais difícil. Ela me contou que estava com Covid e não se sentindo muito bem, mas ficou bastante feliz, me parabenizando e dizendo que logo poderíamos marcar para que eu pudesse lhe entregar a dissertação.

No dia 31 março de 2022, antes de ir para Pelotas (RS) fui até a residência do casal em Estreito para lhe entregar a cópia da dissertação. Infelizmente, não consegui levar até a comunidade pelas implicações da pandemia, mas pude conversar pessoalmente com Dona Jacirene depois do nosso último encontro na comunidade em 2019, quando foi realizada a cartografia social do acampamento. Nesse dia, ela me contou que o acampamento estava devagar, que lá estava “fraco”, como ela mencionava ao falar sobre os ocupantes. Inclusive, por conta da gravidez das filhas, ela estava ficando mais na cidade para acompanhar a gestação e o nascimento das netas. Falamos sobre a minha mudança para Pelotas, que ocorreria em abril, e ela me contou sobre os militantes do MAB do Sul que, nos encontros e congressos, conheceu muita gente de todo o país, sobretudo do extremo sul. Entreguei a dissertação mostrando algumas partes, dizendo que é para ela ler e mostrar para Seu Antonio que, nesse dia, não estava em casa e tinha ido pescar. Ao fim da tarde, após conversas e cafés, me despeço, dizendo que logo retornarei para podermos ir à comunidade. Embora ela tenha comentado sobre o enfraquecimento da ocupação, permaneceu até hoje presente na comunidade, sobretudo como

²⁷ Chambari ou Chambaril, trata-se de um prato típico da região. Refere-se à parte do músculo da canela do boi. Trata-se de um prato cozido com mandioca, ou outros vegetais, bem característicos nas regiões interioranas.

representante. Em razão de alguns conflitos internos, até tentou se desvencilhar, mas não conseguiu, passando a ocupar o cargo de tesoureira na associação que se formou em 2024.

Ao tomar notas sobre esses anos de estudo, ao rever os diários de campo, entrevistas, conversas, informações e todas as interações que obtive com o campo de 2017 até hoje, notei fortemente a capacidade de agência (Whyte, 2005) que os/as interlocutores desse estudo têm sobre esse trabalho, sobretudo Dona Jacirene e Seu Antonio. Perante essas indagações, fui notando outras tramas que se teciam de forma despercebida aos meus olhares, como Braga (2015) que, ao retomar seus materiais empíricos, e pisar 10 anos após no campo de seu estudo, passou a indagar a respeito daquilo que percebia agora e que não foi percebido no momento em que realizava sua pesquisa de campo. Olhando todo esse processo, notei as lacunas deixadas no decorrer desses anos de pesquisa de campo. Em algum momento, passei a pensar que as relações se estreitaram tardiamente, mas, olhando para os primeiros diários e materiais de campo, percebo que Dona Jacirene, Seu Antonio e eu já tínhamos construído relações de intersubjetividade desde o início de meu trajeto. Com isso, compreendi os movimentos realizados durante essa trajetória e que isso trazia grandes contribuições para novas possibilidades que se revelaram a mim durante esse percurso, pois bem sabemos que o campo e as coisas se movem (Braga, 2015) e é através dessas movimentações que se consolidam as relações, interações, sociabilidades e o campo em si.

A presença da subjetividade é um pressuposto bastante comum em pesquisas desta natureza. É importante termos em mente que, durante esses processos de investigação científica, é impossível existir a ausência total da subjetividade, isto é, ela passa a ser um instrumento analítico acerca de como essas relações entre campo e pesquisa se constroem no exercício investigativo.

A realidade sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. Este movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros (Velho, 1978, p. 42-43).

Entender o campo com a sua gama de possibilidades me trouxe a compreensão de que, ao voltar para a comunidade em 2023, as relações de confiança e proximidade estavam mais estreitas e que as interações ocorridas entre mim e eles/as se estabeleciam com confiabilidade e inserção nesse meio que outrora eu não havia vivenciado ou percebido ativamente. A partir disso, como aponta Velho (1978), é inevitável o envolvimento com o campo de estudo e isso

não se apresenta enquanto um empecilho ou defeito de análise científica. Em vista disso, nota-se que as sociabilidades construídas em campo abarcam as impressões e entendimentos que o retorno demonstrou ao compreender o estreitamento das relações sociais obtidas em campo, o que possibilitou diferentes formas de vivenciar e entender o *lócus*.

Somando às contribuições de Velho (1978) acerca da familiaridade e aproximação com seu campo de estudo, Wellington Conceição (2016) traz, em seu trabalho, reflexões sobre este envolvimento. Em pesquisa realizada sobre a Cidade Alta, um bairro carioca em que morava e onde sua família se mantinha presente desde a fundação, passou a visualizar este cenário como uma possibilidade de campo de pesquisa, refletindo acerca da subjetividade do cientista social em relação ao seu campo de estudo. Embora o cientista enfrente um grande desafio sobre a análise e o entendimento da sua própria realidade social como campo de investigação científica, pode contribuir para pesquisas de cunho etnográfico nas ciências sociais.

Fazer pesquisa de campo dentro do seu próprio país, ou até mesmo na própria cidade, obrigava o pesquisador a repensar a utilização dos critérios que marcavam a distância, como as dualidades “primitivo-desenvolvido” e “selvagem-civilizado”. Passou-se a questionar também até que ponto não existe relação/envolvimento entre pesquisador e investigação, principalmente quando a pesquisa envolve uma construção de relações, como acontece no trabalho de campo que contempla a etnografia e a observação participante. Mas ainda assim, há quem defenda, numa perspectiva científicista, que essa relação pesquisador-objeto deve preservar a distância, e nessa perspectiva, pesquisadores não deveriam buscar seus grupos sociais para desenvolver sua investigação (Conceição, 2016, p. 42).

Em suas análises, Conceição (2016) pode perceber que falar do lugar enquanto morador e pesquisador facilitou suas interações em campo, sendo percebido como alguém próximo, pois era morador de um bairro pobre, viveu em um conjunto habitacional, além da relação familiar de seus parentes que viviam em uma favela. Essas interações sociais construídas em campo fizeram com que ele fosse conhecido como “o rapaz da Cidade Alta”, o que demonstrou a proximidade que o pesquisador teve com seus interlocutores.

A interação e a proximidade construídas a partir das sociabilidades obtidas pelo exercício em ser morador do bairro, e o consequente ingresso em campo, trouxe grandes contribuições para seu estudo, sejam relacionadas às informações privilegiadas em conversas informais, ou à presença intensa em campo, o que contribuiu para que estivesse atento a todos os acontecimentos em tempo real, possibilitando a observação direta e suas consequências, assim como suas reações (Conceição, 2016).

Nesse contexto, é possível compreender que a proximidade com a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, assim como no estudo de Conceição (2016), trouxe

informações privilegiadas obtidas por meio de conversas informais. Quando eu não estava mais escrevendo em meu diário de campo, ou com o celular em mãos, estando de alguma forma despedido do “ser pesquisador”, entendi entre as trocas sobre as questões enfrentadas atualmente na comunidade, passando a acompanhar a partir desses relatos as mobilizações e trajetórias vivenciadas no acampamento naquele ano. Cabe ressaltar que, diferentemente de Conceição, que pesquisava sobre o bairro que morava, eu, enquanto morador da cidade de Estreito, entendia o conflito hidrelétrico em volta da cidade, ou seja, de alguma forma, os/as acampados/as percebiam minha proximidade com as afetações e conflitos narrados por eles. Também pude perceber que a subjetividade e aproximação com o campo estabelecidas nesses anos de pesquisa contribuíram para a imersão e o entendimento das dificuldades enfrentadas pela comunidade.

Diferentemente do contexto vivenciado por Conceição (2016), as relações foram se estabelecendo no decorrer da pesquisa. Embora eu vivesse na cidade onde a barragem se instalou e, de alguma forma, pudesse visualizar esse problema de forma mais íntima, a chegada em campo se estabeleceu a partir de recomendação do movimento social, pela confiança e credibilidade que a comunidade tem no MAB. Outro fator que percebi na pesquisa de campo realizada em 2017, diz respeito ao parentesco. Desde que cheguei à comunidade, ao adentrar em suas casas e me apresentar enquanto pesquisador, muitos deles e delas me perguntavam “*de quem tu é filho?*” e, logo que informava, eles/as reconheciam minha mãe que, por ser professora há mais de trinta anos no município de Estreito, havia sido professora de muitos dos/as filhos/as dos/as acampados/as. Esse foi outro fator preponderante que contribuiu para a minha entrada em campo e, conseqüentemente, para as sociabilidades que se construíram desde então.

A familiaridade estabelecida no decorrer do trajeto da pesquisa possibilitou esse envolvimento com o campo, possibilitando meu entendimento sobre o conflito vivenciado pelos/as acampados/as, lá em 2007, quando dava seus primeiros passos de instalação, mesmo que de forma distante e sem reflexões críticas que o conhecimento proporcionado pela educação me trouxe no decorrer desses anos. Sendo assim, com olhar apurado, com um campo consolidado, e novas perspectivas a serem investigadas, retornei ao campo em 2023 para, a partir disso, compreender os processos de permanência na reivindicação e disputa pela terra acampada, o que também trouxe reflexões acerca de como a produção de dados, a imersão no campo e a familiaridade estabelecida contribuíram para novas interpretações acerca deste campo.

Em 20 de junho de 2023, retornei à casa²⁸ de Dona Jacirene para tratarmos da minha ida a campo. É interessante recordar que nosso primeiro contato ocorreu na porta daquela casa, que não era usada como seu recanto de morada, pois o acampamento era seu lugar, mas que ela transitava para resolver questões pontuais seja de saúde, burocráticas ou judiciais. No momento em que retorno, as três netas já haviam nascido, Isis, Maitê e Ravilla. Quando nos falávamos, enquanto estava cursando as disciplinas e vivendo em Pelotas, ela me informava sobre o nascimento das netas, de como vinha auxiliando no cuidado delas. Logo que cheguei, me acomodei e observei que haviam reformado a casa, o que, de início, dificultou o reconhecimento. Na última vez, a casa tinha uma área externa, sendo a porta localizada ao lado direito, onde hoje construíram a garagem. A casa agora está maior em altura e extensão, assim como o número de moradores, como a própria Dona Jacirene disse: *“A casa aumentou e a quantidade de gente também (risos)”*.

Nesse meu retorno, Seu Antonio enfrentava um problema de saúde e sua presença na cidade era necessária para os cuidados médicos. Quando cheguei, ele estava no quarto deitado, logo depois foi para a porta da casa onde todos se sentavam. Eu lhe perguntei sobre sua saúde e como tinha passado os últimos anos, pois, desde 2019, não havia lhe visto. Ele me contou do problema que enfrentava e que vinha tomando antibióticos para tratar da doença. Também me falou sobre a época que foi infectado pela Covid, de como foi difícil e que sofreu bastante, embora mencione que a esposa tenha sofrido mais que ele ao ser contaminada. Sobre o acampamento, fiquei sabendo da mudança de alguns dos moradores/as, como também, do adoecimento de outros: *“Seu João ficou doente do coração e isso tem debilitado a sua permanência no acampamento, Ernilson se mudou pra Santa Fé do Araguaia (TO), o esposo de Dona Marinalva está pra Belém resolvendo problemas de saúde, Seu Manoel continua no acampamento, mas vive recentemente com uma sonda gástrica e por isso fica mais tempo em Estreito”* (Diário de Campo²⁹, 20/06/2023). Seu Antonio e Dona Jacirene permanecem indo à

²⁸ Casa para os/as pescadores/as e ribeirinhos se definia com a moradia na comunidade, a casa da cidade serve como apoio, utilizada para quando fossem vender ou quando precisam resolver alguma burocracia. As definições de casa na “rua” ou cidade são o mesmo impresso por Brum (2021, p. 90) sobre os beiradeiros de Altamira (PA), atingidos pela construção da Usina de Belo Monte: “Era uma casa de apoio, esta da cidade, onde chegavam já de partida, porque o rio não gostava de tê-los longe e seu chamado lhes causava aflição nas pernas e no coração”. A casa de Dona Jacirene era mais utilizada pelas filhas, que nesse momento criavam suas netas com sua ajuda. A casa da cidade era uma passagem, como a própria me disse no primeiro contato que tivemos: *“moro mais lá do que aqui”*, ou como a filha Raylane disse: *“só faz passar por aqui”*.

²⁹ Após o enfrentamento dos problemas de saúde, Seu Manoel, Seu João e o esposo de Dona Marinalva voltaram ativamente às atividades na comunidade. Ernilson retornou de Santa Fé (TO), o que inclusive implicou nas novas rupturas internas a serem debatidas no último capítulo desse trabalho.

comunidade nos fins de semana. Por conta das netas, a avó fica na cidade para ajudar no cuidado e auxílio enquanto as mães trabalham.

Logo, nesse contato, percebi as grandes mudanças ocorridas no interior da permanência na comunidade. Nesse intervalo de quatro anos, muita coisa aconteceu, uma pandemia, o adoecimento, a mudança e a desistência de alguns moradores e a entrada de outros. As questões de saúde afetaram boa parte da comunidade, como Seu Antonio, Seu João e Seu Manoel. Por conta disso, a presença na cidade se fazia necessária para terem acesso às políticas públicas de saúde que não eram acessíveis no acampamento. Apesar disso, o casal me contou dos planejamentos futuros que pretendiam realizar em seu lote, como a mudança da casa para as proximidades do rio, o trabalho das roças que se iniciará após mandarem gradear a terra, e a volta da criação de animais interrompida em decorrência do tempo maior passado na cidade.

A retomada aos trabalhos e permanência na comunidade vinham dependendo da melhora no estado de saúde, mas já estavam sendo articuladas. Percebi, nesse retorno que, embora haja a impressão dada por eles/as de enfraquecimento da ocupação, existe um fator preponderante na permanência naquele território. Isso deixa explícito que, apesar do trabalho de cuidado com as netas, das doenças e de tudo que haviam enfrentado nos últimos anos, o desejo em retomar ativamente às atividades na comunidade estava nos planos do casal. E, de fato, ocorreu, como comprovou-se nas demais idas a campo que realizei.

Além disso, fiquei sabendo de algumas mudanças significativas no interior da comunidade. Desde quando iniciei os trabalhos de campo, era de conhecimento de todos/as a limitação da estrada que dá acesso ao município de Palmeiras do Tocantins (TO) e que passava por dentro das terras do fazendeiro vizinho, o que impedia a comunidade de transitar por ela. Esse fator implicava em dificuldades ao acesso às escolas das crianças da comunidade, como também às demais políticas públicas, de forma que a cidade ficava mais próxima do que atravessarem o rio até chegar a Estreito (Machado, 2017; 2020; 2021; 2023 e 2024; Amario, 2022; Oliveira, 2021). Recentemente, o acesso a essa estrada foi previamente disponibilizado pelo fazendeiro. Seu Sirleudo e Dona Jaqueline haviam solicitado isso há tempos para que pudessem levar os filhos para estudar nas escolas do município, agora a relação com o fazendeiro ocorre de forma harmoniosa, tendo o casal realizado alguns trabalhos para ele. Através disso, também foi possível que os tratores adentrassem à comunidade para gradearem as terras para o melhor desenvolvimento das roças de toco, além de outras possibilidades, como a passagem do ônibus escolar das crianças que estudariam em Palmeiras do Tocantins (TO).

A pesca também foi pauta de nossa conversa nesse dia, como em 2017. A produção pesqueira caiu drasticamente, conforme diz Seu Antonio: “*Tá acabando o peixe*”. A pesca no

lago continua sendo majoritariamente de mapará, tendo diminuído inclusive em comparação aos demais anos. Coincidentemente, nesse dia fiquei sabendo a respeito do processo da mortandade de peixes. Enquanto todos estavam sentados na frente da casa, Seu Melquiades chegou contando a respeito. Fui informado que corre em disputa desde 2010, tendo sido reaberto em 2012, após novo pedido de indenização. A causa foi ganha e os/as pescadores/as receberão as devidas indenizações, estando, atualmente, aguardando pelo processo de depósito do valor das multas. O pagamento das multas ocorreu de fato em 2023, quando começou a pesquisa de campo.

Ao fim do dia, depois de muito conversarmos, fiquei sabendo que irão para o acampamento na sexta-feira, dia 23 de junho de 2023, às 16h. Então, já marquei meu retorno com eles, informei-lhes que minha estadia em Estreito era de total dedicação às idas à comunidade e que lhes acompanharia nesses meses para a realização da pesquisa de doutorado. Saí de lá com outras possibilidades a serem construídas para essa nova etapa. Tentei não me preocupar muito em relação à ausência de um número significativo de pessoas, sobretudo das que estavam doentes, mas fiquei preocupado com Seu João que enfrentava sérios problemas cardíacos, pois eu sabia o quanto ele gostava de ficar na comunidade e as implicações disso deviam lhe trazer grande aflição, apesar de saber que ele continuava indo (sendo levado pelos filhos por não pilotar³⁰ mais sozinho o barco). Assim, depus minhas expectativas primeiro em chegar à comunidade, uma vez que vinha ansiando esse retorno anos antes e, finalmente, agora iria conseguir ir novamente ao acampamento.

1.4 “Ele tá fazendo outro livro”: da volta à comunidade às sociabilidades estabelecidas no campo de pesquisa

Retornar ao campo é sempre carregado de muitas impressões, modificações e estabelecimento de relações que se construíram desde o meu primeiro contato com a comunidade. A última ida ao acampamento, durante a pesquisa de mestrado, ocorreu no dia 12 de dezembro de 2019, quando foi realizada a cartografia social do acampamento. Desde essa época, a pandemia de Covid-19, a defesa de dissertação, a aprovação no doutorado e a mudança para o extremo sul do país adiaram o meu retorno ao acampamento.

³⁰ Entre o processo de produção de dados de junho, julho, agosto e dezembro de 2023, janeiro, fevereiro, abril e julho de 2024, pude acompanhar o estado de saúde de Seu João sendo retomado, atualmente, inclusive, ele voltou a pilotar seu barco sozinho, pois o problema do coração está controlado.

A volta ao acampamento ocorreu, portanto, no dia 23 de junho de 2023, carregada de muitas expectativas, apreensões e curiosidades sobre como a vida na comunidade ocorria após quase quatro anos sem rever todo mundo. Entre esses novos olhares, notei que, atualmente, a população acampada vivia um novo processo e novas modificações na vida ribeirinha. Entre essas modificações, destaco as mudanças enfrentadas pela comunidade no processo de permanência por problemas de saúde; a busca por tratamento médico de alguns dos acampados/as; um novo movimento de interesse em participar da ocupação com novos integrantes e o retorno de velhos; e as mudanças de casas e barracões que estavam sendo reconstruídas quando passei esse tempo em campo.

Algumas pessoas saíram, outras pessoas entraram e antigos acampados ressurgiram. Existe um movimento³¹ na ocupação da comunidade, entre novos e antigos moradores. A divisão e ocupação dos lotes tem sido pauta de discussão entre os/as ocupantes. Enquanto, para uns, é de extrema importância que a ocupação siga as estruturas internas, sendo necessário ser pescador/a artesanal, ribeirinhos/a e atingido pela UHE de Estreito para participar coletivamente das reivindicações na luta pela terra, para outros/as, os lotes desocupados devem ser entregues a quem tiver interesse pela terra. Em outubro de 2025, a comunidade fará dez anos de ocupação e as prerrogativas da luta, da permanência e das mobilizações dos/as acampados/as são readaptadas cotidianamente para continuarem reivindicando o direito de permanecerem às margens do Rio Tocantins.

Entre o ir e vir, as relações se estabelecem, se modificam e se reconstroem dentro da comunidade. Nesta nova ida a campo, acompanhei e participei do processo de pesca, do trajeto para a comunidade, do auxílio da construção da nova casa/barracão de Seu Antonio e Dona Jacirene e percebi que a troca entre mim e a comunidade havia se estreitado no decorrer dos anos. E isso foi mais perceptível quando me ofereci para ajudar a carregar palhas para cobrir a nova casa/barracão. A construção dessa nova casa se justificava pela proximidade do rio. Nessa relação de aproximação e reciprocidade, constatei que muita coisa havia mudado em relação à minha própria trajetória enquanto pesquisador.

Em 2017, quando realizava pesquisa monográfica, a comunidade tinha concepções a meu respeito enquanto pesquisador, estudante, sobretudo militante do MAB, que estava ali para fins de estudos e levantamentos de dados sobre a comunidade, ou seja, de forma mais distante,

³¹ As novas movimentações ocasionaram as rupturas internas no interior da comunidade. As divergências acerca dos novos integrantes do acampamento ocasionaram as disputas internas. Essas trajetórias serão discutidas no último capítulo dessa tese, pois a produção de dados me levou a entender as dimensões da permanência a partir da organização social e política que atualmente são acionadas na comunidade.

de fora, e muitos se mobilizavam em me mostrar como suas vivências se construía naquele lugar. Com o passar dos anos, do retorno e das interações que foram se criando entre o ir e vir do campo, as histórias de vidas narradas pelo grupo e a participação no seu cotidiano ribeirinho possibilitou o estreitamento dessas relações sociais.

Como exemplo, nesse retorno pude acompanhar todo o processo de construção do novo barracão do Seu Antonio, desde a busca e organização das palhas até o processo de cobertura do barracão. Isso ocorreu de forma voluntária, busquei não estar ali apenas como alguém que vê tudo distante. Demonstrando que “toda ajuda é bem-vinda”, ao precisar desse auxílio para cobrir a casa, Seu Antonio perguntou se eu já havia coberto uma casa e se sabia amarrar palha. Logo lhe disse que não, mas que se ele me ensinasse poderia ajudá-lo e, dessa forma, fui ensinado como se amarrava as palhas entre as vigotas³² que cobrem a casa e ajudei nesse processo de construção do novo barraco.

Essa construção estava nos planejamentos de Seu Antonio em relação ao futuro na comunidade. Após a demarcação fixa da área de APP, ele pode perceber os espaços em que poderia realizar suas atividades, o antigo barraco ficava muito acima do terreno em comparação ao que fizeram recentemente. Ao saber da possibilidade de mudança, passou a construir, logo em 2023, o novo barraco. Quando cheguei, já se percebia o lugar onde seria construído, pois estava limpo e com as vigotas fincadas.

As fotografias 4 e 5, destacam o processo de cobrimento do barracão. Nesse período foi construída a parte da frente da futura casa, onde se formaria um galpão que seria utilizado para socialização da comunidade nas reuniões, para hastear as redes de dormir e, por ser o espaço mais utilizado de todo o barraco, ali seria onde eu dormiria nos demais trabalhos de campo que realizaria.

³² Trata-se de uma viga de pequenas dimensões, elemento estrutural para construção de casas, especificamente relacionada à formação e estruturação do seu cobrimento, isto é, à construção do telhado.

Fotografia 4 – A cobertura do novo barracão



Fonte: Machado (julho/2023).

Fotografia 5 – A construção do novo barraco



Fonte: Machado (julho/2023).

Cabe ressaltar que essa interação não ocorreu de nenhuma forma em uma perspectiva estereotipada de entender o campo e se inserir nele na perspectiva antropológica do nativo e etnógrafo, não buscando ou idealizando o que Malinowski³³ destaca sobre tornar-se nativo. Essa interação ocorreu de forma mútua e voluntária, num processo de troca e de participação ativa durante o campo realizado. Aqui busco demonstrar como essas relações se estabeleceram e se estreitaram no decorrer dos anos de pesquisa. Elas não ocorreram premeditadamente, mas, sim, em um processo de interação e diálogo estabelecido através das trocas para além do pesquisador e interlocutores, direcionadas para as afetações que podem ocorrer durante esse processo.

Participar da cobertura da casa/barracão foi uma forma que utilizei de estar mais ativo na comunidade, pois ficar de longe observando tudo sem poder auxiliar quando necessitavam de ajuda me mobilizou a articular da melhor forma minha presença entre os/as ocupantes. Foi oferecendo esse auxílio que, integralmente, passei a ajudar Seu Antonio nessa primeira etapa da casa, buscando palhas, aprendendo a cobrir a casa em específico, estando nesses espaços onde o cotidiano da comunidade se construía.

O meu retorno também foi carregado de expectativas em relação ao que os demais moradores/as iriam achar da minha volta após quatro anos. Como já era esperado, fui reconhecido, muitos perguntavam como eu estava e eu tentava me reaproximar daqueles/as que há muito tempo não via.

Durante esse trajeto, ao ser apresentado a outras pessoas, aos/as novos/as moradores/as, Dona Jacirene sempre dizia que eu escrevia a história do acampamento, ou como Seu Antonio resumia: *“Ele tá escrevendo outro livro”*, para se referir à pesquisa que eu vinha realizando desde 2017. Acerca disso, pude, além de observar, refletir sobre o processo de interação entre o campo e a pesquisa, entre os/as interlocutores/as e o pesquisador, de que forma isso se construiu e como esse processo se moldou no decorrer desse tempo.

O livro que a comunidade define como resultado das pesquisas realizadas durante a minha estadia em campo, trata-se do Trabalho de Conclusão de Curso (2017), que posteriormente apresentei à comunidade, entregando a eles/as o resultado da pesquisa de

³³ Geertz (1997) questiona as prerrogativas de Malinowski a respeito de que seus trabalhos têm dimensionado intimamente como os “nativos” pensam, sentem e percebem o mundo. A sua crítica pauta-se em entender o mundo no ponto de vista dos “nativos”, e não se inserir quase que ilusoriamente como aquele que pode se adaptar perfeitamente ao ambiente exótico, como Malinowski pontuou em seus estudos, isso inclusive apresenta outras perspectivas a partir das publicações de seus diários de campo, que foi o que acabou dimensionando as críticas a ele, que demonstrava seu total enfado em estar em campo há tanto tempo. Dessa forma, a crítica de Geertz pauta-se sobretudo ao problematizar como Malinowski conseguiu convencer todo mundo do ponto de vista do nativo sem nem sequer ele próprio ter conseguido empatia alguma com os “nativos”.

graduação. Com a dissertação, em razão da pandemia da Covid-19, não pude ir à comunidade entregar o resultado, mas levei até a casa da Dona Jacirene, entregando-lhe um exemplar da outra pesquisa, como ela diz “*outro livro*”. Após meu retorno à pesquisa de campo para a tese, decidi levar outra cópia da dissertação para a comunidade. Então, em fevereiro de 2024, entreguei o exemplar para Dona Jacirene e disse a ela que essa cópia seria para a comunidade poder ter acesso, para que ela ficasse ali caso tenham interesse em lê-la.

Logo que lhe entreguei, Dona Jacirene colocou em cima de uma pequena prateleira improvisada que utiliza para apoiar o celular, local específico que consegue obter rede móvel para ter acesso à internet, conseguir falar com as filhas e interagir nos grupos de *WhatsApp*. Nesse dia, Dona Elza e Seu Zé, compadres do casal, iriam para o acampamento. Seu Antonio havia perguntado sobre os “livros” que eu tinha escrito, pois ele gostaria de mostrar à sua comadre. Coincidentemente, estava, neste campo, com a dissertação em minha bolsa e, então, “aproveito para pegar a cópia e entregar a ela, pois como sabia que teria a reunião decidi levar uma cópia da Dissertação para mostrar pra todos e para que ela ficasse na comunidade” (Diário de Campo, 03/02/2024). Talvez essa relação com a ideia de um livro se deve ao fato de se tratar de um material com capa dura e se associar estruturalmente a um livro. Ao retornar ao campo, tentei explicitar sobre a continuidade do meu estudo e isso se resumiu na escrita de um novo livro na concepção deles e delas.

Quando encontrava com alguém que ia visitar na comunidade, ou um/uma novo/a morador/a, me apresentava e era apresentado como o que escrevia a história do acampamento, enfatizando “*ele já escreveu dois livros*”, “*ele é quem escreve a história do acampamento*”. Durante esses anos de pesquisa sempre me viam, às vezes sentado escrevendo num caderno pequeno e sempre anotando tudo o que via. Recentemente, essa interação foi bastante presente, pois, quando retornei, expliquei sobre o motivo de estar ali novamente para continuar realizando pesquisa sobre os conflitos que a hidrelétrica vem causando às suas vidas, ou como dizem, “*escrevendo outro livro*”.

Nesse retorno, decidi utilizar o celular como recurso metodológico para tomar notas sobre as observações colhidas em campo, mas, em outros momentos percebia os olhares a minha volta quando estava com caderno de campo em mãos. Era perceptível que ele/elas entendiam que “ele tá escrevendo” e, se estava escrevendo, é porque fazia parte do estudo. Para não os intimidar, usava o celular, tentando evitar o constrangimento, como Goldmann (2003) em seus estudos, que jamais tomava nota na frente de seus informantes. Eu utilizava momentos do dia para passar aquilo que fiz no celular para o caderno de campo, bem como absorver da melhor forma o que tinha observado. Não havia energia elétrica na comunidade, a não ser no

período da noite, quando o motor a diesel era ligado para que todos pudessem se acomodar, jantar e consequentemente aproveitar esse curto período para carregar os celulares. Por conta disso, aproveitava os intervalos para passar tudo aquilo que eu tinha tomado como nota no celular para o caderno de campo. Esse momento também era notado por Seu Antonio e Dona Jacirene, devido ao fato de eu estar, durante a pesquisa, instalado em seu barracão.

A escrita do livro trouxe a minha identificação enquanto pesquisador da comunidade, ou o menino que escreve. Em pesquisa realizada com crianças camponesas Capuxu, no sertão da Paraíba, a antropóloga Emilene Sousa (2016, p.147) relata o entendimento do grupo pesquisado acerca de sua pesquisa de doutorado, destacando as diferentes concepções que seus interlocutores tiveram ao seu respeito no decorrer de sua pesquisa de campo. Quando retornou à comunidade, após dez anos do seu último contato, tendo escrito uma dissertação e agora se debruçando sobre uma pesquisa de doutorado, a autora se viu entre “a menina que tirava fotos” para “a menina que escreve um livro”. Por já ter contato com aquele campo e estando de volta, procurou estabelecer novas interações e melhores formas de apresentar suas intenções em estar ali novamente, “me pus a explicar sobre o doutorado, a pesquisa e o enfoque da melhor maneira possível, e que eu precisava escrever uma tese, ‘é como um livro’, arrisquei. E foi o bastante [...] fui abolida a posição de fotógrafa e me tornei a menina que escreve um livro”.

Foi a partir disso que as crianças ao entenderem a estadia da pesquisadora na comunidade, passaram a lhe questionar quando era vista em posse de seus cadernos, tomando notas em seus diários de campo. A cada registro, entrevista, anotação e evento vivenciado em campo, surgia um questionamento intrigante por parte das crianças: “vai entrar no livro?”. Essa pergunta passou a ser ouvida durante todo o seu trajeto de pesquisa, referindo-se às expectativas das crianças acerca da pesquisa realizada por Sousa (2016). De alguma forma, a percepção enquanto escritor de um livro está presente em meus caminhos percorridos dentro do acampamento, devido ao fato de que passo a ser aquele que escreve a história da comunidade, o que imprime confiança e credibilidade aos estudos já realizados e aos que continuaram a ser tecidos, como esta tese. A respeito disso, cabe ressaltar que a proximidade, as interações e sociabilidades obtidas durante essa troca e contato com o campo só foram possíveis através do exercício epistemológico de entender a familiaridade e aproximação com o campo de estudo como possibilidade e não impedimento.

Embora na epistemologia sociológica o distanciamento do campo dos interlocutores tenha entrado em debate, é importante se falar sobre quando o campo se torna familiar, ou quando o pesquisador é afetado pelo campo. Essa relação construída a partir do campo ia contra

as lógicas defendidas acerca da “neutralidade” científica, ou do distanciamento do seu campo empírico para se ter uma análise profunda.

Gilberto Velho (1978) apresenta grandes contribuições sobre a prática etnográfica e o exercício do etnólogo. O caminho que tinha percorrido em minha trajetória, ao pesquisar o que é familiar, era apresentado por esse autor como um exercício possível e necessário para a produção epistemológica nas Ciências Sociais. Em sua obra, o autor destaca o processo de distanciamento entre pesquisador e objeto de estudo como premissa tradicional das Ciências Sociais, apontando a imparcialidade como um dos pressupostos para evitar o envolvimento que possa obscurecer ou acarretar deformação de julgamentos e conclusões. Essa tradição tem sido reproduzida, sobretudo, na valorização de métodos quantitativos que partem do pressuposto de uma análise “neutra”. Entretanto, Velho (1978) aponta que essa premissa não é partilhada por toda a comunidade acadêmica, sendo assim, o envolvimento entre pesquisador e campo de estudo é inevitável, o que necessariamente não se trataria de um defeito ou imperfeição.

Em vista das contribuições de Gilberto Velho (1978), a familiaridade com o conflito hidrelétrico e a aproximação com a comunidade ribeirinha seguiram os aspectos apontados por eles sobre a possibilidade de construir estudos com o pé na aproximação e familiaridade com o campo estudado. Com isso, destaco o processo de interação com os/as acampados/as como um pressuposto para compreender o exercício epistemológico de entender sua própria realidade social (neste caso, o conflito hidrelétrico de Estreito) como um problema sociológico a ser enfrentado, problematizado e discutido.

Da mesma forma que é possível tratar sobre um tema familiar, é possível que o pesquisador seja afetado pelo campo em questão. Essas afetações ocorrem em diferentes contextos e possibilidades construídas e vivenciadas no campo. Jeanne Favret-Saada (2005), em seu trabalho sobre a feitiçaria no Bocage francês, enfrentou o processo de ser afetada pela feitiçaria, passando a utilizar isso como caminho metodológico do seu processo de estudo. Ao participar ativamente do processo que outrora tratava-se do seu objeto de estudo – a feitiçaria – a autora passou a realizar sua participação como um instrumento do conhecimento, ao estar nos encontros com os enfeitados e desenfeitados, deixou-se afetar sem procurar pesquisar, ou mesmo compreender.

Ao tratar sobre o processo de feitiçaria dos camponeses de Bocage, a autora se viu diante do pressuposto que diferentes etnografias já tratavam sobre o tema, o que ela destaca como um erro empírico, tratando-se da grande divisão entre etnólogos e nativos, que consequentemente buscavam se proteger de qualquer intervenção ou interferência de seu campo de estudo. No seu caso em específico, Favret-Saada (2005) aborda que, em Bocage, foi interpelada essa sólida

barreira outrora instaurada, ao fato de que seus interlocutores buscavam justificativas válidas para tal preposição. “Feitiço, quem não pegou não pode falar disso”. Através disso, a autora se viu pega pela feitiçaria, sendo assim, afetada pelas reações reais sobre esse processo que consequentemente estava fora do seu controle. No seu exercício etnográfico, foi exigido pelos camponeses de Bocage que ela participasse ativamente dos efeitos reais sobre essa comunicação humana que consistia no processo de feitiçaria e se despisse de suas próprias convicções, sejam intelectuais ou pautadas no rigor científico.

Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista do nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (Fravet-Saada, 2005, p. 160).

As contribuições de Fravet-Saada (2005) nos trazem o entendimento de como o campo pode nos revelar diferentes formas de interação e sociabilidades, com isso, o ser afetado vivenciado pela autora de alguma forma serve para que as experiências adquiridas na comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem adentrasse esse lugar e ser afetado não de forma direta, como a autora ao passar pelo ritual da feitiçaria, mas de ser afetado pelo campo no seu desvelar, no seu cotidiano, nas trajetórias que foram construídas entre o olhar, o ouvir e o escrever³⁴. De algum modo pude perceber que, para além das formas como a comunidade transitava na permanência desse território, a minha trajetória de pesquisador nesse campo era afetada pela relação estabelecida com o grupo, pela realidade empírica que se concebia no decorrer do estudo, e pelo estreitamento das relações entre mim e os/as interlocutores/as.

Ao estar auxiliando na construção da casa/barracão, ao acompanhar a pesca, ao perceber que essa troca ocorria atualmente de forma involuntária e desprovida de intencionalidade, pude entender, da mesma forma que Fravet-Saada que, ao aceitar ocupar este lugar e ser afetada, trouxe uma compreensão específica sobre como se comunicava com seu campo, entendi que essa interação e troca de experiência adentrava no campo do afeto dentro da comunidade. Não se tratava de ser visto apenas como um pesquisador, mas de alguém que estava participando de alguma forma daquele processo, não como nativo, mas como quem participa ativamente de

³⁴ Roberto Cardoso de Oliveira (1998) destaca três momentos estratégicos do antropólogo: olhar, ouvir e escrever, mostrando como cada um desses momentos pode beneficiar e aumentar consequentemente a eficácia do trabalho antropológico. O ver, ouvir e escrever elencados por Cardoso de Oliveira (1998) não se trata de limitações simples da etnografia, decorre sobretudo das implicações levantadas pelo pesquisador na realização de sua pesquisa, tendo em vista a densidade e trocas sociais estabelecidas entre pesquisador e o grupo com o qual compartilha experiências.

perto e que essa proximidade se revelou nas afetividades construídas em campo no decorrer desses anos de estudo.

Quando voltei para realizar a pesquisa de campo em junho de 2023, percebi como as concepções entre o pesquisador e os/as interlocutores estiveram presentes desde o início da minha chegada na comunidade. À primeira vista, em novembro de 2017, ao chegar na comunidade com o aval do MAB, de cara, fui automaticamente associado ao movimento enquanto militante, embora o aval recebido pelo movimento se deu pelo fato de estarem em processo de disputa territorial e ao ser o primeiro a pesquisar sobre a comunidade. Era importante que pudessem ter o consentimento de quem estaria adentrando a comunidade e quais as motivações eu teria em realizar um trabalho acadêmico sobre suas experiências enquanto atingidos/as pela barragem de Estreito. Ao me apresentar, expor os motivos e razões pelos quais a minha estadia ali tinha fins acadêmicos, isso esteve associado sempre ao fato da ligação que, entendida pela comunidade, eu haveria de ter com o movimento social.

Isso foi de alguma forma percebido mais profundamente em 2019, quando já realizava pesquisa de mestrado e fui entendendo como a minha presença em campo era lida por parte da comunidade. Embora não seja ativamente militante do MAB, muitos me associam à militância: “Essa relação surge a partir de meu acompanhamento sobre as demandas, eventos e como o movimento tem trabalhado para que venham conquistar a terra” (Machado, 2020, p. 42). Em minha dissertação, tentei compreender esse processo não me aprofundando, mas pude constatar que as interpretações e impressões enquanto grupo acampado e pesquisador se constroem desde o tempo da minha chegada à comunidade.

Por algum tempo, isso se tornou uma preocupação pulsante em meu processo de pesquisa, por motivos de que parte dos/as acampados/as estivessem percebendo os estudos e pesquisas para fins da titulação da terra, ou que eu vinha fazendo levantamento de dados para o movimento sobre quem teria o direito à terra. Esse fato esteve evidente quando realizava o processo de entrevista para a construção da dissertação de mestrado. Nesse período, resolvi entrevistar os/as moradores/as que participaram da ocupação desde o seu processo de início e quem estava ativamente na comunidade, com isso, foram realizadas doze entrevistas. Naquela época, a comunidade era composta por 36 famílias, ou seja, das 12 entrevistas, com exceção de uma moradora que se recusou a participar, 23 famílias não foram entrevistadas. Isso, de alguma forma, causou um desconforto por parte desse outro grupo, em casos mais específicos ficou entendido que só quem eu havia entrevistado é que teria direito de ocupar e fazer parte da comunidade, mesmo que, em todas as reuniões mensais que ocorriam na comunidade, eu apresentasse os objetivos da pesquisa e afirmasse que as entrevistas estavam sendo utilizadas

para fins de estudo, e que isso não se tratava de um levantamento do MAB ou de qualquer instância que estaria lidando com o processo judicial da posse da terra.

De alguma forma, isso foi minimizado quando, em dezembro de 2019, foi realizada a cartografia social da comunidade e todos/as participaram ativamente da concepção do mapa. Dessa forma, as concepções divergentes sobre a minha presença na comunidade acerca dos fins que aquela pesquisa traria para a comunidade tinham se compreendido naquele período. Embora quando retornei em 2023, percebi que o elo com o movimento é algo natural por parte da comunidade, pois muitos/as deles/as me perguntam sobre o MAB e alguns dos militantes que, desde o início da ocupação, têm lhes dado apoio e lutado pela titulação da terra. Por razões diversas causadas por três anos de pandemia e do isolamento social vivenciado globalmente, o movimento tem buscado formas de retomar ativamente o processo de reivindicação e lutas das populações atingidas, cabe ressaltar que esse distanciamento é visto de forma incômoda por parte da comunidade. No entanto, esse incômodo logo se solucionou quando a retomada do MAB às comunidades ocorreu já no primeiro semestre de 2024.

Em vista disso e por muito me questionar sobre quais novos caminhos que pudessem suscitar novas pesquisas esse campo me revelaria, seria possível construir uma tese de um campo observado desde a monografia? Será que esse processo não se trataria de um campo cômodo que foi se estabelecendo para mim nesses anos de estudo? E como a comunidade percebia essa pesquisa? Essas indagações foram sendo solucionadas nesse novo processo de imersão no campo. Toda pesquisa abre lacunas que nenhum estudo poderá preencher de forma totalizante. Talvez, de alguma forma, essa minha trajetória nesse campo seja um exercício de entender as lacunas que fui descobrindo a partir de cada pesquisa e cada campo realizado. Com isso, entendi que, quanto mais tempo nos debruçarmos sobre um tema, um campo ou uma área de estudo, maiores possibilidades e problemáticas surgirão. E foi nesse entendimento que pude vislumbrar os caminhos que esta tese vem tomando. Embora possa iniciar seu processo empírico em 2017, ela se constrói agora, no amadurecimento teórico-metodológico deste pesquisador que tem se desvelado nas formas em que um mesmo campo nos leva a vários caminhos.

A partir disso, pude notar como o trabalho de campo pode possibilitar formas de tecer relações sociais entre pesquisador e interlocutores/as. Roy Wagner (2017) em *A invenção da cultura*, ao realizar pesquisa com os povos Daribi, destaca um processo por ele chamado de Antropologia reversa, abordando o fato de que, ao se tratar de uma cultura externa, o etnógrafo sempre tem uma concepção de cultura. Com isso, nesse mesmo sentido, o nativo também tem

uma conceitualização do que se trata a cultura. Para o autor, a cultura põe em pé de igualdade nativo e etnógrafo.

Em outras palavras, a ideia de cultura coloca o pesquisador em pé de igualdade com os seus objetos de estudo: cada qual ‘pertence a uma cultura’. Uma vez que toda cultura pode ser entendida como uma manifestação específica ou um caso do fenômeno humano, e uma vez que jamais se descobriu um método infalível para ‘classificar’ culturas diferentes e ordená-las em seus tipos naturais, presumimos que cada cultura, como tal é equivalente a qualquer outra (Wagner, 2017, p. 27).

As diferentes concepções de cultura encontradas em campo, tanto a que tenho sobre a comunidade acampada como a que eles/as têm sobre mim, dizem respeito a uma cultura da qual cada um faz parte. Com isso, ao estudar sobre o processo de ocupação, deslocamento e buscando identificar os aspectos socioculturais desta comunidade, estes criam concepções a meu respeito enquanto militante do MAB, que se instaurou no meu ingresso ao campo. Para Wagner (2017), as impressões que o pesquisador carrega consigo em campo e seu próprio entendimento sobre cultura passam por um processo de transformação ocorrido por meio das incursões a campo e do contato direto com a comunidade estudada, ao fato que “Cultura”, nesse sentido, traça um sinal de igualdade invisível entre o conhecedor [...] e o conhecido” (Wagner, 2017, p. 28).

Compreender as vivências ribeirinhas e suas manifestações culturais envolvia, de certa forma, minha própria concepção e entendimento sobre cultura enquanto pesquisador. De alguma maneira, o conflito era entendido tanto por mim enquanto cidadão no lugar em que esse se instala, como pela população acampada que o enfrenta diretamente. Dessa forma, como percebi em minha dissertação, “a cultura ribeirinha perpassa as concepções e trocas de percepções, sejam as impressões culturais que crio e tenho sobre os modos de vida dos acampados, seja sobre a invenção de cultura que eles têm ao meu respeito” (Machado, 2020, p. 93).

Perante essas indagações sobre o retorno ao campo, novas possibilidades de análise e entendimento acerca dessa troca se construíram nesse estudo. Para que pudesse se falar sobre a chegada, a instauração e as alterações ocasionadas pelo conflito hidrelétrico de Estreito, era necessário entender a ruptura epistemológica ocorrida nesse processo. Com isso, as reflexões metodológicas, interações, trajetórias e retorno ao campo me auxiliam a entender as tramas tecidas nesse estudo.

Através disso, percebeu-se como a imersão no campo contribuiu para as análises apresentadas nesse estudo. O retorno ao campo e os novos olhares sobre os dados produzidos anteriormente foram fundamentais para a análise socioantropológica que guiaram esta tese.

Assim, as trajetórias e sociabilidades traçadas durante esse período demonstram novas possibilidades analíticas de reinterpretação de um mesmo campo empírico.

Por meio disso, conclui-se que o presente capítulo, a partir das reflexões metodológicas, defende novas perspectivas teórico-metodológicas de se compreender um fenômeno social. Partindo da aproximação com a comunidade como uma possibilidade e não um impedimento, compreendemos como as interações entre mim e a comunidade são fundamentais para a sistematização das problemáticas debatidas nesse estudo. Com isso, as transformações nas relações estabelecidas no campo de pesquisa evidenciam como as mudanças na produção do conhecimento podem corroborar com as relações mútuas no campo de estudo.

No próximo capítulo, será discutida a instauração do conflito hidrelétrico de Estreito, apresentando um panorama macrosociológico de entender as questões em torno da instalação de grandes empreendimentos na Amazônia Legal, destacando como essas regiões são atravessadas pelas políticas desenvolvimentistas implantadas pelo Estado e de que forma isso implicou nas vivências de povos e comunidades tradicionais. Assim, serão debatidas como a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem tem enfrentado e percebido os problemas causados pela UHE de Estreito.

2 OS CONFLITOS NA FRONTEIRA HIDRELÉTRICA DA AMAZÔNIA LEGAL: AS IMPLICAÇÕES EM TORNO DA UHE DE ESTREITO

Na verdade, o dia da barragem nós nunca vimos a história da barragem sendo a verdadeira como era. Porque eu nunca conheci a verdade da barragem enquanto eu não vi, né? Porque um chegava e contava uma história, outro chegava e contava outra, né? Porque nosso presidente mesmo, nós não fomos considerado como pescador, pelo nosso presidente da época, da colônia, né? E as coisa ia melhorar, a água ia aumentar, então não ia faltar água pra nós pescar, então foi uma coisa que ele não deu mão pra nós nisso aí, né? Eu cheguei até pensar “Sabe como vai melhorar”, sim, é um tipo de melhora que a gente não enxerga melhora, né? De fato tem mais água era pra tá melhor, né? Mas aí não tinha esse conhecimento que o lago não era pra todo peixe, né? Agora, aquele peixe que nós tinha sumiu, subiu, tá nas águas correntes pra cima, isso aí nós não tinha esse conhecimento, eu pelo menos não tinha esse conhecimento. Isso aí foi uma das coisa que derrubou muito nós, nós pescador, todo mundo. Não foi só eu, porque contava uma história a gente achava que aquela história podia ser verdade. Outro já chegava dizendo que era dessa forma e hoje a forma é do jeito que nós tamo vendo. Pra nós, pra mim, só achei mais foi tristeza, foi tristeza pra nós (Seu João, 65 anos, entrevista oral, 06/08/2023, grifos meus).

O presente capítulo, tem por objetivo compreender o conflito hidrelétrico de Estreito, com foco nos processos de (re)existência e adaptações observados na última década, analisando a partir de uma perspectiva macrosociológica, como os processos desenvolvimentistas instalados na região da Amazônia Legal, desencadearam efeitos materiais, simbólicos e culturais às comunidades atingidas. Assim, discute-se as concepções das populações atingidas pela UHE de Estreito e quais as afetações causadas aos povos e comunidades tradicionais da região, elencando as narrativas orais dos/as acampados/as e os desdobramentos que a construção da barragem trouxe para suas vidas, entendendo os processos antecessores que mobilizariam a formação do acampamento.

A chegada de um grande empreendimento é marcada por muitas expectativas, seja para grandes empreiteiras, para o Estado, para os empreendedores, como também para a região e a população onde tais projetos se instalam. A narrativa de Seu João (65 anos), um pescador e ribeirinho atingido pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA), destaca as suas primeiras impressões acerca da vinda da barragem. Para a maioria, o entendimento sobre os conflitos hidrelétricos só ocorre após a instauração e implementação de grandes obras desenvolvimentistas, como observado quando Seu João enuncia “*nunca conheci a verdade da barragem enquanto não vi*”, explicita como esses empreendimentos chegam nessas comunidades e o que acarretam às populações.

A barragem de Estreito modificou compulsoriamente a vida de Seu João, sua família e de uma série de povos e comunidades tradicionais. Mesmo não entendendo o objetivo da vinda do empreendimento para a cidade, ele passou a perceber suas afetações a partir do que ela veio

a lhe causar desde sua implantação até hoje. Buscando apresentar a instauração do conflito hidrelétrico acarretado pela barragem de Estreito, esse capítulo objetiva abordar o problema enfrentado nas regiões em que este empreendimento se instalou, que trata-se da exploração dos recursos da região amazônica que se finca nas raízes históricas do Brasil, propiciando a criação de *commodities*³⁵ e a acumulação e exportação do que se explora em florestas, rios e campos dessa região.

A bacia hidrográfica do rio Araguaia/Tocantins é a segunda maior do país em produção de energia elétrica. Sobre esse fator será debatido como o leito do Rio Tocantins passou a ser visto como cenário de produção energética, seguindo o modelo hídrico de produção de energia “limpa”³⁶, tornando o rio cenário de barramento constante, tendo em vista os projetos já viabilizados e os que estão em processo de licenciamento ambiental.

No Brasil, desde a década de 1970, em decorrência da crise de petróleo, as grandes empresas têm utilizado o barramento de rios para gerar energia elétrica e alavancar a economia nacional. Esse contexto é realidade em vários estados do país, sobretudo na Amazônia, que se destaca como uma das regiões em que tais projetos têm se instalado, tratando-se especificamente das obras construídas na Amazônia Legal.

Sendo assim, a barragem localizada em Estreito, que é objeto de estudo desta tese, faz parte desses grandes empreendimentos instalados na Amazônia. Nesse sentido, no presente capítulo, pretende-se discutir os grandes empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, além disso, serão discutidas as consequências e os problemas instaurados pela UHE de Estreito. Com isso, apresenta-se o parâmetro exploratório que o Estado, empresas nacionais e multinacionais têm utilizado nessa região como mola propulsora de projetos de desenvolvimento, haja visto o crescimento de mineradoras, hidrelétricas, portos e siderúrgicas nesta região.

É diante desse cenário que o contexto amazônico de uso do leito do Rio Tocantins se apresenta à Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). Portanto, visando compreender o cenário capitalista e mercadológico que historicamente a região amazônica tem vivenciado no decorrer dos anos, este capítulo pretende, para além de contextualizar a UHE de Estreito como cenário de problemas, conflitos e disputas entre a comunidade ribeirinha e os empreendedores, entender

³⁵ Trata-se de produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, com grande ou pequeno grau de industrialização, produzidos em grande escala e destinados ao comércio exterior. Para Malheiro et al. (2021, p. 44), a “produção de commodities agrominerais na Amazônia vinculado à reprimarização das exportações brasileiras, bem como à infraestrutura a elas associada, ampliou a pressão para dominação privada das terras da região”.

³⁶ De acordo com Célio Bermann (2001, p. 67), “Não existe energia limpa. Em maior ou menor grau, todas as fontes de energia provocam danos ao meio-ambiente”.

esse contexto em sua amplitude, possibilitando as intervenções que a segunda maior bacia hidrográfica do país tem enfrentado com a ação neoliberal e o uso capitalista da natureza.

Destaca-se a exploração da bacia hidrelétrica do Rio Tocantins, enfatizando o contexto amazônico como cenário de exploração sócio-histórica dessa região, para assim, destacar como a barragem de Estreito adentra nesse debate de integração social da Amazônia, que está no cenário formativo do país, sendo a natureza mola propulsora de mercadoria para a promoção da economia nacional. Apresenta-se as usinas que se instalaram no Rio Tocantins e como essa bacia hidrográfica tem sido explorada para a propagação do modelo energético brasileiro. Com isso, as concepções das populações atingidas trazem os sentidos do conflito que se instaurou e que se perpetua até hoje.

Os conflitos instaurados na fronteira hidrelétrica dessa região compõem o que as populações atingidas pela UHE de Estreito enfrentam no decorrer dos anos. Destaca-se as concepções de atingidos e atingidas por esse grande empreendimento, enfatizando os problemas socioambientais e as injustiças sociais caudadas por conta da implementação de empreendimentos que historicamente modificam o ambiente físico, ambiental e social nos lugares em que se inserem.

2.1 Projetos de (des)envolvimento na Amazônia Legal: da expansão das políticas hidroelétricas à consolidação do modelo energético brasileiro

Para entendermos a dimensão macrossociológica do conflito hidrelétrico e ambiental que se instaura na região Amazônica, é necessário compreendermos o contexto sociocultural da integração dessa região, visando entender que ela tem sido cenário para a construção, manutenção e exploração de rodovias, hidrovias, ferrovias, siderúrgicas, mineradoras, portos e hidrelétricas, tendo sido cenário de grandes empreendimentos adentrando a floresta para a expropriação e exploração da natureza como uso comum de fornecimento capitalista e promoção do crescimento da economia nacional.

As questões voltadas para as perspectivas do (des)envolvimento³⁷ seguem as críticas a esse modelo capitalista de exploração dos recursos naturais e às formas como os discursos,

³⁷ Utilizo como eixo norteador desse debate a problematização do conceito de “desenvolvimento”, levando em consideração a perspectiva das comunidades afetadas por obras de infraestrutura que têm violado direitos, expropriado comunidade e modificado modos de vida. Com base nas contribuições de Nêgo Bispo (2023, p. 08), “nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. Vamos dizer que a cosmofofia é um vírus pandêmico e botar pra ferrar com a palavra desenvolvimento. Porque a palavra boa é envolvimento”. A ideia de (des)envolvimento apresentada nesse trabalho concentra-se nas críticas a

modelos e políticas desenvolvimentistas têm se implantado nas diferentes regiões do país e do mundo, sobretudo na região amazônica. Júlio López (2023) problematiza em seu trabalho as ideias que se disseminam sobre o desenvolvimento a partir dos questionamentos sobre suas definições, para isso, foca na definição do des-envolvimento. A prerrogativa defendida pela lógica colonialista e a promoção do discurso do desenvolvimento é bastante crítica nas Ciências Sociais, pontua a crítica³⁸ a esse discurso que advém de uma classe hegemônica e que tem promulgados as (re)existências de povos e comunidades a respeito do enfrentamento contra a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza que tem propiciado o extermínio de povos e comunidades. Grandes projetos têm promulgado essa lógica desenvolvimentista, como pontua Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021). Em vista disso, é necessário pontuar o desenvolvimento enquanto discurso, analisando os elementos do sistema, das relações que permeiam e da criação de objetivos, instituições, estratégias e processos (López, 2023).

O trabalho de Júlio Itzaýan López (2023) abarca o entendimento do desenvolvimento numa perspectiva de “des-envolver” as relações entre os moradores das comunidades em que pretendem ser impostos alguns projetos desenvolvimentistas. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é visto como violência às populações, sendo ela apoiada e promovida pela lógica ocidental. López (2023) desconstrói o conceito hegemônico de desenvolvimento a partir das experiências e interpretações de agentes locais de três comunidades tradicionais em São Luís (MA) pertencentes à Resex Tauá-Mirim, buscando compreender, a partir dos modos de vida sociais, como as comunidades tradicionais entendem a natureza e reafirmam suas identidades coletivas e como utilizam estratégias, em contrapartida ao modelo hegemônico de desenvolvimento, mobilizando saberes e fazeres na defesa do direito de existir.

Nesta tese, nos ancoramos na crítica ao conceito hegemônico de desenvolvimento, buscando apresentar os saberes/fazeres dos/as acampados/as, que buscam alternativas de perpetuar seus modos de vida a partir dos enfrentamentos, disputas e (re)existências e reafirmar a permanência em seus territórios tradicionais. O debate teórico acerca dessa crítica não é foco central deste estudo, embora apresentemos a importância de combater com essa lógica ocidental e hegemônica que, historicamente, tem violado povos e comunidades tradicionais. São apresentados os enfrentamentos das inúmeras populações afetadas por grandes empreendimentos, sobretudo, das dimensões em que esses conflitos se comportam. Fleury

esse modelo colonialista e hegemônico que a ótica desenvolvimentista tem apresentado nas políticas capitalistas que se ampliam no Brasil.

³⁸ Para aprofundamento acerca da crítica ao desenvolvimento, consultar Arturo Escobar (2007) em “La invención del Tercer Mundo” e Escobar (2012) “Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia”.

(2013), ao analisar o conflito em Belo Monte, esclarece que ele ocorria, sobretudo, pela apropriação do espaço. Dessa forma, se ligava também a um conflito pelo controle do tempo. A ideia de desenvolvimento se apresenta, em si, em um imaginário de “progresso” que se ancora dentro das lógicas favoráveis à construção da hidrelétrica pautadas nas definições sobre o tempo. Fleury (2013), em consonância com Escobar (2005), apresenta que os lugares a serem desenvolvidos são geralmente apresentados como lugares atrasados, que necessitam ser acelerados para serem inseridos dentro do moderno.

As ideias de expansão capitalista e desenvolvimentista que historicamente se disseminaram, sobretudo nas regiões amazônicas, reproduzem as ideias de regiões de “atraso”, e a aceleração ao mundo moderno implica na utilização desses espaços como centro da ampliação e promoção de políticas agroindustriais, seja pelo setor energético ou pelo avanço do agronegócio. Os enfrentamentos sobre essas definições ocorrem em contraposição à ideia de “desenvolvimento” que tem se instaurado em nossa sociedade e consideram a forma pela qual as sociedades tradicionais concebem e se contrapõem a esse modelo industrial instaurado no Brasil.

É importante nos situarmos contextualmente sobre as mudanças estruturais que a Amazônia enfrentou no decorrer dos anos, como chama atenção Becker (2011), desde seu processo de ocupação nas décadas de 1970 e começo dos anos 1980, quando tais modificações foram se apresentando nessa região. Para a autora, existem dois eixos centrais para se falar dessa perspectiva. O primeiro deles refere-se às décadas de 1950 e 1960, quando a Amazônia se apresentava como outro cenário, uma grande ilha cujos olhares se voltam praticamente para o exterior, sendo desligada do território nacional, fato ocorrido no antigo arquipélago brasileiro. Atualmente, a outra mudança estrutural se relaciona à economia, ao fato de a Amazônia ser o segundo lugar do país na produção mineral e o terceiro na produção de bens de consumo duráveis, sendo centro da fronteira agrícola nacional.

A Amazônia é percebida como um espaço de projeção para o futuro, de novas oportunidades, de alternativas, de possibilidades de ascensão na qualidade de vida por diferentes grupos sociais, cada qual com seus projetos que registram as diferentes demandas locais, certamente influenciadas por ações nacionais e globais (Becker, 2011, p. 32).

Além disso, a Amazônia foi e é pensada como fronteira econômica, desde a década de 1980, estando cada vez mais voltada para a produção de *commodities*, como também para a exploração de minérios e madeiras. Atualmente, segundo Loureiro (2012), a fronteira econômica amazônica tem sido pensada e impulsionada a partir da intencionalidade do mercado internacional, bem como diante da conjuntura e do mercado nacional. Com isso, a exploração

da natureza e seus recursos oscila conforme o mercado de *commodities* tais como, a madeira, o minério, o gado, o dendê, dentre outros produtos. Diante dessa nova fronteira, o campesinato perde força e seu lugar de destaque na região, que apresenta grande independência em relação ao mercado interno, sendo motivada pela expansão do mercado internacional.

Essas políticas de importação e exportação de *commodities* são políticas nacionais pensadas para a Amazônia desde a ditadura militar, estando a centralidade da tomada de decisões perpetuada pelas políticas de normalização da suspensão das leis que estiveram inalteradas mesmo em regimes democráticos (Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti, 2021). Seguindo essa prerrogativa, há a criação de grandes projetos, consolidada a partir do eixo de exportação, pautando-se numa lógica de acumulação rentista, tendo o alargamento de terras, de recursos naturais e de todo bem público e coletivo, que encontrou formas de perpetuar essa política de integração e expropriação da Amazônia, o que se mantém até hoje, como destacam Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021). As políticas governamentais que possibilitaram o acesso competitivo das *commodities* brasileiras ao mercado internacional se perpetuam desde os programas “Avança Brasil”, “Brasil em Ação” e “Brasil Grande”, difundidos desde as décadas de 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso.

A necessidade de maior fluidez do capital transforma a lógica de integração e desenvolvimento, historicamente presentes como respostas ao risco e vazio amazônicos, no estabelecimento de eixos que transformam a complexidade e diversidade de territorialidades que compõem a realidade regional no caminho do gado, do ferro, da soja, do milho etc (Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti, 2021, p. 129).

Em relação ao século XXI, o preço das *commodities* se impulsiona em diferentes governos da América Latina, inclusive no Brasil. Sendo conduzido pela política de exportação de produtos agrícolas e minerais como caminhos para conquista de estabilidade macroeconômica, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), proporcionado a rentabilidade do capitalismo brasileiro girar em torno da rentabilidade obtida por meio da expansão das *commodities* e de seus ganhos exorbitantes no sistema bancário financeiro (Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti, 2021).

Para a manutenção dessa alavanca exportadora, foram criadas grandes obras de infraestrutura, em destaque, na Amazônia, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dando viabilidades para a promoção e consolidação para eixos de exportação dentro desse eixo de programas de infraestrutura que se voltam para a garantia das condições econômicas,

institucionais e de infraestrutura, sobretudo na exploração de minério, compondo o programa de desenvolvimento regional e de dinamização da economia na Amazônia Oriental³⁹ brasileira.

O PAC foi um programa governamental lançado em 2007, tendo Dilma Rousseff como principal articuladora, na época como ministra-chefe da Casa Civil, sendo então considerada “Mãe do PAC”, lançando, posteriormente, o PAC2, quando foi presidenta da república. Esse programa tinha a proposta da retomada dos investimentos públicos num cenário de indicadores econômicos positivos, com o objetivo de fortalecer a economia nacional, sendo fortemente influenciado pelo primeiro mandato do Governo Lula, (2003-2007), que estabilizou a economia da época, proporcionando a geração de emprego e renda como, destaca Conceição (2018).

Segundo Pochmann (2013), o PAC se insere em um planejamento estratégico de concentração de recursos públicos, assim como objetivava a reconstituição da infraestrutura econômica e social. Com isso, seja nos setores de energia elétrica, de saneamento e habitação popular, “a roda da economia começou a se movimentar, com importantes impactos regionais e locais derivados da volta dos grandes projetos nacionais de reforço à integração nacional” (Pochmann, 2013, p. 153). Entre seus eixos fundantes situa-se o investimento em infraestrutura, como a construção de grandes empreendimentos, especificamente em regiões que, desde a década de 1960, têm induzido grandes transformações causadas por esses empreendimentos.

O Programa Grande Carajás (PGC), que foi o grande impulsionador de obras na Amazônia Legal, buscando garantir condições econômicas e institucionais de infraestrutura. Nas abordagens de Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021), no cenário de governos militares, as lógicas de operação de políticas justificavam a formação discursiva da Amazônia como risco e vazio, atualmente, os interesses e forças alimentados pela imagem de nação herdeira da mesma formação histórica anterior, acaba propiciando o planejamento desses grandes projetos na região amazônica, que, historicamente, tem sido aberta para fins políticos, sociais e econômicos.

As transformações na paisagem e nos modos de vida de populações amazônicas se perpetuaram sobretudo nas idealizações e promoções ocasionadas por grandes programas governamentais. Um grande exemplo é o referido PGC, criado em 1980, que tinha por objetivo a dinamização econômica da Amazônia Oriental, bem como sua inserção e integração na lógica econômica nacional e na expansão capitalista marcada por esse período (Sant’Ana Júnior; Alves, 2018). O programa pretendia atuar via três grandes frentes integradas, sendo elas:

³⁹ A Amazônia Oriental, composta pelos estados do Pará, Amapá, Tocantins e parte do estado do Maranhão, tem enfrentado, desde a década de 1970, profundas transformações em sua paisagem, como também nos modos de vida de povos e comunidades tradicionais que a habitam (Sant’ana Júnior; Alves, 2018).

projetos de minero-metalúrgicos; projetos agropecuários e florestais; projetos de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos e barragens). O marco de sua criação foi o Decreto de Lei 1813, de 24 de novembro de 1980, sendo emitido pelo presidente da república, general João Figueiredo. Entre os empreendimentos integrantes do PGC, estavam serviços de infraestrutura com prioridades para o aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas (Sant’Ana Júnior; Alves, 2018; Sant’Ana Júnior; Cardoso, 2016).

Cabe destacar que o PGC ia muito além de ser um programa voltado para a exploração de minério de ferro, ao fato que este programa era conduzido por um Conselho Interministerial pensado para a mineração e siderurgia “mas que atuasse como catalisador de ‘desenvolvimento regional’, cujo raio de ação compreenderia boa parte da Amazônia” (Sant’Ana Júnior; Cardoso, 2016, p. 183).

O PGC foi extinto oficialmente em 1991, dentro do processo de enxugamento da máquina pública realizado na presidência de Fernando Collor, a partir da orientação neoliberal que se implantava no país. Até então, como já afirmamos, o Programa funcionava como uma instância governamental e era conduzido por um conselho interministerial. Porém, mesmo após sua extinção oficial, o PGC continuou exercendo forte influência na sua região de abrangência, alterando fortemente os biomas, as paisagens e os modos de vidas dos grupos sociais locais, alterou profundamente a história, a geografia e o ambiente da Amazônia oriental e suas consequências continuam presentes na vida cotidiana das cidades, dos povoados rurais, dos povos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos, das comunidades tradicionais (Sant’Ana Júnior; Cardoso, 2016, p. 184).

Diante disso, percebemos que, desde sua formação, a Amazônia Oriental tem sido alvo de políticas desenvolvimentistas promovidas por governos federais e estaduais, tendo parcela representativa da participação de grandes grupos econômicos, investidores do setor privado e do financiamento de agências multilaterais de desenvolvimento. A exemplo das multinacionais e empresas que administram e impulsionam obras de infraestrutura a serem instaladas nessas regiões, o que acaba causando “efeitos deletérios sobre os diferentes grupos sociais e povos tradicionais e, por conseguinte, a produção contínua de conflitos” (Sant’Ana Júnior; Alves, 2018, p. 268).

Dentre os processos de expansão industrial, mineração e do agronegócio na Amazônia, situa-se recentemente o que tem se debatido/denominado como a última fronteira agrícola do país, tratando-se da região do Matopiba, formada os municípios fronteiriços dos estados do Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI) e Bahia (BA), resultado do avanço do agronegócio e do crescimento de um modelo de produção ancorado na alta mecanização, predominante de regiões do cerrado, estruturadas pela ocupação econômica da pecuária extensiva combinada com a agricultura mercantil e o extrativismo voltado para a exportação (Batista et al., 2023;

Santos, 2018). Com a intervenção do Estado, foram implantados nessas regiões novos programas vinculados à promoção da expansão agrícola do país através da produção de grãos, como a soja, o milho e o algodão. A grande concentração de riqueza agrícola nessa região tem sido utilizada para fins mercadológicos, sendo a população em que tais projetos se inserem as mais marginalizadas em relação aos benefícios provenientes do agronegócio. Assim, tem-se o Matopiba, enquanto gerador de crescimento econômico na expansão agrícola, mas com menor potencial para o desenvolvimento, como pontua Santos (2018).

As dimensões propagadas por projetos desenvolvimentistas tanto no setor industrial, elétrico, agrícola e monocultor, tais como o Programa Grande Carajás, os dimensionados pelo PAC, e, por último, as demandas apresentadas pelo Matopiba, apresentam a exploração da região amazônica e as prerrogativas integrativas ao se inserir no eixo desenvolvimentista do país. Entender a integração da Amazônia é essencial para adentrarmos na dimensão do que esses grandes empreendimentos têm acarretado: exploração da floresta, expropriação de povos e comunidades tradicionais, bem como o desmatamento e as mudanças climáticas que tais ações desencadearam na região. Nesse estudo, nos atentaremos às dimensões da ampliação da hidroeletricidade pautada nos projetos de promoção e instauração do modelo energético na Amazônia. Os projetos de construção de usinas hidrelétricas na Amazônia apresentam-se desde a época da ditadura, e, conforme estudos, é prevista a construção de vinte novas usinas nessa região, conforme o Plano Decenal de Energia (PNE) de 2011 a 2023 (Leonel, 2020).

Bertha Becker (2012) discute em seu trabalho a implantação de hidrelétricas na Amazônia a partir de dois eixos centrais de consumo, o de água e o de hidroeletricidade, pondo esse debate em escalas divergentes. Na esfera global, há o discurso sobre a escassez de água e o aquecimento global, buscando, com isso, a redução das emissões de gases de efeito estufa e o uso de novas tecnologias renováveis ao uso de energia. Em escala nacional, o país enfrenta o desafio de lidar com a abundância de água com justiça social e territorial, enfrentando o desafio de que a produção de energia hidrelétrica, embora seja vista como “renovável”, tem apresentado efeitos ambientais bastante contundentes, a exemplo dos danos e injustiças ambientais apresentadas na promoção e implantação desse modelo energético. Já em escala regional, trata-se especificamente da Amazônia, ao fato de que o uso da água e da produção de energia elétrica é sobretudo uma questão amazônica, sendo que os grandes projetos hidrelétricos idealizados pelo PAC estão localizados nessa região.

Enquanto se propõem megaprojetos para a geração de energia e navegação na Amazônia, configura-se o auge do paradoxo entre a abundância de água e a inacessibilidade social: a água é utilizada especialmente para a produção de energia a ser transportada para outras regiões do país (e para a irrigação nas áreas do

agronegócio), enquanto a população tem acesso à água potável! (Becker, 2012, p. 786).

Com isso, a construção de usinas hidrelétricas tem crescido nessa região, embora tenha apresentado grandes embates. Como menciona Becker, o processo de integração da Amazônia se enraíza no contexto sócio-histórico da formação da sociedade brasileira. Seus diferentes eixos desenvolvimentistas, obras e empreendimentos têm adentrado cada vez mais a região, sejam ferrovias, mineradoras, rodovias, portos e hidrelétricas. No contexto tocantinense, o leito do rio tem se tornado jazida energética da produção hidroelétrica do país. Dentro desse cenário, Sieben (2012, p. 80) destaca que “A Amazônia tem como função: a monocultura das águas para a produção de energia elétrica. E como todas as monoculturas brasileiras, esta é mais uma que atende aos interesses capitalistas”.

Leonel (2020) afirma que são planejadas a construção de 147 hidrelétricas na Amazônia, sendo 65 delas no território brasileiro. Esse fator ocorre uma vez que os planejadores do setor elétrico pensam essa região como possibilidade de abastecer a energia hidrelétrica e contribuir para 10% das necessidades nacionais, tratando-se sobretudo do Nordeste e Sudeste num sistema integrado.

O potencial hidrelétrico estimado da Amazônia é de 100.000 mw, mas sua utilização inadequada pode comprometer os 25.000km de rios navegáveis e outras potencialidades de uso múltiplo. Com suas graves distorções, o setor energético, por sua capacidade financeira, e consequentemente de empreender, termina por tomar a dianteira do próprio desenvolvimento regional (Leonel, 2020, p. 269).

A região Amazônica prepara-se para o aproveitamento de cerca de 80 hidrelétricas de médio e grande porte, gerando cerca de 100 milhões de quilowatts instalados ao longo dos rios da Amazônia Legal na próxima década, como afirma Leonel (2020). As águas dos rios amazônicos vêm sendo utilizadas como fonte de hidroeletricidade. Segundo Pinto (2002), no Rio Tocantins, no trecho paraense, foi erguida a segunda maior hidrelétrica do Brasil, a UHE de Tucuruí, que, em 2002, passou a ter sua capacidade duplicada, sendo a sexta maior do mundo.

A exploração do potencial hidrelétrico⁴⁰ do Brasil data-se de meados dos anos 1950, especificamente após o regime militar, estando a geração de energia elétrica advinda dos rios alicerçada como projetos nacionais no fim do século XIX e início do século XX. No governo

⁴⁰ As primeiras construções a utilizarem a matriz hidráulica advinda das Usinas Hidrelétricas no Brasil foram realizadas no século XIX, tendo o estado de Minas Gerais como o primeiro palco. A primeira barragem hidrelétrica do Brasil foi a barragem do Ribeirão do Inferno, no rio Jequitinhonha, em Minas Gerais, edificada em 1883 para fornecer energia para uma mina de extração de diamantes (Oliveira, 2018).

de Getúlio Vargas, foi quando o Estado Federal brasileiro promoveu o crescimento da hidroeletricidade, visando, a partir da abundância de rios e planaltos presentes no país, promover políticas desenvolvimentistas do uso desses recursos para fins energéticos (Oliveira, 2018).

Segundo Dias e Sousa Neto (2024), a primeira fase de estruturação do setor elétrico brasileiro ocorreu em 1934, exatamente sob comando de Getúlio Vargas, período no qual foi criado o Código das Águas, que visava regulamentar o uso dos recursos hídricos no país e deliberar concessões de bens públicos sobre os rios e seus afluentes. Com isso, as medidas acionadas pelo então presidente visavam aumentar a participação do Estado na arrecadação, planejamento e decisões do setor elétrico, que, anteriormente, tinha participação mínima, sendo realizada, sobretudo nas décadas de 1920 a cargo das empresas de capital norte-americano que detinham o poderio da implementação não só de usinas, como também a crescente demanda de energia nos principais centros urbanos do país na época. Após a centralização do poderio do setor energético nas mãos no Estado, pós decreto de Vargas, o território brasileiro passou a explorar os recursos hídricos, tendo sua matéria prima e seu modelo energético sumariamente advindo de origem hidráulica (Oliveira, 2018; Dias e Sousa Neto, 2014).

Conforme elucida Oliveira (2018), o Brasil destaca-se entre os maiores construtores de barragens no mundo, sendo o segundo país que mais gera energia hidráulica mundialmente, ficando atrás apenas da China. Entretanto, com a consolidação dessa matriz energética, desde 1970, a construção de hidrelétricas vem sendo questionada sistematicamente no Brasil e no mundo, sobretudo pelos efeitos deletérios que a construção desses grandes empreendimentos ocasiona nas regiões e comunidades em que são instaladas, como também, a série de acusações de corrupção e disputas que tais propostas desenvolvimentistas têm acarretado à sociedade.

Os estudos de Bermann (2007), Oliveira (2018) e Dias e Sousa Neto (2024) enfatizam as influências exteriores, como dos Estados Unidos e União Soviética, nos processos de instauração do Brasil de uma política hidroelétrica. Entre os períodos de 1951 e 1963, há uma aceleração na construção de hidrelétricas no país. Pautado na agenda desenvolvimentista, o governo Vargas, em 1951, projetava a implantação de indústrias no país, e as obras de infraestruturas de energia e transporte desempenhariam papel crucial no desenvolvimento industrial. A perpetuação desses projetos hidrelétricos consistia na criação de uma empresa estatal, com a contenção de empresas regionais que realizariam estudos, projetos, construção e operação de usinas, linhas de transmissão e distribuição de eletricidade, como o caso da Central Elétricas do Brasil (ELETROBRAS) que foi incorporada ao Plano Nacional de Eletrificação (PNE), embora o plano de Vargas não tenha sido aprovado e a criação da Eletrobras impedida

na época. Essas incongruências ocorriam sobretudo pelo surgimento do Estado enquanto produtor de eletricidade, o que foi questionado pela ação privatista que defendia a participação do capital privado no setor elétrico, como aponta Oliveira (2018).

O contexto sociopolítico do Brasil esteve enraizado nas políticas voltadas para a hidroeletricidade. Desde os anos 1950, os investimentos públicos estiveram no centro das aplicações do desenvolvimento de uma indústria nacional de materiais e equipamentos para esse setor. Por conta da incapacidade autofinanceira, o Banco Mundial (BM) entra como grande financiador de projetos na área da energia elétrica. O governo de Juscelino Kubitschek caracterizou-se por ser o primeiro ciclo significativo de expansão industrial, ainda na década de 1950, com sua proposta de desenvolver o país “50 anos em 5”. Seu plano de metas governamentais vinculou-se ao investimento estatal na construção de infraestrutura, que passou a ter papel central (Oliveira, 2018). Em vista disso, o governo Kubitschek teve responsabilidade na diversificação dos investimentos na área de energia elétrica por outras partes do país, embora a sua grande maioria tenha se concentrado na região centro-sul. Os investimentos voltados para o transporte e energia representaram 73% dos investimentos planejados, sendo 24% exclusivos para o setor elétrico (Oliveira, 2018; Dias e Sousa Neto, 2024).

Em 1960, foi criado o Ministério de Minas e Energia (MME), órgão governamental responsável por questões relacionadas à produção de minério e energia. Durante esse período, a aceleração da produção de eletricidade de fonte hidráulica teve um aumento exorbitante, passando de 1.883 MW de geração em 1950, para 4.479 MW em 1963, tendo sido construídas 58 grandes barragens nesse espaço de tempo. Depois de barganhado o projeto de Vargas, em 1961, durante o governo de João Goulart, a criação da Eletrobras foi promulgada (Oliveira, 2018). Após sua criação o número de obras cresceu exponencialmente, tratando-se especificamente da segunda fase de estruturação do setor elétrico brasileiro, conforme destaca Dias e Sousa Neto (2024), que ocorre a partir da diversificação de obras hidrelétricas de grande porte realizadas por militares, sobretudo, pela Eletrobras. Essa fase destaca-se principalmente pela exploração na região Norte.

Com isso, o Rio Tocantins é acionado enquanto novo campo de infraestrutura na produção de energia. Conforme as elucidações de Dias e Sousa Neto (2024), as construções para produção de energia elétrica nessa região ocorrem pelo extensivo povoamento da região Centro-Oeste do país. Dessa forma, a construção de grandes rodovias que cortam a região (Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Belém-Brasília), mesmo sendo obras inauguradas em períodos distintos, contribuiu na promulgação do discurso desenvolvimentista de retirar a região central do país do suposto “atraso”.

O Estado foi utilizado como principal promotor do setor elétrico, a partir de 1964, quando militares, por intermédio da Eletrobras, iniciam a segunda fase de expansão desse novo modelo energético, tendo fortes investimentos em obras hidrelétricas, buscando utilizar a exploração dos recursos naturais enquanto propaganda do regime. Durante esse período, foram construídas 61 grandes hidrelétricas, o que, consequentemente, aumentou a capacidade a ser instalada de 4.894 MW para 37.437 MW, entre os períodos de 1964 e 1985 (Oliveira, 2018; Dias e Sousa Neto, 2024).

Bermann (2007) enfatiza que a expansão da capacidade hidrelétrica a ser instalada no Brasil tem a metade do seu potencial, 50,2%, localizado na região amazônica, especificamente nos rios Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós. Perante essas perspectivas, o Estado começa a expandir as construções de megaempreendimentos na região, sobretudo pelo seu grande potencial de geração de energia hidroelétrica associado às necessidades de desenvolvimento e integração ao restante do país. Com isso, para possibilitar essa integração da região amazônica com as demais do país, era necessário a implementação de tais empreendimentos (Dias e Sousa Neto, 2024).

O potencial hídrico do Brasil é uma das causas do advento da construção desses grandes empreendimentos, sendo que na região amazônica se localiza o seu excedente, a região Norte. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a maior expansão de hidrelétricas ocorre nessa região, sobretudo tratando-se de suas características e potencialidades de recursos naturais, o que acabou atraindo, no decorrer dos anos, grandes investimentos, desde a extração mineral, atividades agropecuárias, bem como, exploração dos ecossistemas e da biodiversidade (Carvalho, 2018).

De acordo com Fearnside (2015, p. 13), “A Amazônia brasileira tem um grande potencial para geração hidrelétrica, graças às quantidades enormes de água que passam pela região e às quedas topográficas significativas nos afluentes do Rio Amazonas”. Em vista disso, os recursos hídricos presentes na região passaram por estudos detalhados para implementar usinas hidrelétricas. Tais estudos se iniciaram no ano de 1968, quando foi criado o Comitê de Estudos Energéticos na Amazônia (Eneram), que realizava levantamento do potencial hidrelétrico em 6.925.00km² de rio, tratando-se de 63% no território nacional, como afirma Carvalho (2018).

Por decorrência desses estudos, em 1972, criou-se a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte), que utiliza o aproveitamento dos recursos hidráulicos dos estados do Pará, Amazonas e parte dos Estados de Goiás e Mato Grosso (Carvalho, 2018). A Eletronorte

passou a ter grande importância na geração de eletricidade do país, ao fato de que 80% do potencial hidrológico do país estão na região amazônica, local de atuação da empresa.

o setor elétrico se articulava orientado por duas propostas: uma consiste na finalidade de proporcionar energia com menor preço ao setor industrial, explorando o amplo potencial hidráulico; a outra proposta objetiva promover na Amazônia a colonização de áreas que se encontram sem o controle estatal, por meio de programas de integração social com total interesse do Estado de controlar o território (Carvalho, 2018, p. 65).

O potencial energético e o grande número de hidrelétricas apresentam-se na região amazônica, que passou a ser vista pelos capitalistas tanto como grande fronteira agrícola, mas também como grande fronteira hidrelétrica do país. As perspectivas do vazio demográfico e econômico, bem como os interesses pela internacionalização da Amazônia, são os meios pelos quais empresas privadas e estatais têm utilizado a ocupação dessa região para fins desenvolvimentistas.

Sieben (2012) pontua que, por volta de 1960 e 1970, o estado brasileiro passou a incentivar as políticas públicas para a produção de energia elétrica. Nesse período, o país enfrentava a necessidade de fornecer infraestrutura para multinacionais se instalarem em território brasileiro, tornando-se parte do cenário industrial do país. O setor elétrico foi primordial nesse cenário. Em razão da necessidade de energia que atendesse às demandas residenciais, foi adotado o modelo hídrico como fundamental para a matriz energética brasileira, levando em consideração a disponibilidade hídrica de rios e planaltos para o represamento de grandes canais existentes no Brasil.

O modelo energético brasileiro classifica-se enquanto desigual em suas políticas voltadas para a ampliação do setor elétrico (Machado, 2020; 2023). Em seu contexto histórico, o Brasil tem privilegiado um modelo energético que se preocupa mais com o seu comprometimento com a dinâmica econômica, do que especificamente com a melhora nas condições de vida da população. Pereira (2015) argumenta que a crise do abastecimento de água e energia é atravessada por perdas decorrentes das condições hidrológicas desfavoráveis da ampliação desse sistema, seja por questões relacionadas à demanda, à falta de planejamento ou aos problemas voltados para corrupção geridos nas parcerias entre público e privado. As desigualdades e injustiças propagadas pelo eixo central de exploração hídrica que alimentam a propagação desse modelo energético, são combatidas pelo MAB, pois, segundo Benincá (2011), produz esgotamento dos recursos naturais, realçando as desigualdades sociais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ampliando os conflitos entre dominantes e populações vulneráveis, ou seja, a propagação do modelo energético dissemina duas perspectivas: de um lado concentra-se um sistema vinculado aos interesses do capitalismo e, de

outro, a contestação a esse modelo vigente a partir da instauração de novas alternativas à hidroeletricidade.

No início do governo de Fernando Henrique Cardoso, nas acepções de Oliveira (2018), ocorreu uma virada ambiental, no Brasil e no mundo, tendo a participação da sociedade nos desarranjos causados por obras de infraestrutura, tratando-se de uma resposta à aceleração exacerbada de obras de infraestrutura instaladas no país. Em 1989, a partir de avaliação do Comitê de Gestão de Empresas do Setor Elétrico (Coge), da Eletrobras, foram apontados três fatores externos de introdução das questões ambientais nos planos de desenvolvimento do setor elétrico. Em primeiro lugar, esteve a pressão da sociedade organizada em movimentos de atingidos ou ambientais; o segundo vinculado às leis emergentes aprovadas pelo governo; e, por fim, a pressão das organizações internacionais que financiavam as obras.

Os confrontos, a despeito dos efeitos radicais acarretados pela grande expansão desse setor, são consequência das afetações das barragens sobre o espaço, a paisagem e as vidas humanas e animais. O estudo de Oliveira (2018) frisa que a primeira obrigação legal no Brasil a respeito das afetações de uma usina hidrelétrica ocorreu com a obrigação das escadas de peixe nas barragens de São Paulo, sob pena de multa, isso em meados da década de 1920. Dessa forma, já se percebia a responsabilidade dada às barragens sobre os danos ambientais e o desaparecimento das espécies migratórias.

São inúmeros os estudos, sejam nas Ciências Sociais ou demais áreas, que apresentam as afetações acarretadas pela perpetuação desse modelo energético que, por um lado, propaga a ideia de uma fonte energética “limpa, renovável e barata”, sendo dimensionada em todo o território nacional, e, por outro, é o responsável por inúmeros problemas ambientais, como as alterações do regime hidrológico, o comprometimento da qualidade das águas, a emissão de gases de efeito estufa (sobretudo o metano), os problemas de saúde pública advindos da formação dos remansos nos reservatórios decorrentes de constante proliferação de vetores de transmissão de doenças endêmicas e a dificuldade em assegurar o uso múltiplo das águas. Esses fatores demonstram a inexistência de energia limpa e como a política hidroelétrica brasileira tem acarretado uma série de conflitos, injustiças e efeitos socioambientais à sociedade em geral (Bermann, 2001; 2007).

A intensificação da produção energética no país data do período entre 1975 e 1985, sendo a capacidade de geração de 18.500 Mw aumentada para 54.000 Mw. Com a crise de 1980, as críticas à construção de barragens e a atuação de órgãos internacionais dificultaram a construção desses empreendimentos, como pontua Sieben (2012). Embora isso não tenha

impedido o governo brasileiro de construir 432 novas usinas, como pretendia até 2015, buscando atingir, até o ano de 2020, a marca de 200 mil MW.

No final do século XX e início do século XXI, o setor elétrico passou por um processo de reestruturação. Esse período foi caracterizado pelo crescimento do capital estrangeiro, estando ele no centro das obras enquanto construtores, empreendedores e sobretudo fiadores. É diante desse cenário que, em 1990, o Rio Tocantins se consolida enquanto canteiro de obras ou como jazida energética brasileira, característico pela crescente instalação de barragens na região (Dias; Sousa Neto, 2024).

A UHE de Tucuruí destaca-se como a primeira usina instalada no leito do Rio Tocantins, transformando-o em um grande loteamento de obras de infraestrutura, consolidando-se enquanto a fronteira energética brasileira devido à quantidade de hidrelétricas construídas e projetadas em sua bacia hidrográfica em um curto espaço de tempo, como enfatizam Dias e Sousa Neto (2024).

No cenário, o estado do Tocantins insere-se no Estatuto dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento do Araguaia-Tocantins, buscando investimentos públicos e privados do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Secretaria de Investimentos Estratégicos do Ministério de Orçamento e Gestão. A posição estratégica da bacia dos rios Araguaia-Tocantins tem apresentado grande potencial energético, no qual vários empreendimentos hidrelétricos estão sendo construídos e em processos de previsão (Zitke, 2007). A sua importância se dá, sobretudo, pela acentuada estima no mercado energético ao investir mais de 26 mil MW de potência da região, o que implica o grande número de hidrelétricas instaladas nos leitos de seus rios (Carvalho, 2018).

2.2 O Rio Tocantins e a expansão da nova fronteira energética brasileira

A dimensão integradora e desenvolvimentista que se promulgou no decorrer dos anos foi o fator propiciador da instalação de grandes projetos de desenvolvimento nesta região, tratando-se especificamente da implantação de usinas hidrelétricas no leito do Rio Araguaia/Tocantins. De acordo com dados e pesquisas, o leito do rio tem se tornado jazida energética com o passar dos anos, tendo em vista o grande número de projetos instalados e dos projetos a serem desenvolvidos na segunda maior bacia hidrográfica do país.

O Rio Tocantins transforma-se de uma rota comercial marítima para uma jazida de energia elétrica. Historicamente, a exploração do leito ocorre substancialmente a partir das lógicas exploratórias dos usos dos rios para a perpetuação do modelo energético brasileiro. No

Brasil, a política energética se consolidou a partir da ação do Estado em concentrar na energia de origem hidráulica a principal a ser propagada no país. Por conta disso, o Rio Tocantins centraliza-se como um espaço de exploração hídrica desmedida (Dias; Sousa Neto, 2024).

A implementação de grandes empreendimentos nessa região foi perpetrada desde o governo de Juscelino Kubitschek e expandida no período militar. Os estudos de Luiz Dias e Marcelo Sousa Neto (2024) destacam que estava no centro do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek a construção de obras de infraestrutura como estradas, rodovias e ferrovias, e o setor elétrico, em parcerias com iniciativas privadas e empresas estatais, iniciava a implementação de algumas hidrelétricas. As prerrogativas desenvolvimentistas alicerçaram no governo de Kubitschek, sobretudo na criação da nova capital do país, Brasília, baseada na narrativa do povoamento da região oeste do país, o que, conseqüentemente, transformou os rios dessa região. O Rio Tocantins era utilizado como uma importante via de transporte interestadual que ligava os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, o que mudou compulsoriamente as rotas fluviais do rio em decorrência do processo de industrialização advindo da construção da capital.

Junto à construção de Brasília, se alastraram as construções rodoviárias, tais como Belém-Brasília, Brasília-Rio Branco e a BR-020, mudando drasticamente os caminhos e impressões do Estado sobre o Rio Tocantins que, em consequência da ampliação das rodovias, torna-se um canteiro de obras para a produção de energia elétrica (Dias; Sousa Neto, 2024). Em consequência disso, as cidades ribeirinhas em volta dessas regiões acabam enfrentando um novo processo de ordenação, como pontua Silva Júnior (2021), em decorrência do despovoamento de várias cidades às margens do rio. Essas cidades tinham o contexto econômico interligado pelo comércio de rotas de navegação do Tocantins. Pescadores/as, vazanteiros/as, ribeirinhos/as e agricultores/as utilizavam as rotas comerciais para vender seus mantimentos nas demais regiões. Com a instalação de rodovias e o crescimento ferroviário, essas cidades sofrem com a expansão da indústria e, conseqüentemente, ocorrem a migração de seus moradores e as mudanças nas dinâmicas comerciais perpetradas na região.

Os investimentos econômicos nas políticas energéticas da região Norte são alicerçados pelas perspectivas do Estado de entender seu grande potencial hídrico e promover o seu desenvolvimento com as demais regiões do país. A UHE de Tucuruí se destaca por ser o primeiro empreendimento hidrelétrico a ser instalado na região. Iniciada em 1974 e inaugurada em 1984, a barragem se classifica como a segunda maior usina hidrelétrica em potencial energético do país. Como postulam Dias e Sousa Neto (2024), a obra inaugura o início de

investimentos com objetivos desenvolvimentistas na região amazônica, o que demarca a perpetuação desse modelo vigente a se instaurar no leito do Tocantins.

Após a inauguração da UHE de Tucuruí, em 1985, já existia no horizonte um processo de afrouxamento da política de repressão. Os primeiros anos da redemocratização foram marcados, no setor elétrico brasileiro, por uma espécie de simbiose entre procurar distanciamento da operação e construção de usinas e, ao mesmo tempo, criar mecanismos estatais para supervisionar, normatizar e fiscalizar o setor (Dias; Sousa Neto, 2024, p. 519).

Após esse período, que ocorre durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), são criadas a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Agência Nacional das Águas (ANA). A primeira, instaurada em 1997, buscava a regulamentação do setor elétrico em sua dimensão de distribuição, planejamento e liberação de grandes empreendimentos. Em relação à ANA, esta se alicerça a partir do Código das Águas, consolidando-se nos anos 2000, sendo responsável pela administração dos rios da união, órgão que concederia as licenças para possíveis explorações dos recursos hídricos em dimensões nacionais (Dias; Sousa Neto, 2024).

Diante desse contexto, o leito do Rio Tocantins passa a se inserir como grande canteiro de obras, sendo implantadas, projetadas e programadas inúmeras usinas. Nas acepções de Dias e Neto (2024, p. 521), “O Rio Tocantins transformou-se, de uma ferramenta de conexão entre cidades circunvizinhas e termos regionais, em uma locomotiva de erguer hidrelétricas”.

Na bacia dos rios Araguaia/Tocantins⁴¹ situam-se sete usinas hidrelétricas (Mapa 1) em funcionamento - Tucuruí I (PA); Serra da Mesa (GO); Lajeado (TO); Cana Brava (GO); Peixe Angical (TO); São Salvador (TO); e Estreito (TO/MA) - e quatro em fase de projeção - Ipueiras (TO); Tupiratins (TO); Serra Quebrada (TO/MA); Marabá (PA).

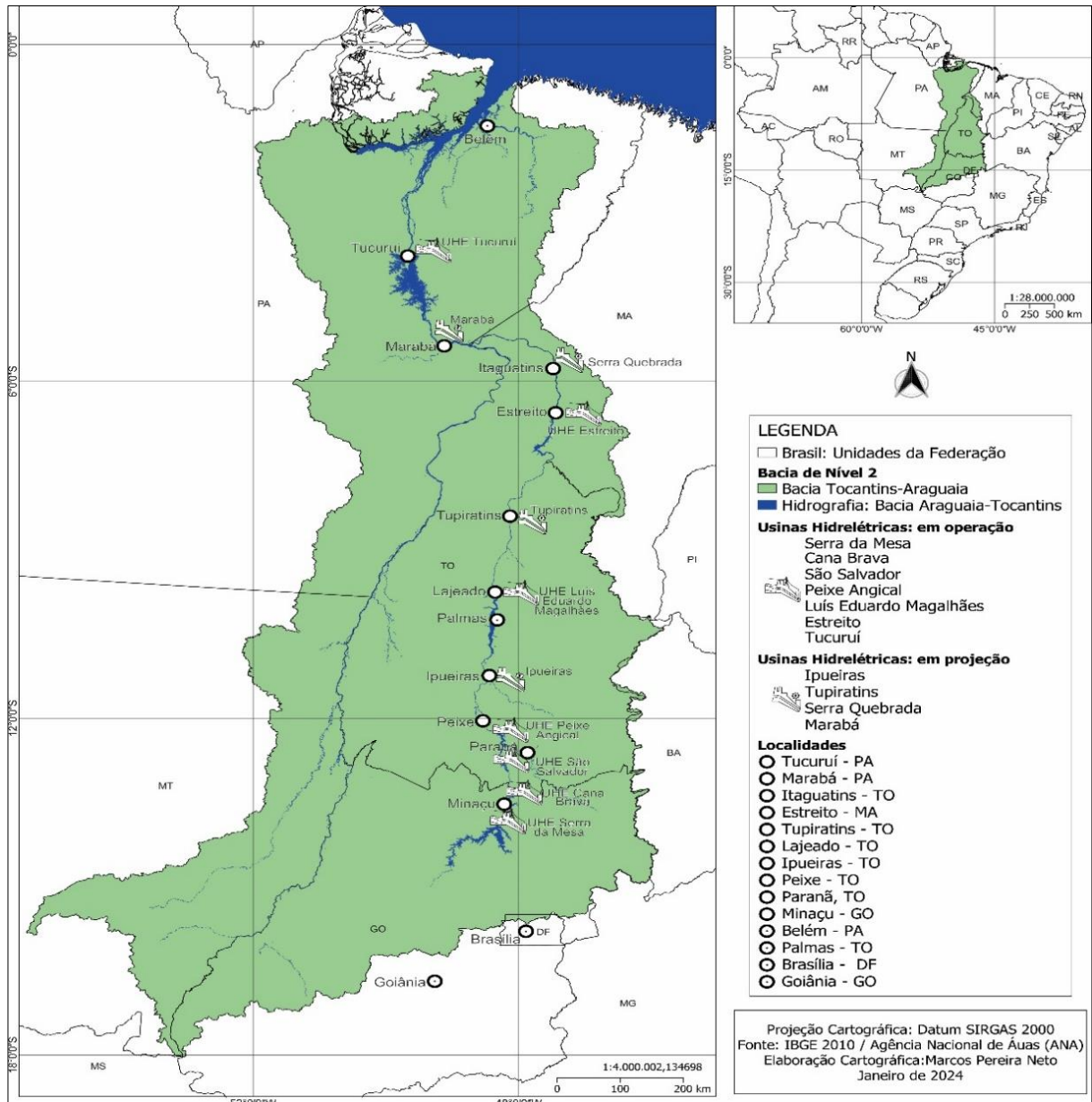
Conforme dados da Agência Nacional de Águas (ANA), os potenciais estimados para as regiões hidrográficas Amazônica e Araguaia-Tocantins apresentam, respectivamente potenciais de 107.143 MW e 26.285 MW (BRASIL, 2005). A região da Amazônia brasileira apresenta-se com características positivas à geração de energia pela via do sistema hidráulico devido à extensa quantidade de água e os declínios considerados na topografia dos afluentes do Rio Tocantins (Carvalho, 2018, p. 65).

A bacia hidrelétrica do Tocantins é a segunda maior do país, tendo se destacado a UHE de Tucuruí por ser a segunda maior usina hidrelétrica do país, ficando atrás apenas de Belo Monte. A UHE de Tucuruí, localizada no município de Tucuruí e instalada na bacia hidrográfica do Rio Tocantins, tem seu processo iniciado em 1974, sendo inaugurada em 1984. A UHE de Tucuruí foi a primeira usina em grande escala construída no Rio Tocantins, tendo a capacidade

⁴¹ Trata-se de uma das bacias hidrográficas do Brasil, formada pelos rios Tocantins (com 2.416 km) e Araguaia (com 2.115 km).

nominal de 8.000 MW, localizando-se na região da Amazônia Oriental, no estado do Pará, tendo alagado a área de 2.850 km² (Zitke, 2007).

Mapa 1 – Hidrelétricas na Bacia do Rio Araguaia/Tocantins



Fonte: IBGE (2010/ ANA. Org: Pereira Neto 01/2024).

Pela abundância de recursos hídricos na região, a construção de usinas hidrelétricas no Estado do Tocantins iniciara-se em 1981, quando é concedido o aproveitamento hidrelétrico da UHE de Serra da Mesa tendo seu funcionamento iniciado em 1998. Situada no estado do Goiás, especificamente nos municípios de Colinas do Sul, Minas Sul e Cavalcante (GO), tem a potência de 1.275 MW, alagando uma área de 1.784 km². Em 2001, a Aneel realizou leilão e concessão para a construção da UHE de Peixe Angical para o grupo Enerpeixe, sendo

construído nos municípios de Peixe Angical e São Salvador (TO), com potência de 452 MW, com o reservatório de área alagada de 294 km² que atingiu os municípios de Gurupi, Peixe, São Valério de Natividade e São Salvador do Tocantins (TO) (Carvalho, 2018; Silva Júnior, 2014).

O ano de 2002 foi marcante para o setor elétrico do Estado, bem como para a capital Palmas, pois entrou em operação a UHE-Lajeado, atualmente denominada Luís Eduardo Magalhães, que, atingindo uma área de 1000 km², abrange os municípios de Miracema do Tocantins, Lajeado, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Palmas (TO). A potência máxima, de 903 MW, está instalada nos municípios de Miracema e Palmas (TO). No mesmo ano, o CESTE vence o leilão da ANEEL referente à construção da UHE – Estreito. Em abril de 2011, a usina entra em operação com potência de 1.087 MW instalada no município de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO). Segundo o Observatório Sócio-Ambiental de Barragens (2017), os números apresentados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) somaram aproximadamente 5.000 famílias deslocadas compulsoriamente (Carvalho, 2018, p. 73-74).

Perante esse cenário, a bacia hidrográfica do Araguaia/Tocantins adquire importância ao se inserir no mercado energético nacional com mais de 26 mil megawatts de potência, o que demonstra a presença de grandes usinas instaladas e em projeção no leito de seus rios. Estando na região da Amazônia Oriental, que desde a década de 1960 foi alvo de políticas desenvolvimentistas, esta bacia hidrográfica é norteadada especificamente pela lógica capitalista de implantação desses grandes empreendimentos, desconsiderando a diversidade cultural e natural que a região oferece, as particularidades socioculturais presentes no território e os modos de vida de povos e comunidades tradicionais que historicamente ocupam esse lugar (Carvalho, 2018).

Como podemos perceber, o número de grandes hidrelétricas instaladas ou em projeção no leito do Rio Tocantins apresenta a sua dimensão enquanto pertencente à região amazônica e sua “contribuição” para o cenário hidrelétrico. No Mapa 1, entre usinas planejadas, em operação e licenciadas, destacam-se o total de 11 usinas, estando sete delas já em operação (UHE Serra da Mesa; UHE Cana Brava; UHE São Salvador; UHE Peixe Angical; UHE Lajeado - Luís Eduardo Magalhães; UHE Estreito e UHE Tucuruí) e quatro em projeção (UHE Ipueiras; UHE Tupiratins; UHE Serra Quebrada e UHE Marabá). Corroborando com o proposto pelo Plano Decenal de Expansão de Energia (2011-2020), que previa 31 novas grandes barragens, sendo vinte seis delas localizadas na região amazônica, percebe-se a nova fronteira hidrelétrica sendo instaurada no país.

As características hídricas e geológicas do Rio Tocantins possibilitaram a maior quantidade de projetos hidrelétricos com o objetivo da utilização das águas para fins de geração de energia elétrica. As sete usinas em operação comportam a capacidade de 12.779 MW. A região hidrográfica da bacia Araguaia-Tocantins representa 11% do território nacional, com

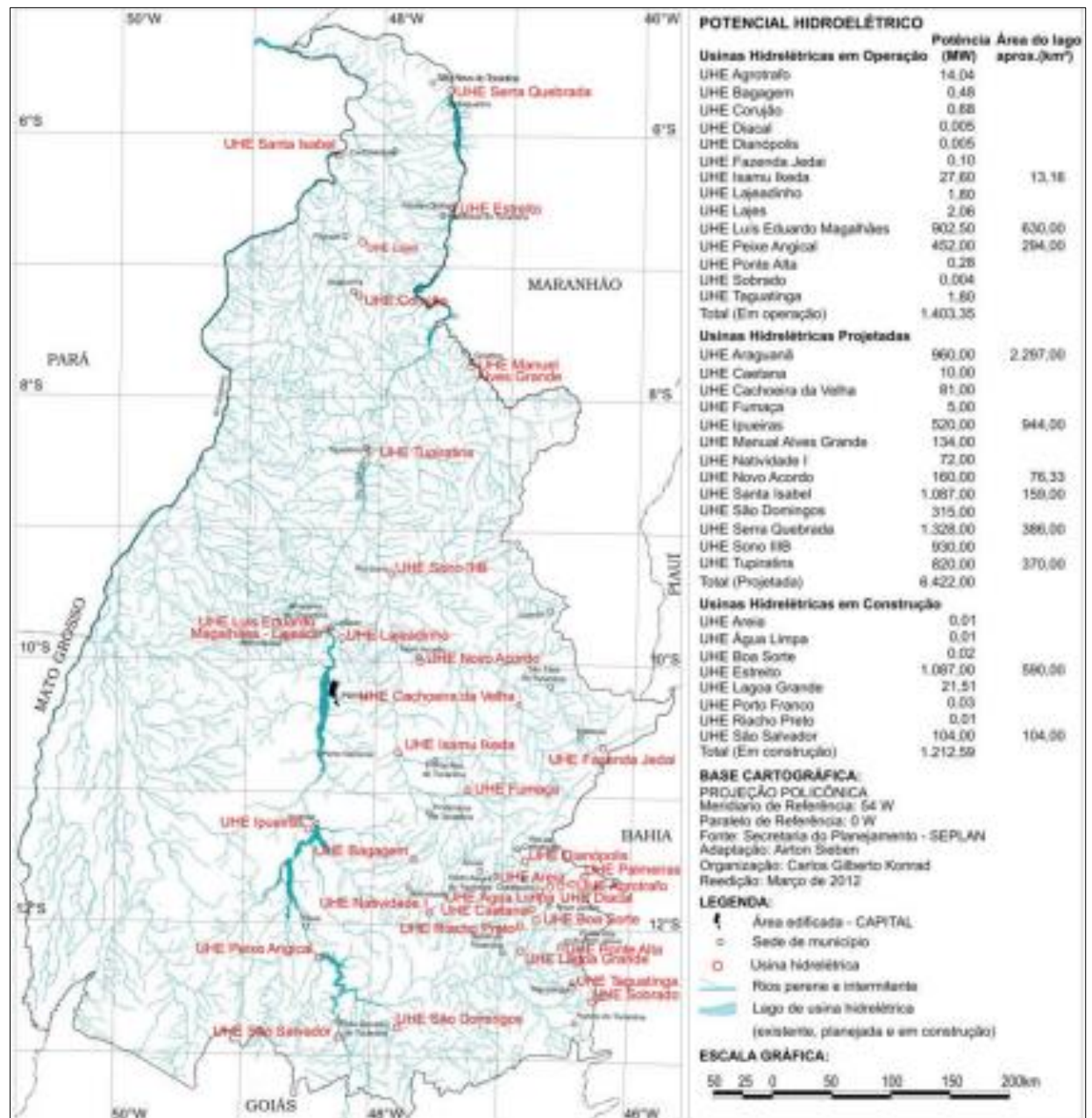
918.822 km, abrangendo cinco estados junto ao Distrito Federal: Goiás (21%), Tocantins (30%), Pará (30%), Mato Grosso (15%), Maranhão (4%) e o Distrito Federal (0,1%) (Zagallo, 2018).

A Região Hidrográfica do Tocantins e Araguaia é a mais extensa em área de drenagem totalmente contida em território brasileiro e palco de dinâmico processo de desenvolvimento socioeconômico que deverá se intensificar nas próximas décadas em função das demandas nacional e internacional por commodities. Por seu caráter estratégico para o país, as potencialidades hídricas, agropecuária, mineral, para navegação e geração de energia serão cada vez mais demandadas (Brasil, 2009, p. 13).

Cabe ressaltar que o Rio Tocantins tem a extensão de 2.400km, configurando-se como o segundo maior curso d'água do Brasil, ficando atrás apenas do rio São Francisco. Segundo a Agência Nacional das Águas (ANA, 2015), a região hidrográfica do Tocantins-Araguaia se caracteriza pela expansão da fronteira agrícola, sobretudo o cultivo de grãos e o seu grande potencial hidroenergético. Por seu grande potencial hidrelétrico, no estado do Tocantins concentram-se inúmeras hidrelétricas, o que se relaciona às condições naturais a despeito dessa bacia “constituir em rio mais encaixado e em alguns locais com presença de corredeiras. Percebe-se que o Rio Tocantins será formado em reservatórios sucessivos” (Sieben, 2012, p. 83).

O estado do Tocantins, como destaca Sieben (2012), segue a prerrogativa da monocultura da água em razão do aumento de hidrelétricas pautar-se na necessidade de atender os eixos econômicos de grandes complexos industriais. Após sua emancipação política, o estado tem buscado ser um exemplo de modernidade e crescimento para o país, tendo pautado especificamente nos discursos do desenvolvimento “sustentável”, excluindo a perspectiva dos povos e comunidades tradicionais, bem como os efeitos e danos ao ambiente. Para Zitzke (2007), as estratégias para o setor elétrico nessa região têm se inserido numa redefinição do papel do estado, apresentando mudanças consideráveis, tais como a substituição de empresas de capital estatal pela formação de capitais privados e de reformas no setor elétrico, visando proporcionar à sociedade energia com preços acessíveis, promovendo qualidade e tranquilidade. Essas mudanças datam de 1996, quando é aprovada a Lei dos Recursos Hídricos, sendo o modelo energético brasileiro constituído de forma fundamental por hidrelétricas.

Mapa 2 – Potencial hidrelétrico do estado do Tocantins



Fonte: SEPLAN (2008). Adaptado por Sieben e Konrad (2012).

Como se observa no mapa 2, há grande concentração de usinas hidrelétricas nesta bacia hidrográfica. Como pontua Sieben (2012), o Tocantins será um rio formado por sucessivos reservatórios, podendo chegar a ser a maior jazida energética do país, ao fato dos empreendimentos hidroenergéticos propostos em seu leito, sem levar em conta os seus afluentes, como também destaca Silva Júnior (2021). De acordo com o relatório dos Planos Estratégicos de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Araguaia-Tocantins (ANA, 2009, p. 14), com base em estudos de viabilidade técnica, a concentração do grande número de usinas

se relaciona, sobretudo, às potencialidades da utilização de seus recursos naturais, especialmente a água, definindo a região em seu papel central para o desenvolvimento do país. Assim, o que está especificado nesse plano diz respeito às ações estratégicas que, segundo o relatório, visam “minimizar e antecipar conflitos futuros, estabelecendo diretrizes para a compatibilização da utilização múltipla da água com as demais políticas setoriais para assegurar o uso sustentável”.

Seguindo o projeto de aproveitamento do potencial hidrelétrico da bacia do rio Araguaia-Tocantins, nota-se que a expansão hidroelétrica no leito do Rio Tocantins ocorre num curto espaço de tempo, sendo que, em quatorze anos, são inauguradas seis usinas hidrelétricas. A nova fronteira energética brasileira situada na bacia hidrográfica do Araguaia/Tocantins, foi iniciada por volta da década de 1990, com os primeiros projetos sendo inaugurados nos anos 2000, e assim se consolidando no eixo desenvolvimentista de perpetuação da matriz energética brasileira (Dias; Sousa Neto, 2024).

Nas análises pontuadas por Dias e Sousa Neto (2024), a realidade apresentada é o estado do Tocantins sendo alvo de estudos constantes a respeito da viabilidade de futuras instalações de usinas hidrelétricas, como se nota com as quatro usinas em processo de implementação. Esse fator implica nas drásticas mudanças ao ligarmos os contextos socioculturais das cidades ribeirinhas que cortam o estado que são cidades de rio. Dessa forma, a formação dessas cidades é interligada intrinsecamente com suas relações com o rio e suas margens, porém, a aceleração e constante exploração dos recursos hídricos dessa região transforma um rio em uma grande represa hidrelétrica.

Dentre as usinas presentes no Rio Tocantins, destaca-se a UHE de Estreito (a última usina construída no Rio Tocantins) que, desde seu processo de implantação, tem acarretado uma série de problemas, conflitos, efeitos e disputas sociais, ambientais e territoriais. Percebe-se que a dimensão de projetos desenvolvimentistas implantados na Amazônia recai num plano de governo pautado em políticas que se baseiam na dimensão capitalista da promoção e aceleração da economia nacional.

Estreito, pequeno município do sul maranhense, destaca-se por sua localização estratégica na fronteira energética/agrícola da Amazônia. Nesse ínterim, a cidade comporta quatro grandes empreendimentos que se interligam politicamente na trajetória de formação e expansão do município, sendo eles: a construção da rodovia Belém-Brasília, a Ponte Juscelino Kubitschek, a Ferrovia Norte-Sul e, por fim, a Usina Hidrelétrica de Estreito. Esse último sendo o foco central desse estudo, sobretudo a respeito das vivências e experiências da comunidade ribeirinha afetada por esse empreendimento, o Acampamento Coragem, que compõe, como

podemos perceber, o número significativo de povos e comunidades tradicionais que vivem as violações decorridas da implantação de grandes empreendimentos em seus territórios, sobretudo na região amazônica. Para compreendermos as dimensões em que a cidade de Estreito se ancora a respeito das políticas desenvolvimentistas, será apresentado como a presença desses grandes empreendimentos atravessa os processos de expansão da cidade, e como isso implica numa série de problemas que tencionam as comunidades, populações e a região no geral ao enfrentamento a esses conflitos.

2.3 No Estreito caminho do rio nasce o (Des)envolvimento: entre rodovias, ferrovias e hidrelétricas

O município de Estreito (MA)⁴² destaca-se pela sua riqueza natural, pela diversidade cultural, étnica⁴³ e sócio-histórica de sua população, bem como pela receptividade da população estreitense. O processo de formação do município ocorre em duas fases distintas, sendo a primeira dela relacionada ao Rio Tocantins como rota comercial, tendo em vista que, na época, as aquisições de mercadorias e o escoamento de produções realizavam-se por vias fluviais; em segundo, destaca-se a construção da estrada Belém-Brasília, sendo responsável pelo crescimento socioeconômico deste lugar (Machado, 2017; Santiago, 2014).

Em seu contexto histórico, Estreito se insere em um cenário de integração nacional de uma pequena vila localizada na mesorregião do sul do estado do Maranhão. Entre os municípios de Porto Franco e Carolina, formou-se a Vila Paradaidiji (hoje Estreito), que, na língua Tupi-Guarani, significa Rio-Estreito, tendo, posteriormente, a sua localização oferecido condições favoráveis para a construção da ponte⁴⁴ Juscelino Kubitschek (Morais, 2012). A localização estratégica de implementação da ponte deu-se por vias da construção da rodovia Belém-

⁴² Município localizado no Sul do Estado do Maranhão, localizado a 726,5km da capital do Estado, São Luís. Tendo a população estimada em 33.294,00 habitantes (IBGE, 2022).

⁴³ A diversidade étnica e cultural da cidade ocorre pela presença de povos e comunidades tradicionais tais como quebradeiras de coco, pescadores artesanais e ribeirinhos, assim como a presença de povos indígenas e ciganos.

⁴⁴ No dia 22 de dezembro de 2024, a ponte Juscelino Kubitschek desabou, vitimando dezoito pessoas, entre 10 e 65 anos (9 mulheres, 9 homens, havendo crianças entre as vítimas), estando até o momento quatorze pessoas declaradas mortas, três pessoas desaparecidas e apenas um sobrevivente. A queda da ponte há anos vinha sendo anunciada por questões precárias à sua estrutura, que, há décadas não recebia manutenção. Caíram da ponte quatro carretas, estando duas delas contendo ácido sulfúrico e outra com agrotóxico, o que trouxe preocupação ao abastecimento de água das cidades da região que tiveram o serviço interrompido por conta das afetações ao leito do Rio Tocantins. O ocorrido afeta drasticamente o ciclo social, econômico e emocional das cidades e região, o que ficou marcado por todos os moradores estreitenses como uma “Tragédia Anunciada”. Até o momento que esta tese estava sendo escrita, aconteciam as buscas pelos desaparecidos e estudos para sanar o transporte nessa rodovia central, bem como as demandas para a construção de uma nova ponte ainda planejada para ser concluída no presente ano.

Brasília, a divisa entre os estados do Maranhão e Norte do Goiás (hoje Tocantins), pois, na região onde se situava a Vila Paranaidiji, “o rio possuía um estreitamento acentuado em sua razão, apenas 130 metros” (Morais, 2012, p. 28).

Santiago (2014) destaca que, em 1948, sendo ainda subordinado ao município de Carolina (MA), o povoado passou à condição de distrito com o topônimo Paranaidiji conservado até o dia 27 de dezembro de 1954, quando se eleva à categoria de município a partir da Lei estadual n.º 1304, recebendo o nome de Presidente Vargas. No entanto, passados nove anos, em 1957, retorna à condição de distrito por não possuir número suficiente de habitantes para a emancipação de uma cidade autônoma.

Para Moraes (2012), a história de Estreito remonta ao século passado, período em que viajantes e comerciantes perceberam os benefícios advindos do Rio Tocantins como ponto estratégico para a travessia, criando-se, nesta época, um pequeno porto que servia de apoio logístico para os viajantes e comerciantes, em destaque os que negociavam em Carolina (MA) e a antiga Boa Vista (atual cidade de Tocantinópolis-TO). Com o surgimento desse novo ponto comercial, vaqueiros, nadadores, canoeiros, comerciantes e mercadores que passavam pela região fixaram ali residência. Entre esses desbravadores, destaca-se Virgílio Rodrigues Franco, um dos grandes influenciadores que tornaram o povoado de Estreito um importante centro de comercialização.

Dessa forma, a formação do povoado de Estreito está diretamente ligada ao rio Tocantins que, por ser fornecedor de alimentos de suma importância para os modos de vida de ribeirinhos, passou a ser uma alternativa para conter o isolamento e intensificar o comércio (Morais, 2012). Por conta do seu crescimento populacional, tendo enfrentado um longo processo de emancipação, Estreito passou a retomar a condição de município em 12 de maio de 1982, através da Lei n.º 4.416, de 13 de maio de 1982 (Santiago, 2014).

Desde seu processo de emancipação, a cidade foi local de construção de grandes obras e empreendimentos, em destaque para a economia nacional a partir da construção da Belém-Brasília, como já mencionado que, conseqüentemente, acarretou na construção da ponte Juscelino Kubitschek, sendo um corredor rodoviário de grandes exportações dado a grande presença do agronegócio na região, da Ferrovia Norte-Sul, e, por último, da Usina Hidrelétrica de Estreito (Machado, 2017).

A fotografia 6 mostra a Ponte Juscelino Kubitschek e a Ponte da Ferrovia Norte-Sul próximas uma da outra. Percebe-se que, na parte onde se construíram as pontes, o rio tem a parte mais estreita. Nota-se a proximidade dos dois empreendimentos que se instalaram na cidade, logo acima da instalação da ponte, destaca-se a UHE de Estreito (Fotografia 7). Assim,

apresentam-se os fatores desenvolvimentistas pelos quais a região interiorana do sul do Maranhão tem sido local de exploração, apropriação e promulgação de grandes obras de infraestrutura.

Fotografia 6 – Ponte Juscelino Kubistchek e Ponte da Ferrovia Norte-Sul



Fonte: Meira Neto. Imagens Aéreas (agosto/2021).

Fotografia 7 – Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE)



Fonte: G1 Tocantins (abril/2020).

A rodovia Belém-Brasília, construída entre 1958 e 1960, tratou-se de um plano de ligação da nova capital Brasília com as demais regiões do país, sendo símbolo máximo da integração da Amazônia com a comunidade nacional, segundo afirma Valverde (1972). Como já frisado nesse estudo, a ponte de Estreito instalou-se em decorrência da construção da Belém-Brasília instaurada no governo JK, que, buscando integrar as regiões tidas como “isoladas” do Brasil profundo, passou a promover o processo de urbanização e impulsionar, consequentemente, a economia brasileira a partir dos interesses internacionais (Moraes, 2012). Embora tenha alcançado os objetivos do presidente, a rodovia trouxe sérios problemas para algumas regiões do país, sobretudo os conflitos por terras presentes na região Norte até hoje.

Algumas cidades localizadas as margens do Rio Tocantins que possuíam a economia ligada à hidrovia, também foram prejudicadas por conta da construção da Belém-Brasília. A cidade de Carolina, por exemplo, que tinha liderança regional no transporte fluvial desde a década de 1930, sendo por isso considerada principal entreposto comercial para os estados do Maranhão, Goiás e Pará, entrou em decadência, assim como as cidades de Pedro Afonso (TO) e Porto Nacional (TO) (Moraes, 2012, p. 27-28).

Waldemar Pereira (1997) destaca que a obra de construção da Belém-Brasília (formada pelas rodovias federais BR-01, BR-153, BR-014, BR-226 e BR-060) tendo o percurso atravessando o leste do Pará, sudoeste do Maranhão, Tocantins, Goiás e o sudoeste do Distrito Federal, foi inaugurada em 1960, o que consequentemente acarretou a implantação da Ponte Juscelino Kubitschek, inaugurada em 1961, na divisa entre o Maranhão e Tocantins. A construção das rodovias afetou drasticamente as dinâmicas socioeconômicas de cidades como Estreito (MA) e demais regiões, além do desenvolvimento estrutural e das questões demográficas. Nas acepções de Zagallo (2018), o Rio Tocantins fomentava o transporte fluvial de mercadorias entre Sul e Norte do Brasil, desde o Império até o início dos anos 1960, percorrendo trajetórias entre os estados do Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará. Isso foi alterado compulsoriamente após a construção da rodovia Belém-Brasília, que afetou o uso do rio enquanto via de transporte, sobretudo nas áreas de abrangência do médio Rio Tocantins.

A ponte foi inaugurada em 29 de janeiro de 1961, sendo a última grande obra inaugurada no governo de Juscelino. Moraes (2012), em estudo analisando os significados que a construção da ponte teve para os moradores da antiga Vila de Paranaidji, destaca o descrédito vinculado às barreiras geográficas do local, pois a transposição do Rio Tocantins parecia inviável para os moradores da região. As dúvidas somavam-se também ao fato de a cidade ser distante da capital do estado e não ter estrutura para abrigar tamanho empreendimento. As concepções sobre a então cidade de Estreito não ter estruturas para comportar grandes empreendimentos se perpetuaram em novas projeções que vieram posteriormente. A cidade do interior maranhense

após a construção da ponte, insere-se no corredor de grandes projeções desenvolvimentistas alicerçadas pelo Estado e grandes empreiteiras, tais como a construção da Ferrovia-Norte Sul.

A Ferrovia-Norte Sul foi o segundo empreendimento a chegar no corredor das estradas de Estreito após a construção da ponte. Surgiu em meados de 1985, no governo de José Sarney (1985-1990). Após quase um século de sua idealização, o projeto começou a tomar forma.

De acordo com Oliveira (2021), desde o princípio, a Ferrovia Norte-Sul foi pensada para criar condições de transporte mais barato e maior capacidade de carga para transportar a produção primária, como a agrícola e a mineral, que tinham em seus destinos os eixos de exportação. Entretanto, o objetivo do Governo Federal voltava-se para a construção de uma ferrovia que promovesse a integração entre as cinco regiões do país. A Ferrovia Norte-Sul foi criada para ligar as regiões Norte e Sul, atravessando todo o território nacional, sendo utilizada como meio efetivo de redução de custos logísticos relacionados ao transporte de cargas (Paulo et al., 2022).

Ferrovia Norte-Sul foi construída, seu primeiro nome é Estrada de Ferro 153, com projeto elaborado em 1980, ligando os estados de Goiás, Tocantins e Maranhão. Suas obras e primeira expansão iniciaram em 1987, de Açailândia (MA) a Anápolis (GO) (inaugurada completamente 27 anos depois). O primeiro trecho inaugurado em 1996 seguia de Açailândia (MA) a Porto Franco (MA). E mesmo sem inauguração do projeto inicial, outras expansões foram projetadas. A primeira foi alcançar o Rio Grande do Sul, passando por Estrela d'Oeste (SP) e Chapecó (SC) e a segunda, alcançar Belém (PA), saindo de Açailândia (MA). As demais inaugurações entre o Açailândia (MA) e Anápolis (GO) (Paulo et al., 2022, p. 20).

Nos levantamentos acerca do funcionamento da ferrovia, os autores destacam que a Ferrovia Norte-Sul conta com sete terminais em funcionamento e sete em fase de construção. A respeito do norte da ferrovia destacam-se os terminais de Porto Franco (MA), Porto Nacional (TO), Palmeirante (TO) e Guaraí (TO), atendendo demandas relacionadas ao transporte de grãos, principalmente soja para exportação (Paulo et al., 2022).

A expansão ferroviária é o principal investimento dos últimos tempos, proporcionado por programas governamentais como o PAC. Entre os trechos de operação da ferrovia, destaca-se o que fica entre os municípios de Açailândia (MA) e Estreito (MA), que, desde 1996, está em operação, e tem apresentado conexão com a Estrada de Ferro Carajás, permitindo acesso ao porto de Itaqui, no Maranhão. Em relação ao estado do Tocantins, foram implantados cinco pátios modais nos municípios de Araguaína, Colinas do Tocantins, Guaraí, Porto Nacional, Palmas e Gurupi, tendo os principais tipos de cargas relacionados a *commodities* agrícolas, fertilizantes, granéis, líquidos, combustíveis, minérios de ferro e contêineres (Ferreira; Sena, 2018).

Como se percebe, Estreito se insere no corredor de grandes empreendimentos em seu contexto histórico após a chegada da ponte, da construção da Belém-Brasília e do advento da Ferrovia Norte-Sul. Já no novo milênio, chega a hidrelétrica, sobre a qual, muito antes de inserir seu plano de instalação, desde 2002, já circulavam notícias e negociações a respeito do novo empreendimento a se instalar nessa região do Sul do Maranhão.

A UHE de Estreito, sendo campo empírico de estudo desta tese, surge às margens do Rio Tocantins, um empreendimento revelando as questões socioculturais da formação desta cidade⁴⁵, embora apresente fatores preponderantes por se situar entre os corredores do “progresso” capitalista, como se percebe na presença de rodovias, ferrovias e hidrelétricas nesta cidade interiorana do sul do estado do Maranhão.

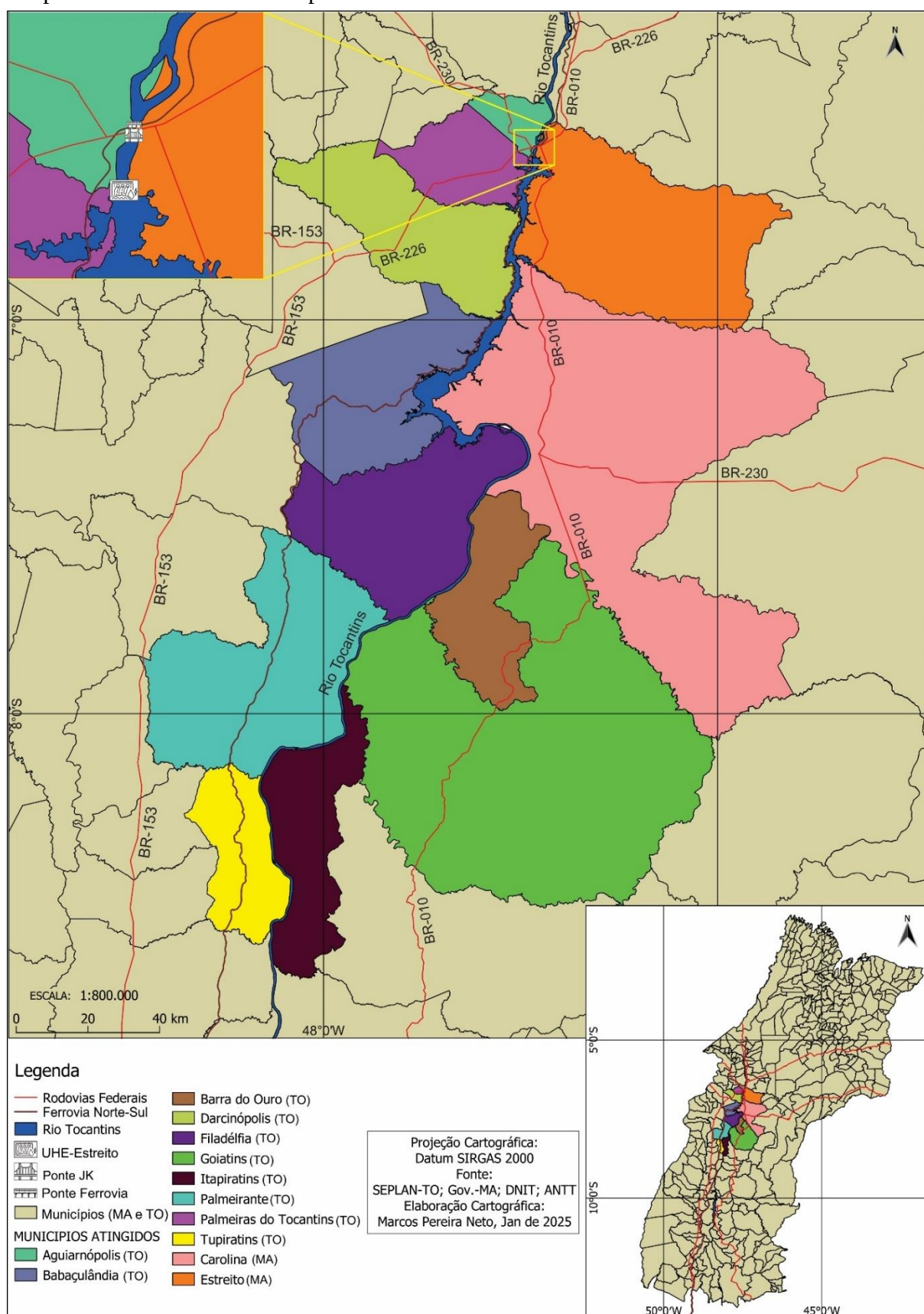
Trata-se de uma usina a fio d’água,⁴⁶ com 57 metros de altura, construindo um reservatório de 555 km², sendo 400 km² de área alagada. Havendo o crescimento no nível do rio provocado pelo barramento causando a inundação de certa de 43.532 hectares. Estão incluídos nesse perímetro instalações portuárias, terras agricultáveis, vazantes, áreas urbanas, e cerca de 26 sítios arqueológicos, afetando 175 hectares de monumentos naturais de árvores fossilizadas, como também áreas de preservação permanente (aproximadamente 6.600 hectares), conforme destaca Silva Júnior (2014; 2021).

A barragem afetou dois municípios do estado do Maranhão, Estreito (sede da usina) e Carolina, estando dez municípios afetados no estado do Tocantins, a saber: Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins, conforme explicitado no mapa 3. A barragem é o último empreendimento a se instalar na cidade de Estreito. Como percebemos, a cidade, em seu histórico formativo, apresenta a instalação de grandes obras de infraestrutura, localizando-se no interior do estado maranhense, mas atravessada pela lógica (des)envolvimentista propagada pelo capitalismo de exploração das regiões amazônicas.

⁴⁵ Segundo Santiago (2014, p. 69): “As primeiras habitações de Estreito estão relacionadas com a criação de um pequeno povoado onde os navegantes que percorriam o Rio Tocantins no começo do século XX, recebendo apoio em seus rústicos barcos, comercializavam matéria prima e peles que passavam com destino a outras cidades como Grajaú, Balsas e até Floriano, no Piauí”.

⁴⁶ Segundo Silva Júnior (2021, p. 76), “As usinas de reservatório “a fio d’água” são construídas mais próximas à superfície para que suas turbinas possam aproveitar a velocidade do rio para transformar a energia cinética em eletricidade. Por se valerem da vazão do rio, essas usinas prescindem de reservatórios de grandes dimensões, o que reduz as áreas a serem alagadas. Isso, no entanto, acaba reduzindo bastante sua capacidade de armazenar energia, reduzindo sua capacidade de produção”.

Mapa 3 – As cidades afetadas pela UHE de Estreito



Fonte: SEPLAN – TO; Governo MA; DNIT; ANTT (Organizado por Pereira Neto 01/2025).

Por estar situado na região da Amazônia Maranhense, a cidade se insere nesse corredor do “progresso”. A Amazônia tem sido utilizada como grande investimento desenvolvimentista em decorrência da sua diversidade cultural e geológica. Historicamente, os discursos do Estado têm centralidade nas estratégias de utilizar as riquezas amazônicas, em específico a integração da Amazônia, como pauta de interesses econômicos e políticos, sendo considerada como “[...] prioritária no projeto geopolítico concebido para a modernização da sociedade e do território nacional e para alcançar um novo padrão de inserção do país na ordem planetária” (Becker, 2009, p. 219).

Entre as estratégias de investimento que as grandes empresas têm utilizado para adentrar no território amazônico, estão as ferrovias, as hidrelétricas – como as da cidade de Estreito – e as mineradoras, para a manutenção dessa geopolítica que já se faz presente na história do país. Segundo Bertha Becker (2010), há uma integração física da Amazônia que privilegia projetos de infraestrutura, como a construção de rodovias, hidrelétricas e de várias pontes internacionais, como o corredor rodoviário bioceânico. Ademais, pode-se concluir que a integração da Amazônia foi pensada em prol do desenvolvimento econômico e na perspectiva de investimentos do país. Nesse contexto, as populações que, nos discursos governamentais, não existiam, foram afetadas, já que a integração desta região não era pensada em relação à diversidade étnica e cultural dos que ali viviam e vivem até hoje.

Os interesses pela Amazônia se dão pela utilização de seus recursos naturais, como recursos hídricos, minerais, produção de alimentos e biocombustíveis, movimentando, assim, interesses econômicos e políticos. Destaca-se a construção de hidrelétricas como exemplo deste projeto de desenvolvimento da região, já que a Amazônia começa a ser repensada, tendo “[...] potencial para a geração de energia elétrica, além de comunicações mais fáceis com territórios ricos em minerais” (Velho, 2009, p. 200).

Entre os interesses pela utilização estratégica de investimento da Amazônia, Estreito enquadra-se como um grande *locus* de investimentos capitalistas para o setor público e privado, a exemplo das grandes obras de infraestrutura instaladas na cidade. Tratando-se especificamente do último investimento local na região, a hidrelétrica, percebe-se que esse debate é amplo e global, que o conflito hidrelétrico que vinha se instalando no interior do Maranhão, já se tratava de obras desenvolvimentistas e de projetos de investimentos do Estado para aquelas regiões.

Com a presença de grandes empreendimentos instalados numa região tida como sem estruturas para tamanha projeção advinda de tais propostas governamentais, tanto a rodovia Belém-Brasília com a Ponte Juscelino Kubitschek, a Ferrovia Norte-Sul e a UHE de Estreito

inserir-se nas propostas industriais que gestam a formação do Brasil. Como vimos, as políticas hidroelétricas promoveram a instauração das novas fronteiras hidrelétricas e agrícolas, como os projetos alicerçados na região Amazônia, as prerrogativas pontuadas pelo Matopiba ou a nova jazida energética que se forma no norte do país. Esses fatores são somados a inúmeros problemas, disputas e afetações que recaem sobre povos e comunidades tradicionais que, historicamente, reivindicam os direitos de permanecer produzindo em seus territórios e utilizando seus modos de vida como bem comum.

A construção desses empreendimentos ocasiona enfrentamento das populações atingidas, como no último caso, as atingidas por barragens. A instalação, expropriação e deslocamentos compulsórios acarretados pela implementação da UHE de Estreito têm tencionado e questionado esse projeto expropriador. Os conflitos socioambientais são indicadores das inúmeras incongruências geradas por esses empreendimentos. A existência desses problemas é reivindicada a partir dos processos de enfrentamentos das comunidades acerca dos conflitos socioambientais de resolução, reificação e solução para os problemas ocasionados pela hidrelétrica.

2.4 “Eu nunca conheci a verdade da barragem enquanto eu não vi”: da construção da UHE de Estreito à instauração de um conflito

O empreendimento hidrelétrico da Barragem de Estreito foi o último a se instalar na região. Desde sua chegada, a UHEE foi a responsável por deslocamentos compulsórios de povos e comunidades tradicionais, alagamento de áreas turísticas da região atingida e violação de direitos humanos de um número significativo de atingidos/as. Os efeitos dos problemas acarretados pela instalação da hidrelétrica são responsáveis por inúmeras disputas e reivindicações dessas populações que até hoje (re)existem diante das mudanças drásticas que a construção da barragem trouxe para suas vidas.

Quando se fala sobre a barragem e todo o início do seu processo, Seu João (65 anos) afirma só ter sabido de fato sobre ela, os efeitos e os problemas que viriam a lhe causar, a partir do momento em que vivenciou a chegada do empreendimento. Ao narrar sobre as primeiras impressões que teve sobre o empreendimento, ele diz:

Na verdade, o dia da barragem nós nunca vimos a história da barragem sendo a verdadeira como era. **Porque eu nunca conheci a verdade da barragem enquanto eu não vi**, né? Porque um chegava e contava uma história, outro chegava e contava outra, né? Porque nosso presidente mesmo nós não fomos considerado como

pescador, pelo nosso presidente da época, da colônia, né? (Seu João, 65 Anos, Entrevista Oral, 06/08/2023, grifos meus).

As notícias que chegavam à região sobre a construção de uma barragem eram desconhecidas por boa parte da população, especificamente os estreitenses, assim como Seu João, que não percebeu o que vinha a se tornar futuramente aquele barramento do rio. Eu também fui perceber, enquanto cidadão, o que de fato era a barragem, apenas quando ela se concretizou.

A construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) passou por um longo processo de projeções, negociações e planejamento até receber o processo de licença de instalação, que ocorreu em meados de 2007. Por ser morador, natural da cidade de Estreito, pude acompanhar o processo da chegada da usina na região, percebi o aumento exorbitante da população em razão da chegada de trabalhadores da indústria civil que vinham de diferentes regiões do país para trabalhar na construção da barragem, em contrapartida, percebi manifestações⁴⁷ e mobilizações contra a construção desse empreendimento.

Duas grandes manifestações seguidas de ocupações ocorreram no começo das obras. A primeira logo em março de 2007, pouco após o início oficial do empreendimento, teve uma mobilização ampla de múltiplos setores organizados, de caráter popular. A ação começou com o bloqueio da Ponte de Estreito, na Rodovia Belém-Brasília, no dia 16 (Santiago, 2014, p. 40).

Sobre essas manifestações, recordo-me de quando foi bloqueada a Ponte Juscelino Kubitschek, que faz divisa com o estado do Tocantins. Eu tinha 13 anos quando vi um grupo de pessoas que se concentravam na ponte. Conforme Machado (2020, p. 40), “um grupo de indígenas ocupou aquela área em protesto contra a instalação da barragem, uma grande fileira de caminhões e automóveis se formou nas rodovias BR-226 e BR-230”. Percebi, naquele tempo, que se instaurava um conflito, embora ainda não entendesse bem os efeitos que a barragem de fato ocasionaria à vida daquelas pessoas.

A ocupação de 2007 foi organizada pelo MAB, pela Via Campesina, MST, Cimi e pelas lideranças indígenas dos povos Apinajé, Krahô Canela, Krikati e Gavião. Os manifestantes, cerca de 500 pessoas, interditaram por dez horas a ponte Juscelino Kubitschek, que marca a divisa entre o Maranhão e o Tocantins, na rodovia Belém-Brasília. O evento causou mobilização geral de órgãos governamentais. As autoridades decidiram pela desobstrução da ponte. Dessa maneira, os membros do movimento dirigiram-se à frente do canteiro de obras da hidrelétrica e montaram um acampamento (Silva Júnior, 2014, p. 69).

⁴⁷ As manifestações e mobilizações realizadas pelo MAB, ativistas e demais movimentos sociais, serão apresentadas no terceiro capítulo desta tese, em que apresentarei as mobilizações das populações atingidas no decorrer do processo da chegada da UHE de Estreito e os desdobramentos realizados para a reivindicação de direitos.

É dentro desse cenário que se inicia o processo de entender, enquanto cidadão, a instauração do conflito e o que ele causaria para a região e populações atingidas. Foi a partir dessa primeira lembrança que o conflito hidrelétrico foi sendo percebido, embora de forma indireta e sem muitas indagações. Pude vivenciar a chegada, a construção, o enchimento do lago e, por fim, a inauguração da usina, que ocorreu em 2012. Todas as etapas ocorreram antes do meu ingresso na universidade. O número populacional cresceu, a cidade enfrentou tanto o crescimento exacerbado da taxa imobiliária de aluguéis, como a queda no comércio imobiliário em decorrência da migração dos/as trabalhadores/as e das empresas construtoras da usina após a inauguração do empreendimento.

Vivenciar o conflito para de fato entendê-lo é o que a narrativa do Seu João discorre sobre a chegada do empreendimento. Muito se fala sobre as reuniões ocorridas na Colônia de Pescadores Z35 de Estreito, de como os empreendedores articularam com o então presidente da Colônia na época, embora pouco se fale acerca das negociações do Ceste com a população atingida. Entre os fatores mais significativos que se apresentam em suas narrativas, pude perceber que se voltam às questões de não serem sequer considerados enquanto atingidos. Os pescadores e pescadoras da região, além de não terem recebido qualquer indenização ou ressarcimento pelos danos e violações de direitos humanos que enfrentaram com a chegada da usina, também foram desconsiderados enquanto população atingida.

Mas, para falarmos dessas questões e enfrentamentos, é necessário que se apresente o causador de todas as afetações, a Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE). Os estudos para viabilizar a instalação do empreendimento datam de 2001, quando da escolha do local a ser instalada a usina, que “se deve às bacias do Amazonas e do Tocantins/Araguaia e suas capacidades de produção” (Silva, 2017, p. 74). Em 2002, ocorreu, no Rio de Janeiro, na Bolsa de Valores, o leilão em que se obteve a concessão dada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), tendo a confraria de empresas administradas pelo Ceste obtido o direito do aproveitamento hidrelétrico do Rio Tocantins.

Após a concessão obtida pelo Ceste por intermédio do leilão, foram seguidas as audiências públicas⁴⁸ nas áreas de influência direta a serem afetadas pelo empreendimento, período em que foram publicizados e promovidos os discursos de instalação da usina na região. Estudos apontam que essa etapa enfrentou uma série de polêmicas e contradições, sobretudo, relacionadas ao acesso e à participação da população nestas audiências. Judite da Rocha (2016)

⁴⁸ As audiências públicas tratam do ato administrativo consultivo, em que a sociedade civil tem abertura para expressar suas opiniões, críticas e sugestões sobre o projeto a ser implantado (Bronz, 2016).

e Cirineu Rocha e Bruno Malheiro (2018) destacam que, na primeira audiência realizada em Estreito (MA), município que sedia a usina, os grupos organizados pelos empreendedores promoveram campanha a favor da barragem⁴⁹, ocupando todo o espaço da Câmara Municipal onde ocorriam as audiências, ocasionando a não participação das populações atingidas que foram ouvir as propostas do Ceste. Nessa ocasião também estavam presentes políticos do estado do Maranhão que faziam discursos e confundiam a população sobre os reais objetivos da audiência. Essa etapa do processo de implantação do empreendimento seguiu tendo a participação da população reduzida e, dos doze municípios atingidos, as audiências só ocorreram em cinco deles.

A participação da população durante o processo de licenciamento ambiental desses empreendimentos, ocorrem exclusivamente durante as Audiências Públicas, entretanto, Zhouri (2012) destaca que elas ocorrem tardiamente, quando as decisões já foram tomadas. As dificuldades de acesso à documentação acerca dos danos ambientais do empreendimento acabam dificultando não só a participação, como também o acesso à informação. Com isso, a participação em audiências públicas, não se apresenta necessariamente como um espaço efetivo de discussões. A dissertação de mestrado de Graziela Almeida (2007) apresenta reflexões sobre os problemas e os enfrentamentos advindos da construção da barragem de Estreito com base em investigações etnográficas do planejamento e licenciamento ambiental da usina. A autora compreende a dinâmica interna do conflito a partir da visão que os diversos atores sociais (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - Ibama; Fundação Nacional do Índio - Funai; Povos Indígenas Apinajé, Gavião, Krahó e Krikati; Centro de Trabalho Indigenista – CTI; Ministério Público Federal e Ceste) envolvidos possuem a respeito dos efeitos causados pela usina de Estreito.

Almeida (2007) parte de dois recortes: enfoca primeiramente os atores sociais envolvidos no processo de licenciamento, tratando em específico das questões da inserção de terras indígenas na área de estudo do empreendimento; em segundo, trata das relações entre esses agentes, focando na visão de cada um sobre os efeitos decorrentes da obra. Com isso, a autora explicita como esses agentes agem no decorrer do processo de planejamento e licenciamento ambiental da usina, de acordo com suas visões e posições estabelecidas nas redes de relações em torno do conflito.

⁴⁹ “Em uma das audiências públicas, em Estreito - MA, no dia 31 de janeiro de 2005, apregoaram o medo na sociedade e, ao mesmo tempo, colocaram a barragem de Estreito como solução mais plausível no momento. Representantes da administração municipal e do Consórcio CESTE [...] receberam calorosamente os aplausos de diversos grupos de encamisados com várias frases de efeito como: ‘Atingidos sim, mas conscientes do progresso’; ‘Barragem já’; ‘A hora é agora’, e assim por diante” (Rocha; Malheiro, 2018, p. 151).

Nas conclusões da autora, existiriam diferentes perspectivas dos agentes sociais sobre os problemas que seriam causados pelo empreendimento hidrelétrico caso fosse implantado. Em vista disso, situavam-se as divergências entre as perspectivas do Ceste que diferem das dos Povos Indígenas. Se, por um lado, os empreendedores posicionavam-se de forma favorável à instalação da obra, em contrapartida, os povos indígenas eram contrários à construção da usina. Essa dicotomia esteve presente nas análises dos demais atores sociais destacados no trabalho. Para Almeida (2007), a principal causa do conflito se atribui às diferentes formas pelas quais os atores sociais compreendem as possíveis consequências da barragem.

Ao refletir sobre a potencialização do conflito ambiental da UHE de Estreito, Almeida (2007) destaca que o primeiro elemento que agrava as prerrogativas do conflito ambiental da usina relaciona-se ao fato de as populações indígenas terem sido consultadas muito tempo após os processos de licenciamento ambiental ser iniciado. Este elemento contribui com fatores preponderantes, demonstrando que a área de influência da usina foi delimitada de forma arbitrária, tendo em vista a não participação direta de grupos sociais localizados na região onde se insere a barragem. Dessa forma, a definição de área de influência⁵⁰ tornou-se insuficiente em relação às terras indígenas. A referência de área alagada definida nos efeitos do empreendimento incluiu apenas a terra indígena de Kraolândia, passando a não inserir em seus estudos e relatórios ambientais as populações indígenas Apinajé, Gavião e Krikati. Com a intervenção dos povos indígenas, o Ibama foi notificado a realizar estudos complementares considerando as áreas de alagamento. De acordo com Almeida (2007), caso os estudos tivessem ocorridos de forma mais ampla e desde o início do processo de instalação da usina, com visitas às terras indígenas, promovendo o diálogo direto com os povos indígenas, o conflito poderia ser minimizado.

Nesse sentido, as abordagens propostas pela autora evidenciam os fatores que potencializam o conflito, sendo eles as relações divergentes dos atores sociais em relação ao território em que o empreendimento se instala; a compressão distinta sobre as consequências e afetações que a obra causaria; as informações tardias aos povos indígenas quanto ao processo de licenciamento depois do seu início, não antes; a atuação da Funai e do Ibama no processo de liberação das licenças; as pressões do governo para liberação do projeto hidrelétrico sem levar em consideração os possíveis efeitos que causariam na região; a definição arbitrária da área de

⁵⁰ Segundo Debora Bronz (2016), a área de influência diz respeito à divisão espacial imposta pela regulamentação do licenciamento ambiental. Trata-se da área que irá sofrer alterações em seus meios físicos, bióticos e socioeconômicos, decorrentes da implantação de grandes empreendimentos.

influência e a minimização dos empreendedores em relação aos efeitos físicos sem levar em consideração as afetações sociais a serem sofridas pelas populações atingidas (Almeida, 2007).

O estudo de Almeida (2007) evidencia que as inconsistências na implementação de grandes empreendimentos ocorrem desde o processo de planejamento social e territorial, concebido nos debates dos licenciamentos ambientais instaurados por projetos hidrelétricos, demonstrando uma série de incongruências e violações em seus processos de análise e estudos ambientais. Não levam em consideração o conhecimento das populações atingidas acerca dos territórios onde são planejados os empreendimentos, Os conhecimentos sobre os ciclos climáticos, os regimes dos rios, a dinâmica ambiental da região, seriam de grande relevância para que, de fato, se compreendessem os problemas que uma usina hidrelétrica causa para essas comunidades, uma vez que estes possuem afetividades e cosmologias com os territórios em que tais obras se instalam.

Os conflitos socioambientais estão presentes na sociedade contemporânea num amplo espaço de debate político e científico, sobretudo vinculados às questões de urgência que o ambiente vem sofrendo no decorrer dos anos, como a crise hídrica, a expansão de monoculturas agrícolas e energéticas, as mudanças climáticas, a expansão de modelos industriais que se perpetuam historicamente na formação do país como hidrelétricas, mineradoras, portos e siderúrgicas ocupando territórios amazônicos e atravessando os caminhos da natureza. Entender as dimensões políticas e os enfrentamentos acarretados por povos e comunidades tradicionais, como os/as acampados/as do Coragem, recai nas reflexões de como as disputas pelo bem comum, pela terra e, acima de tudo, por modos de vida implicam nos conflitos gestados nas denúncias que essas comunidades fazem sobre as ações impostas pelos empreendedores, como também nos enfrentamentos e disputas por direitos e pela qualidade de vida.

Segundo as contribuições de Henri Acselrad (2014), o ambiente é atravessado por sentidos socioculturais e diferentes interesses. Dessa forma, o autor nos chama atenção ao pontuar os contextos e conjunturas em que o meio ambiente é atravessado por conflitos sociais, ou seja, os conflitos ambientais ocorrem quando há a existência de desacordos no interior de arranjos espaciais e de atividades de uma determinada localidade, região ou país, quando a ocupação territorial de determinada comunidade se vê ameaçada pela forma como determinadas ações são desenvolvidas, a exemplos das dimensões propagadas pela expansão do setor elétrico advinda da construção de hidrelétricas na Amazônia.

Os conflitos ambientais são, portanto aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaças por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo,

água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (Acsehrad, 2004, p. 26).

As disputas territoriais iniciam pela forma como se inserem esses problemas ambientais no uso da mesma base de recursos, na qual, de um lado, existe o uso voltado para fins lucrativos e mercadológicos, como pontuado pelo Estado, multinacionais e empreiteiras, e, do outro, as comunidades e populações tradicionais que defendem o bem comum do uso da natureza. Zhouri e Laschefisck (2010) esclarecem que os conflitos ambientais territoriais se ancoram nas reivindicações de diversos seguimentos sociais, como as de comunidades atingidas que portam identidades e lógicas culturais diferentes sobre o mesmo espaço/lugar/território, a exemplo da área de implantação de uma usina hidrelétrica e das territorialidades tecidas por essas populações.

Os significados do território, sobretudo esses lugares de origem, implicam no patrimônio necessário imbuído por essas populações em seu processo de produção e reprodução, da garantia da sobrevivência e da perpetuação dos modos de vida da comunidade que ocupa esses lugares. Assim, os conflitos surgem a partir da apropriação do espaço, o que gera consequências sociais, ambientais, políticas e econômicas que divergem das concepções dos grupos sociais que dependem desses territórios. Os projetos de desenvolvimento acabam homogeneizando o espaço, seja a partir das hidrelétricas, mineradoras, monoculturas de soja, eucalipto, cana-de-açúcar, siderúrgicas, portos, ou por outros que contribuem para a manutenção da modernidade ancorada na exploração de territórios habitados tradicionalmente por povos, comunidades e grupos sociais em constante processo de vulnerabilidade, como os povos indígenas, populações ribeirinhas, assentados da reforma agrária, quebradeiras de coco babaçu, pequenos agricultores, pescadores artesanais, e moradores de periferias urbanas que historicamente ocupam lugares definidos enquanto “área de risco” (Sant’Ana Júnior; Rigotto, 2020).

Conforme os estudos de Horácio Sant’Ana Júnior e Raquel Rigotto (2020), as políticas desenvolvimentistas estão alinhadas com prerrogativas da modernidade, em que empreendedores veem a natureza como uma fonte de recursos, de matérias-primas, a serem utilizadas enquanto insumos para a produção em grande escala de acumulação de capital. Assim, serão acarretados de inúmeras afetações os locais e regiões onde são implantados tais empreendimentos, seja a degradação da biodiversidade ou a redução da função ecológica da água, fundamental para todas as formas de vida humana e não-humanas, além das implicações voltadas aos territórios de origem ocupados por povos e comunidades tradicionais. Para os autores, o território é a base da organização da vida humana e social no lugar. Em sua

construção, participam ativamente dos saberes e fazeres das diferentes culturas. Com isso, as projeções alicerçadas em projetos modernistas acabam gerando uma cadeia de efeitos que comprometem e inviabilizam os diversificados modos de vida das comunidades que tradicionalmente ocupam esses lugares afetados por grandes empreendimentos.

A população ribeirinha do Acampamento Coragem vivencia até hoje as afetações causadas pela implementação da UHE de Estreito, uma vez que a vida e a perpetuação das vivências estão às margens do rio, como as modificações de seu ciclo natural, os deslocamentos compulsórios, a violação de direitos humanos, e a luta pelo direito de permanecer ocupando, produzindo e (re)existindo nesses lugares que sofreram drasticamente as alterações e vivenciam os conflitos socioambientais que se alicerçam nas reivindicações das comunidades ao confrontar esse modelo hegemônico presente no Brasil.

Em sua narrativa, Seu João informa que *“eu nunca conheci a verdade da barragem enquanto eu não vi”*, isso nos revela uma série de questões, sejam elas a respeito das incongruências que se apresentaram desde as audiências públicas, as inconsistências dos Estudos e Impacto Ambiental/Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/Rima), bem como a falta de linguagem clara e de fácil acesso para as comunidades atingidas. Além disso, Seu João nos revela que só sentiu de fato a barragem quando ela causou em sua vida uma série de afetações, seja pelo deslocamento compulsório sofrido (Almeida, 1996; Magalhães, 2007) desde a formação do lago, seja pela perda do seu território, ou pelas constantes alterações que até hoje o conflito hidrelétrico traz à sua vida.

A execução do projeto iniciou-se depois da ampla divulgação dos anseios de construção do empreendimento pelo Estado e empreendedor, sendo sua licença em definitivo concedida pelo IBAMA no ano de 2006. Com isso, deu-se início à obra no ano de 2007. Em 2010, com mais de 95% do cronograma físico da obra cumprido, o CESTE e o governo federal comemoravam a celeridade do projeto. A visita do então presidente da República Luíz Inácio Lula da Silva ao canteiro de obras da UHEE marcou o fechamento da primeira comporta do vertedouro, iniciando-se o processo de enchimento do reservatório. Em 2011, a UHEE pôs em operação quatro unidades geradoras das oito turbinas do empreendimento, representando 50% da capacidade nominal instalada de geração de energia da Usina. No ano de 2012, todos os geradores estavam em pleno funcionamento (Carvalho, 2018, p. 74).

Durante a sua chegada, muito se falava sobre as benfeitorias que a barragem traria para a região, sobre o desenvolvimento para a cidade e as novas oportunidades de emprego, afirmando-se que tudo isso alavancaria a economia local. Lógicas pautadas no discurso desenvolvimentista de grandes empreendimentos. Por ser uma cidade pequena e interiorana, Estreito não estava preparada para receber um empreendimento das proporções da construção de uma usina hidrelétrica. Em razão disso, enfrentou uma série de desafios com a chegada

desses trabalhadores: o aumento do comércio, da violência e da prostituição, que, conseqüentemente, assombraram a população em uma época em que não estava adaptada a lidar com grandes crimes, roubos e violências ocorridas na região⁵¹.

O processo de instalação da barragem passou por um longo período de negociação, elaboração de estudos ambientais, leilões, até as licenças⁵² serem concedidas. Cabe ressaltar, que todo o processo de licenciamento da barragem de Estreito agravou socialmente as condições da população, que passou a enfrentar barreiras que foram impostas pelas empresas e empreendedores. Rocha (2016) enfatiza que, nas audiências públicas realizadas em Estreito, foram promovidas campanhas a favor da construção do empreendimento, tendo o Ceste promovido promessas de geração de emprego e garantia de energia como principal meio desenvolvimentista da região.

Desde esse período, a construção da UHE de Estreito ocasionou várias discussões. Como aponta Rocha (2016), diversos foram os problemas com a população atingida que sofria com os efeitos ocasionados pelo empreendimento, haja vista a relação que a sociedade mantinha com o rio, por ser sua principal fonte de manutenção de vida, por se tratarem especificamente de ribeirinhos/as e pescadores/as a maior parte da população atingida. Os Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/Rima) deixam claro que os efeitos no sistema de produção de vazante se iniciam desde o processo de implementação da usina, ocasionado a partir da aquisição de terras e benfeitorias, concluindo-se com o enchimento do reservatório.

A Licença de Instalação (LI) foi a causa de inúmeras manifestações que tinha por objetivo a sua anulação. “500 pessoas se mobilizaram pacificamente e, sem relatos de incidentes, se concentraram defronte ao canteiro de obras, ali levantaram acampamento por

⁵¹ “Os problemas começam na fase de construção dos empreendimentos. No caso da hidrelétrica de Estreito vieram mais de 15 mil homens contratados para trabalhar que se deslocaram sem suas famílias, tendo em vista tratar-se de um emprego temporário. Foram submetidos à precárias condições de habitação, alimentação e trabalho. Diversos estudos têm estabelecido a relação entre estes processos de deslocamento populacional, exploração sexual e prostituição, expansão do tráfico de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros problemas” (Rocha, 2016, p. 44-45).

⁵² Zhouri e Laschefski (2010) afirmam que conflitos socioambientais não se associam apenas às questões de apropriação material que já estão em prática, mas se iniciam desde a concepção e planejamento espacial ou territorial que podem ser identificados nas análises durante o processo de licenciamento ambiental. Esse processo é composto por três fases, sendo elas: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). A Licença Prévia trata-se do processo de avaliação da fase inicial do empreendimento. Nessa etapa, o empreendedor apresenta os Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima). Com base nesses estudos é que se avalia a viabilidade técnica ambiental da obra; com a aprovação da LP, a fase de Licença de Instalação ocorre através da apresentação do Plano de Controle Ambiental (PCA), fase em que será avaliada e julgada a concessão da LI; a Licença de Operação se dá quando são cumpridas as etapas anteriores e se autoriza o início do funcionamento do empreendimento (Zhouri; Laschefski; Paiva, 2014).

cerca de dois meses” (Santiago, 2014, p. 40). A licença foi anulada por cerca de um mês, por causa de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal dos estados do Tocantins e Maranhão, sendo deliberado que o Ceste complementasse os EIA/Rima, para estender a Área de Influência Direta do lago.

Entre essas manifestações, destaca-se a marcha⁵³ “Terra, Água e Direitos”, realizada entre Araguaína e Estreito, ocorrida em agosto de 2010, tendo durado cerca de 10 dias, quando um grupo de manifestantes caminhou pela rodovia reivindicando os direitos violados pela construção do empreendimento. Ao chegarem em Estreito, firmaram acampamento junto ao canteiro de obras, participando ativamente das negociações com o CESTE e o Governo Federal. Formado por um grupo de atingidos/as, ribeirinhos/as, pescadores/as, camponeses/as e populações indígenas, o grupo permaneceu acampado frente ao canteiro até o ano de 2011 (Cover; Santos, 2021).

As mobilizações ocorridas contra a barragem tiveram a participação ativa da população ribeirinha do Acampamento Coragem. Na cronologia do conflito hidrelétrico de Estreito, as marchas, caminhadas e ocupações foram as primeiras ações de enfrentamentos aos problemas e danos socioambientais que a usina causaria a essas comunidades. Dona Jacirene (51 anos) conta que estiveram acampados em frente ao canteiro de obras por, aproximadamente, dois anos e que participou da caminhada de Araguaína a Estreito, *“juntamo os pescador, ribeirinho e ai acampemo e fiquemo lá lutando, debaixo da lona lá 2 anos”*. Diferentes processos de enfrentamentos em relação à barragem ocorreram durante esse período, como destaca Seu Manoel:

As manifestações que eu participei mais foi a do movimento, com o movimento já porque eu passemos outra manifestação. Essa manifestação nós passemos é... fomo uma manifestação de Carolina... de Araguaína aqui pro Estreito a pé fazendo uma caminhada boa. Fizemos, manifestação ali na frente da barragem, entendeu? De panfleto, de tudo, dentro da cidade, fizemos umas caminhada dentro da cidade com panfleto, né? Com carro de som fazendo os anúncio. Mas isso é as coisa que a gente faz e pro Ceste é mesmo que nada. E tem essa que fiquemo acampado lá, essa lá passemos dois ano acampado lá de frente (Seu Manoel, 61 Anos, Entrevista Oral, 10/07/2019).

Após o processo de manifestação e ocupação dos/as manifestantes em frente ao canteiro de obras, tendo enfrentado grandes embates com a polícia federal, cabe frisar que, em frente à ocupação, instalaram-se os policiais no prédio do Batalhão da Polícia Militar do Maranhão, próximo ao pátio de entrada do Ceste, buscando formas de prevenir manifestações e fiscalizar

⁵³ Segundo Sieben (2012, p. 88), “A marcha iniciou no dia 13/08/2010 em Araguaína, na medida em que avançavam, mais atingidos e pessoas se juntaram na mobilização. A caminhada iniciou com aproximadamente 200 pessoas, culminando em torno de 1 mil no dia da manifestação em Estreito”.

a área de construção da usina. Com isso, foi construído nesta mesma localização, o 12º Batalhão da Polícia Militar (BPM), doado como medida de compensação ambiental por parte do Ceste (Sieben, 2012).

Mesmo com o início das obras, ocorrido em fevereiro de 2007, as mobilizações a respeito da construção da usina continuaram, tendo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) reivindicado os pontos inconclusivos apresentados nos EIA/RIMA da construção do empreendimento, como também a categorização de pescador⁵⁴ enquanto atingido por barragem, passando a ter seu reconhecimento a partir de 2008, quando o MAB e a população de pescadores e pescadoras tiveram essa conquista em âmbito nacional (Rocha, 2016).

Após inúmeras manifestações, caminhadas e reivindicações, as obras da usina seguiram, e após a aprovação do Projeto Básico Ambiental (PBA) obtida junto ao Ibama, foi emitida a Licença de Instalação (LI), em 2006. Em 2007, iniciou-se a construção da usina e a implantação do canteiro de obras. Em 2010, foi concedida a Licença de Operação (LO), dando autorização ao Ceste a dar início ao enchimento do reservatório, tendo a presença do presidente Lula ao canteiro da usina, que marcou o fechamento da primeira comporta do vertedouro (Silva, 2015; Silva, 2017; Carvalho, 2018; Machado, 2020). Com o enchimento do reservatório, deu-se início aos deslocamentos compulsórios das populações atingidas, entre elas os pescadores e pescadoras da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem.

Pereira (2015) destaca que, em março de 2011, houve uma grande mortandade de peixes a jusante da barragem, com a estimativa de sete toneladas de peixes mortos, tendo o Ceste sido autuado em R\$ 3.500.000,00. No mesmo ano, a UHEE pôs em operação quatro unidades geradoras das oito turbinas do empreendimento, representando 50% da capacidade nominal instalada de geração de energia da usina (Carvalho, 2018). Em outubro de 2012, todas as oito unidades geradoras entraram em operação comercial, a usina foi então inaugurada com a presença da presidenta Dilma Rousseff, produzindo 1.087 MW de energia, segundo as estimativas, quantidade suficiente para abastecer uma cidade com 4 milhões de habitantes (Pereira, 2015).

⁵⁴ Após decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que considerou o pescador como atingido, ter sido publicado no Diário Oficial da União: Art. 1º “Fica instituído o cadastro socioeconômico, como instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimento de geração de energia hidrelétrica” (BRASIL, 2010, p. 02). A respeito disso, será debatida, posteriormente, a disputa em torno da categoria pescador enquanto atingido.

Sobre o processo da mortandade de peixes,⁵⁵ destaca-se o papel de atuação da comunidade pesqueira frente às denúncias e danos causados pelo empreendimento. Dona Jacirene (51 anos) destaca que, nessa época, houve o início do processo a respeito dos danos na pesca, ocasionados pela grande mortandade de peixes. Esse processo passou por um longo período de julgamento. Desde meu primeiro contato com a família de Seu Antonio, fiquei sabendo dos desdobramentos ocasionados pela reivindicação dos direitos dos pescadores sobre a mortandade de peixes.

Aí teve essa época da mortandade dos peixe, quando eles fecharam [as comportas] o peixe tava morrendo, aí nós fizemos umas foto aí e uma denúncia. aí foi pro ministério. Aí eles pediram pro Ceste indenizar, inclusive tamo até com essa ação na justiça aí, que é até pra sair agora, ninguém sabe se vai sair mesmo. Mas, nós fizemo tudo que era possível pra puder a gente vê o que que fazia, né? (Seu Manoel, 61 Anos, Entrevista Oral, 10/07/2019).

A pesca destaca-se entre os principais meios de sustento da comunidade ribeirinha. A perpetuação desse modo de vida ultrapassa gerações, as trajetórias entre pegar o peixe, tratá-lo e preparar para a venda são parte do cotidiano desse grupo social. Quando a barragem chega e os primeiros danos são causados, especificamente à pesca, amplia-se a dimensão do que estaria por vir. Amario (2022) indica que, após a mortandade de peixes, o Ceste tentou aplicar medidas de mitigação a respeito dessas afetações. Em 2010, foi idealizado o projeto ambiental “Conservação da Ictiofauna (peixes)”, que, a princípio, tinha o objetivo de instalar barragens provisórias com o intuito de desvio da água (ensecadeiras) de jusante e montante da UHEE. De acordo com dados levantados pelos empreendedores, a aplicação do projeto conseguiu resgatar mais de 22 mil exemplares de mais de 100 espécies, trazendo mortandade zero dos peixes (Ceste, 2010). No entanto, todo o sucesso propagado pelo Ceste de fato não se perpetua. Em 2011, um ano após a implementação da Ictiofauna, ocorreu o aumento na mortandade de peixes. Segundo as narrativas destacadas no estudo de Amario (2022), “Morreram sete mil toneladas”. O pescador da comunidade explicita toda a problemática ocorrida na época, o que acarretou no processo judicial.

A atuação da população ribeirinha do Acampamento Coragem no ano de 2023 venceu o processo após o CESTE ter pedido por duas vezes recursos e tentar revogar a determinação jurídica. Quando retornei ao campo, entre junho e agosto de 2023, recebi a notícia de que os pescadores e pescadoras já estavam recebendo as indenizações a respeito da mortandade de peixes, que “*o dinheiro já tava na conta*”. Finalmente, a causa havia tido resultado positivo,

⁵⁵ Retomaremos esse debate no capítulo 05, quando será debatido a respeito das implicações na construção dos modos de vida ribeirinho.

estando já em processo de pagamento das indenizações e, segundo Seu Antonio e Dona Jacirene, os mesmos receberam R\$ 25.000,00 por danos relacionados à pesca.

Com o início das obras, a barragem passou por um longo processo, desde a expropriação das comunidades alagadas, o enchimento do reservatório, até que a operacionalização dos geradores da usina tivessem sua capacidade total concluída e sua inauguração realizada em 17 de outubro de 2012. Os problemas causados pela UHEE foram estudados e analisados em minhas pesquisas anteriores (Machado, 2017; 2020), o que demonstra que as disputas vivenciadas pelas populações atingidas especificamente pela barragem de Estreito permanecem até hoje.

Buscando entender as concepções da comunidade ribeirinha sobre a usina, é interessante ressaltar as diferentes perspectivas colhidas em suas histórias de vida, como já anunciado no relato de Seu João, mas é importante mencionar o cenário que se instaurou por volta desse empreendimento. Para além das inúmeras lutas, manifestações e reivindicações das populações ribeirinhas, pescadores e pescadoras, em 2007, quando ocorriam as primeiras iniciativas para a implementação do empreendimento, houve uma série de incongruências na reprodução e divulgação da usina que chegava à região, mas que os/as acampados/as não sabiam de fato o que viria acontecer.

Em alguns casos, a vinda da barragem por alguns anos foi desacreditada, como destaca Dona Miúda (58 Anos, Entrevista Oral, 05/08/2023) “*É, sempre a gente via falar assim: ‘a barragem vai vim e tal’. Quando teve a de Tucuruí, aí disse que ia ter uma aqui no Estreito, mas aquilo pra nós era ilusão*”. Com isso, só acompanharam de fato quando o empreendimento se instaurou no seu cotidiano. Em sua narrativa, Dona Miúda ainda destaca que o presidente da colônia de pescadores da cidade de Estreito (MA), nunca lhes convocou para nenhuma reunião para saber a respeito da usina, “*o presidente nunca chamou nós pra contar como ia ser*”, o que reafirma como boa parte do grupo de atingidos/as de fato não teve acesso às audiências públicas que ocorreram na época da implantação da barragem.

Por outro lado, apresentam-se, de alguma forma, as propagandas e discursos promovidos acerca da vinda da usina para a região. Destacando novamente a participação da colônia de pescadores, Dona Jacirene (51 Anos) relata que, na época, os pescadores se animaram, mas ao se referir às reuniões ou alguma espécie de audiência, ela destaca que “*aí eles [Ceste] vieram, fazia reunião com ele [presidente a colônia], animava ele dizendo que ia ter tudo, né? Tudo assim, melhora pro pescador, né? Como igual eu te falei agora, as propaganda enganosa, né?*” (Dona Jacirene, 51 Anos, Entrevista Oral. 23/07/2023).

Quando menciona as “propagandas enganosas”, Dona Jacirene se refere aos discursos promovidos pelos empreendedores sobre as benfeitorias que a barragem causaria para a região, como a promessa de emprego, de desenvolvimento da região, além das medidas compensatórias que atribuíram para a própria comunidade atingida, sobretudo a respeito da pesca, com o discurso de que teria muito peixe, em razão do grande volume de água que se instauraria após o enchimento do lago.

Fazer uma vila, falaram muitas vez que ia fazer uma vila de pescador sem derrubar esse projeto, esse negócio escondido. Porque eles prometeram muitas vez isso que tô falando, prometeram muitas vez que não ia deixar a gente desabrigado, mas nunca saiu isso aí. Até por isso, que nós tamo lá nessa terra pelejando pra ganhar esse pedaço de terra lá muito fraco, se a gente ganhar a gente já tá sossegado (Seu Antônio, 50 anos, entrevista oral, 02/11/2017).

As promessas e discursos propagados durante o início da instalação da usina chegaram às populações atingidas com propagação de ressarcimento, remanejamento ou até a criação de uma Vila de Pescadores, espaço idealizado nas margens do rio para guardarem seus materiais de pesca e continuarem com a lida com o peixe. Seu Antonio esclarece que a fiscalização que passava em seu antigo ponto de pesca, sempre tirando fotos e registrando tudo, lhe informava que “*o Ceste vai agazaiar vocês, o Ceste vai comprar um pedaço de terra com certeza. Não vai deixar vocês desabrigado*”. Embora isso nunca tenha sido efetivado, a criação dessa vila viria a se formar próximo de onde hoje se localiza a Cooperativa. Seu João conta que chegaram a andar na mata e olhar o local em que a possível vila seria instalada. Essas medidas de mitigação nunca saíram de fato das ideias propagadas pelos empreendedores, conforme evidencia que a luta por um pedaço de chão continua na ocupação da comunidade ribeirinha.

Os discursos propagados pelos empreendedores visavam promover todos os benefícios que a construção do empreendimento traria para a região. Essa rede discursiva envolve uma série de estratégias, seja a escrita, televisionada, como também o uso de sites, folhetos, cartilhas e redes sociais. A propagação dos discursos vinculados às benfeitorias que a barragem traria para a região acabou afunilando nas impressões das próprias comunidades atingidas, como explicita a narrativa de Seu Manoel:

Rapaz, bem no iniciozinho tinha uma briga. Uns dizia que era bom, outros dizia que era ruim, outros dizia que o impacto era muito grande que ia morrer o povo todinho, que ninguém guentava, não tive o conhecimento do impacto que ia dá. A gente ficava, a maior parte do povo ficava naquela ilusão, uns dizia que era bom demais, que ia dá peixe, que não tinha quem desse conta. Outros dizia que o peixe acabava que ficava só o peixe de água parada, é o que aconteceu. Porque aquele povo que falava que não tinha um conhecimento dizia que ia dá muito peixe, e aquele povo que falava que ia ficar peixe da água parada foi o que tinha o conhecimento, e o povo ficava tudo na ilusão (Seu Manoel, 61 anos, entrevista oral, 10/07/2019).

De acordo com Silva Júnior (2014), essa rede discursiva tem dois objetivos fundamentais. Primeiro, “informar” a população a respeito das “vantagens” econômicas e sociais do empreendimento, passando a silenciar a população diretamente atingida a partir da ação “educativa” proporcionada pelos folhetos e cartilhas criadas pelo Ceste, que emitem a sua “preocupação” com as questões ambientais e o remanejamento de famílias. O segundo objetivo diz respeito à dicotomização entre o Ceste e a comunidade atingida que reivindica seus direitos, utilizando como forma de criminalizar as ações de resistências propagadas pelos movimentos sociais e os/as atingidos/as, colocando-os num entrave contra o “progresso” do país e o desenvolvimento da região. De certa forma, esses discursos acabaram se disseminando entre ribeirinhos/as e pescadores/as, sobretudo, quando os/as acampados/as enfatizam o posicionamento do então presidente da colônia na época, que foi reproduzindo os discursos propalados pelo Cestepara dentro da Colônia, contra manifestações e reivindicações do movimento, idealizando um imaginário ilusório, como pontua Seu Manoel. Pela falta de conhecimento de boa parte da comunidade, essa achava que o peixe iria aumentar e o que de fato ocorreu foi a mortandade de peixes, ficando só aqueles de água parada.

A desqualificação de comunidades afetadas por empreendimentos como as usinas hidrelétricas torna a causa ambiental motor de organizações político-sociais das populações atingidas, como discute Acselrad et al. (2011). Além de desqualificarem esses grupos sociais enquanto sujeitos políticos, “o planejamento autoritário que prevaleceu por grandes projetos hidrelétricos tendeu a equacionar enormes transformações socioambientais” (Acselrad; Silva, 2011, p. 88), seja mediante promessas desenvolvimentistas de óticas discursivas pautadas na discriminação, as pautas coletivas levantadas pelos movimentos sociais, tudo isso imbuído da desqualificação e descaracterização dessas comunidades enquanto detentoras de direitos.

Esses discursos são sempre compostos pela dimensão positiva da usina e das idealizações acometidas pelo Ceste, o que sempre destoa da realidade vivenciada pelos grupos atingidos, como destaca Carvalho (2018). A narrativa de Seu Antonio apresenta as promessas e discursos que os empreendedores da barragem reproduziam durante o processo de instalação da usina:

[...] quando surgiu a conversa da barragem logo o presidente da Colônia fez reunião com nós, com o presidente lá na colônia fez reunião, e bem grande a reunião. Falou que ia ser bom, que falou assim, que o pessoal já tinha conversado com ele e aí queria fazer uma reunião com nós, primeiro ele fez só com nós sem o pessoal da barragem. Mas só dizendo que ia ser muito bom, que as coisa ia melhorar pra nós porque o lago ia crescer, muita água e muito peixe, ia ficar bem melhor pra nós. E aí, quando surgiu a barragem, ficou foi mais ruim, ficou foi pior e foi muito, não deu nada certo do jeito que eles falaram pra nós (Seu Antonio, 56 anos, entrevista oral, 06/08/2023).

Cabe ressaltar que, entre as divergentes perspectivas, no início da construção da usina, quando ocorriam as manifestações e acampamentos em frente ao canteiro de obras, o então presidente da Colônia de Pescadores Z35, do município de Estreito, assumia posição favorável ao Ceste, havendo, na época, chegado a distribuir pela cidade uma “Carta de repúdio aos manifestantes do MAB e MST”, desaprovando as manifestações e afirmando que o Ceste havia trazido benefícios para os membros da Colônia, tais como emprego e acesso à Internet (Silva Júnior, 2014).

As grandes mobilizações e enfrentamentos ocorridos pelos problemas e as disputas que a instalação da barragem perpetrou na vida de pescadores/as e ribeirinhos/as ocasionou na busca de lugar para continuarem exercendo seus modos de vida. A partir disso, em outubro de 2015 encontraram, em Palmeiras do Tocantins (TO), um território do Ceste e, desde então, disputam judicialmente a posse da terra, reivindicando o direito de morar, ocupar e produzir no território que fica às margens do rio, onde podem pescar, plantar em suas roças de toco e criar os animais do campo. Perante essa ocupação se iniciam os processos de entender as trajetórias percorridas por essa comunidade e como a barragem afetou no cotidiano de suas práticas culturais.

Compreender os danos advindos da construção da hidrelétrica foi vivenciado no cotidiano e pelas violações, deslocamentos e enfrentamentos vividos pelos/as acampados/as. As narrativas apresentam que, entre promessas, contradições e enganos, o real sentido da barragem só ocorreu de fato quando viram suas vidas serem levadas junto às águas que formavam o reservatório. A UHE de Estreito trouxe grandes implicações para suas vidas, muitas das quais até hoje enfrentam e reivindicam o direito de ocupar, plantar e resistir, princípios que regem a formação do acampamento. Para compreendermos esses fatores, é necessário que se entenda a luta de toda a comunidade que se iniciou desde o momento em que, coletivamente, formavam acampamentos, realizavam caminhadas e reivindicavam seus direitos devido à chegada e instalação da barragem em Estreito.

A chegada da barragem impulsionou o processo de luta, bem como mobilizou a comunidade atingida a se entender enquanto grupo afetado por esse grande empreendimento. Através dessas mobilizações, grupos sociais atingidos pela Barragem de Estreito lutaram desde a ocupação em frente ao canteiro de obras pelas reivindicações que se apresentavam, como por moradia, modos de vida e outras violações de direitos que enfrentam atualmente.

Por meio dessas mobilizações, o Acampamento Coragem (debatido no próximo capítulo) é gestado através da busca de novos lugares de ocupação. Como debatido no decorrer deste capítulo, as reivindicações das populações ribeirinhas estão em disputa até hoje, a exemplo dos inúmeros acampamentos que se formaram às margens do lago da usina e das

reivindicações que essas comunidades propagam pelo direito de ocupar, produzir e resistir. Diante dessas novas mobilizações, um grupo de pescadores/as e ribeirinhos/as encontra em um território no município de Palmeiras do Tocantins (TO), novas formas de se fixarem territorialmente, reivindicando junto ao Cesteia permanência neste território em disputa.

Através disso, neste capítulo compreende-se, por uma abordagem macrosociológica, como a contextualização das origens do conflito hidrelétrico de Estreito são gestadas dentro da perspectiva de integração da Amazônia. Destaca-se na cidade interiorana do sul do Maranhão o crescimento de grandes obras de infraestrutura, tais como a Ponte Juscelino Kubitschek, a Ferrovia Norte-Sul e a UHE de Estreito. Dessa forma, no estreito percurso do Rio Tocantins são implementadas obras desenvolvimentistas, o que tem acarretado grandes problemáticas à região e comunidades que enfrentam as afetações causadas pela perspectiva integradora da região como “corredor do progresso”.

A implementação da UHE de Estreito se instaura na região sem o conhecimento e compreensão da população acerca dos desdobramentos sociais e econômicos que a obra causaria. É notório o descontentamento das comunidades atingidas ao serem descaracterizadas diante dos processos legais de definições enquanto população atingida, que se viram em torno do conflito hidrelétrico quando ele se instaura em seus territórios. Assim, compreendemos como as políticas energéticas são pensadas enquanto projeto governamental, sobretudo, entendendo os desdobramentos que consolidaram a aprovação da instalação da Barragem de Estreito na região. Por meio disso, apresentam-se as manifestações e reivindicações que essas comunidades acionaram pelo direito de ocupar, produzir e permanecer em seus territórios de origem, que serão destacadas no próximo capítulo.

3 LUTA POR TERRA E TERRITORIALIDADE: ANÁLISE DA FORMAÇÃO E (RE)EXISTÊNCIA DO ACAMPAMENTO CORAGEM

Meu futuro, eu quero uma terra pra trabalhar, mais do que já trabalho. E que tenha uma garantia, né? Sou uma mulher lutadora e quero continuar sempre lutando, pescando e trabalhando, em nome de Jesus nós vamos conseguir (Dona Jacirene, 47 anos, entrevista oral, 03/03/2019, grifos meus).

O presente capítulo tem por objetivo analisar as etapas organizacionais que levaram à formação da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, destacando os processos de resistência e as estratégias de mobilização adotadas pelas populações atingidas pela UHE de Estreito. Com foco nas lutas por terras, nas violações de direitos humanos e na desconsideração dos saberes locais, o capítulo reconstitui as trajetórias de reivindicação, incluindo manifestações, processos judiciais e a ocupação do território ribeirinho. Por fim, discute-se como a formação do acampamento e as territorialidades ribeirinhas emergentes refletem a resiliência da comunidade frente aos efeitos do empreendimento hidrelétrico.

As disputas por terras fazem parte da formação histórica do Brasil, estando presente no contexto fundiário de fundação e contextualização histórica do país. Cabe ressaltar que esses fatores estão para além da redistribuição de terras, tornando-se uma problemática centralizada nas ocupações e afirmações territoriais, o que recai na ordem do marco legal do Estado e das políticas de reconhecimento territorial, como enfatiza Little (2002).

Entre os fatores de disputas por terra e território destacam-se os povos e comunidades tradicionais, que têm enfrentado, desde o período de colonização, as disputas territoriais por seus locais de origem. Os processos de expropriação e deslocamentos compulsórios⁵⁶ que esses povos e comunidades passam no decorrer dos anos acarreta numa série de desigualdades, vulnerabilidades e violações que a ação estatal e os grandes projetos de desenvolvimento ocasionam aos seus modos de vida nas regiões em que se instalam.

Perante esse contexto, busco destacar nesse capítulo as lutas por terras enfrentadas pelas populações atingidas por barragens, especificamente tratando-se dos/as moradores/as da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem que, atualmente, enfrentam os processos socioterritoriais na busca por ocupar um território rural e ribeirinho, disputando judicialmente

⁵⁶ Sonia Magalhães (2007) e Alfredo Wagner Almeida (1996) definem deslocamento compulsório tratando-se dos efeitos causados por grandes empreendimentos sejam eles, hidrelétricas, mineradoras, siderúrgicas, portos entre demais empreendimentos que forçam pessoas a se deslocarem das áreas a serem afetadas/inundadas por vias da construção desses empreendimentos. No caso da construção de hidrelétricas, situam-se aqueles que, em função de grandes obras de infraestrutura, acabam implicando deslocamentos compulsórios.

contra os empreendedores da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) a posse pela terra que ocupam. A narrativa de Dona Jacirene, presente na epígrafe deste capítulo, expressa as motivações em fazer parte da ocupação, bem como as perspectivas futuras que espera realizar na comunidade ribeirinha: “*eu quero uma terra pra trabalhar*”, o que representa, além das questões fundantes que perpassam a formação da comunidade, as (re)existências tecidas nas disputas enfrentadas atualmente.

Diante disso, apresenta-se a identificação e descrição do campo da pesquisa, buscando enfatizar os processos de luta e permanência no território em disputa, assim como compreender as (re)existências enfrentadas na conquista pela terra. Inicialmente, serão destacadas as marchas, caminhadas e ocupações que as populações atingidas enfrentaram durante os processos de mobilização contra a construção da barragem. Em 2007, quando as primeiras reivindicações junto aos movimentos sociais ocorriam na busca de melhores articulações com a população, eram tratadas questões centrais que afetariam compulsoriamente povos e comunidades tradicionais.

Apresentam-se os processos de formação da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem com ênfase nas trajetórias dos/as acampados até chegarem a encontrar o território que se formou em 2015, pondo em destaque a chegada, a instalação, as demandas e pautas para permanecerem ocupando e resistindo. Para tanto, serão abordadas as perspectivas conceituais sobre terra, território e territorialidade e como estão presentes no processo de formação da comunidade. Assim como, serão trazidas a construção das territorialidades ribeirinhas, enfatizando os desafios e alterações enfrentadas pela comunidade na permanência no território em disputa.

3.1 Entre marchas, caminhadas e ocupações: as reivindicações das populações atingidas

Para tratar da formação da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, é necessário que se compreenda o seu contexto histórico de disputas e reivindicações das populações atingidas pela barragem de Estreito. Em vista disso, busca-se apresentar as marchas, caminhadas e ocupações vivenciadas por grupos sociais ocorridas em 2007 com a chegada do empreendimento, as quais reivindicavam direitos e mobilizava os interessados contra a construção da usina.

Na apresentação da formação dessa comunidade, antes de tudo, é necessário construir uma cronologia histórica sobre o processo de luta, resistência e reivindicação enfrentado pelas populações atingidas pela barragem de Estreito. É perante os processos de disputas territoriais

e sobre as condições socioculturais das populações afetadas pelo empreendimento que se gestaram as ocupações de acampamentos que entraram em disputa pela terra.

No contexto vivenciado pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, destacam-se as marchas, caminhadas e manifestações ocorridas desde o período de instalação da usina. Dessa forma, ao narrarem seu processo de disputa por terras, recordam o momento em que iniciaram o processo de reivindicação acerca das condições insalubres que o empreendimento ocasionou em suas vidas.

Como já mencionado no segundo capítulo desta tese, a construção da UHE de Estreito passou por uma série de mobilizações e reivindicações por parte de movimentos sociais, ativistas e povos e comunidades tradicionais que foram diretamente atingidos pelo empreendimento. Com o início das obras sendo liberado em fevereiro de 2007, marchas e caminhadas foram organizadas por essas populações na tentativa de impedir a Licença de Instalação (LI) da UHEE.

Entre as manifestações, destaca-se a marcha “Terra, Água e Diretos” que ocorreu em agosto de 2010, tendo os/as manifestantes percorrido 125 km entre as cidades de Araguaína (TO) e Estreito (MA), cobrando dos responsáveis pela barragem vários pontos inconclusivos que estavam em pauta nas reivindicações e negociações com as populações atingidas. Dentre as questões levantadas, destaca-se a falta de clareza sobre os critérios utilizados para definir os valores das indenizações, assim como o não reconhecimento de comunidades atingidas pelo empreendimento (MAB, 2010a).

Os manifestantes querem o cumprimento de propostas dos pescadores, o reconhecimento de meeiros, arrendatários e extrativistas, entre outras categorias, que foram cadastrados pelo Incra mas não recebem tratamento do consórcio, definição e cumprimento de acordos com os povos indígenas, negociação para resolver problemas estruturais nos reassentamentos, revisão das áreas consideradas de risco, com possíveis novas indenizações, reconhecimento e indenização de barqueiros e barraqueiros e reposição das áreas públicas alagadas (em especial a dos assentamentos) para assentar famílias carentes (MAB, 2010b).

Para Neila Silva (2019), a marcha teve duplo objetivo. Em primeiro caso, como pautado pelo MAB, cobrar das empresas responsáveis pela barragem o reconhecimento enquanto detentores de direitos, visando o atendimento das reivindicações que vinham fazendo há anos, desde o acampamento próximo à área de construção da usina. O segundo ponto diz respeito a chamar a atenção do governo federal e da sociedade sobre as violações de direitos de indivíduos e grupos sociais que tiveram seus modos de vida comprometidos por circunstâncias da construção da usina.

Conforme o MAB (2010c), a implementação da barragem de Estreito foi uma das mais perversas dos últimos tempos no setor elétrico, tendo apresentado uma série de incongruências e inviabilidades pela falta de diálogos, critérios, especificamente a respeito da participação das famílias atingidas nas negociações, o que acarretou na violação de direitos humanos, à alimentação, à terra, ao rio para trabalhar, a ter moradia digna, saúde e perpetuação de seus modos de vida. Essas mobilizações tiveram a participação ativa dos moradores/as do Acampamento Coragem:

Nóis participamos, moremos 2 anos num acampamento lá de frente pra barragem, lá na beira da pista, da entrada que vai pra Carolina. Fizemo caminhada de Araguaína pra Estreito e pelejando, mas não teve jeito. [Sobre como ocorreram as manifestações] Através do movimento né? Do MAB e aí, na época o Seu Luiz Moura era o presidente da Colônia, aí ele que entrou em contato com o pessoal do Movimento. Aí juntamo pescador, ribeirinho e aí acampamo e ficamo lá lutando, debaixo da lona lá 2 anos (Dona Jacirene, 49 anos, entrevista oral, 09/07/2019).

Após a marcha e a interdição da ponte Juscelino Kubitschek pelo período de dez horas, nas rodovias BR-226 e BR-230, com a determinação de autoridades governamentais, os manifestantes desobstruíram a ponte e seguiram para formação de acampamentos em frente ao canteiro de obras da usina hidrelétrica (Silva Júnior, 2016). As organizações acerca das mobilizações ocorreram no processo da chegada da usina, tendo se estruturado a partir do diálogo com os movimentos sociais, buscando as populações atingidas reconhecerem seus direitos e ir atrás de suas garantias.

Na fotografia 8, podemos ver um grupo de pessoas reunidas em frente ao canteiro de obras da usina, impedindo o acesso de trabalhadores, máquinas e veículos à construção. Em 20 de abril de 2007, o juiz Federal Lucas Rosendo Máximo de Araújo, da Subseção de Imperatriz (MA), determinou, mediante liminar, a suspensão de todas as atividades relacionadas à primeira fase de implementação da UHE de Estreito, que nessa época voltava-se para a construção do canteiro de obras, escavação e trabalho em rochas (Silva, 2019). A decisão do juiz dizia respeito à resposta acerca da Ação Civil Pública (ACP) interposta pela Associação de Desenvolvimento e Preservação dos Rios Araguaia e Tocantins (Adepreto), e organizada pelo MAB e Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em junho de 2006.

Na ação, essas entidades autoras denunciavam (i) a inadequação do EIA-RIMA à legislação ambiental, principalmente a ausência de estudos de impacto ambiental e social sobre terras e modos de vida das comunidades Timbira cujos territórios estão situados na bacia do Rio Tocantins, em especial os Krahô e os Apinajé; (ii) a omissão do Ibama diante das irregularidades constatadas no EIA-RIMA e mais grave (iii) a inexistência da autorização do Congresso Nacional para o licenciamento ambiental da obra, depois de ouvidas as comunidades indígenas pertinentes (Silva, 2019, p. 143).

Com a suspensão das obras, o acampamento foi desfeito, no entanto, como destaca Neila Silva (2019), passado um mês de suspensão das obras, em 31 de maio, após pedido de suspensão de segurança provocado pelo Ibama, Aneel e a Casa Civil da Presidência da República, a Advocacia Geral da União (AGU) aprovou a instalação da usina instaurada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. Havendo a agência alegado a possibilidade de uma crise no setor elétrico, sustentada pela hipótese de que a suspensão das obras acarretaria possíveis prejuízos para a economia nacional, dada a necessidade alegada pelos órgãos que entraram com pedido de segurança acerca da ampliação de oferta de energia elétrica para subsidiar o sustento e desenvolvimento do país (Silva, 2019).

Fotografia 8 – Manifestantes em frente ao canteiro de obras da UHEE



Fonte: Sieben (2013).

Dessa forma, a instalação e os processos de licenciamento ambiental da obra foram legitimados, desconsiderando as inconsistências identificadas nos EIMA/Rima, como também a omissão do Ibama na análise de concessão da Licença de Instalação, como pontua Silva (2019). Em 2008, após um ano das primeiras manifestações, o MAB coletivamente organizou mais uma ação direta com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Coordenação das Organizações e articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima), do Conselho das Organizações Indígenas da Bacia Araguaia-Tocantins (Coiat), do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), da Assessoria Jurídica do Polo Sindical da Região Tocantins/Maranhão, assim como do Cimi, buscando o início das soluções para os problemas decorrentes da instalação da

barragem que foram denunciados nas manifestações e reivindicações, acarretando a criação do Fórum Permanente de Discussão e Acompanhamento dos Programas Ambientais da UHE de Estreito, cujo objetivo era debater sobre as negociações das indenizações das famílias atingidas pelas afetações causadas pelo empreendimento (Silva, 2019; Silva Júnior, 2016).

A criação desse espaço de debates tinha por objetivo criar um instrumento para que populações atingidas pudessem discutir suas propostas em relação à usina e a criação de comitês locais de gestão, junto às proposições do Ministério Público e todas as entidades que defendiam a criação de espaços de negociações. De antemão, os empreendedores foram irredutíveis quanto à criação desse espaço de debate, cedendo, entretanto, após determinação do Ministério Público que, junto aos movimentos sociais, alegou a baixa representação dos/as atingidos/as nos debates sobre a UHEE, sobretudo as populações indígenas como os Timbira (Silva, 2019, Silva Júnior, 2016).

Com a criação dos Fóruns de Discussão de acompanhamento dos programas ambientais e a relocação das famílias atingidas, os debates acerca do empreendimento envolveram outros órgãos do governo, como o Ministério de Minas e Energia, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, a Funai, o Incra, entre outras. Para definições acerca do regimento e quais organizações comporiam o fórum, foi necessário levar à instância do Congresso Nacional, pontuando as problemáticas da instalação da usina e a criação de audiências públicas para institucionalização desses espaços de discussões. Essas instâncias governamentais, após reunião ocorrida em abril de 2008, tendo sido adiada por doze meses, acabaram rejeitando e se ausentando da proposta de criação dos fóruns institucionais, como pontua Silva (2019).

Percebe-se o amplo espaço de reivindicação na integração dos movimentos sociais e das populações atingidas presentes nas pautas acerca das indenizações a serem prestadas pelos empreendedores. O direito à informação e participação é um dos direitos humanos dentre os dezesseis apontados pela comissão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), com isso, observa-se a presença da violação dos direitos humanos e como negligenciaram as populações atingidas que estiveram presentes desde o início dos processos de instalação da UHE de Estreito.

As mobilizações das comunidades atingidas trouxeram uma série de discussões acerca dos danos causados pelo empreendimento, conseguindo anular a Licença de Instalação por aproximadamente um mês. Por meio de uma Ação Civil Pública (ACP), foram suspensos os processos de licenciamento ambiental, de modo a implantar medidas mitigadoras das afetações causadas pela UHEE na bacia hidrográfica do Araguaia/Tocantins. Assim, foi determinada a

implantação de unidades de conservação nesta área, como também, a extensão da Área de Influência Indireta do lago (Santiago, 2014; Rocha, 2016; Silva, 2019). A ACP

[...] exigiu que fossem considerados os efeitos sinérgicos dos empreendimentos hidrelétricos nos limites da bacia hidrográfica do Tocantins; condenou o Ibama a não conceder a Licença Ambiental de Instalação da UHE Estreito até que fosse complementado o EIA; ordenou que o Ibama realizasse novas audiências públicas nos municípios afetados quando concluída tal complementação e, por fim, determinou que o Consórcio Ceste paralisasse as obras de construção da usina até que o Ibama expedisse nova licença de instalação, após análise competente dos estudos de complementação do EIA exigidos (Silva, 2019, p. 154).

Como já ocorrido em suspensões anteriores, ocorreu o deferimento sobre o pedido de suspensão que o juiz da comarca de Imperatriz (MA) e o Ibama haviam formulado. Em 2007, a decisão de primeira instância que havia paralisado a construção da usina, foi impugnada por uma instância superior, tendo como base a “suspensão de segurança”. Neila Silva (2019), em seu trabalho, destaca que, novamente, foi alegado que a paralisação da construção da usina traria danos ao crescimento econômico “sustentável”, acarretando danos à economia nacional e ao meio ambiente. Assim, a autorização da retomada das obras para serem concluídas no prazo estabelecido, foi denominada pelo desembargador como algo de interesse nacional.

Os enfrentamentos a esse modelo destacam-se nas populações atingidas que continuaram a se mobilizar, permanecendo acampadas em frente ao canteiro de obras. Passados nove meses, o MAB (2010d) acusou o Ceste de não garantir suporte necessário e compensação à população atingida. Após meses de manifestações, o diálogo entre Ceste e população atingida nunca foi possível, tendo ampliado as problemáticas pautadas sobretudo no não reconhecimento de famílias enquanto atingidas por barragem.

“A barragem de Estreito é o exemplo do que não pode acontecer com um rio, com as pessoas e com o meio ambiente. Essas empresas simbolizam a ganância dos capitalistas sobre os nossos recursos naturais, além disso, elas negam nossos direitos, e com recursos do BNDES, estão transformando o Rio Tocantins num imenso lago”, disse o coordenador [Cirineu]. Estreito é a sétima usina hidrelétrica no Rio Tocantins, para o qual estão previstas pelo menos outras três (MAB, 2010d).

De acordo com Neila Silva (2019), de início, o decreto pareceu atender os objetivos buscados pelo movimento, entretanto, pesquisadores da área como Carlos Vainer criticaram a ausência da sociedade civil e da comunidade acadêmica nos debates de criação do decreto, como também a composição de um Comitê Interministerial do Cadastro Socioeconômico. A antropóloga e professora Andréa Zhouri questionou a ausência de análises acerca da necessidade dos empreendimentos hidrelétricos que se instauram sempre com um pressuposto imposto pelo estado e grandes empreiteiras, também criticou a ausência da definição sobre como serão feitas as reparações devidas. Silva (2019) destaca que o decreto atribuía aos

próprios empreendedores a realização do cadastro das populações atingidas, ou seja, o dever de identificar e registrar os casos possíveis de reparação recaiu justamente sobre aqueles que tinham como objetivo fundante a ampliação de lucros dos seus investimentos.

Dessa forma, pareceu, de antemão, que o decreto traria alguma garantia, mas, na verdade, ele gerava a expectativa de um direito, e não sua efetivação. Como enfatizado pelo MAB, o cadastro da população atingida deveria ser levado a cabo antes da implementação de projetos hidrelétricos. No entanto, a portaria flexibiliza o momento da sua condução, passando a retificar o grave equívoco do decreto, como pontuaram Vainer e Zhourri.

Passados doze anos, os debates sobre a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) retomam as discussões já tidas com o Governo Federal e o movimento social. No primeiro ano do terceiro mandato do presidente Lula, após grandes mobilizações das populações atingidas em Brasília, foi sancionada a Lei n.º 14.755 de 15/12/2023, instituindo

[...] a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 (MAB, 2024).

Como esse debate está se perpetuando mais de uma década depois da construção da UHE de Estreito e de inúmeras outras que vieram depois, as reivindicações do movimento foram alcançadas anos depois. Agora, é preciso que todos os grupos atingidos realizem um recadastramento. Talvez se alcancem as expectativas que aquele decreto em 2010 trouxe de imediato aos pescadores e pescadoras, como o direito que se efetiva na promulgação da lei, bem como no recadastramento e acompanhamento dos povos afetados por barragens.

Após ser sancionada, a lei ainda precisa ser regulamentada. Em 14 de março de 2024, ocorreu o 17º Dia Internacional de Luta em Defesa dos Rios, contra barragens, pela água e pela vida com mobilizações ocorridas em Brasília (DF) e em outras cidades que pediam a implementação da lei. Conforme o MAB (2024), é necessário que se regule a lei, buscando medidas para que os direitos das populações atingidas sejam garantidos. Para tanto, é preciso haver articulação junto aos ministérios do governo para a criação de um órgão e um fundo de garantia de recursos para que a PNAB saia do papel. Para além de condições orçamentárias, a coordenação nacional do MAB pontua que é preciso a criação de comitês participativos, protocolos de programas de saúde específicos para os/as atingidos/a, como também instrumentos mais rígidos de fiscalização aos empreendimentos, além da garantia da

segurança e proteção jurídica às populações atingidas por barragens e crimes ambientais, sejam enchentes, deslizamentos ou estiagens (MAB, 2024).

A falta de uma legislação específica para tratar dessa questão gerou, ao longo dos anos, uma situação de empobrecimento, revitimização e ameaça à vida e à saúde de milhares de brasileiros que vivem hoje em áreas atingidas por barragens. Essa situação foi agravada pela atual crise climática que vem se aprofundando com eventos extremos em todas as regiões do país. Por isso, hoje o MAB atua também na luta contra a violação de direitos humanos de comunidades atingidas pelas mudanças climáticas (MAB, 2024).

Percebe-se que ainda existe um caminho a ser reivindicado para que a lei seja de fato promulgada e garanta os direitos às populações afetadas. Entretanto, segundo o MAB, ao ser sancionada, a lei passou a definir o conceito de atingido, prerrogativa essa que estava em disputa (Fleury, 2013; Vainer, 2008). A implementação da PNAB criou mecanismos de prevenção ou redução de ocorrências de novos crimes ambientais no país, tais como o rompimento das barragens da Vale, BHP Billiton, Equinox Gold, em Brumadinho e Mariana (MG).

Perante isso, o MAB (2024), pontua a proteção da vida dos/as atingidos/as a partir dos programas previstos na lei que deverá financiar ações específicas para mulheres, idosos, crianças, pessoas com deficiências e pessoas em situação de vulnerabilidade, como populações indígenas e povos e comunidades tradicionais, sendo os empreendedores responsáveis pelas afetações relacionadas à área da saúde, do saneamento ambiental, habitação e educação dos municípios nos quais tais empreendimentos serão instalados. Outro ponto a ser considerado diz respeito à participação da população na construção de programas de prevenção e reparação/mitigação criados a partir de um comitê local de política nacional dos atingidos por barragens, formado a partir de um órgão colegiado composto por governos, empreendedores e a sociedade civil que acompanhará e fiscalizará a implementação dessa política, o que é de suma importância, dado o histórico de apagamento e negligência para com as populações atingidas que sequer são ouvidas a respeito dos danos decorrentes das afetações instauradas por tais empreendimentos (MAB, 2024).

Compreende-se as novas possibilidades que o decreto instaurado em 2010 trouxe para as políticas à população atingida determinadas pela PNAB. Entretanto, destacam-se as novas mobilizações acionadas pelos movimentos sociais a respeito da UHE de Estreito, após uma série de enfrentamentos e disputas vencidas. Em 2012 a barragem foi inaugurada tendo a presença da presidenta Dilma propagando, em seu discurso, as conquistas do Movimento e promovendo acordos e negociações com as populações atingidas.

Durante a inauguração da UHE Estreito, nesse 17 de outubro (quarta-feira), a presidenta Dilma Rousseff recebeu a pauta do Movimento dos Atingidos por

Barragens (MAB). A pauta é resultado de anos de luta e organização das famílias atingidas por esta barragem que em muitos momentos sofreram por falta de diálogo e intransigência dos representantes dos CESTE, dona da barragem. Desde o início das obras, os atingidos já fizeram mais de três acampamentos e uma marcha de mais de uma centena de quilômetros sempre na busca da terra e das condições de sobrevivência das famílias. A presidenta se comprometeu em dar os devidos encaminhamentos principalmente no tocante a terra para as famílias cadastradas pelo INCRA e no desenvolvimento do projeto do pescado. ‘Estreito é um marco para o setor elétrico brasileiro e para pesca, pois foi a partir do processo de luta dos pescadores que os mesmos foram reconhecidos como atingidos. Para pensar, propor, construir o desenvolvimento é necessário dialogar, garantir o direito das famílias atingidas’, afirmou Cirineu da Rocha, militante do MAB (MAB, 2012).

O reconhecimento de pescadores/as enquanto atingido ocorre por intermédio de todas as reivindicações durante as violações ocasionadas pela usina, entretanto, como se destacou anteriormente, a instauração desse decreto só se consolidou doze anos após a aprovação da PNAB. A respeito das terras entregues às famílias cadastradas pelo Incra, isso não foi contemplado, tendo em vista o número de acampamentos que se formaram às margens do lago e que mobilizavam exatamente o direito de ocuparem territórios rurais e ribeirinhos.

Após a inauguração, quando os acordos propalados pela presidenta deveriam ter sido cumpridos, em julho de 2013 (como se observa na fotografia 09), ocorreu nova mobilização do MAB. Segundo Lígia Clemente (2023, p. 91), “cerca de 900 atingidos trancaram, a entrada da usina em um protesto organizado pelo MAB e pelo MST. A ação reivindicava o reassentamento de mais de 800 famílias, que montaram acampamento”. Foram exigidos o abastecimento de água para famílias acampadas e assentadas, como também, compensação econômica para os/as pescadores/as que sofreram drasticamente com a queda na produção pesqueira desde a construção da barragem.

Fotografia 9 – Atingidos trancam a entrada UHE de Estreito



Fonte: MAB (julho/2013).

As negligências que se propagaram no início da construção da UHEE foram combatidas pelos movimentos sociais com a necessidade de imediata aprovação de política nacional que amparasse os direitos dos/as atingidos/as por barragens, como pontuou o coordenador do MAB ao frisar as violações acometidas a oitocentas famílias que se encontravam sem energia, água e terra (MAB, 2013). Portanto, as articulações das comunidades atingidas seguiram o percurso mesmo após a inauguração do empreendimento. As inúmeras manifestações, reivindicações e acampamentos surgem entre a população atingida pela UHE de Estreito. Os grupos de pescadores e pescadoras, ribeirinhos e ribeirinhas evidenciam seus processos de lutas e disputas mediante toda a mobilização realizada desde a chegada do empreendimento até hoje.

Após saírem desse acampamento, os atingidos buscaram continuar lutando. A ocupação ao lado da barragem foi outra manifestação em que a comunidade que hoje ocupa o acampamento estava presente. Neste acampamento passaram cerca de dois dias, até serem expulsos pelo CESTE, com a promessa de que seriam realocados em outra terra. Segundo o relato dos moradores, foi nessa época que se assinou um documento comprovando que eles estavam na condição de acampados e, por esse motivo, o consórcio devia uma terra para eles (Machado, 2020, p. 27-28).

Com o apoio do MAB, os acampamentos, caminhadas e manifestações contra a usina foram constantes na busca pelo reconhecimento do pescador como atingido, por melhores condições e contra a instalação do próprio empreendimento, pois, já nas audiências públicas, evidenciava-se a luta do MAB que alertava para os problemas ambientais, conflitos e efeitos que a barragem ocasionaria para as populações tradicionais.

Cabe ressaltar que as manifestações e reivindicação da população atingida junto ao MAB se deram desde quando a formação do lago inundou cerca de 400 km², fazendo com que inúmeras pessoas sofressem deslocamentos compulsórios, o que, consequentemente, os faziam ir em busca de novos espaços para ocuparem e continuar exercendo seus modos de vida. Em uma dessas inúmeras manifestações, um grupo de pescadores/as ocupou, por volta de 2015, um território ao lado da usina para reivindicar os direitos violados desde a perda do território alagado.

Aí viemo pra essa terrinha aqui de frente pra Cooperativa que nós falemo, passamos só... parece que uns três dias só. Aí eles realmente pediam pra nós sair, mas aí teve aquele negócio, né?! Aquela enganação de dizer que ia arrumar um lugar pra nós (Seu Antonio, 50 anos, entrevista oral, 05/02/2018).

Na busca por ocupar um território onde pudessem plantar, ocupar e produzir, foi que firmaram acampamento ao lado da usina. Como menciona Seu Antonio, essa ocupação logo foi impedida pelo Ceste que, imediatamente, os retirou de lá. Entretanto, essa ocupação fez com que os empreendedores prometessem uma terra à comunidade acampada, que, após dois dias,

saiu com a promessa de que o consórcio os realocaria (Machado, 2020). Pelo não cumprimento dessa promessa, como afirma Seu Antonio (06/08/2023): *“Porque eles prometeram de não deixar a gente desamparado e aí não arrumaram nada pra gente”*, buscaram ocupar uma terra que fosse de posse da união para reivindicarem ao Ceste o direito de ocupar um território rural e ribeirinho. É nessa busca que se inicia o processo da formação da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem.

Eles disseram que ia arrumar o lugar pra nós, disse que era pra considerar acampado esse povo que tava ali naquele lugar. Mas até o dia de hoje ninguém foi atrás de nós arrumando uma terra, um lugar pra nós ficar, tá entendendo? Nós sempre tinha que ficar no rio, né? Que nós somos pescador, **não ia pra uma terra muito longe do rio** (Dona Marinalva, 55 Anos, Entrevista Oral, 08/07/2019, grifos meus).

Diante das inúmeras promessas e embates, a comunidade passou a procurar um território que fosse de posse do Ceste para, assim, fincar novas territorialidades, buscando um lugar que não estivesse muito distante do rio. Como pontua Dona Marinalva, a necessidade de ficar às margens do rio relaciona-se às suas atividades de pesca e agricultura, porque o pescador *“não ia pra uma terra muito longe do rio”*. Com isso, e com o aval do MAB, encontraram Palmeiras do Tocantins (TO), a terra que ocupam até hoje, disputando judicialmente contra o Ceste a permanência no território.

Cabe pontuar que as mobilizações a respeito da UHE de Estreito resultaram na formação de oito acampamentos fundados pelas populações atingidas, sendo eles: Barra do Grotão, Dom Bosco, Inhumas e Irapuru (Município de Filadélfia – TO); Acampamento Ilha Verde e Arraia (Município de Babaçulândia – TO); Beira Rio (Município de Barra do Ouro – TO); e Acampamento Coragem (Município de Palmeiras do Tocantins – TO). Entre as ocupações que receberam reintegração de posse estão os acampamentos Barra do Grotão, em 2018, Ilha Verde, em 2019, e Beira Rio (localizado em Barra do Ouro, tido como uma pequena ocupação, não especificamente ligada à formação de acampamento), em 2020 (Lucena, 2020; Silva Júnior, 2021). Em janeiro de 2024, quando retornei ao campo, Dona Jacirene me informou que, de todos os acampamentos formados na beira do lago, apenas três permanecem com suas ocupações: Acampamentos Coragem, Dom Bosco e Arraia.

Ao saberem que a área de Palmeiras do Tocantins (TO) se tratava de uma terra da União, organizaram-se coletivamente para ocupar este território.

Aí essa terra que nós tamo lá que é o Coragem, **eu conhecia toda vida desde criança que eu conheço**. Aí fumo prestando atenção, prestando atenção, conversando uns com os outros *“Rapaiz aquela terra ali, aquela terra, aquela sobra de terra é do Ceste, o Ceste pagou ela”*. Aí conversemo com as pessoas que conhecia mais do que a gente que morava vizinho lá, que é o Raul que nós tava falando pra ti. Ele morava vizinho,

a mãe dele tinha uma fazenda ali que era vizinha, ele conhece desde criança aquilo tudo. Ai conversando com ele, ele falou “Não ali é o Ceste comprou, tenho certeza absoluta, que eu andei mais o home que comprava a terra do Ceste”, ele sabia nome de tudo. Aí tivemo essa ideia. Aí conversemo com a Judite, conversemo com o Luis Moura que naquele tempo ele era ainda o presidente da Cooperativa, que tinha sido o presidente da Colônia e que era quem tava ajudando nós também, a andar pra cima e pra baixo. Ai “não, pois se tem essa lá, pois se sabe que tem essa área de terra lá e é o Ceste, o único jeito é vocês enfrentar” (Seu Antonio, 50 anos, entrevista oral, 05/02/2018, grifos meus).

A ocupação, segundo a narrativa de Seu Antonio, ocorreu a partir do momento em que montaram acampamento ao lado da usina, ficando aproximadamente entre três e quatro dias nesse lugar. Após isso, buscaram contatos com outros pescadores/as para se informar acerca da terra que haviam falado que era de posse da União, que o Ceste havia pagado por essa terra. Em vista disso, e por reivindicarem o direito de ocupação e as violações acarretadas pelo empreendimento, firmaram acampamento. Na busca por continuarem exercendo suas atividades profissionais e seus modos de vida, é que encontraram no Acampamento Coragem formas de continuarem firmando territorialidades e reestruturando suas vivências. A população atualmente acampada é formada por 39⁵⁷ (trinta e nove) famílias, sendo aproximadamente 109 (cento e nove) ocupantes que reivindicam o direito à terra desde outubro de 2015.

3.2 “Só resiste quem tem coragem”: entre lugares, trajetórias e ocupações na formação de uma comunidade

Coragem é a palavra que, de antemão, chama atenção quando se trata da ocupação de um território em disputa de um povo que conhece a beira do Rio Tocantins como manutenção de vida, como sossego e não só como subsistência. Quando fala sobre o porquê de ocupar um território diante de tantas implicações, conflitos e disputas contra grandes empreendedores, Seu João diz “*Porque só resiste quem tem coragem*”. Assim se denominou o acampamento onde fincaram territorialidade em outubro de 2015, às margens de um rio que se tornou lago, em uma terra em disputa, e em vivências e (re)existências modificadas no seu cotidiano em busca do direito de ocupar, produzir e resistir em seus lugares de permanência.

Mas antes de entendermos a dimensão formativa da comunidade, é preciso apresentar os caminhos que levaram a população acampada a encontrar, em 2015, o território em que vive

⁵⁷ A respeito do número de habitantes da comunidade, é necessário pontuar que, desde 2017, esse número se alterou no decorrer dos anos de pesquisa. Em primeira coleta, totalizavam 48 famílias, em 2019 esse número caiu para 36, e atualmente, em um novo processo, destacam-se 39 famílias. Entretanto, esse número é dividido entre o Acampamento Coragem (33 famílias) e o “Povoado” Coragem (06 famílias), dadas as disputas internas ocorridas no último ano. A respeito dessas disputas, tratarei no decorrer desta tese.

atualmente. Após a formação do lago, boa parte se viu sem perspectiva alguma para continuarem realizando suas práticas de pesca e agricultura. Muitas pessoas relatam que continuaram pescando, mas nas proximidades da cidade de Estreito e não montando acampamento ou Pontos de Pesca⁵⁸, porque eram proibidos pelo Consórcio. Em casos significativos, destacam-se aqueles/as que persistiram na busca de um lugar que tivesse às margens do rio, para fixarem moradia, criar seus animais, plantar e pescar.

Rapaz, nós saimo de lá... e a água subiu que depois deixou umas croa, né? Nós acampemo até eu mais o manin numa ali, nós fizemos os barraco lá dentro numa ilhota que tem lá perto do Estreito. E tava sem lugar, sem ter onde nós, né? Acampemo lá, tava ali uns três a quatro mês. Aí sim, aí veio a liminar pra nós. Nós fomos lá no Fórum, fomos lá “não porque tinha que sair de lá”, deram só uns dia lá pra nós arrancar o barraco, que não podia ficar e pronto. A história foi essa. Tivemos que sair de lá e procurar outro rumo. Aí isso... aí tudo é, faz como dizer, no meio do sofrimento da gente, né? Achava que não precisava passar por isso tudo, né? Foi o que aconteceu (Seu João, 65 anos, entrevista oral, 05/08/2023).

A narrativa de Seu João (65 anos) destaca como as trajetórias de vida dessa comunidade são marcadas por múltiplas territorialidades, que foram se tecendo desde o processo de expropriação, quando passaram a buscar novos lugares para reconstruírem suas vidas. Antes de formar o acampamento, muitos deles e delas passaram a ocupar uma pequena ilha, depois do despejo do território alagado. Seu Antonio (50 anos) também narra que fixou morada nessa pequena ilha, embora logo tenha recebido a liminar para se retirar de lá por se tratar de posse da Marinha. Com a saída da ilha, acolheu as determinações do juiz, bem como os conselhos que, segundo ele, motivaram a buscar um lugar para ocupar.

Até a hora que o juiz chamou como eu falei, mandou a intimação enfim, e pediu pra mim sair e eu sai. Só que ele falou assim: “Eu tô pedindo pra você sair, você vai ter que sair, a ilha é pequena, mas não tô impedindo de vocês procurar o direito de vocês, mas assim, que seja em terra firme”, sem ser ilha, né? E também que a terra seja do Ceste (Seu Antonio, 50 anos, entrevista oral, 05/02/2018).

Migrar de um lugar ao outro, antes de chegar de fato a montar acampamento, foi a alternativa encontrada por boa parte da comunidade. Quando saíram da ilha, buscaram novos lugares para que pudessem exercer a pesca, criar seus animais e ter um lugar para moradia. No contexto da comunidade, a busca por terras veio desse processo de expropriação. Após as inúmeras reivindicações, o encontro de pouso em uma pequena terra em Darcinópolis (TO), a comunidade encontrou, entre os caminhos do rio, a terra na qual se formaria o acampamento.

⁵⁸ Pontos de Pesca refere-se ao que os/as pescadores/as denominam que foram os territórios alagados, tratando-se do lugar onde realizavam suas atividades de pesca e agricultura. É importante frisar que esse lugar era utilizado não só para pesca como também para moradia, produção de vazantes e criação de animais.

Nóis pescava aí pra cima e pra baixo, caçando local pra nóis retornar o nosso trabalho, né? Nóis continuar a plantar. Aí surgiu, teve um cara que falou que essa terra era da União. Ai nóis combinemo uma turma e entremo aqui, o Antonio entrou como líder, né? Essa área aqui de 40 e poucos alqueiro. Aí cada quem tirou sua área de terra pra trabalhar (Seu Cristóvão, 63 anos, entrevista oral, 23/07/2023).

Com o conhecimento de que a terra almejada era de posse da União, seguindo as instruções do MAB, montaram acampamento por volta de outubro de 2015. Esses grupos de pescadores e pescadoras encontraram nesse lugar formas de continuarem exercendo seus modos de vida. Percebe-se a relação íntima com o rio, e como no contexto do conflito vivenciado com a barragem, a busca incessante por um lugar de ocupação, produção e resistência foi o pontapé da luta que se findou na comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem.

Aí a gente se juntou os amigo, os outro pescador ficou comunicando, procurando se quisesse vim pra cá, tava disposto a gente ficar aqui, que aqui era mais perto do Estreito, né? Aí, então, a gente arriscou vim, porque a gente tem vontade de ter a produção da gente maior, de comprar as coisinha... plantar as coisinha, assim pra não ficar comprando, **tem vontade de ter as coisa da gente igual a gente tinha antes** (Dona Miúda, 58 anos, entrevista oral, 05/08/2023, grifos meus).

Dona Miúda (58 anos) destaca no seu relato os motivos que fizeram com que ela e sua família fizessem parte do grupo que montou acampamento naquele lugar. A necessidade em estar na beira do rio, mas próximo à cidade de Estreito, para poder continuar produzindo. “[...] *ter as coisa da gente igual à gente tinha antes*” relaciona-se à busca por fixar-se em um território que rememorasse aquele que ficou debaixo das águas da barragem ou onde pudessem continuar vivendo do que faziam desde antes da Usina chegar à região e modificar drasticamente suas vidas.

Percebe-se que, entre essas trajetórias, desde a formação do lago da Usina, pescadores e pescadoras migraram buscando encontrar novas formas de construírem suas vivências a partir de um novo território a ser ocupado. Após saírem da pequena ilha, Dona Jacirene pontua o processo de formação da comunidade que ocupam hoje:

Quando nóis saiu da ilha, que nóis tava acampado na ilha, aí a gente teve uma audiência e conversamos com o juiz, né? Aí ele falou que a gente tinha que sair da ilha porque tinha que procurar um lugar que fosse seguro, que na ilha ele não aceitava ficar, e nem na área de APP, que essa área nojenta que ninguém pode trabalhar. Aí o Antonio que nasceu e se criou na beira do rio, né? Aí ele sabia dessa terra aqui [do acampamento], a gente foi conversando e conversando um com outro, os companheiro, os pescador, e aí nóis viemo e acampemo aqui. E tamo aqui até hoje (Dona Jacirene, 51 anos, Entrevista Oral, 23/07/2023).

Após firmarem acampamento, em outubro de 2015, a comunidade se formou com a escolha dos lotes e divisões ocorridas no período em que o acampamento se montava. Dona Jacirene (51 Anos) menciona que, por seu esposo já conhecer aquela terra, sabia o ponto

específico em que queria firmar acampamento. O lote onde vivem hoje foi ocupado, segundo suas narrativas, por se tratar da preferência de Seu Antonio desde o primeiro dia que foi conhecer aquela terra. Caso não tivessem encontrado o lote vago, possivelmente não teriam feito parte da formação da comunidade.

[...] pergunto à Dona Jacirene sobre a metragem de cada lote, o que ela me responde não ter certeza, mas que acha ser 50 braças. Quando Seu Antonio retorna, ela pede confirmação a ele, que diz ser 100 metros a medida de cada lote, dividido assim desde o início, tendo a largura de 100 metros (de frente). A respeito disso, o advogado havia pedido a todos que cada um pudesse demarcar seus respectivos lotes, para assim, ter o espaço dividido e organizado e não haver confusão sobre a área respectiva, à área de cada um (Diário de Campo, 19 de janeiro de 2024).

Sendo assim, a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem passou a tomar forma, cada um/uma ocupando seus respectivos lotes e dando início às reivindicações de ter uma terra para ocupar, produzir e resistir perante os percalços e processos judiciais que enfrentariam. Com a organização e ocupações dos lotes, cada membro/a passou a construir seus barracos/casas⁵⁹, e iniciar o processo de produção e mobilizações envolvendo toda a comunidade, para estarem atentos aos processos que enfrentariam no decorrer da disputa judicial pela terra. É importante pontuar que cada lote é ocupado para a construção da casa, feitura das roças para poderem produzir na terra, assim como a organização dos portos onde ancoram seus barcos e se preparam para o labor cotidiano da pescaria.

⁵⁹ Barraco/casa refere-se ao lugar de morada de cada integrante do acampamento. Sigo essa denominação a partir do que o próprio campo definiu. Para a maioria, o ponto de morada é definido como barraco, entretanto, utilizo casa porque, em dado momento, uma das moradoras redefiniu esse significado, dizendo que “*aqui é minha casa*”, e barraco se associava, em sua perspectiva, a algo que seria desmanchado rapidamente, mas que, embora fosse simples, seu lugar de morada era sua casa. Em razão disso, uso as duas denominações para seguir as atribuições determinantes no campo de pesquisa.

Fotografia 10 – A formação do acampamento



Fonte: Acervo pessoal de Dona Jacirene (fevereiro/2016).

Fotografia 11 – Primeiras reuniões



Fonte: Acervo pessoal Dona Jacirene (fevereiro/2016).

As fotografias 10 e 11 retratam os primeiros registros referentes às mobilizações e organizações de formação do acampamento. Com a presença e apoio do MAB, após adentrarem o território, as divisões territoriais e pautas debatidas acerca da formação da comunidade foram discutidas coletivamente, além da definição de uma representação/liderança, bem como as primeiras articulações para se formarem ativamente nas reivindicações junto a violação dos direitos e a permanecerem no território.

As articulações sobre as questões políticas e sociais ocorreram a partir das demandas necessárias para promover os debates e as pautas na disputa e permanência no acampamento. Foi escolhida coletivamente como representante Dona Jacirene, em razão de sua militância junto ao MAB e por estar mais ativa a respeito das pautas e disputas acarretadas com a UHE de Estreito desde o início das mobilizações. Assim, decidiram se reunir todo primeiro domingo de cada mês para debater as questões referentes à organização, divisa de lotes, construção de barracões, mutirões, processo de produção e os processos judiciais referentes à conquista da terra (Machado e Sieben, 2019).

Primeiro que eu já acompanhava o pessoal do movimento, né? Do MAB. Antes que eu trabalhei uns tempos lá na colônia, o presidente era o Seu Luís Moura. Aí ele já conhecia o pessoal do movimento e nós fomos tendo conhecimento e o pessoal me botaram de frente que a gente tá aqui, abaixo de Deus é o MAB. Nós confia muito em Deus e em segundo lugar no pessoal do movimento. Aí o pessoal me colocaram de frente e até agora tem uns que acha ruim, mas a maioria acho que acha bom (Dona Jacirene, 47anos, entrevista oral, 03/03/2019).

A participação de Dona Jacirene à frente do acampamento ocorreu em comum acordo por todos/as os/as moradores/as da comunidade. No início do processo de ocupação, era necessário estruturar as demandas reivindicatórias a serem seguidas pela comunidade, desde o conhecimento a respeito do processo judicial na luta pela terra, as estruturas para ocuparem a área reivindicada, e os debates sobre a ocupação, produção e organização social que cada acampado/a viria seguir para compor parte do grupo. Sua trajetória na colônia e no movimento, a partir de sua participação politicamente ativa nas ações promovidas pelo MAB, que se inicia quando a barragem se instala na região, fizeram com que fosse escolhida como representante *“porque ela já tinha conhecimento de andar no MAB”*. Por conta disso, sua atuação junto ao movimento fez com que os demais integrantes do grupo depositassem confiança, pois o movimento é levado em grande consideração pela maioria da comunidade, sobretudo, em relação ao seu apoio na ocupação e reivindicação deste território.

A figura feminina à frente das demandas da comunidade foi central nos últimos anos, cabe ressaltar que ela, enquanto mulher, negra e militante, enfrentou uma série de desafios por estar no centro dos debates em torno da permanência do território. Quando Dona Jacirene fala *“me colocaram de frente e tem uns que acham ruim, mas a maioria acho que acha bom”*, situa as divergências a respeito do seu processo de representação. A falta de reconhecimento pode ser parcialmente explicada pelo fato de ser uma mulher à frente das demandas que gerenciam a ocupação de um território em disputa. Mesmo Dona Jacirene sendo a responsável pelas articulações políticas do acampamento, desde o início da ocupação, alguns dos ocupantes, tanto homens como mulheres, direcionavam suas demandas a Seu Antonio, seu esposo. Ao

direcionarem as pautas ao marido, mesmo ele repassando todas as demandas a ela, comprova-se o deslocamento da liderança feminina para uma figura masculina, refletindo, em nossa sociedade, a dificuldade em aceitar uma mulher como líder por algumas pessoas.

Esse comportamento se reproduz para além das interações internas. Em diferentes ambientes, ao estar à frente das reivindicações contra os empreendedores pela permanência em um território disputado, a representação de Dona Jacirene também enfrentou tentativas de intimidações, indicando o ambiente de vulnerabilidade que mulheres em posições de liderança enfrentam, especialmente em contextos em que o poder está em disputa. A violência a que é exposta Dona Jacirene reflete um padrão que está para além das questões institucionais, revelando as intersecções entre a luta territorial e as violências de gênero, instâncias nas quais a ameaça física e o assédio tornam-se estratégias para silenciar e intimidar mulheres que desafiam as estruturas de poder estabelecidas. Esses desafios refletem as formas explícitas e veladas com que o machismo e o patriarcado se manifestam. Sua presença como representante comunitária expõe essas tensões e revela como o machismo busca deslegitimar a autoridade de mulheres em posições de liderança, mesmo em contextos de resistência coletiva (Machado; Siqueira, 2024).

Após quase dez anos estando à frente das pautas da comunidade, Dona Jacirene entregou o cargo que, hoje, está sob responsabilidade de Francisco, presidente da associação⁶⁰. Atualmente, em decorrência de novas mobilizações internas no exercício da permanência ribeirinha, a comunidade se organiza através da formação da Associação de Ribeirinhos do Rio Tocantins Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito – MA (Arrtauhe-MA), formalizada em abril de 2024. Após a criação da associação, Dona Jacirene atua enquanto tesoureira, estando seu cargo de liderança entregue aos presidentes do novo órgão. Sobre isso, ela sempre falava do cansaço em relação à desunião e aos papéis que foram exercidos por ela nesses anos de luta e que, embora não esteja mais enquanto liderança, estará ajudando no que for preciso.

A organização social e política da comunidade foi permeada por demandas socioeducativas que os/as moradores/as obtiveram através dos conhecimentos sociabilizados pelo MAB. A ocupação política que ocorreu na formação da comunidade trata-se de uma série de construções a serem vivenciadas pelos/as moradores/as da comunidade, pois se define para além do sentido de se ocupar um espaço, mas produzir e resistir, ao fato que a ocupação da

⁶⁰ Os debates a respeito da criação da associação, mudança da representação e as novas mobilizações acionadas pela comunidade na busca por permanecerem no acampamento serão debatidos no último capítulo desta tese.

população ribeirinha do Acampamento Coragem se traduz num sentido político de lutar por um território em disputa.

A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação (Fernandes, 2020, p. 62).

Os processos de ocupação da comunidade trazem os pressupostos apontados por Fernandes (2020). No contexto das disputas por terras, acampamentos, ocupações, assentamentos e reassentamentos estão presentes. Para compreendermos esses processos, é necessário que se destaque que a comunidade do Acampamento Coragem se organiza politicamente na disputa deste território, tratando-se de uma formação coletiva, tendo os/as moradores/as consciência das disputas e lutas pautadas em prol da comunidade.

Para Loera (2014), a ocupação de terras com montagens de acampamentos adentra historicamente um fato recente na história da luta de terras no Brasil. Desde os anos 1990, as ocupações-acampamentos se tornaram uma forma adequada de demandar a reforma agrária ao Estado brasileiro. Com isso, para que as demandas de trabalhadores e trabalhadoras rurais e de movimentos sociais pudessem ser atendidas, é necessário existir ocupações, sobretudo a formação de acampamentos.

Nas histórias de vida das populações atingidas pela barragem de Estreito, as ocupações e a formação de acampamentos se firmaram no decorrer do seu processo de luta, inclusive a ocupação do território onde vivem hoje. Reivindicando pautas e pontos violados desde o processo de deslocamento do território alagado, portanto, como afirma Loera (2014) a formação de acampamentos nos processos de luta por terras compõe uma linguagem social de reivindicação de demandas sociais ao Estado, políticas públicas, desapropriação de terras para fins de reforma agrária, e, no caso dos/as atingidos/as, reivindicações de territórios rurais e ribeirinhos.

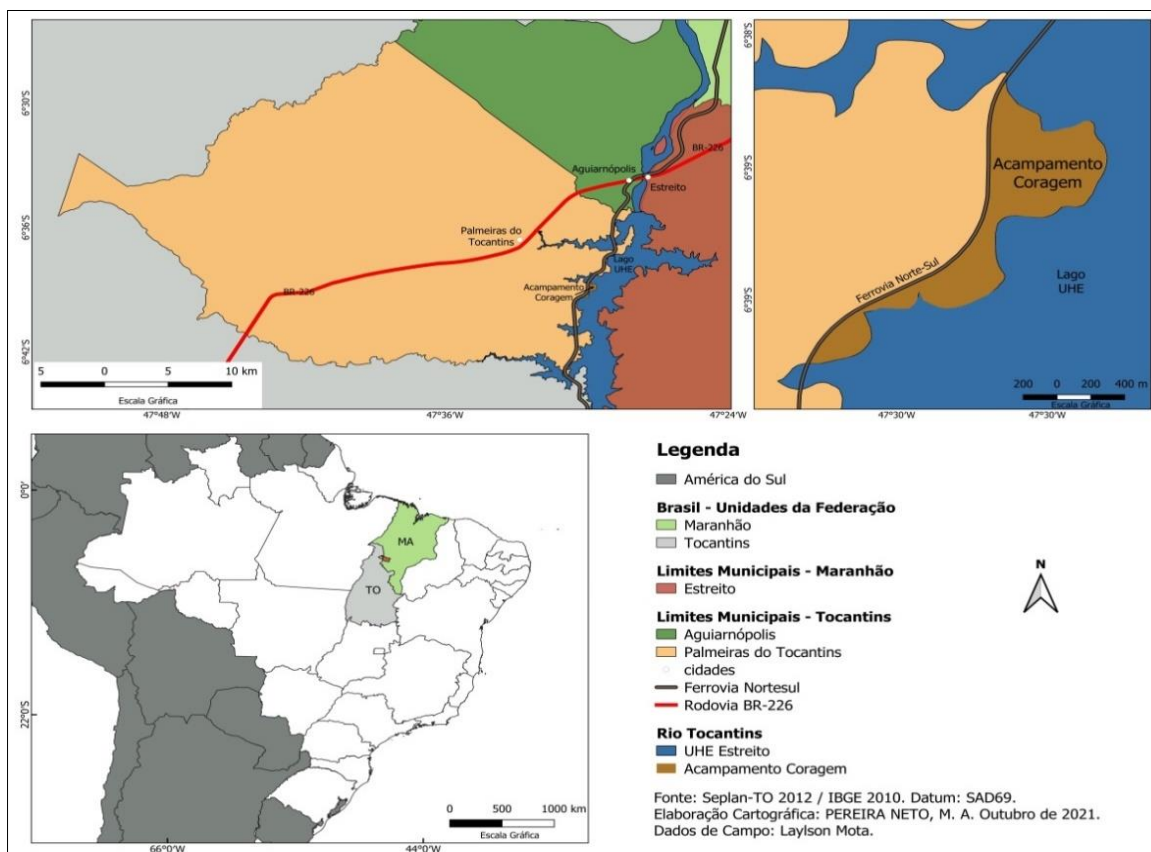
É importante frisar as diferentes definições de acampamento e assentamento. Acampamento refere-se ao processo inicial de ocupação de um território, período em que se iniciam as disputas por terras. É o espaço em que se materializa a ação coletiva, em que se torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia, como pontua Fernandes (2012). Assentamento, segundo Loera (2014), diz respeito a novas unidades de

produção agrícolas criadas pelo Estado em benefício das demandas por terra, destinadas a famílias de agricultores/as ou trabalhadores/as rurais sem condições econômicas de adquirir imóvel rural. Com isso, notamos que o processo de acampamento é voltado especificamente para o período de início das disputas por terras, onde se montam acampamentos e reivindicam os direitos de posse daquele território. Trata-se da luta pelo reconhecimento da posse legal desse território, ou seja, da garantia da terra assentada pela reforma agrária.

Por meio disso, este trabalho trata ainda do processo de reivindicação da tutela do território em disputa, pois a terra que a população ribeirinha ocupa está em disputa judicial. Dessa forma, a reivindicação dos/as ribeirinhos/as é que a tutela desse território garanta seus modos de vida a partir do direito legal de permanecerem na comunidade, de maneira que o acampamento passaria a ser assentamento.

A comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem localiza-se no município de Palmeiras do Tocantins (TO), ficando a aproximadamente 13 km do município de Estreito (MA), onde a barragem está instalada. O mapa 4 ilustra a localização da comunidade, perpassando os limites da Ferrovia Norte-Sul e o município de Palmeiras do Tocantins. Distante da sede da Usina, está a cidade de Estreito, no Maranhão, a aproximadamente 13 km pelo trajeto da rodovia BR-226. Situam-se três cidades nas proximidades do território em estudo, sendo elas: Palmeiras do Tocantins, município em que se situa a referida comunidade ribeirinha; a cidade de Estreito, de onde fazem suas trajetórias para o acampamento e percurso pesqueiro; e a cidade de Aguiarnópolis, onde se encontra o vertedouro da barragem.

Mapa 4 – Localização da área de estudo



Fonte: SEPLAN – TO (IBGE, 2010. Org. Pereira Neto, 10/2021).

A maioria dos/as moradores/as da comunidade é associada à Colônia de Pescadores Z35 da cidade de Estreito e, em decorrência da instalação da barragem e dos inúmeros efeitos sofridos com a sua construção, passaram a migrar buscando formas de exercer seus modos de vida.

A terra situa-se às margens do lago da UHEE, ficando a montante da instalação da Usina. A escolha pela terra classifica-se especificamente pelas características culturais vivenciadas no território que foi ocupado anteriormente à vinda da barragem, ou seja, à beira do Rio Tocantins. A perda desse território faz com que a população acampada rememore o lugar alagado e utilize como pressuposto para continuarem reivindicando o direito à permanência no acampamento, por buscarem fixar novas territorialidades em um território rural, que esteja às margens do rio/lago, para assim continuarem exercendo suas atividades de pesca e agricultura.

Figura 1 – Mapeamento Social do Acampamento Coragem



Fonte: Machado (2019).

O fixar de territorialidades às margens do lago ocorre por se tratar de uma população ribeirinha⁶¹, tendo em vista que a beira do rio é o lugar com o qual a comunidade se identifica, como destaque em trabalho anterior “[...] a beira do rio como enfatizado pelos interlocutores desta pesquisa, é o lugar o qual classificam como seu. Em sua fala, o pescador se localiza física, geográfica e socialmente: a beira do rio é o nosso lugar” (Machado, 2020, p. 99).

A relação com a terra e o rio traduz os afetos e as experiências construídas no lugar em que viveram, e a perda desse lugar remete às motivações em continuarem resistindo na terra ocupada. Reivindicar modos de vida semelhantes ao que tinham antes, tendo em vista os enfrentamentos aos conflitos socioambientais ocasionados pelos problemas causados com a construção da UHE de Estreito, significa que não há possibilidades de manterem a vida que

⁶¹ “Os ribeirinhos, seres humanos instalados às margens dos rios, desenvolvem permanentemente uma estreita relação com o ambiente, a qual se manifesta numa intensa interação. Isso pode ser revelado em diversos aspectos do cotidiano em relação à conservação do solo, da água, da fauna e da flora que caracterizam a condição sociocultural das comunidades tradicionais” (Guarin, 2000, p. 13).

tinham antes em razão das alterações, disputas e efeitos que o empreendimento ocasionou em suas vivências e comunidades.

É diante desses pressupostos que a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem reivindica a territorialização de um lugar ribeirinho, levando em consideração que suas atividades culturais e profissionais se caracterizam por serem de um território que esteja às margens do rio ou lago. As representações territoriais e a identificação enquanto ribeirinhos podem se expressar através do mapeamento social. Nos estudos que desenvolvi para a construção de minha dissertação de mestrado (Machado, 2020), os/as acampados/as realizaram a cartografia social da comunidade, buscando formas cartográficas de se representar territorialmente. Na Figura 1, pode-se visualizar a extensão territorial do Acampamento Coragem, a divisão dos lotes, as plantações, as criações de animais e as canoas ancoradas na beira de cada lote. O mapeamento social evidencia as práticas profissionais e culturais da comunidade em estudo. Como se observa, esse foi um instrumento de pesquisa construído coletivamente com a população acampada que buscou traduzir os sentidos e significados da ocupação deste território.

Através do mapeamento social, podemos observar como são representadas e construídas as territorialidades ribeirinhas, como destacado na figura 1. A partir da divisão de lotes, a demarcação territorial ocorre dentro da própria cartografia. Cada morador/a desenhou seu lote, barco de pesca, plantações e casa, buscando uma forma de representar cartograficamente a maneira como a extensão territorial da comunidade se apresenta. Com isso, é possível visualizar as dimensões socioantropológicas da formação desta comunidade, seja pelo elo afetivo com a terra e o rio expressos na forma como estão construídas as moradias e são mantidos os modos de vida os/as acampados/as, ou pela dimensão territorial de se fixar (re)existência no território em disputa.

O processo de mapeamento social de povos e comunidades tradicionais, destaca-se pelo projeto Nova Cartografia Social idealizado por uma rede de pesquisadores/as que tem realizado a cartografia de comunidades da Amazônia, tendo realizado o mapeamento de comunidades indígenas, ribeirinhas, quebradeiras de coco, camponeses e camponesas, dentre outros territórios (Almeida; Souza, 2017). Esse processo se trata da construção e movimentações dessas comunidades em uma autoafirmação social enquanto detentores de direitos, representando social e cartograficamente seus modos de vida, bem como a afirmação de resistências construídas durante o processo de luta pela terra (Acseirad, 2010; Almeida, 2013).

O mapeamento na comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, ocorreu no dia 12 de dezembro de 2019, tendo a participação de toda a comunidade, como também de uma

equipe responsável por dialogar e explicitar como ocorreria a dinâmica da cartografia social. Participaram comigo dessa atividade: uma professora que me auxiliou na coordenação, o orientador da pesquisa dissertativa e dois alunos bolsistas da iniciação científica. Com base na realização da cartografia, foi possível ter a participação ativa da comunidade em seu processo de representação territorial, tendo eles e elas marcado “narrativas de luta, resistência e continuidade das práticas profissionais e de seus modos de vida. O ocupar perpassa o sentido de continuarem às margens do rio para exercerem suas práticas de subsistência” (Machado, Sieben e Almeida, 2021, p. 205).

Pude perceber, a partir das análises e elaboração da cartografia, que havia uma disputa por espaço presente dentro do próprio desenho da comunidade. Desde o início, quando se estendeu a folha em branco sobre a mesa, boa parte da comunidade se viu apreensiva sobre como iria delimitar seus espaços dentro daquele papel em branco.

No decorrer do processo, muitos questionavam sobre o espaço que cada lote teria no mapa e que não caberiam todos os lotes. Em alguns casos se ouviu breves discussões tais como, “Mas o lote dela tem mais espaço que o meu”, “Não deixaram espaço pra eu colocar nada”, “Só desenharam um pilão preto e um pinto, cadê minhas plantas? Meu lote não tem só isso não”. Essas foram falas que se observou durante a realização da cartografia. Por ser um número significativo de lotes, 36⁶² no total, os/as moradores/as que iniciaram o mapa situacional ocuparam um espaço significativo no mapa, destacando um espaço maior do que os que realizaram por último (Machado; Sieben; Almeida, 2021, p. 201).

As questões relacionadas às disputas territoriais internas⁶³ na comunidade se intensificaram nesse dia. Desde o primeiro contato com a comunidade era nítido entre as pautas e discussões dos/as acampados/as a permanência na comunidade, as distribuições de lotes e quem de fato estaria ocupando o acampamento. Essas questões estiveram presentes no momento em que desenhavam os respectivos lotes sobre o papel em branco, em que inúmeras pessoas passaram a ocupar espaços maiores que outros, indagando que “*não deixaram espaço para eu colocar nada*”, isso se dá para além da forma como os lotes estão desenhados, mas como cada pessoa utilizou o mapa para se representar.

De toda forma, a realização do mapeamento foi uma ferramenta que contribuiu para que todos/as pudessem visualizar cartograficamente a dimensão territorial da comunidade. Quando

⁶² Sobre a divisão dos lotes, cabe destacar que, desde o início da ocupação, contavam com o número de 48 lotes, entretanto, após a demarcação da área de APP muitos deles acabaram sendo suprimidos e perdidos em decorrência das áreas proibidas de ocupação e plantio, assim, atualmente situam-se 43 lotes, estando três deles desocupados até o momento da realização desta pesquisa.

⁶³ As disputas territoriais internas que se observavam em 2019, na realização dessa cartografia, ocasionaram rupturas que imaginei não ocorrer no processo de luta pela terra. Aqui nota-se o início das divergências no interior da comunidade. No capítulo 06, poderá se visualizar o que aparece aqui representado cartograficamente e que se ampliou em novas mobilizações a respeito da ocupação do território.

falavam que o acampamento se forma “*da cachoeirinha até a ponte do Curicaca*”, isso se visualiza na forma que a comunidade utilizou para representá-lo. Na figura 1 percebe-se a cachoeirinha representada no lado direito do mapa, indicando o início do acampamento, e do lado esquerdo a ponte do rio Curicaca, tratando-se de onde termina a comunidade.

A elaboração do mapeamento foi marcada por inseguranças, dúvidas e grandes indagações, mas, ao final, perceberam como o acampamento tinha se desenhado naquele papel em branco em que outrora duvidaram sobre como demarcariam suas vivências nele. A fotografia 12 representa esse momento de conclusão do trabalho realizado coletivamente pelos/as acampados/as. Ao fim da tarde, quando concluíram e demarcaram seus modos de vida a partir da representação cartográfica, percebe-se a importância com que a comunidade ribeirinha, através de suas histórias de vida, reafirma as necessidades de permanecerem lutando por esse território.

Fotografia 12 – A conclusão da cartografia



Fonte: Machado (dezembro/2019).

Através da cartografia, podemos perceber as formas como a comunidade passou a ocupar este território em disputa e construir suas territorialidades. As fotografias 13 e 14 destacam a organização das casas/barracões que cada morador/a ocupa dentro da comunidade. Como se observa, as moradias são feitas de palha, sendo as paredes de barro, configurando características do ambiente rural em que as populações que vivem em acampamentos constroem suas moradias.

Fotografia 13 – Casa/barracão da comunidade



Fonte: Machado (dezembro/2017).

Fotografia 14 – Morada do Seu Cristóvão



Fonte: Machado (julho/2019).

Nota-se que a moradia está permeada pelo espaço que compõe todo o lote, tratando-se da construção da casa/barracão, das plantações ao redor dela, bem como das criações, dos canteiros e das roças de toco que cada membro/as da comunidade deve ter para reificar o direito em ocupar, produzir e resistir. Nas fotografias 15 a 19, destacam-se as produções dos/as acampados/as, sendo elas as plantações nas roças de toco, a criação de patos, porcos e galinhas,

e, por fim, o pescado no lago. Dessa forma, observa-se como são construídas as vivências ribeirinhas nesta comunidade: além de ocupar, a população produz e tem seus modos de vida advindos do que a terra e o lago do lugar onde vivem lhe proporcionam, como as plantações, criações de animais e o pescado.

Fotografia 15 – Roça de Toco de Seu Antonio e Dona Jacirene



Fonte: Machado (abril/2024)

Atualmente, os/as moradores/as do acampamento enfrentam desafios na produção de suas roças, pois a ausência de chuvas causada pelo fenômeno das mudanças climáticas⁶⁴ e o terreno arenoso do cerrado tocantinense implica novas tecnologias a serem utilizadas pelos seus cultivadores. As fotografias 15 e 16 destacam a produção de mandioca e milho na roça de Seu Antonio.

⁶⁴ Os aspectos relacionados às adaptações aos modos de vida serão amplamente debatidos e explicitados no capítulo 05. Aqui sigo enquanto produção para interligar com os fatores organizacionais da comunidade.

Fotografia 16 – Plantação de Milho



Fonte: Machado (fevereiro/2024).

Fotografia 17 – Criação de animais



Fonte: Machado (julho/2019).

Fotografia 18 – Criação de aves



Fonte: Machado (julho/2023).

Fotografia 19 – A pesca no lago



Fonte: Machado (julho/2019).

A criação de galinhas, patos, angolistas e porcos também é praticada pelos/as acampados/as. Nas fotografias 17 e 18 observa-se a criação de Dona Jaqueline que, desde que chegou à comunidade, tem se destacado entre os moradores por sua criação de galinhas ser a mais expressiva entre toda a comunidade, utilizando para o consumo e venda, seja do animal abatido, como também dos ovos.

A criação de porcos diminuiu no decorrer dos anos de observação em campo. Nos últimos anos, Seu Antonio e Dona Jacirene, por necessitarem ficar mais na cidade para tratar dos problemas de saúde enfrentados entre 2021 e 2023, acabaram vendendo todos os porcos, pois a sua criação demandava cuidado e dedicação, seja com a produção de alimentação para os animais cotidianamente, como também no cuidado ao chiqueiro, na reprodução que ocorre em grande escala, e na venda que, embora fosse rentável, no contexto do acampamento, em decorrência dos deslocamentos, ocorria de forma mais difícil. O retorno à produção de galinhas ocorre em 2023, tanto para o casal, como para Dona Miúda e Seu João, que perderam muitas aves por também estarem mais ausentes da comunidade em períodos de cuidado à saúde. O retorno da criação de aves situa-se nas novas retomadas que os/as acampados/as têm acionado na organização de seus lotes.

Fotografia 20 – Motor para drenar água



Fonte: Machado (abril/2024).

Fotografia 21 – Casa do motor de energia



Fonte: Machado (janeiro/2024).

Para organizarem os seus espaços de moradia, é necessário adaptar formas de utilizarem a água e a energia na comunidade, pois a ausência de energia e água potável são fatores essenciais que implicam na permanência no território. As fotografias 20 e 21 tratam dos motores utilizados para manutenção de energia e para irrigação da água encanada. O motor de irrigação é abastecido com óleo diesel e serve para abastecer as caixas d'água que fornecem água encanada para o banheiro e cozinha. No lote de Seu Antonio e Dona Jacirene são disponibilizadas duas caixas para comportarem a água encanada no uso doméstico. É necessário ligar o motor todos os dias para abastecer as necessidades de manutenção da água encanada no barracão. A água do lago não é utilizada para consumo, sendo a água potável trazida de Estreito em litros congelados que se mantém refrigerados em isopores durante o período que ficam no acampamento.

Embora a instauração de usinas hidrelétricas propague a produção de energia elétrica de baixo custo, as populações atingidas não têm acesso a essa política. No acampamento, a ausência de energia elétrica ocasiona uma nova dinâmica na sua utilização: o motor abastecido à base de gasolina (fotografia 21) fornece a rede elétrica adaptada entre os acampados/as para uso exclusivo no período da noite, seja para o momento da janta, recarregamento de celulares, baterias e lanternas se restringindo em aproximadamente três horas de duração, dado o preço

do combustível. Apesar de todas essas adaptações, a ausência de energia dificulta a permanência na comunidade:

O negócio que eu acho, o que impossibilita muito, é a falta de energia lá, porque se tivesse energia a condição de vida era completamente diferente. Todo mundo tem que entender que é muito difícil nos dias de hoje conviver num lugar que não existe energia, e assim, a água encanada em questão de saúde, né? Que precisamos de uma água tratada pra nós beber. Mas a energia é também mais do que essencial, é a nossa clareza, é a nossa... hoje em dia precisa de um telefone, precisa de uma água pra gelar, uma água pra gente beber, precisa duma energia pra nós poder tá pescando e ter o gelo pra nós conservar a nossa mercadoria pra nós vender. Então é muito difícil sem energia. Aí acaba que a gente fica dividido entre lá [Estreito] e aqui [acampamento] por causa da dificuldade da energia em si, eu falo assim, a água é difícil, mas a água a gente pode coar, pode ferver a água pra beber, entendeu? Pra cozinhar. **Mas a questão da energia pra esfriar a água, pra conservar a nossa mercadoria, pra nós poder trabalhar com mais dignidade é o essencial.** Aí dificulta isso tudo, aí eu acredito assim, a energia chegando no Acampamento, as coisas vão melhorar 90% de tudo assim, vai ser bom demais, eu tô esperando a Deus que isso aconteça o mais breve possível (Lucinha, 39 anos, conversa informal – Diário de Campo, 13/11/2024, grifos meus).

Lucinha (39 anos) destaca como a ausência dessa política pública tem implicado no processo de manutenção da matéria-prima do pescado, “*para trabalhar com dignidade*”. O gelo levado semanalmente quando vão ao acampamento dura um curto espaço de tempo, e serve para resfriar o pescado, manter a água gelada e os alimentos *in natura*. Por conta da necessidade maior para o resfriamento do pescado, muitas vezes foi necessário retornar à cidade pelo fato de o gelo não conseguir manter refrigerado o pescado até o dia do retorno, quando utilizam para vendê-lo na cooperativa. Como a prática da pesca requer mais tempo no lago atrás do peixe, o gelo é fundamental durante esse percurso. Caso houvesse energia, essas problemáticas seriam solucionadas, pois utilizariam refrigeradores na própria comunidade, não necessitando transitar tantas vezes entre a cidade e a comunidade. Entre as novas reivindicações da comunidade destaca-se a busca pelo acesso a essas políticas públicas, especificamente da instalação de rede elétrica.

Nota-se que a formação dessa comunidade, apesar do enfrentamento de uma série de mobilizações, se constitui a partir da permanência em um território rural e ribeirinho. Observa-se, por meio do que se produziu em campo e das narrativas da população acampada, como a Coragem se ancora nos pressupostos da permanência e fundação desta comunidade. Não é à toa que o nome que a define carrega os significados de permanecer, ocupar e produzir em um território em disputa. A coragem de resistir na existência cotidiana de povos e comunidades tradicionais atravessados por grandes projetos de (des)envolvimento, enfrentando as tensões e disputas acarretadas pelas atividades das grandes indústrias hidrelétricas, reafirma o seu lugar

de vivência, imprimindo os modos de vida que, embora se alterem com o decorrer de todas essas afetações, permanecem se mantendo cotidianamente.

3.3 “Porque nós tava precisando de terra pra trabalhar, pra ter sossego”: terra, território e territorialidades ribeirinhas

Compreender os significados de terra, território e territorialidade a partir dos saberes dos/as acampados/as é primordial para enfatizar as perspectivas socioterritoriais da formação dessa comunidade. No contexto da comunidade ribeirinha, bem como a partir das alterações desse modo de vida, foi necessário entender as dimensões da terra de chapada, arenosa e caracteristicamente de cerrado, que possibilitassem formas de plantio e produção neste terreno.

Desde o processo de ocupação, é perceptível os significados que esse bem comum tem para essas comunidades, como afirma a narrativa de Dona Jacirene ao destacar os motivos que a levaram a fazer parte da ocupação: “*Porque nós tava precisando de terra pra trabalhar, pra ter sossego*”. Observa-se a necessidade da terra para produzir seus modos de vida, assim como o sossego vinculado à tranquilidade que o acampamento traz ao seu cotidiano, de viver no ambiente rural, ribeirinho e permanecer usufruindo da sua produção.

Em vista disso, é necessário entendermos os significados de terra e território. Gallois (2004, p. 39) destaca duas noções distintas, especificamente voltando-se para os estudos antropológicos que apontam que “terra e território remete as distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento”. A noção de terra diz respeito ao processo político-jurídico conduzido pelo Estado. Já o território liga-se à dimensão da construção de vivências que, culturalmente, é variável numa sociedade específica em relação à sua base territorial. A autora opera com a terra e o território indígena para discorrer sobre essas distinções (Gallois, 2004). Embora o acampamento enfrente judicialmente a posse da terra que ocupa atualmente, ao mesmo tempo que constroem territorialidades e se firmam num território em disputa, paralelo a esse fator, é imprescindível que terra e território se entrelacem dentro desse contexto.

Alfredo Wagner Almeida (2008a), em *Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito*, destaca os aspectos relacionados à estrutura agrária brasileira e às modalidades de uso comum da terra. Em sua análise, o controle dos recursos básicos não é exercido de forma individual e livre por pequenos produtores diretos e seus membros. Esse controle ocorre por meio de normas específicas, instituídas por códigos legais vigentes, e são acatadas de forma consensual, concebidas através das relações sociais que se estabelecem entre diversos grupos familiares que compõem uma unidade social. Com isso, o acesso estável à terra

pode se expressar como tem ocorrido em áreas de antiga colonização, evidenciando as formas transitórias sobre as ocupações de regiões nos últimos tempos.

Para Almeida (2008a), a territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Trata-se de um conjunto de regras firmadas sobre uma base física sendo considerada comum, essencial e inalienável, estando o acesso à terra exercido para atividades produtivas, ocorrendo para além das tradicionais estruturas familiares, seja de grupos de parentes, do povoado ou aldeias, mas, sobretudo, levando em consideração um certo grau de solidariedade obtido a partir de situações adversas que reforçam politicamente as relações sociais. Em vista disso, as normas existentes em diferentes territórios, ancoradas em fundamentos históricos e etnológicos de forma mais diversa possível, demonstram as possíveis determinações invariantes sobre o significado de “terra comum”.

A territorialidade não deve ser compreendida como unidade de recorte. Ela desdobra-se em uma multiplicidade de categorias coirmãs, sendo elas terras de parente, terras de preto, terras de “índio”, terras de santo, visando apresentar as variáveis desse processo social vinculados como cada grupo estabelece e acata as determinações sobre as terras em comum (Almeida, 2008a). Acerca da compreensão do uso comum da terra, a partir da colonização de regiões antigas em seus aspectos fundamentais, sejam de natureza histórica como ao tipo de agricultura desenvolvida, nas abordagens de Almeida (2008a), é essencial para garantir o acesso à terra frente a outros grupos sociais mais poderosos, a exemplo de fazendeiros, posseiros, grileiros e grandes empreendedores.

Em suas contribuições, o autor situa que, ao contrário das análises deterministas, é identificada a existência do uso comum da terra, ocorrido por processos sociais contrários ao desenvolvimento capitalista, apresentando os diferentes segmentos camponeses e suas formas de representar denominações específicas acerca do sistema de uso comum. Com isso, em seu texto, Almeida (2008a) nos apresenta a noção de terra comum, estando ela associada a um elemento de identidade que é inseparável do território ocupado e das regras de sua apropriação, estando ele determinado a partir de denominações específicas, utilizando das situações elencadas pelas terras de preto, terras de irmandade, terras de parentes, terras de herança, terras de herdeiros e patrimônio.

A terra é o princípio base da ocupação da comunidade. Entender a dimensão sobre o uso comum da terra é se debruçar sobre os sentidos que regem a vida ribeirinha, sobre as formas de resistir existindo, das terras que se foram às terras que se formam, nesse ínterim, nota-se as memórias que ficam à margem ou afundadas nas águas do reservatório da barragem. As

necessidades da terra como meio de manutenção da vida ribeirinha destacam-se pelas motivações que o grupo que fundou o acampamento tem ao reivindicar a posse desse lugar.

É porque eu preciso de uma área de terra pra trabalhar. E se eu preciso de uma área de terra pra trabalhar eu tenho que fazer parte [da ocupação], porque eu não tenho condição de comprar uma terra e é meu direito. Se eu tenho direito eu vou buscar ele daonde eu tiver, porque tem muitas pessoas que têm o direito e não corre atrás dos direitos que ele tem (Seu Manoel, 61 anos, entrevista oral, 10/07/2019).

Os direitos que Seu Manoel (61 anos) destaca dizem respeito, sobretudo, ao direito de ter uma área de terra para trabalhar. Após enfrentarem os processos de deslocamentos compulsórios causados pela UHE de Estreito, as populações atingidas se viram despojadas dos lugares nos quais mantinham seus modos de vida. A perda desse lugar implicou nas reivindicações pelos inúmeros direitos violados pelo empreendedor, desde as afetações ao ecossistema, à matéria-prima dos/as pescadores, como o direito de ocupar as margens do Rio Tocantins.

A busca desse direito fez com que encontrassem, atualmente, no Acampamento Coragem, novas formas de perpetuarem seus modos de vida. O encontro desse lugar é frisado entre os acampados: “*Desde criança eu conhecia esse beiradão aqui*”, pois a necessidade de conquistar a terra relaciona-se aos significados que ela tem para o grupo ocupado, ao obterem conhecimento do território que ocupam, das suas condições e como as reivindicações de sua conquista implicariam novas mobilidades a serem acionadas no decorrer do processo de luta. Portanto, ao ocuparem as terras e formarem a comunidade, encontram novas formas de se adaptarem a esse ambiente, sobretudo, entendendo as dinâmicas da terra.

Para entender a dimensão da terra nesse trabalho, lanço mão de Nêgo Bispo (2023), intelectual quilombola que nos provoca a sementeira das palavras. Em seu texto *A terra dá, a terra quer*, o autor pontua o conhecimento ancestral que sua comunidade obtém sobre o solo e como esse conhecimento cósmico é perpassado por gerações. Entendemos a terra em sua dimensão afroconfluente, ao que Bispo chama atenção para a prática da agricultura e dos cultivos, do plantio nas roças e como as plantas nativas brotavam em meio às plantas cultivadas.

Compreender o solo a partir do olhar, da cosmovisão atribuída pelo saber tradicional fazia com que entendessem o tempo de plantar e o que plantar naquela terra, dado o saber sobre a vegetação. Isso fazia com que cada espécie de plantio fosse cultivada em determinado lugar do roçado “numa terra que dá muita leguminosa, plantava-se feijão; numa terra que dá muita gramínea nativa, plantava-se milho e arroz” (Santos, 2023, p. 92). A linguagem cósmica e a simplicidade em lidar com a terra imprimem o que Bispo nos chama atenção, não é necessário fazer análise do solo porque a terra já diz o que está disposta a oferecer. Ao comparar a produção

que realizavam antes da barragem para o plantio feito no acampamento, os/as acampados/as identificam as mudanças drásticas no ambiente, sejam relacionadas à maior produtividade como também à renda alcançada na época.

Porque todo lugar que você plantava você colhia melancia, colhia abóbora, colhia feijão. A fartura era maior do que é agora, agora não tem mais esse horror [muita] de fartura, que a terra era melhor, qualquer lugarzinho que você plantava você colhia um bocado de coisa (Ernilson, 41 anos, entrevista oral, 08/07/2019).

Compreender a linguagem cósmica da terra a partir das dimensões apresentadas por Nego Bispo (2023), é saber lidar com as suas alterações no decorrer do enfrentamento de projetos modernistas, como os causados pela construção de barragens. As mudanças entre as terras cultiváveis das várzeas do Rio Tocantins e o que conseguem produzir no acampamento são apontadas como as grandes alterações no percurso produtivo. Como situa Ernilson, “*qualquer lugarzinho que você plantava colhia um bocado de coisa*”, referindo-se ao plantio das vazantes que, antes da barragem, proporcionava maior renda e grande diversidade de produtos agrícolas. Dona Miúda (58 Anos) exemplifica como tem trabalhado no plantio e produção da roça, estando ela adubando a terra com a cama de frango⁶⁵, tendo um cuidado maior durante seu processo de produção. Diferente de como havia no território alagado “*porque a terra era terra preta, terra de cocal, terra de produção, aí é muito diferente pra uma terra de areia né*” (Dona Miúda, 05/08/2023) No entanto, os saberes acerca dos cuidados com a terra permanecem na sua prática cultural e na manutenção de seus modos de vida, pois, ao enfrentar os processos de mudança, ela utiliza novas possibilidades para o manuseio e o cuidado com a terra.

O contexto vivenciado pela comunidade ribeirinha traz as indagações sobre os motivos que levaram os/as acampados/as a enfrentarem uma série de disputas, expropriações, conflitos, manifestações para permanecer reivindicando o direito de morar, produzir e reexistir. São tecidas narrativas de (re)existências sobre os sentidos que essa terra tem para cada um/uma deles/as.

É porque eu me vi obrigado, de não ter o ponto de apoio, não ter mais onde plantar, não ter condição de comprar um pedaço (de terra) pra mim. Se eu tivesse condição de comprar uma área de terra em outro lugar..., mas não tem. Então a minha opção é essa, é por necessidade. Eu gosto de plantar, gosto de trabalhar (Seu João, 64 anos, 08/09/2019).

⁶⁵ A cama de frango trata-se de um adubo orgânico utilizado para a fertilização do solo. Esse adubo é composto por dejetos de aves, penas, restos de ração e outros materiais que se acumulam no piso de granjas. É um dos adubos orgânicos bastante utilizado por toda a comunidade.

Na narrativa de Seu João (64 anos), é perceptível a ligação cósmica com a terra e o rio, motivo pelo qual ele permanece ocupando, embora enfrente uma série de desafios por sua profissão estar ligada ao rio e à terra. As formas de existir resistindo foi a alternativa que levou Seu João e sua família a fazerem parte do acampamento.

Porque não tinha outra opção pra mim, que a minha profissão é pescar, né? Ai não tinha outra opção pra mim ir pra outro local, que ai aonde que eu ia pescar? Eu tinha que procurar outro serviço pra mim e o meu serviço é pescar, a minha profissão, tinha que arrumar outra profissão e eu não tenho outra profissão. A se não ser pescar. Então nós decidimo vir pra cá e continuar pescando e trabalhando nessa área de terra (Seu Cristóvão, 59 anos, 09/07/2019).

As motivações que levaram boa parte da comunidade ribeirinha a fincar morada no acampamento estão ligadas aos sentidos e significados que a terra tem em suas vidas. Seu Cristóvão (59 Anos), ao narrar sua profissão de pescador e a necessidade de continuar trabalhando e pescando, especificamente em terras rurais e ribeirinhas, lembrando o fato de já desenvolver esse modo de vida anterior à vinda da barragem, “*meu serviço é pescar*”, se situa nas determinações afetivas e cosmológicas que a terra tem para essa comunidade.

As dimensões territoriais que a população ribeirinha encontra na terra que ocupa hoje definem as questões da territorialidade enquanto abordagem para além de permitir recuperar e valorizar a história de ocupação de uma terra por um grupo, mas também proporciona melhor entendimento a respeito dos elementos culturais (Gallois, 2004). Para Gallois (2004, p. 39), “Na transformação de um território em terra, passa-se das relações de apropriação (que prescindem de dimensão material) à nova concepção, de posse ou propriedade”.

Em consonância com Guedes (2016), o território remete a uma realidade mais ampla e complexa que aquela redescoberta pelo termo terra. Para o autor, às lutas por territórios estão associadas as reivindicações identitárias de direitos culturalmente diferenciados, já em relação às lutas por terra, ligam-se os aspectos pautados nas demandas de classe por direitos universais, como exemplo, as reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as pautas por direitos universais dos trabalhadores sem terra. Entretanto, é necessário pontuar os contrapontos entre essas duas categorias, como chama atenção Almeida (2008b), ao fato de a terra ser levada numa dimensão censitária e legal nas perspectivas do Estado, ou seja, o autor alerta para que os grupos e movimentos sociais se estruturam para além das categorias censitárias oficiais, com isso, cabe distinguir a noção de terra da de território acionadas pelo IBGE e pelo Incra, pois não são suficientes para a compreensão da estrutura agrária da Amazônia. Sobretudo, se levarmos em consideração os aparatos determinados pelo Estado ao

lidarem com povos e comunidades tradicionais, pensam na terra, enquanto as comunidades estão pensando em território (Almeida, 2008b).

É na reivindicação pelo território em disputa que as tramas da vida ribeirinha são tecidas, nas reivindicações, disputas e alternativas utilizadas dentro do Acampamento Coragem que as territorialidades se constroem. Godoi (2014) chama atenção para a territorialidade enquanto processo de construção de territórios que recobre duas perspectivas, de um lado a ligação a lugares precisos, resultado de um longo investimento material e simbólico, sendo expressos a partir de sistemas de representações, do outro, refere-se aos sistemas de organização/distribuição de arranjos de morada, trabalho, celebrações, hierarquias sociais e das relações dos grupos com seus vizinhos.

No contexto da população acampada, refletem-se essas duas abordagens pontuadas por Godoi (2014), em vista que a ligação com lugares precisos e o longo investimento material e simbólico associa-se à rememoração do território alagado, do lugar onde são impressas as lembranças sobre o labor ribeirinho e de suas práticas culturais, como lembram, e a partir desse recordar reivindicam a permanência de continuarem exercendo tais práticas. No exercício de ocupação, interliga-se o segundo fator mencionado na construção de territorialidades, relacionado ao fato da organização e das relações obtidas a partir da trama territorial que se concebe nessa ocupação.

A vida ribeirinha é composta por relações sociais, políticas e econômicas, bem como as relações obtidas no grupo que ocupa a comunidade, além de enfrentarem uma série de complicações que os fazem, coletivamente, reivindicar a permanência na terra. Dessa forma, a territorialidade enquanto processo de construção de um território não é especificamente estática ou acabada, como pontua Godoi (2014), sendo reconhecida em sua dimensão simbólica, física e em seu caráter processual.

Meu fii, decidi vir pra cá de novo porque eu sempre tive um sonho de possuir um pedacinho de terra, sempre gostei, né? De criar galinha, plantar mandioquinha, plantar o feijãozinho, sempre gostei disso aí, mas Deus nunca deu condição pra gente comprar uma terra pra gente. Aí, como nós vivia pescando nessas bera (...) aí não vamo voltar, se mandar a gente embora a gente vai. E assim nós fiquemo por aqui (Dona Marinalva, 55 Anos, Entrevista Oral, 08/07/2019).

A narrativa de Dona Marinalva (55 Anos) destaca suas motivações para se mobilizar junto à luta pela terra que ocupa hoje, enfatizando que sempre sonhou em “*possuir um pedacinho de terra*”. Dessa forma, a participação nas lutas pela terra do acampamento recorre aos direitos universais reivindicados por essas populações. Continuar exercendo seus modos de vida e conseguir produzir nesse lugar de ocupação recai sobre a ligação com lugares, as relações

afetivas e ancestrais com esse território que foi alagado e a manutenção desse modo de vida implica em permanecer reivindicando esse lugar que se perdeu e essa terra que se sonha.

Perante essas reivindicações, é preciso entender a constituição do território como algo não dado. Conforme descrito por Guedes (2016), é necessário que ele seja examinado e explicado a partir de suas próprias transformações e como esses processos se operam na vida dos que nele se envolvem. Para tanto, é fundamental entendermos a força do território em suas dimensões políticas, existenciais, de mobilização e organização. Para compreender esse processo em construção, sobretudo em relação ao território ribeirinho, lanço mão das contribuições sobre território em suas diferentes perspectivas, cabendo, dentro dessa abordagem, que no entendimento da comunidade em processo de luta e disputa territorial se tecem novas abordagens socioterritoriais.

3.4 “Quando surgiu esse pedaço de chão”: tecendo as tramas de um território ribeirinho

O território tem ampliado seu debate dentro das Ciências Sociais, sobretudo, nos estudos socioambientais, diferente do que diz Reis (2005), que frisa a ausência desta categoria no debate sociológico. Para Reis (2005, p. 52), “Não há interpelação sobre o território desligada de uma interpretação sobre como funcionam, de um ponto de vista socioeconômico, os sistemas e as dinâmicas coletivas”. Com isso, o autor define o território como um objeto que deve ser interpretado enquanto lugar de relações de poder. Para ele, a noção de território consiste na maneira de responder ao papel e lugar das dinâmicas sociais. Para que isso ocorra, é necessário que o território seja compreendido em sua dimensão epistemológica (Reis, 2005).

A retomada deste conceito apresenta-se com fortes dimensões políticas do espaço, assim como abre um rol de discussões teóricas acerca do emprego deste conceito na teoria social⁶⁶. Em vista disso, é de grande relevância compreender as facetas de como essa categoria tem se mostrado no debate acadêmico, embora as delimitações deste estudo ancorem-se nas contribuições que a literatura geográfica tem empregado neste debate. Como sinaliza Moreira (2015, p. 28), é importante “conceber a noção de território multifacetada pelas mais diferentes formas de interpretação, derivada de múltiplas posições epistemológicas inerentes às mais distintas filiações teóricas”.

⁶⁶ As abordagens sobre o conceito de território nas Ciências Sociais podem ser conferidas no trabalho de Jadeylson Moreira (2015).

Nesse âmbito, compreende-se o território em suas divergentes vertentes para situar o contexto social da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, entendendo as dimensões e mobilidades sociais atreladas aos processos de migração territorial, visando entender como os deslocamentos compulsórios enfrentados pelas populações atingidas carregam questões socioterritoriais.

Little (2002) destaca em seu trabalho que a categoria território parte do conceito de territorialidade vinculado às práticas territoriais dos Estados-nação que ocultam outros territórios, tais como os territórios sociais analisados pelo autor. Conforme o autor, compreender território diz respeito ao

[...] conjunto eclético de grupos humanos desde uma perspectiva fundiária informada pela teoria antropológica da territorialidade e, daí, delimitar um campo de análise antropológica centrado na questão territorial desses grupos ao invés dos enfoques clássicos do campesinato, etnicidade e raça. O foco na questão territorial não pretende 'reduzir' a existência desses grupos a esse único fator nem apagar ou ignorar as diferenças existentes entre os diversos grupos. O interesse é mostrar como este novo olhar analítico pode detectar semelhanças importantes entre esses diversos grupos – semelhanças que ficam ocultas quando se empregam outras categorias –, vincular essas semelhanças a suas reivindicações e lutas fundiárias e descobrir possíveis eixos de articulação social e política no contexto jurídico maior do Estado-nação brasileiro (Little, 2002, p. 3).

Dessa forma, Little (2002) recorre à teoria antropológica da territorialidade associada ao conceito de cosmografia, que visa entender os saberes ambientais, ideológicos e identitários que grupos sociais utilizam para estabelecer relações e se manter em seus territórios. Em vista disso, as contribuições do autor enfatizam os múltiplos territórios presentes no território brasileiro, tais como indígenas, quilombolas, pescadores, dentre outros. Esses territórios sofrem ameaças pelos avanços das obras de infraestrutura tanto do Estado como da iniciativa privada.

Já Raffestin (1993) argumenta que o espaço antecede o território, que, por sua vez, resulta de uma ação conduzida por um ator que, com posse do espaço, é quem o territorializa. O autor percebe como o espaço manifesta-se em diversos tipos de relações de poder, concebendo-as por malhas, redes e centralidades. O território é visto por Raffestin (1993) como espaço mobilizado por relações de poder. As territorialidades são utilizadas como estratégias para reiterá-lo. É diante dessa perspectiva que as concepções territoriais se fundamentam neste estudo, analisando os processos de permanência e deslocamento territoriais sofridos pela população acampada.

O território é compreendido como espaço de organização e luta, conforme enfatiza Saquet (2007). A ideia de território é atravessada pelas concepções de espaço e lugar, entretanto, sua noção interliga-se ao domínio ou gestão de determinada área. Para Andrade

(1998, p. 213), “[...] deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, ao poder de grandes empresas que estendem seus tentáculos por grandes áreas territoriais”.

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais, semelhantes e diferentes, nos mesmos ou distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de descontinuidades, de desigualdades, diferença e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais (Saquet, 2007, p. 24).

A construção do território, dentro dessa perspectiva, parte de causas e efeitos da territorialização do espaço, quando atores sociais com posse do espaço são quem o territorializam. Nas abordagens de Saquet (2008), o território é o lugar onde há a efetivação das territorialidades, ou seja, trata-se do conjunto de relações elencadas no sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo. Com isso, a construção do território é coletiva e multidimensional, concebida por múltiplas territorialidades.

A comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem tem buscado formas de construir territorialidades nas terras que habitam atualmente e, com isso, fixar novas territorialidades em um território que disputa judicialmente contra o Ceste, empreendedor da barragem. A participação e a luta pela ocupação ocorrem de forma coletiva ao ponto que “A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas” (Andrade, 1998, p. 214).

É na busca por novas alternativas de vivências a partir da terra que ocupam hoje, que os/as acampados/as traçam os princípios de luta e ocupação. Conforme Saquet (2007, p. 128), “A territorialização se efetiva nessa relação sociedade-natureza, mediada pelas territorialidades”. As relações sociais, econômicas, culturais em que se constitui a comunidade ribeirinha são os fatores que firmam as territorialidades que se constroem na disputa territorial pela terra ocupada.

[...] **quando surgiu esse pedaço de chão** aqui, essa terra aqui, aí as pessoas que estavam no acampamento vieram pra cá se alojaram aqui, fizeram um acampamento aqui. Cada um criaram seus barraquinho, dividiram em partes iguais, né?, Em cada canto tantos metro um barraco, tantos metro um barraco e fizeram seus barracos. E a relação entre a gente, eu não tenho o que reclamar com meu povo daqui, não tenho o que reclamar de nenhum, a gente vive pra mim em plena comunhão, não tenho aflito e nem conflito com ninguém. A gente divide as tarefas, época de farinhada mesmo é até bom, tem o vizinho mais próximo aqui que sempre faz a farinhada, a gente

participa das farinhada deles, quando eles tem. Eles vem fazer a farinhada, a gente tá lá junto. Espero que esse ano eles venham participar da nossa, a nossa graças a Deus, com fé em Deus vai ser boa (Dona Jaqueline, 37 anos, entrevista oral, 23/07/2023, grifos meus).

A própria formação da comunidade é mediada pelas dimensões socioterritoriais que condicionaram um grupo de pessoas a se organizarem coletivamente e ocuparem a área de terra que passariam a disputar judicialmente contra os algozes do seu processo de permanência. Dona Jaqueline (37 anos) demonstra como se fundou a comunidade e como tem buscado viver da melhor forma possível, sobretudo, ao fato de que todos/as buscam um mesmo objetivo, que é a conquista da terra.

As questões de territorialização de territórios em disputa têm ganhado destaque nos debates das comunidades tradicionais, em específico a questão das terras tradicionalmente ocupadas, como terras indígenas e as comunidades remanescentes de quilombo. Nessa perspectiva, Almeida (2004) enfatiza a territorialização enquanto capacidade organizacional de grupos sociais mediados por discursos que institucionalizam demandas, com seu olhar voltado para o reconhecimento de direitos contestados historicamente, assim como a habilidade de organização política e social de grupos sociais em torno do território, recursos naturais e questões étnicas.

A ocupação desses territórios permeia os significados que os povos e comunidades tradicionais buscam de reconstruir identidades em um território em formação, como os/as acampados/as buscam, através da reconstrução da memória, construir territorialidades ribeirinhas no lugar ocupado.

Os processos de territorialização são o resultado das tensões entre os diferentes projetos territoriais e estão relacionados às transformações ocorridas numa figuração social específica, mediante a estruturação, desestruturação e reestruturação das formas de controle dos recursos naturais e da organização do espaço, o que decorre das práticas dos grupos sociais interdependentes (Miranda, 2013, p. 155).

Nesse sentido, pode-se destacar que os processos de territorialização atravessam estratégias de produção do espaço, reprodução social e formas de dominação. Dessa forma, as territorialidades que se constroem em determinado território permeiam as questões econômicas, políticas e culturais que interligam as redes internas e externas em seu processo de formação. Os processos enfrentados pelas comunidades atingidas tinham territorialidades fixas no território alagado e, com a vinda da barragem, passaram a enfrentar o processo de deslocamento compulsório.

Na verdade, quando falou de barragem nós não tinha nem conhecimento do que seria a barragem. Na verdade, foi algo novo, novo que veio, nós não estava preparado, né?

Assim, psicologicamente, informado do que seria uma barragem. Pra muitos, eu falo assim, pra mim não tinha informação nenhuma sobre a barragem e pra muitos veio a oportunidade de ganhar dinheiro, muito dinheiro. Aí, no decorrer do tempo, a gente viu que poderia até trazer dinheiro, mas trouxe grandes “impactos” pro meio ambiente, pro nosso meio, né? Pra nossa cidade, pro ribeirão em geral, pros pescadores principalmente (Lucinha, 39 anos, entrevista oral, 04/02/2024).

Como debatido no capítulo anterior desta tese, a chegada da barragem de Estreito apresentou diferentes concepções da região em geral. O grupo de atingidos só compreendeu as motivações do empreendimento quando ele se instaurou e acabou gerando os inúmeros problemas e afetações às suas vidas. O deslocamento compulsório é o causador das perdas sentidas até hoje pelos/as acampados/as. Lucinha destaca principalmente as afetações sentidas pelos povos e comunidades tradicionais, como as alterações nos ciclos naturais dos ambientes tradicionalmente ocupados por eles/as, que acabaram afetando “[...] *a classe mais baixa e que sobrevive do rio, seriam os mais atingidos*”.

O deslocamento compulsório, enquanto problema público, é apresentado por Magalhães (2007) levando em consideração suas diferentes interpretações, visões e contextos. Com isso, são elencadas as três dimensões dessa abordagem. A primeira delas está associada à população atingida que foi deslocada obrigatoriamente de áreas inundadas, a segunda diz respeito ao estatuto dos refugiados ou eco-refugiados, ou seja, a natureza do deslocamento em seus parâmetros discursivos, e, por último, vinculadas pelas definições do Banco Mundial ao prevalecer a categoria reassentamento involuntário. Essas três dimensões se referem às questões simbólicas, políticas e econômicas determinadas pelos efeitos de grandes obras de infraestrutura, como exemplo das barragens, que, conseqüentemente, implicam no deslocamento compulsório de pessoas. Em consonância com Almeida (1996), essa definição refere-se a pessoas que foram obrigadas a deixar suas moradias, seus lugares históricos de ocupação, sem chance de reverter qualquer ação determinada e os efeitos que tal deslocamento forçado causou pela construção de grandes empreendimentos.

A construção da UHE de Estreito ocasionou o deslocamento compulsório de vários povos e comunidades tradicionais, como o dos/as moradores/as do Acampamento Coragem, que atualmente enfrenta as disputas territoriais ocasionadas pela expropriação de seus territórios de origem após a formação do lago da usina. Desde o início do processo de construção da barragem, começou-se a modificar as vivências tradicionalmente reproduzidas na região.

Mas essa barragem teve um destroço muito grande na vida dos ribeirinhos, se vocês soubessem o que..., o desagazão [desmonte] que deu nos povo que morava na beira do rio foi grande demais. Porque o povo que morava na beira do rio era acostumado viver só na beira do rio ali, não tem costume de viver em chapada não, o clima é outro, lá fora o clima é outro (Seu Manoel, 61 anos, entrevista oral, 10/07/2019).

Com a expropriação territorial ocasionada pelo deslocamento compulsório das comunidades que ocupavam a beira do rio, a busca de novos espaços de ocupação foi gestada nas reivindicações das populações atingidas pelo direito de ocupar e produzir em ambientes rurais e ribeirinhos que mantenham os seus modos de vida. A perda do território alagado e a reivindicação pelo território em disputa tecem as tramas territoriais da construção da vida ribeirinha, ao fato que as disputas enquanto comunidade acampada na luta pela terra e a busca pelas reivindicações das violações dos direitos humanos recaem nas motivações do pertencimento a esse território em construção.

Meu pai sempre ficou nessas terra, né? Morando aqui nessas terra, plantando roça e pescando, meu pai também era pescador, ele já é aposentado. Aí, depois eu fui embora, né? Me casei, aí voltei de novo pra cá. (...)essa terra aqui ficou assim tipo quase uma chapadona, né? Que as terra que era boa mermu, a água inundou tudo. Mas mermu assim, a daqui tá boa. A gente tá começando plantar agora as coisa, né?. Terra nova que a gente começa a plantar custa, né? (Dona Marinalva, 55 Anos, Entrevista Oral 08/07/2019).

As relações afetivas com a terra e o território tecem as tramas da reivindicação e das construções das novas territorialidades firmadas a partir do conflito hidrelétrico. Dona Marinalva (55 Anos), em sua história de vida, destaca o conhecimento obtido sobre a terra que ocupa mesmo antes da barragem modificar drasticamente o ecossistema em que vivia, ao situar o pai também enquanto pescador e morador daquela região e, em suas trajetórias de vida, tem a saída e o retorno para esse lugar. Após a chegada da barragem, “[...] *as terra que era boa, a água inundou*”, mas, de toda forma, ela expressa a necessidade de permanecer plantando e entendendo o tempo de colheita nessa terra de chapada.

Os processos territoriais, culturais e econômicos transpõem o que os conflitos socioambientais causaram à vida desta comunidade. Compreende-se, portanto, como a reconstrução da memória pode descrever a territorialização do lugar que ocupam atualmente, da mesma forma que descrever como os conflitos permeiam os sentidos e significados da ocupação da terra. Com isso, entender o território e os processos de territorialidade concebidos por povos e comunidades tradicionais, lançando mão de diferentes correntes do saber, sobretudo “o território se deve ao fato de que ele parte da esfera do vivido, das práticas ou, [...] uso do território” (Haesbaert, 2021, p. 161).

Nessa perspectiva, compreende-se o território em sua definição mediada pelo diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e transformação social. Da mesma forma, compreende-se a territorialidade enquanto fator de identificação, defesa e força de grupos sociais que fazem uso dos recursos naturais, tomando como base as contribuições de Almeida (2008a) sobre territorialidades específicas, sendo

consideradas como resultado de diferentes processos sociais de territorialização, delimitando-se terras de pertencimento coletivo que convergem para um território.

Na perspectiva de Porto-Gonçalves (2006), é necessário ocorrer a desnaturalização do conceito de território para, com isso, considerarmos os sujeitos que o compõem, da mesma forma que deve ser analisado para além da perspectiva dualística ancorada nos pensamentos eurocêntricos, que operam com a separação entre sociedade e natureza, quando é importante frisar que ambas são indissociáveis. Entender essa dissociabilidade também recai nas dinâmicas associadas a como o território pode ser reinventado. Em suas experiências de pesquisa, o autor situa a narrativa de um camponês boliviano ao afirmar, em suas reivindicações, que “*não queremos terra, queremos território*”. Essa impressão trouxe a dimensão de entender o território reinventado, ao desconsiderar o debate sobre a reforma agrária presente nos marcos teórico-políticos conceituais, em que a terra era vista apenas como meio de produção, o que imprime os sentidos da narrativa expressa pelo camponês.

Refletindo sobre suas outras experiências de campo, agora no contexto amazônico com seringueiros do Acre, Porto-Gonçalves (2006) argumenta entender que mais do que terra, o que esses povos necessitam é de floresta para se reproduzirem enquanto seringueiros, concluindo que “pensar a terra a partir do território implica pensar politicamente a cultura” (p. 168). Diante disso, criam-se determinadas territorialidades, concebidas a partir da luta política, que reafirmavam outras epistemologias acerca desse conceito, pensado e criado a partir dos movimentos sociais cujas lutas têm um lugar específico na produção de novos conhecimentos.

Haesbaert (2021) contribui com esse debate acerca das novas perspectivas de território pautadas por Porto-Gonçalves (2006), trazendo as grandes contribuições das leituras latino-americanas acerca do território. Enfatizando que deve partir da esfera do vivido, das práticas e formas como o território é utilizado. Diferente das perspectivas eurocêntricas, o território se concebe em diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e a sua utilização enquanto instrumento de luta e transformação social (Almeida, 2008a; Porto-Gonçalves, 2006; Haesbaert, 2021).

Por meio disso, os processos socioterritoriais que situam o contexto da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem são primordiais para o debate sociológico sobre o território. Compreendendo as questões para além de mobilidade, aparatos estatais de expansão do territorial como eixo central para entender o território, como definido por Porto-Gonçalves (2006), como territórios de (re)existência é destacada, portanto, a permanência em um território em disputa, como exemplo dessa luta em (re)existir perante disputas, conflitos e vulnerabilidades que a barragem de Estreito causa à vida desta comunidade.

Ao fixarem moradia na comunidade ribeirinha, mesmo que não nomeiem desta forma, os/as acampados/as reafirmam a necessidade de que as territorialidades construídas durante esses processos são fundamentais para reafirmarem o direito de permanecerem na terra. Embora sejam atravessados por grandes mudanças, seja no ecossistema, nos terrenos arenosos que buscam produzir suas produções, como também nas dificuldades encontradas em estar presente na comunidade. Dona Miúda, ao seu modo, destaca a tradição como um dos fatores essenciais para permanecer ocupando o território. Ela destaca como, desde o início da ocupação, pessoas de fora lhe questionaram: *“Esse povo lá tá num lugar desse podendo tá queto. Hoje estamos numa chapada dessa, mas é nossa tradição. Nós nascemos, fomos criados e criamos nossos filhos na beira do rio”*, ou seja, o território ribeirinho é essencial no exercício da manutenção do seu modo de vida e do sossego que o ambiente rural significa no seu cotidiano.

Diante disso, os debates apresentados neste capítulo evidenciaram como os processos de (re)existência foram acionados no cotidiano da comunidade ribeirinha desde o processo de instalação da UHE de Estreito. Compreendemos todas as trajetórias percorridas pela comunidade e as múltiplas territorialidades que se construíram no percurso da busca por um lugar de ocupação. Assim, a formação do Acampamento Coragem estrutura-se nas reivindicações pelo direito de ocupar o beiradão do Rio Tocantins. Diante dessas reivindicações, a memória e o lugar redefinem os sentidos da ocupação e dos significados que o território em disputa tem para essa comunidade. É através das lembranças do território alagado que as tramas territoriais da comunidade se formam.

Nos próximos capítulos, será apresentada a segunda parte desta tese, que se propõe a analisar as prerrogativas da permanência no território ribeirinho e quais as readaptações são acionadas pela comunidade em seus processos de permanência no território em disputa. No próximo capítulo, serão analisadas as relações entre esses dois fatores significativos que redefinem os sentidos da permanência na disputa pela terra. Ao reivindicarem o direito de ocupar, produzir e perpetuar seus modos de vida, a população acampada reivindica o direito a sua ancestralidade de continuar acionando seus saberes tradicionais, fazendo uso da natureza para a manutenção do seu exercício cultural.

mar o el marges do Silva

Yolanda Pereira da Costa

Maria J. da

Paula Rocha da Silva

Sebastião P. S. Neto

Deusina F. de Oliveira

Ronny da Silva Barros

Resumir da Silva Saldanha

Francisco dos Santos A

Maria dos Reis Mendes Diana Silva

José Maria da Silva

Gilda Perira da Silva

Marivalva da Silva Melo

Maria Edva Sousa Santos

Queirama Barbosa Barros da Costa Brito

maria montes da Silva

Antônio montes da Silva



PARTE II:

ENTRE MEMÓRIAS E LUGARES DE (RE) EXISTÊNCIAS: AS PERSPECTIVAS PARA A PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO RIBEIRINHO



Carlos Zorane Siqueira Cruz

Cristiano Bizarro de Nascimento

Antônio Carlos Pereira dos Santos

Sergio Alexandre da Silva Cruz

Nilson Alves da Silva

Meiquias Pereira da Silva

Maria Vitor Alves da Silva

Suzana da Silva Santos

Wellmann Barbosa da Costa

Antônio Maurício dos Santos

Faísone Rodrigues dos Santos

Erison Sousa Santos

Valde Ribamar Silva

Ronaldinho Oliveira Alves

Jonas de Jesus Alves de Oliveira

Arthur F. dos Santos

Marizaldo Pereira Campos

Érika Ferreira Santos

4 “FICAMOS SEM LUGAR, PORQUE NÓIS SEMPRE FICAVA NA BEIRA DO RIO ACAMPADO”: ENTRE AS MEMÓRIAS ALAGADAS A RECONSTRUÇÃO DO LUGAR RIBEIRINHO

Eles derrubaram antes do lago, entendeu? Quando eles tavam construindo tava desmatando. Na mesma época que eles estavam construindo, as máquinas tavam desmatando. Aí foi nessa época que eles derrubaram. Ai nós **ficamos sem lugar, porque nós ficava sempre na beira do rio acampado**, ficamos sem lugar. Fomos pra cidade, aí eu botei as coisas numa ... aí foi o tempo que ficou, ficamos uns dias só lá. Aí eu... foi o primeiro que encheu um pouco primeiro o lago, que não encheu todo de uma vez, encheu um pouco. Aí ficou uma ilha, né? Que é a ilha que eu te falei. Aí nós fomos pra lá, botei as galinhas lá, botei as coisas tudinho e ficamos lá um bocado de tempo. Até quando encheu, terminou de encher, o último aos que encheu. Aí, quando passou uns tempinhos, eles não deixaram mais a gente ficar mais lá na ilha (Seu Antonio, 52 anos, entrevista oral, 09/07/2019, grifos meus).

Esse capítulo propõe apresentar as reflexões sobre a permanência no lugar e experiências passadas rememoradas pela comunidade. A comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem ocupava as margens do Rio Tocantins muito antes da chegada da UHE de Estreito. O beiradão do rio era marcado pela presença de vazanteiros/as, pescadores/as, ribeirinhos/as e demais povos e comunidades tradicionais. A beira do rio é demarcada como lugar de permanência dessas comunidades. Com a chegada da UHE de Estreito e dos deslocamentos compulsórios, esses lugares foram afetados em decorrência da barragem, como também alagados e os modos de vida foram diretamente modificados.

A busca por novas formas de perpetuarem seus modos de vida é o princípio que a comunidade ribeirinha procura ao permanecerem ocupando e perpetuando suas práticas culturais. Com isso, as relações entre lugar e memória estão intimamente relacionadas na dinâmica pela luta da terra. Dessa forma, neste capítulo pretende-se destacar como a memória do território alagado ainda se faz presente no imaginário dessas populações. Ao fato que a ocupação formada em outubro de 2015, desde as reivindicações ao período de ocuparem o território em disputa da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, apresenta os significados que a memória desse lugar implica na lida com a terra que reivindicam atualmente.

Para além das reivindicações das violações dos direitos humanos, dos conflitos ocasionados pela barragem, da busca de moradia, em ocupar, produzir e resistir, a perpetuação dos modos de vida também traduz os sentidos da ocupação ribeirinha. Portanto, de que forma as memórias do território alagado podem perpetuar o território em disputa e assim reconstruir um lugar ribeirinho, apesar de todas as alterações nos modos de vida das populações atingidas por barragens? A busca por lugares de (re)existência pauta-se na reivindicação pela reprodução

dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais que culturalmente ocupavam e ocupam o beiradão do Rio Tocantins. Com a chegada do empreendimento, como pontua Seu Antonio, “*ficamos sem lugar*”, buscando situar os sentidos dos deslocamentos compulsórios, a manutenção dos modos de vida, e como as memórias traçam as prerrogativas das lutas e reivindicações dos/as moradores/as do Acampamento Coragem. Quando situam as margens do rio “*nóis ficava sempre na beira do rio acampado*”, Seu Antonio define seu lugar de permanência, com isso, a beira do rio associa-se à manutenção da vida ribeirinha, das práticas culturais dessas comunidades e do exercício dos modos de vida atualmente vinculados às alterações ocasionadas por conta das mudanças socioambientais no ambiente, nos territórios e nas vivências de povos e comunidades tradicionais.

As conexões entre memória e lugar se apresentam nesta tese a partir das narrativas dos/as acampados/as, apresentando a memória, seja enquanto quadro social (Halbwachs, 2006), ou enquanto interligação com a identidade (Candau, 2016), e das diferentes formas em que ela se manifesta (Berson, 2006; Pollak, 1992; Bosi, 2023), como as lembranças rememoradas pela comunidade ribeirinha ao traduzirem o sossego, a produtividade e como seus cotidianos se realizavam no lugar alagado. As lembranças do lugar reproduzem as relações intrínsecas apresentadas nas histórias de vida dos/as pescadores/as e ribeirinhos/as do acampamento. Quando definem as margens do rio enquanto lugar de permanência e após as alterações, afetações e problemáticas enfrentadas pela construção da barragem que lhes tiraram de seus lugares de origem, essas pessoas optam por permanecerem nas margens do rio, mesmo que isso implique no enfrentamento de uma série de desafios e embates. Sejam nas dinâmicas ambientais relacionadas às mutações no ambiente biofísico instaurado por meio da formação do reservatório que altera totalmente as dinâmicas do rio, ou como são acionadas novas formas de continuarem exercendo seus modos de vida.

Com o avanço das usinas hidrelétricas, a defesa do lugar, do enraizamento e da memória implicam na autodeterminação, nos refúgios contra a sujeição aos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino (Zhourí; Oliveira, 2010). O lugar enquanto experiência (Tuan, 2012), as oposições aos sentidos globais e dicotômicos atrelados a sua definição (Massey, 2000; 2015) e as relações sociais que se tecem nas dimensões do lugar (Chizenga et al., 2002), se apresentam na forma como as intersecções entre o lugar alagado e o lugar de ocupação redefinem a luta. Sendo apresentadas no imaginário rememorado pela comunidade, as reivindicações pela ocupação e permanência implicam especificamente aos sentidos pelos quais o lugar que perderam se apresentam em suas vidas.

Compreender as intersecções entre a memória e o lugar é fator fundamental que implica na permanência da comunidade ribeirinha no território. A memória situa-se no imaginário e cotidiano dessa comunidade, sejam representadas em suas histórias de vida, ou no exercício das práticas culturais e profissionais que, apesar das alterações e afetações ocasionadas pela barragem, encontram ferramentas para continuarem perpetuando seus saberes/fazeres. Assim, para entender a dimensão do conflito socioambiental, as trajetórias enfrentadas pela comunidade, as (re)existências nas lutas pela terra e o território, é necessário entender a memória enquanto fator preponderante para os significados que o acampamento imprime aos/as acampados/as.

4.1 Memórias alagadas: o rememorar como pressuposto de ocupação

A memória faz parte do imaginário social da comunidade ribeirinha. Pude observar esse fato significativo ainda em 2019, quando realizava pesquisa de campo para dissertação de mestrado. A partir do momento em que me contavam suas histórias de pertencimento à beira do rio, das práticas culturais e como suas atividades profissionais e tradicionais foram conservadas no decorrer dos anos, a memória do lugar alagado sempre se situava entre suas narrativas, o saudosismo, as lembranças do sossego, do tempo de antes e do tempo atual. Pude perceber as temporalidades evidenciadas a partir das histórias de vida da comunidade que, diante das disputas e dos problemas causados pela UHE de Estreito, reivindicava o modo de vida que estava em risco de se perder por conta do empreendimento. Portanto, as mobilizações acionadas por essas populações traduzem os sentidos de permanecerem ocupando a terra em que se formou o Acampamento Coragem, para que esses fazeres e saberes não se percam com o tempo. Como a lembrança do território que ficou debaixo das águas do lago, a memória é fator primordial do porquê permanecer no território ocupado atualmente.

Dona Miúda (58 anos) destaca que sua vida se forma a partir da vivência ribeirinha, pois, como afirma: *“Eu cheguei nessa beira do rio, eu tinha cinco anos de idade. Criei meus filhos na beira do rio e éramos felizes”* (Diário de Campo, 25/06/2023). Desde muito cedo (oito anos de idade) acompanhou os passos do pai, lidando com a pesca, sendo sua companheira na pescaria. Sua história se move exatamente por ocupar, com sua família, o local onde se situa a UHE de Estreito: *“a gente veio morar ali onde tá sendo a barragem, do lado do Tocantins, né?”* (Dona Miúda, 58 anos, entrevista oral, 05/08/2023). O trabalho com a roça e as vazantes estava no cotidiano vivenciado pela família. Ao acompanhar o pai na pesca, aprendeu a profissão de pescadora, lidando com a cultura ribeirinha de plantar, pescar, produzir e criar a

partir do que aquele território pudesse ser cultivado por meio do manejo feito por sua família. Dessa forma, sua trajetória de vida é formada por esse pertencimento à beira do rio, bem como pela continuidade dos modos de vida aprendidos com os pais.

Eu sei que aí nós viemo trabalhando o tempo todo, pescando, morando na beira do rio direto, tivemo nossos filho, sofrendo, trabalhando. Botava os menino dentro da canoa e vinha pescar dentro do rio, entendeu? Aí chegou o tempo dele, dos menino estudar, a gente foi pra rua, mas toda vida nós pescando, né? (Dona Miúda, 58 Anos, Entrevista Oral, 05/08/2023).

Com o passar do tempo, acabou formando a própria família e continuou morando no mesmo lugar em que vivia com os pais, seguindo com a pesca, o trabalho na roça e vazantes, até a chegada e crescimento dos/as filhos/as. Dona Miúda casou-se com Seu João e os dois tiveram três filhos, sendo dois homens e uma mulher. A família por inteiro faz parte da ocupação do Acampamento Coragem, e Lucinha foi a única a seguir a profissão de pesca como os pais. A necessidade em ir para a cidade para que os filhos pudessem estudar fez com que suas trajetórias circulassem entre a beira do rio e a cidade de Estreito, mas sempre “*pescando toda vida*”, como ela menciona.

Diante da narrativa de Dona Miúda, entende-se o vínculo intrínseco com a beira do rio e as dimensões que a perda desse lugar acarretou para sua vida. Quando pude novamente ouvir sua história, em 2023, ela foi categórica ao destacar quando veio para a cidade de Estreito e como, a partir disso, sua vida se desdobrou, seja a partir da vivência ribeirinha, do aprendizado dos modos de vida do pai, da transmissão desse conhecimento para os filhos, até dos deslocamentos compulsórios advindos da chegada da barragem. O pertencimento, a permanência e suas motivações em estar em luta pela conquista daquela terra se traduziram em suas narrativas, “*E a minha profissão é pescadeira, eu sou da beira do rio desde de 6 anos de idade*”. Assim, nota-se como a memória é fator preponderante nas motivações que levam a comunidade a permanecer reivindicando o direito de ocupação.

Da mesma forma que a trajetória de Dona Miúda vincula-se às vivências ribeirinhas, a vida de Dona Jacirene esteve alicerçada nesse ambiente. Embora não tenha desde cedo lidado com a pesca e o labor ribeirinho, mas por ter conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo seu pai, a prática da pesca e da agricultura nas vazantes estava vinculada ao seu cotidiano.

A narrativa de Dona Jacirene (51 anos) apresenta as trajetórias percorridas pelo pai nas cidades interioranas do sul maranhense. Ela conta que o pai vivia no município de Porto Franco (MA) e trabalhava no sertão, em Estreito (MA), cultivando vazantes na beira do Rio Tocantins. Sua vinda para a cidade de Estreito ocorre ainda na infância, em meados de 1983, junto dos sete irmãos e irmãs, acompanhando o pai que, por ser ribeirinho e pescador, “*moravam na beira do*

rio”. Parte de sua infância, entre os 09, 10 anos de idade, passou na cidade, morando com a avó para poder se dedicar aos estudos. Entretanto, conta que sempre ia para a roça onde o pai trabalhava pescando e plantando, ou seja, o cotidiano ribeirinho se apresentava em sua trajetória de vida ao ter as atividades profissionais e culturais da pesca vinculadas ao ambiente rural e ribeirinho.

A vida nos estudos perdurou até a 5ª série (atual 6º ano), pois logo depois se casou, ainda muito nova, aos 15 anos. A vida com a pesca e o trabalho na beira do rio inicia-se após o casamento. Aprendeu a pescar com o marido. Embora o pai seja pescador profissional, seu ingresso no mundo da pesca ocorreu por ter um companheiro pescador, Seu Antonio, o qual aprendeu a pescar desde a infância por ter sua produção vinculada à pesca e ao trabalho na roça. Dona Jacirene acabou seguindo por esse caminho: “[...] *quando eu fui morar mais ele, a profissão dele sempre é pescar, pescar e trabalhar na roça. E a luta foi essa, pescar e trabalhar*” (Entrevista oral, 23/07/2023). Assim, o exercício da pescaria foi apreendido junto ao esposo, que, após a formação de sua família, passou a seguir as ocupações montadas nos pontos de pesca, a produção em vazante e as criações na beira do rio.

Dessa forma, o processo de ocupar a beira do rio e exercer a vazante se apresenta na vida de Dona Jacirene como central quando ativa a memória do lugar em que iniciou suas práticas culturais, perpassadas pelas mobilizações apreendidas com o esposo e que, claramente, estavam em seu imaginário ao ter acompanhado o pai durante a infância. O tempo demarcado em sua narrativa traça especificamente o período de ocupação das margens do rio:

Porque, antes a gente tinha os lugar certo da gente ficar né? Tinha os barraco, que a gente chamava barraco mesmo que era o ponto de pesca. E aí já vinha direto pro ponto de pesca né, lá ficava, deixava as coisa da gente, saia, pescava ali por perto, mas no local certo pra vim. E, hoje, depois dessa barragem, não tem lugar certo, a gente anoitece aqui, amanhece acolá. Não tem os ponto de pesca certo, entendeu? Por isso que a gente acha que... que hoje é mais ruim e até o peixe também sumiu, antigamente era melhor, tinha mais peixe, mais espécie de peixe né, hoje pra arrumar um peixinho tem que lutar muito, mais sofrimento! (Dona Jacirene, 51 anos, Entrevista Oral, 23/07/2023).

As lembranças demarcam a divisão do tempo em que elas operaram. Como destacado por Ecléa Bosi (2023), a sucessão de etapas em que a memória é dividida, os pontos temporais em que a vida se concentra, seja a mudança de casa ou de lugar, morte de um parente, formatura, casamento, empregos ou festas. Delgado (2003) argumenta que tempo e memória constituem elementos de um mesmo processo, tratando-se de pontos de ligação que integram múltiplas temporalidades em movimento. Com isso, a memória é um caminho por onde o indivíduo percorre as temporalidades de sua vida.

No caso da narrativa de Dona Jacirene (51 anos), as temporalidades presentes nas etapas memoriais narradas por ela dizem respeito ao lugar que perdeu, às mudanças que o deslocamento compulsório ocasionou em sua vida. Nesse caso, rememorar os pontos de pesca e toda sua organização estrutural lhe trazem ao imaginário lembranças daquilo que se perdeu junto às águas da barragem. Inclusive o fato de “*depois da barragem não ter lugar certo*” implica a descontinuidade das relações de pertencimento ao território, a perpetuação de um modo de vida, a promulgação do exercício da pesca e da agricultura. Atualmente, o elo comparativo entre o tempo de acampada e o tempo no ponto de pesca denotam como o tempo social demarca as narrativas das populações ribeirinhas.

Ao compreender as formas como a memória se apresenta como fundamental na análise presente nesse estudo, é importante pontuar como essa área do conhecimento tem se consolidado. Diante disso, buscando apresentar a reconstrução do lugar ribeirinho, esse trabalho se propõe destacar como a memória perpassa as experiências de vida e resistência que a comunidade ribeirinha destaca em suas narrativas, levando em consideração os elementos que constituem a formação identitária enquanto grupo, como os concebidos pelos/as acampados/as ao demarcarem seu lugar de permanência.

Maurice Halbwachs é um dos principais expoentes dentro do campo das Ciências Sociais acerca dos estudos sobre memória, sendo muito influenciado pela abordagem durkheimiana. Ao se valer da ideia de Durkheim de seres sociais móveis e inventivos, é que o autor busca entender as tensões e relações entre classificações sociais e mentais. Halbwachs (2006), além disso, propõe uma abordagem pautada nas referências em que se constroem os indicadores empíricos da memória coletiva de determinado grupo, uma memória estruturada em suas hierarquias e classificações, pautada na definição do que é comum para o grupo e no que este se diferencia dos demais, fundamentando, por meio disso, os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais que serão permeados pela memória.

De acordo com Halbwachs (2006), o indivíduo que rememora está imerso e habitado por grupos de referências. Contudo, embora seja construída em grupos, ela é, também, um trabalho individual do sujeito. A memória pode ser vista como individual, como algo particular do próprio indivíduo, entretanto, conforme as abordagens de Halbwachs (2006), a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, um fenômeno que se constrói coletivamente e submete-se a flutuações, transformações e constantes mudanças. Assim, o grupo de referência trata-se do grupo do qual o indivíduo faz parte e estabelece uma comunidade de pensamentos, por isso, a lembrança sempre é um processo coletivo e está inserida num contexto social preciso.

Acontece, com efeito, que uma ou várias pessoas, reunindo suas lembranças, possam descrever muito exatamente os fatos ou os objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e mesmo reconstituir toda a sequência de nossos atos de nossas palavras dentro das circunstâncias definidas, sem que nós nos lembrássemos daquilo (Halbwachs, 2006, p. 27).

Dentro dessa perspectiva, Halbwachs (2006) destaca que as lembranças podem se organizar de duas maneiras: primeiro por meio do agrupamento de uma determinada pessoa que as vê do seu ponto de vista e, segundo, distribuindo-se em uma sociedade grande ou pequena, criando, através disso, imagens parciais. Com isso, existem memórias individuais e coletivas e o indivíduo participa de ambas.

As diferenças que se estabelecem entre memória coletiva e memória individual são: a memória individual é a confluência de diversas influências de grupos sociais e uma forma específica de articulação da própria memória; a memória coletiva está diretamente ligada ao trabalho de determinados grupos de articular as lembranças a um quadro social específico que compartilham; a memória coletiva tem relação estreita com a tradição, ela transforma as imagens do passado em ideias sem rupturas (Halbwachs, 2006).

As lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, dessa forma, mesmo que se trate de momentos vivenciados individualmente, o lembrar perpassa os sentidos coletivos. Conforme Halbwachs (2006) define, “jamais estamos sós”, ou seja, não necessariamente precisamos que os outros estejam materialmente presentes em nossas lembranças para que se construam em conjunto delas.

O rememorar o passado ocorre nas lembranças vivenciadas pela população ribeirinha do Acampamento Coragem. Em suas histórias de vida, o território alagado é recordado por todos/as. Ao sofrerem com o processo de expropriação territorial, a população passou a buscar novas alternativas de perpetuarem seus modos de vida. Nessa busca, a memória do lugar que perderam imprime os sentidos e significados da ocupação da comunidade onde vivem atualmente. Dessa forma, a memória individual de como enfrentaram as investidas dos empreendedores e a perda do território configura-se como memória coletiva, pois a beira do Rio Tocantins é onde se situa a territorialidade dos/as atingidos/as.

Para rememorar o passado, automaticamente, nos conectamos às lembranças de outras pessoas que reportam o contexto social que vivenciamos. Por meio disso, a construção da memória perpassa os sentidos individuais e coletivos das lembranças e compõe a narrativa sobre a própria história. Segundo Pollak (1992), os elementos que constroem a memória individual e coletiva partem primeiramente dos acontecimentos vividos pessoalmente, em segundo lugar dos acontecimentos vivenciados pelo grupo, ou pela coletividade à qual o indivíduo se sinta

pertencente. Na perspectiva de Halbwachs (2023, p. 08), “o que chamamos de estruturas coletivas da memória seria apenas o resultado, a soma, a combinação das lembranças individuais de muitos membros de uma mesma sociedade”.

Os/as moradores/as do Acampamento Coragem, entre inúmeras questões de luta e busca por direitos, destacam-se pela forma como a memória do lugar os reconstrói enquanto grupo. O estar à beira do rio, a busca por continuar exercendo modos de vida que se relacionem às vivências que tinham antes da barragem, classifica-se no significado que a memória e as lembranças deste território determinam à ocupação da terra que habitam hoje.

Ah meu filho, nem te conto! Sinto muita lembrança, nós plantava vazante. Na Ilha dos Campos tem uma estradona assim ne, que quando secava ficava aquele meio assim, aqueles pedrausão lá, e nós plantava melancia e feijão, tanto nós comia como os outro pescador comia, isso aí tudo a gente sente falta duma vazante, hoje nós não tem mais. Cadê? Onde é que nós planta a melancia? Só na roça aqui, se num ser meu filho, não planta não. **Que nós não tem a tranquilidade que nós tinha antes.** Muita diferença, demais. (Dona Guida, 63 Anos, Entrevista Oral, 23/07/2023, grifos meus).

As lembranças estão sempre associadas à produtividade das terras, do plantio nas vazantes, do tempo de fartura e de como as terras de várzeas produziam uma riqueza produtiva para a região. Dona Guida (63 anos) recorda com saudosismo a época em que viveu, antes de tudo ser afetado pelas águas da barragem. Embora enfrente atualmente uma série de conflitos, disputas e afetações por ocupar um território em disputa, ela destaca que viver atualmente no Acampamento Coragem lhe faz recordar o território alagado, pois, como destaca, “[...] *eu tô criando minha galinha, eu tenho meus plantio, tô mais assossegada*”. O sossego, inclusive, é categoria nativa que representa em grande maioria as motivações que levam essa população a buscar o ambiente rural e ribeirinho para fixarem moradia, pois o ambiente urbano não é visto como sossegado, bom de morar e viver, como definem as motivações de formarem o acampamento. Após terem seus territórios alagados, Dona Guida (63 anos) enfatiza “[...] *que nós não tem a tranquilidade que nós tinha antes*”, relacionando a vida sossegada que levava antes da chegada da barragem, que o processo de expropriação deste lugar lhe arrancou também a tranquilidade em viver na beira do rio.

A lembrança lá é o seguinte, a gente alembra sim e sempre sente saudade né. Porque quando a gente trabalha no lugar que gosta né, que como que fala, não é impedido por ninguém. Lá era um terreno que pertencia a marinha, que era uma ilha né. Nós nunca fomo perturbado, porque nois nunca desmatemo o ambiente mermu. E também não era perturbado pelo fazendeiro porque ele nunca disse nada pra quem ficava, trabalhava. Porque na verdade lá tinha outros barraquim de pesca, tinha outros barraquim, só que não trabalhava, era só chegou de tarde, botou seus bagulhim e ia pescar, de noite dormia (...) quem plantava era só nós dois mermu (Seu João, 61 Anos, Entrevista Oral, 08/09/2019).

Para Seu João (61 anos), as lembranças do lugar alagado remontam à saudade, ao cuidado com a terra e respeito ao ambiente em que ocupava, como se organizava em seus barracos e seu cotidiano com a pesca e a produção das vazantes. Recorda a tranquilidade que tinha em viver e que nunca imaginou ter que sair de lá, largar tudo e sair de “*mão abanando*”. Ao narrar sobre o período da chegada dos empreendedores aos arredores de sua ocupação, lembra da demarcação do piquete⁶⁷ no meio de sua vazante de feijão, tratando-se especificamente da área a ser alagada pela formação do reservatório da usina. Ao ter que sair desse lugar, se sentiu desprezado, não tendo sido ouvido ou sequer questionado se o lugar que ocupava tinha um dono, “[...] *por tá ali desprezado sem ter aonde nós trabalhar, mas isso que faz a gente tá na luta de hoje*”. As violações e deslocamentos compulsórios enfrentados nesse período fizeram com que Seu João e sua família permanecessem em luta, o que inclusive os levou até a ocupação da comunidade que vivem hoje. Portanto, o lugar ocupado também define como prerrogativa de reivindicação e luta, por direitos, modos de vida e sobretudo, pela permanência em seus lugares de origem, sendo eles à beira do rio. As memórias trazidas por Seu João são acionadas a partir desse lugar de origem que pescadores/as e ribeirinhos/as ocupavam tradicionalmente antes da chegada da barragem. Com isso, nota-se que as lembranças, mesmo que traduzidas individualmente, perpetuam uma identidade coletiva.

Dessa forma, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” (Pollak, 1992, p. 204). A memória, através disso, contribui com um fator preponderante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo na reconstrução de si. A construção de territorialidades destaca esses elementos da busca da reconstrução do viver ribeirinho associada ao indivíduo rural, que tem seus modos de vida atrelados à produção daquilo que a terra e o rio produzem, e a rememoração do lugar alagado imprime os sentidos da experiência e vivência na qual se concebe a formação desta comunidade. Recordar o território alagado é afirmar o direito de habitar no lugar onde vivem atualmente para, além disso, dar sentido à sua existência e resistências em lutar pela terra.

Halbwachs (2023) argumenta que, ao estudarmos a memória dos sentimentos, evidencia-se a sua existência, o que acabaria comprovando que algo do passado subsiste. Reconstruir o passado implica a representação em torno de sua existência, assim, a nossa memória recupera de maneira gradual eventos do passado, tendo em vista que cada período de nossas vidas é carregado de lembranças que se reproduzem através dos sentimentos de

⁶⁷ Pequena estaca de madeira que possui seção circular, quadrada ou retangular, tendo o tamanho aproximado entre 15 e 30 cm. A ponta do piquete é normalmente apontada para facilitar seu cravamento no solo.

identidade que se filiam como resultado de uma filiação contínua. Para Halbwachs (2023), as lembranças são mais estáveis dependendo de cada indivíduo sob a forma com que cada evento do passado é acionado, recuperado ou reconstruído. No entanto, é frisada a importância de localizarmos o momento em que essa memória foi adquirida.

Portanto, em muitos casos, a localização não apenas precede o reconhecimento, mas também a evocação das memórias, e parece determiná-las; portanto, a localização sozinha já contém parte do que será a substância da memória reconhecida: é uma reflexão, mas que, sob forma de ideias, já contém fatos concretos e sensíveis. Nesse sentido, em muitos casos, **é a localização que explicaria a memória** (Halbwachs, 2023, p. 152, grifos meus).

As lembranças localizadas por meio das narrativas orais da comunidade ribeirinha situam lugares e tempos específicos relacionados ao território alagado ativado nas memórias dos/as acampados/as ao rememorem os Pontos de Pesca, às suas produções e às vivências que se tinha na época antes da chegada da barragem. Com isso, é importante elucidar a localização como fator preponderante na explicação das memórias acionadas. Como mencionado nesta tese, as interrelações entre memória e lugar trazem o sentimento de pertencimento à comunidade, seja pela prática pesqueira, ou pelo fato de ocuparem tradicionalmente o beiradão do Rio Tocantins, da execução de seus modos de vida estar alicerçada entre o lugar de vivência e pertencimento. O rememorar o lugar implica nas condições de permanecerem disputando territorialmente a terra do acampamento, como destaca Lucinha (39 Anos):

A minha vida assim se relaciona com ele aqui, nessa luta que nós tamo aqui hoje, **buscando ter esse lugar embora não seja o mesmo local**, mas que a gente possa desfrutar dos mesmos tipos de brincadeira, de benefício, de trabalho que antes a gente tinha que não estamos tendo mais, mas que estamos buscando nossos direitos pra que nós possamos viver nesse ambiente, nesse local aqui, no Acampamento Coragem, justamente para assegurar, como diz? Agregar a nós aquilo que nos foi tirado né, é buscando ter aquilo que nós tinha antigamente que não tamos tendo hoje (Lucinha, 39 anos, Entrevista Oral, 04/02/2024, grifos meus).

A ocupação rememora o lugar que viviam antes da barragem. Ao destacar as memórias que carrega do lugar de onde foi deslocada, Lucinha, frisando que embora se trata de diferentes lugares em perspectivas territoriais, afirma que sua vida ainda se relaciona ao lugar que perdeu, na forma como busca desfrutar das brincadeiras, benefícios, do trabalho que tinham antes e que, atualmente, não se perpetuam da mesma forma. Fazer parte da ocupação do Acampamento Coragem é se agregar àquilo que lhe foi tirado e buscar ter o que tinham antigamente, seja na manutenção de suas práticas culturais, no direito de estarem ocupando o beiradão do rio e ter um lugar de pesca, moradia e produção.

Nos exemplos de Lucinha, nota-se como a memória pode se relacionar, para além do sentimento de pertencimento ao lugar, com a construção de identidade de um grupo. Ao

rememorarem e tecerem em suas narrativas as memórias e lembranças desse lugar que perderam, as trajetórias da comunidade ribeirinha se inter cruzam de forma identitária. Suas vidas são atravessadas por essas mudanças e o saudosismo daquilo que perderam. Para Marcia Motta (2012), a memória exerce grande influência na construção de identidade de um grupo, consagrando, a partir disso, meios pelos quais os indivíduos se veem como pertencentes a um determinado coletivo. Dessa forma, a memória é “[...] reforçada, reinventada constantemente, principalmente em situações em que uma reflexão externa tenta solapar ou minar os elementos que unem o grupo e lhe conferem um sentido particular” (Motta, 2012, p. 25).

Conforme elucidado por Halbwachs (2023, p. 180), a reconstrução dos quadros sociais da memória não é puramente individual, tendo em vista que são comuns aos indivíduos de um mesmo grupo. Esses quadros “surtem porque como a memória das pessoas depende dos grupos que a cercam e das ideias ou imagens que esses grupos consideram mais relevantes”, como se destacam as memórias construídas pela comunidade ribeirinha. Nas abordagens de Joël Candau (2021), memória e identidade são indissociáveis. O autor enfatiza que é através da memória que a identidade é fortalecida, seja no nível individual ou coletivo. Dessa forma, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade.

É importante elucidar as críticas que Candau (2021) dirige ao trabalho de Halbwachs (2006) em seus estudos sobre a memória. A principal crítica⁶⁸ do autor recai no fato de que, para Candau, a memória coletiva é uma representação, um enunciado que o indivíduo produz a respeito de uma memória do grupo. Para Halbwachs a lembrança não é puramente individual porque, para lembrar, necessitamos de uma comunidade afetiva e das representações que se fazem delas. Em Candau (2021), a memória individual é, acima de tudo, uma reconstrução atualizada do passado porque restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade, tendo em vista que a memória carrega o peso das singularidades de cada indivíduo. Nesse sentido, “não há busca identitária sem memória, e inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (Candau, 2021, p. 19).

A dialética entre memória e identidade reafirma que o indivíduo incorpora aspectos do passado para, assim, fazer escolhas memoriais, uma vez que a memória modela o indivíduo e também é modelada por ele. Candau (2021) destaca que a memória é anterior à identidade,

⁶⁸ Portelli, assim como Candau, tece críticas à memória coletiva. Para ele, “A memória é um processo individual, que ocorre em meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados” (Portelli, 1997, p. 16).

sendo a última relacionada a representações ou estados adquiridos, enquanto a memória se faz presente desde a aparição da espécie humana.

Para Candau (2021), a memória se manifesta em diferentes perspectivas, sendo elas: a memória de baixo nível (ou protomemória), na qual se enquadram os saberes e experiências mais resistentes compartilhados pelos membros de uma sociedade, ou seja, trata-se da memória social incorporada; a memória propriamente dita (ou de alto nível) relacionada a uma memória de recordações e reconhecimento, que se incorpora por meio de lembranças autobiográficas ou pertencidas a saberes, crenças, sensações e sentimentos, o que o autor chama de memória enciclopédia; por fim, a metamemória, sendo a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que obtém dela, do outro, e do que diz respeito a esta. Nesse sentido, a metamemória seria a memória reivindicada, ostensiva.

Diante das abordagens de Candau (2021), percebe-se que cada indivíduo entende sua própria memória, sendo capaz de discorrer sobre ela para destacar suas particularidades, seus interesses, sua profundidade ou suas lacunas. A metamemória seria a memória coletiva que pode ser compartilhada, sendo representada e entendida como “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (Candau, 2021, p. 24). No contexto da população ribeirinha, as lembranças e memória do território alagado são lembradas e estão no imaginário entre todos/as eles/as, em diferentes perspectivas. Em suas narrativas, o sossego, a produção e as vivências que tinham nesse lugar que se perdeu se fazem presentes em suas lembranças, ancorando-se como pressuposto de luta para reconstrução de um lugar ribeirinho.

Embora Candau (2021) enfatize a perspectiva individual a respeito da memória em crítica às contribuições de Halbwachs (2006), é importante destacar-se a relevância de se pontuar as representações acerca de como um grupo constrói o imaginário daquilo que se perdeu. Através das narrativas orais, podemos evidenciar que são intrínsecas as relações entre memória e identidade, sejam do lugar de pertencimento, dos modos de vidas perpetuado ao longo dos anos e de como a vinda do empreendimento rompeu com todas as estruturas sociais de manutenção desse lugar de ocupação para as próximas gerações. Ao adotar a perspectiva do grupo, o indivíduo que lembra se conecta e manifesta seu lembrar a partir de suas memórias individuais. Como define Halbwachs (2023, p. 07) “existe uma memória coletiva e estruturas sociais da memória, e é quando nosso pensamento individual se insere nessas estruturas e participa dessa memória que esse é capaz de se lembrar”. Portanto, é essencial compreendermos as diferentes perspectivas acerca de como a memória pode ser acionada pelo indivíduo, seja coletiva, individual ou socialmente.

As interrelações entre memórias individuais e coletivas também são apresentadas no trabalho de Erika Curvina e Edma Moreira (2019) sobre os deslocamentos compulsórios provocados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a reconstrução da memória de comunidades afetadas de Jacundá (PA). O trabalho das autoras buscou compreender o processo de deslocamento compulsório *ex situ*⁶⁹ dos moradores da cidade de Jacundá (PA), promovido pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em 1977, com base em memórias individuais e coletivas dos moradores desta região, que desvelaram os efeitos ocasionados pela usina, tendo como procedimento metodológico as narrativas orais colhidas entre os períodos de 2017 e 2019.

As autoras buscaram compreender a história como uma construção da memória social, utilizando as análises de Halbwachs que destacam que, para analisar a memória coletiva, é necessário que se parta de um contexto espacial, utilizando a compreensão de história a partir de uma construção vivida pelo sujeito histórico-social, como definido por Martins (2017). Diante dessas abordagens, a memória individual e coletiva dos moradores de Jacundá é recuperada. Cabe refletir acerca da forma como a memória se constrói ou reconstrói, conforme definem as autoras. As narrativas orais dos moradores de Jacundá se constroem de forma individual e coletiva ao mesmo tempo, ao serem expostas pelo indivíduo e contextualizadas no âmbito coletivo do grupo.

O objetivo explicitado no trabalho se dá especificamente pelo resgate da memória social da população de Jacundá, que foi drasticamente afetada pela UHE de Tucuruí, evidenciando os desmontes, desastres, violências, conflitos e efeitos que o empreendimento ocasionou na região. Esses fatores fazem com que as vítimas desses empreendimentos criem e recriem suas memórias a partir de seus espaços anteriores, reconhecendo um passado que se perdeu com o advento da usina e negando as condições de vida que lhes são impostas pelo poder dominante dos empreendedores. Através disso, a rememoração do lugar faz parte do contexto vivenciado pela população atingida pela barragem de Tucuruí. As narrativas expressam formas de materializar o passado alagado e de negar as imposições da vida imposta pós-barragem. Esse contexto imprime os sentidos da população atingida pela UHE de Estreito, ao rememorem o território alagado. Esta população também utiliza a memória coletiva e individual como um pressuposto de rememorar o lugar perdido e as condições de resistirem às violações impostas pelos empreendedores.

⁶⁹ O deslocamento compulsório trata-se, como afirma Zhouri (2013, p.03), do “movimento particular no espaço, marcada por uma dinâmica que entrelaça violência e conformação dos sujeitos”. Entretanto, não necessariamente o deslocamento implica uma realocação física, pois pode ocorrer *ex situ* e *in situ*, o grupo deslocado pode vivenciá-lo, sendo obrigado a sair de seus territórios, bem como, dentro dele. A população de Jacundá (PA) vivenciou o processo de deslocamento *ex situ*, um processo violento de mudança de seus territórios.

Cabe ressaltar que, no contexto da construção da memória, é passível de reflexão como ela se constrói, como pressuposto dos efeitos causados por esses empreendimentos. Como discutem Curvina e Moreira (2019), as narrativas são utilizadas como pressuposto de reconstrução da história e desta memória social, porém, não evidenciam de que forma isso ocorre e quais as probabilidades da história ser reconstruída, dado o fato que um acontecimento histórico está marcado no tempo de sua existência e a sua análise é cabível de reflexão, mas não de mudanças de algo que já ocorreu. A partir dessas reflexões, surge a seguinte indagação: É possível reconstruir a memória a partir do que já se concretizou no tempo histórico da vivência dessas comunidades?

Halbwachs (2023) argumenta que, se as lembranças se vincularem à reconstrução do passado, então estaria implícito o retorno à época em que esses eventos ocorreram. Portanto, as razões determinantes sobre a sucessão desses momentos lembrados se apoiariam um em decorrência do outro, seriam invocadas numa forma explicativa de sua aparição, seguidas de uma ordem, ou seja, uma reorganização cronológica para acionar essas memórias. Entretanto, se não revivemos o passado, mas buscamos reconstruí-lo, nas acepções de Halbwachs (2023), tratar-se-ia de uma representação. Para que essas representações memoriais do passado possam ser reconstruídas, é necessário ocorrerem numa ordem específica e que possamos ter em mente a ideia de que a ordem em que buscamos representar essa memória lembrada se encaixe nessa representação. Ao acionarem suas lembranças do território alagado, a forma de buscar reconstruí-lo situa-se nas temporalidades da chegada do empreendimento até períodos anteriores às transformações ocasionadas pela vinda da barragem, ou seja, entre o antes, o durante e o depois é que as memórias ribeirinhas ativam essa representação memorial da vida que tinham e de como isso implica na vida que levam atualmente.

Bergson (2006) esclarece que a memória não se trata de uma classificação de recordações passadas a fim de registrá-las. O passado conversa de forma automática, seguindo o indivíduo que lembra a todo instante, seja através do que sentimos, pensamos, ou como os desejos da infância estão firmados no nosso presente. A consciência é a responsável por como sentimentos do passado continuam perpetuados em nosso presente. Bergson (2005) pontua que nosso passado se manifesta integralmente através do ímpeto em que parte dele se torna representado. Notam-se as representações do passado nas formas como são narradas as ausências sentidas pela população ribeirinha, como menciona Dona Marinalva (58 anos), que, ao recordar o território alagado, enfatiza as plantações, a pescaria e a produtividade relacionada à vida que levava ao ocupar aquele lugar.

Eu sinto falta é dos pé de manga, de tanto coco que tinha e dos peixe mesmo. O tempo que era o Rio Tocantins tinha tanto peixe cê nem imagina o tanto que era bom. A gente podia ir pro rio sair assim, só a roupa, que vinha com peixe, podia fazer o arroz e podia descer pro rio e que já vinha com o peixe, na merma da hora, qualquer hora, não tinha hora não. E agora, depois da barragem, a gente só pesca peixe de noite moço. Só de noite que pega, de dia põe a rede, aí fica cheia de lodo, de tanta coisa de bagaço aí, não pega nada não, é difícil. Só tucunaré que pega de anzol, né (Dona Marinalva, 58 Anos, Entrevista Oral, 08/07/2019).

A memória é a identidade em ação, conforme destaca Candau (2021), entretanto, ela pode ameaçar, perturbar ou arruinar o sentimento de identidade, como mostram os trabalhos sobre lembranças de traumas e tragédias. A expropriação do território alagado permanece no imaginário das populações atingidas como um acontecimento traumático, a exemplos de doenças psicológicas⁷⁰, mortes e total desânimo a respeito das perspectivas futuras. Entretanto, existem os fatores memoriais que impulsionam comunidades a permanecerem na luta, como o caso dos/as moradores do Acampamento Coragem.

Entre as faltas impressas nas narrativas da comunidade, está a de Dona Marinalva (58 anos), que sente a falta desde os pés de manga até o tempo do rio antes da vinda da barragem. Dessa forma, as concepções de lugar e memória do território alagado estão presentes nas histórias de vida da comunidade, pois a fixação de novas territorialidades ocorre através daquilo que o lugar significa para estas populações.

Assim, através das memórias individuais e coletivas da comunidade deslocada, compreendemos como a UHE de Estreito causou uma série de traumas, conflitos e efeitos que perduram até hoje, entretanto, notam-se os processos de articulação de lutas e resistência vinculados ao movimento em reivindicação de direitos que perderam em decorrência da instalação da barragem. Dessa forma, as memórias tecidas pelos/as acampados/as imprimem os sentidos da permanência no território ribeirinho, tendo em vista as prerrogativas da busca pelo lugar e das ferramentas utilizadas para ocupação, produção e permanência na comunidade ribeirinha.

4.2 “Ficamos sem lugar, porque nós sempre ficava na beira do rio acampado”: perspectivas entre lugares de ocupação

O lugar demarcado pelos/as atingidos/as da UHE de Estreito é a beira do rio. Ao serem questionados sobre o lugar onde viviam antes da vinda da barragem, eles definem a beira do

⁷⁰ A respeito disso, conferir o trabalho de Judite da Rocha (2016) denominado *Usina Hidrelétrica de Estreito e desterritorialização: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas*.

Rio Tocantins como território que ocupavam e exerciam suas atividades profissionais e culturais. O beiradão do Tocantins, como é conhecido pelos/as pescadores/as da região, era o lugar definido pela comunidade. As práticas de pesca e vazante realizavam-se às margens do rio, que era rico em espécies de pescado e fornecia solo fértil para o plantio em suas várzeas. As dimensões entre o lugar alagado e o lugar onde firmaram a comunidade ribeirinha tecem as tramas da (re)existência dos/as pescadores/as e ribeirinhos/as que apresentam em suas lembranças sobre de que forma essa mudança e retirada dos seus lugares de origem alteraram os seus modos de vida.

Ao narrar o processo de expropriação, Seu Antonio (52 anos) destaca ter ficado “*sem lugar*”. A partir disso, sua trajetória foi atravessada pela barragem, o que implicou no deslocamento compulsório do território que foi alagado. Após esse evento, ele e sua família passaram a enfrentar, em suas trajetórias, o sentimento de impotência em relação ao lugar de pertencimento e perpetuação de seus modos de vida. Com a cheia do lago da UHEE, ele passou a migrar na busca de novos lugares e a se fixar territorialmente, buscando continuar ocupando as margens do rio. Como pontuado no capítulo anterior deste trabalho, o primeiro lugar que encontrou para continuar pescando, plantando, criando suas galinhas e produzindo foi uma pequena ilha. A busca por uma nova ocupação para perpetuar seus modos de vida iniciaram-se a partir do momento em que foram remanejados do território alagado. Em vista disso, as perspectivas do lugar entrelaçam-se nas vivências ribeirinhas que definem o ambiente rural e ribeirinho como lugar de pertencimento dessas comunidades.

As dimensões da categoria lugar estão amplamente difundidas nas ciências sociais, principalmente se pontuarmos os estudos sobre conflitos ambientais e desenvolvimento, como frisam Chizenga, Blanco e Almeida (2022). Para esses autores, a discussão de lugar tem se ancorado nas dicotomias entre território/lugar e espaço/lugar, portanto, é necessário ocorrer uma descentralização que versa sobre essas definições. Para isso, é necessário abordar uma dimensão socioantropológica, devido à definição de lugar estar articulada a encontros e momentos múltiplos, plurais, diversos e heterogêneos de sociabilidades mais que humanas. O rompimento com as dicotomias que têm tentado definir lugar denota que, a partir de suas multiplicidades, não é possível vinculá-lo a uma única identidade. Entendemos a constituição do lugar em seu aspecto de (co)existência de trajetos, afinidades, identidades, alteridades, conflitualidades e diferenças, pontuados por Chizenga, Banco e Almeida (2022) que, em consonância com Turra Neto (2015), sustentam que é a partir do lugar que vemos emergir territórios, em que os aspectos da identidade e diferença são confrontados e relacionados a partir

da materialidade através das diferentes formações de espaços e os sentidos atribuídos a sua materialidade.

É necessário compreendermos as dimensões e significados que esses lugares de ocupação e pertencimento são percebidos e reificados por essas comunidades atingidas por grandes empreendimentos. Com as expropriações territoriais, as narrativas sobre esses lugares de memória se intensificam, como apontado no decorrer desta tese. Cabe frisar que a explanação acerca dos lugares lembrados, narrados ou situados pela população ribeirinha situa-se numa perspectiva identitária, histórica e social da forma como os lugares os definem enquanto grupo.

Definir os lugares onde a memória reside é um dos fatores preocupantes dentro da análise histórica acerca dessa área do conhecimento. A partir das reflexões e definições sobre “lugar de memória”, Janice Gonçalves (2015) busca compreender como o local onde a memória se instala é estritamente vinculado a repositórios, instâncias de guarda, sendo designados ou assegurados pela ordem física em que a memória passa a ser preservada, a exemplos de museus, arquivos e centros de documentação. Entretanto, a memória precisa ser ativada, colocada em exercício. Assim, a memória se define não estritamente aos artefatos, canções ou nomes de cidades, mas seu trabalho ocorre a partir desses elementos nos quais as nossas vidas são fincadas e de alguma forma associadas. Esses elementos, na abordagem de Gonçalves (2015), são ativadores de memória, além de vetores de sentidos.

Essas reflexões são elencadas por Pierre Nora (1993) que apresenta os lugares de memória como vinculados a uma renovação historiográfica, na busca por compreender a passagem história da formação identitária de uma nação associando-a a história dos lugares de memória da nação, ou seja, defendendo a ideia de um projeto historiográfico que visava distanciar-se de uma narrativa histórica concebida enquanto memória da nação. Para isso, pretendia desconstruir a perspectiva historiográfica e realizar uma história da história, refletindo sobre as intersecções entre memória e história. Nos escritos de Nora (1993), é presente a dicotomia entre memória e história. Ele define que esses lugares se tratam de uma interação entre história e memória que leva a uma determinação recíproca. O autor afirma que a memória é sempre atual e carregada de lembranças, esquecimento, do inconsciente e suas deformações sucessivas, o que a torna vulnerável em seus usos e interpretações, já a história vincula-se a uma representação do passado. Portanto, Nora (1993) apresenta que os estudos dos lugares se situam em dois momentos específicos na França, sendo o primeiro um movimento puramente historiográfico, tratando-se do retorno reflexivo da história sobre si mesma, já o segundo relacionado ao que propriamente se define como momento histórico, associando ao fim de uma tradição de memória.

Com as reflexões de Gonçalves (2015), sobretudo a partir das definições de Nora (1993), apresentam-se as problemáticas de se determinar os lugares onde residem a memória e onde ela se instala. Esses lugares de memória são definidos por Nora (1993) como sendo eles próprios seus referentes, não tendo referentes da realidade, embora isso não implique dizer que eles não carreguem conteúdos e história, o que fazem os lugares de memória é exatamente o escape da história. Com isso, lugar de memória é um lugar duplo, “um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (Nora, 1993, p. 27). Portanto, lugares de memória são refúgios da memória. Segundo o autor, todo grande acontecimento define-se enquanto lugar de memória, tendo em vista que a memória “pendura-se em lugares”, sendo eles materiais ou memoriais, espaços onde a memória social se ancora a partir de seus símbolos coletivos representados pelas identidades expressas pelos indivíduos.

Diante dessas reflexões, podemos refletir sobre o lugar rememorado pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem e como são acionados esses lugares de memória. Firmadas no território alagado, as definições apontadas pela população ribeirinha acerca do lugar rememorado tratam-se especificamente da perda desse território. O refúgio da memória pautado em suas histórias de vida situa-se nas vivências advindas de uma época em que as práticas culturais, profissionais e cotidianas dessas comunidades ainda não tinham sido atravessadas pelo grande empreendimento hidrelétrico. Lucinha descreve quais lembranças carrega ainda desse lugar desde sua infância.

Eu tenho a lembrança muito boa assim, que eu carrego, eu acho que eu era bem, não exatamente não me lembro a idade que eu tinha, mas eu era bem nova. Eu me lembro que a gente pescava, ai banhava, além de ser livre o banho, **o lugar propício pra criança brincar**, tudo, eu me lembro de, Ave-Maria, das arraias que a gente pegava e tirava aquelas banha da arraia (risos), muito engraçado, tirava aquelas banha da arraia, tirava aqui, ai pegava e secava e o povo dizia que era ótimo, ótimo pra asma. Criança que tinha asma então podia comer, tomar aquela banha que melhorava. Mas, só que nós já criança, hoje já não sou muito chegada não, mas naquela época nós pegava a farinha secava, botava o salzinho, comia aquela farofa da banha da arraia. Eu me lembro disso, isso debaixo de um pé de manga, chupando manga com a farofinha da banha da arraia junto com a manga, isso é uma lembrança que eu tenho, além da liberdade né de brincar. A gente fazia também uns balanço que lá, a ladeira, era alto o rebanco, a gente pegava naquele balanço e segurava e ia cair lá longe pulando no rio, também esses tipo de lembrança que eu tenho e que sinto falta também da liberdade (Lucinha, 39 anos, entrevista oral, 04/02/2024, grifos meus).

“*O lugar propício pra criança brincar*”, situa-se nas lembranças destacadas por Lucinha (39 anos), sobretudo os significados tecidos desde sua infância como as brincadeiras vividas na beira do rio, do uso de remédios naturais para a prevenção de asma (como a banha da arraia utilizada nesse processo e, também, para o consumo com farinha de mandioca, como recorda

ao comer farofa de banha de arraia debaixo da sombra do pé de manga), dos balanços utilizados para pularem dentro do rio. Assim, o lúdico, as interações com o cotidiano ribeirinho, seja por meio dos remédios e comidas aproveitadas integralmente como a banha de arraia, ou ao cotidiano vinculado à beira do rio que, para crianças, voltavam-se as brincadeiras, em estar nas sombras das grandes árvores, tomando banho, utilizando de recursos lúdicos como a feitura de balanços que os lançaram para dentro do rio e seja pela liberdade. Como menciona Lucinha, a liberdade nesse caso se associa ao sossego de viver nesses lugares sem perigos, por isso, as crianças circulavam livremente sem muito receio.

A conceitualização de lugar deve partir do processo dinâmico associado a ele, como pontuado por Doreen Massey (2000). Dessa forma, no que diz respeito ao lugar, o movimento é extremamente importante, pois os lugares se associam aos espaços de resistência às mudanças, ou seja, se opondo ao global. Conforme exposto por Massey (2000), o lugar envolve quatro aspectos essenciais para o seu entendimento. O primeiro deles considera o lugar como não estático, pois os lugares se vinculam às interações sociais em constante processo; o segundo aspecto destaca que os lugares não têm fronteiras em relação às divisões demarcatórias; o terceiro aspecto define que as identidades dos lugares não se vinculam a uma unicidade ou singularidade, tendo em vista que estão permeados de conflitos internos. Por fim, os lugares não são considerados em relação à permanência específica do lugar, ou seja, voltando-se para uma única singularidade, mas trata-se para além de uma dimensão física desse espaço, voltando para a abertura de sua multiplicidade, pois “Há uma especificidade do lugar que deriva do fato de que cada lugar é o centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais” (Massey, 2000, p. 185). As contribuições de Massey (2000) nos provocam a dimensionar o lugar a partir de suas relações sociais que constantemente se entrelaçam, pois no lugar é onde essas relações também se constroem.

Na perspectiva de Massey (2015), para compreendermos o sentido global de lugar, é necessário entender as dimensões do espaço vinculado ao conjunto de ideias, com inter-relações dinâmicas, existindo a partir da sua multiplicidade, onde nada é considerado definitivo. Dessa forma, o espaço conceitua-se enquanto aberto, múltiplo e relacional, o que a autora também define a respeito do lugar, associando-se também a sua eventualidade, estando aberto a novas conexões e desconexões. O lugar, como argumenta Massey (2015, p. 203), compreende-se a partir do encontro de trajetórias em processos humanos e naturais, pois “[...] O que é especial sobre o lugar é, precisamente, esse acabar-juntos, o inevitável desafio de negociar um aqui-e-agora [...] e a negociação que deve acontecer dentro de ambos, o humano e o não humano”, ou seja, acepções que não se vinculam apenas nas intermediações entre humanos, mas também ao

lugar não-humano, tratando-se da natureza. Para a autora, isso diz respeito à eventualidade do lugar relacionado à sua multiplicidade, não estando associado a algo estático e sem movimento, tendo em vista que os elementos que compõem esses lugares estão dispersos em diferentes tempos e velocidades.

Massey (2015) esclarece que o lugar é compreendido com discursos opostos à globalização, mas também envoltos aos processos de produção do mundo, embora as interconectividades dos fortes discursos em que se interconectam esses lugares com os fluxos da globalização, a autora enfatiza que esse processo ocorre de forma igual para todos e ao mesmo tempo. Através disso, reflete-se sobre os divergentes atores e seus lugares no contexto global, bem como suas intenções frente aos projetos de globalização.

Por isso, é importante contextualizarmos as posições ocupadas de cada lugar dentro das esferas globais de poder. Com isso, a autora postula que, associarmos o local à construção do global, diz respeito a como as políticas locais endossam políticas e práticas criadas por agentes da globalização. A defesa do local contra o global deve ocorrer na busca pela alteração de mecanismos do próprio global localmente, ou seja, as perspectivas relacionais entre espaço e lugar consideram o contexto em que as relações se estabelecem, visando compreender as articulações que cada lugar em particular terá dentro das geometrias do poder (Massey, 2015).

Em consonância com Arturo Escobar (2005), o lugar desapareceu em decorrência do surgimento dos debates envoltos na questão da globalização, sobretudo das óticas capitalistas em que se dimensionaram o desenvolvimento. Para o autor, os diferentes pontos de vista em que são conceituados lugares em sua dimensão sob a ótica da globalização econômica, acabam impedindo as reflexões a respeito da cultura. É perante a crítica a essas perspectivas que Escobar (2005) destaca o caráter problemático em relação ao lugar e à cultura, pontuando as formas como os lugares sempre foram enfatizados enquanto uma criação histórica. Nesse sentido, eles devem ser explicados levando em consideração as maneiras pelas quais se dá a circulação global do capital, do conhecimento e dos meios em que se configuram a experiência da localidade.

Apresentar a perspectiva da Antropologia da natureza sobre as definições de lugar é destacar as críticas antropológicas acerca das teorias da globalização, enfatizando como a teoria ocidental tem marginalizado os sentidos do lugar ao refletir as realidades submetidas historicamente ao colonialismo ocidental. Conforme elucidado por Escobar (2005), o domínio do espaço sobre o lugar tem operado enquanto um dispositivo epistemológico eurocentrado na construção da teoria social.

Ao retirar a ênfase da construção cultural do lugar a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e do Estado, quase toda a teoria social

convencionou tornou invisíveis formas subalternas de pensar a modalidades locais e regionais de se configurar o mundo (Escobar, 2005, p. 70).

Conforme o exposto por Escobar (2005), a negação ao lugar tem implicado múltiplas consequências para a teoria, portanto, o autor frisa a necessidade de elas serem melhor exploradas no âmbito ecológico, tendo em vista que, nessa prerrogativa, ao desaparecimento dos lugares vincula-se a invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e sua construção dos ecossistemas. É perante essas problemáticas que o autor toma como base as contribuições da geografia pós-moderna, da economia política, da teoria pós-estruturalista e feminista que se apoiem especificamente em debater a questão do lugar.

As diferentes perspectivas de lugar, sobretudo a natureza, têm sido entendidas de forma estritamente diferenciada na perspectiva dominante. Como pontuam antropólogos/as, geógrafos/as e ecologistas políticos, as comunidades rurais do Terceiro Mundo utilizam os ambientes naturais de maneira particular (Escobar, 2005). Com isso, as reflexões sobre os modelos locais de natureza devem romper com a dicotomia natureza/sociedade. Diante disso, o autor reflete sobre as prerrogativas entre o local e o global em consonância com a noção de natureza do lugar. Escobar (2005, p. 75) destaca que “o lugar afirma-se em oposição ao domínio do espaço, e o não-capitalismo em oposição ao domínio do capitalismo como imaginário da vida social”. Portanto, o lugar apresentaria uma perspectiva a repensar a globalização e as questões vinculadas às alternativas ao capitalismo e à modernidade.

Os debates sobre o local e o global têm marginalizado as noções de lugar. Escobar (2005) sustenta que o lugar é tema central nos debates sobre desenvolvimento, cultura e meio ambiente, como também é de suma importância pontuar os outros contextos que definem essa categoria na construção do conhecimento e da identidade. Com isso, quando o autor frisa o desaparecimento do lugar em decorrência da globalização, isso decorre da assimetria entre o global e o local apresentada na maioria da literatura contemporânea sobre a globalização, em que o global se associa ao espaço, ao capital, à história e à ação humana, e o local vincula-se ao lugar, ao trabalho e às tradições, correspondendo à perspectiva das minorias, dos pobres como também, das culturas locais.

Por meio disso, o autor destaca a defesa do lugar a partir da prática dos grupos sociais que o compõem, elencando as definições pautadas por eles a respeito da identidade, de seus territórios, da autonomia política, bem como de sua própria visão de desenvolvimento. Assim, o autor, pautado nas definições da ecologia política e dos movimentos sociais, enfatiza novas perspectivas acerca da modernidade e do desenvolvimento, pontuando os saberes locais a respeito da natureza. Dessa forma, as alternativas apontadas por Escobar (2005) voltam-se para

a articulação de políticas ecológicas vinculadas à presença de questões de diversidade culturais e interculturais em que a natureza é concebida enquanto agente central.

Conforme o exposto por Massey (2000, 2015), ao lidar com as questões práticas de negociação e heterogeneidade dos lugares, é necessário dispensar as prerrogativas de definir o lugar sem suas variações e geometrias de poder. Apesar do contexto vivenciado pelas populações atingidas pela UHE de Estreito, vinculadas às lógicas de poder perpetuadas pelos empreendedores da usina na ocupação e exploração desses lugares. A exploração do leito do rio Tocantins para fins energéticos vincula-se às lógicas de poder que têm se disseminado na região a partir da implementação da barragem operando nesses lugares.

A instalação da UHE de Estreito perpetrou os deslocamentos compulsórios de inúmeras comunidades e, conseqüentemente, ocasionou o descolamento cultural com relação a seus lugares de origem. Entender as dinâmicas do lugar associa-se às dimensões reivindicadas por essas comunidades de buscar formas de ocupar, produzir e (re)existir na beira do rio. Quando Seu Antonio (52 anos) diz “*ficamos sem lugar. Fomos pra cidade, aí eu botei as coisas numa ... aí foi o tempo que ficou, ficamos uns dias só lá*”, ele refere-se às ocupações vinculadas ao beiradão do Rio Tocantins, e como após a formação do reservatório da UHEE sua vida estava vinculada à procura de um novo lugar de ocupação.

É diante desses pressupostos que a beira do rio é definida como lugar dos/as ribeirinhos/as, através dos significados que o meio ambiente natural apresenta aos seus modos de vida. O lugar, à beira do rio, se relaciona culturalmente à vida dessa comunidade, de forma que a experiência “[...] é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” (Tuan, 2013, p. 17). As definições de lugar reafirmadas pela população acampada foram por mim percebidas em trabalho de campo da dissertação. Quando saímos cedo para despescar a rede colocada no lago no dia anterior, observei Seu Antonio tirar metros de redes do lago e a dificuldade relacionada ao pescado. Enquanto pescava, ele me contava do tempo antes da barragem, especificamente vinculado à pesca. Naquele dia, em meados de julho de 2019, enquanto ele despescava a rede, me vi apreensivo ao perceber a pouca quantidade de peixes, o que ele reafirmava nos dias que o acompanhei no lago: “*Essa luta não tá compensando não*”, ao mencionar as dificuldades em conseguir pescar naquele contexto. Mesmo ele ampliando o tamanho da rede de pesca, indo várias vezes pescar e despescar a rede, é impossível em termos comparativos associar sua produção atual ao período anterior à barragem.

Foi nesse momento, entre as angústias pela falta do peixe e a peleja no labor pesqueiro, que indaguei rapidamente Seu Antonio: “*Por que o senhor permanece aqui com toda essa*

difficuldade?” Naquele momento, fui levado pela indagação de como uma vida tão difícil enfrentada por meio de inúmeros conflitos ainda se vislumbrava como um melhor meio de continuar com suas práticas culturais. Foi quando ele me disse que não teria onde criar suas galinhas, montar moradia, ancorar seu barco, ter o lugar para “*agazaiar a tralha de pesca*”, mas, sobretudo, ele foi enfático ao dizer das motivações que o levou a permanecer apesar de todas as dificuldades: “*A beira do rio é o nosso lugar, porque nós somos ribeirinhos*”. Ali, ele demarca seu lugar de permanência, nesse primeiro momento em que a categoria lugar entrou em minhas reflexões a serem pensadas sobre aquela comunidade. Através disso, percebi a relação afetiva que Seu Antonio tecia com o rio vinculada à sua experiência com a pesca, como também às suas vivências no beiradão do rio, pois “[...] o lugar rememorado associa-se à beira do rio, pelo fato de que ele vive culturalmente às margens do rio pescando, instala-se em acampamentos para que, quando retornar da pesca, possa ter um lugar de repouso e manutenção do pescado” (Machado, 2020, p. 85-86).

[...] primeiramente é o seguinte, não tem como eu ficar só na rua com as minhas coisa porque é muitas coisa de pesca, é muita, meus bagulho sé muito. Ai não tem como eu ficar levando esses bagulho toda vida pra rua, pro Estreito, pra casa de morada e toda vez trazer pro rio porque é muito bagulho, não tem como, **eu tenho que ter um lugarzinho na beira do rio** pra tá com as coisa. Aí tem um bocado de coisa aqui, tem outro bocado lá, tem outro bocado lá no Estreito, é assim. Se for ajuntar tudinho a tralha de pesca, as coisa que depende da pesca não tem como deu levar pra rua e trazer toda vida não, muito difícil. Ainda mais agora que não tem, a gente depende dos outros pra ir e voltar (Seu Antonio, 56 Anos, entrevista oral, 06/08/2023, grifos meus).

Seu Antonio frisa suas motivações em estar à beira do rio, agora lago, ao descrever a necessidade de “*ter um lugarzinho na beira do rio*”, para ter local de repouso, moradia, produtividade, como também para armazenar seu material de pesca. Viver próximo ao rio lhe dá a possibilidade de transitar entre o lago e a comunidade, a comunidade e a cidade, para assim vender o peixe e cultivar os modos de vida que se perpetuam desde sua ocupação nos pontos de pesca. Cabe destacar como as concepções sobre os lugares de pesca se situam de diferentes formas entre o que de fato é definido pelos/as acampados e o que é considerado pelo Ceste, como destaca a narrativa de Dona Jacirene:

Eles querem que a gente viva pescando com barraca de campo né. Tipo só acampar e tirar as coisas, sair fora do local. Acho que até um fogo se a gente ascender e eles passar perto, porque com certeza a gente tem que ascender um fogo pra fazer a comida pra comer né. Porque a gente vai pescar a gente passa dois três dias no lago pescando, não têm peixe, aí a gente tem que ir pra um lugar, passa uma noite num lugar e sai no outro dia, vai pra outro lugar. Mas, aí volta pra aquele acampamento entendeu? (Dona Jacirene, 48 Anos, entrevista oral, 03/03/2019).

A narrativa de Dona Jacirene destaca a necessidade de ter um lugar de moradia, como o acampamento ou onde viviam nos pontos de pesca, pois a lida com a produção pesqueira ultimamente ocorre pelo longo tempo em que pescadores e pescadoras passam no lago em busca do peixe. Diferente de outros tempos, a necessidade em lançar as redes de pesca, organizar os períodos temporais entre o pescar e o despescar, leva a uma demanda que define o lugar de moradia dessas populações estar fincado à beira do rio. Para os empreendedores, a pesca não está associada a uma prática cultural, tradicional, que demanda tempo, cuidado e dedicação, que é inviável manterem como lugar de repouso uma barraca de campo. As definições elencadas pelo Ceste associam-se à pesca esportiva que não utiliza o pescado para consumo ou comércio, apenas pelo prazer de pescar. Nesse caso, a barraca de campo, os materiais para o exercício dessa prática esportiva, diferem de todo o procedimento que Seu Antonio e Dona Jacirene passam ao tratarem da pesca artesanal.

Logo, entender as dimensões do lugar enquanto experiência é fundamental para apresentarmos as ligações que a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem tem com o rio. Tuan (2013) destaca que o lugar só atinge sua realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, ocasionada a partir dos sentidos e da mente ativa e reflexiva. Com isso, o autor frisa que, quando o período de residência em um lugar é determinado por um longo tempo, passamos a conhecê-lo intimamente, ou seja, as experiências vinculadas ao lugar acionam o sentimento de pertencimento a ele.

A afeição ao Rio Tocantins está frisada na vida dos povos e comunidades tradicionais que viveram e vivem em suas margens. Lucas Amario (2022) esclarece que a afeição da população acampada para com o rio traz aspectos relacionados à saudade. Com a construção da barragem, o rio nunca mais se encontrou nas mesmas condições de outrora. As memórias afetivas acionadas nas narrativas orais dos/as ribeirinhos/as vinculam-se ao rio como principal fator que atribuem a esse apego. Ocorrem sobretudo em relação às características vinculadas aos modos de vida, especificamente situados a essas práticas culturais exercidas no rio, o que faz a comunidade ter afeição pelo território alagado (Moreira e Machado, 2023).

O rio está presente nesse imaginário, nas determinações desse lugar que foi e de como ele se modificou no decorrer dos processos enfrentados nos últimos anos por essas populações. Assim, compreendem-se as formas pelas quais o lugar passa a refletir as práticas e encontros das comunidades que fazem parte desse lugar, e que não necessariamente possuem identidades territorializadas. O lugar é construído a partir das relações sociais que se encontram e se entrelaçam em um lócus particular e não associada a uma longa e internalizada história (Chizenga, Blanco e Almeida, 2022).

Os deslocamentos territoriais marcam as trajetórias e os lugares a serem ocupados pelas populações atingidas. Diante disso, o lugar é permeado por afetividades, sentimento e rememoração. Como destaca Tuan (2013, p. 11), “O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”, com isso, espaço e lugar estão intimamente relacionados e devem ser tratados como elementos do ambiente.

Dona Marinalva (55 anos) recorda-se desses lugares afetivos ao lembrar as diferenças do rio e de tudo que possuía naquela época: “*O rio era tão diferente, tinha umas pedreira aí, um lugar bom, era tão bom nessas época que tu nem imagina o tanto que era bom. Tinha muita plantação, tinha manga, muito coco, muito cocal, se acabou tudo aí*” (Entrevista Oral, 08/07/2019). O lugar alagado está presente no imaginário dessa comunidade ao trazerem as transformações que vivem atualmente em decorrência da barragem em relação ao que tinha antes desse período. Ao mencionar que “*era tudo tão bom*”, Dona Marinalva associa as plantações que produzia na época, os pés de manga, coco e a saudade dessa produtividade. Atualmente, destaca que “*acabou tudo*” ao mencionar como as plantações têm enfrentado um período insalubre nas terras que vive na comunidade.

Articula-se a narrativa de pertencimento e lembranças desse lugar com as abordagens de Massey (2015, p. 220) ao definir que “O lugar [...] nos modifica não através de um pertencimento visceral [...], mas através da prática do lugar, na negociação das trajetórias que se intersectam, lugar como uma arena onde a negociação nos é imposta”. No caso das afetações causadas pela barragem de Estreito, acabam se disseminando as multiplicidades de lugares ocupados por essas comunidades, as disputas relacionadas à recente busca de se fixar territorialmente e, também, como todas essas afetações ocasionam as intersecções que definem e formulam o lugar ocupado e aquele que se rememora.

Por meio disso, memória e lugar relacionam-se intrinsecamente nos pressupostos de permanência no território em disputa, evidenciando as motivações e resistências vivenciadas pela população acampada para permanecer lutando pela terra. A partir dessas experiências o processo de luta e (re)existência se constrói na permanência da terra em disputa. O lembrar associa-se às experiências e ao lugar que se alagou junto às águas da barragem. Com isso, a luta pela terra que ocupam hoje determina a reivindicação de modos de vida ribeirinhos, enfatizando que o exercício da pesca e da agricultura se constrói num território rural que esteja às margens do rio.

A comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem (re)existe desde a chegada do empreendimento hidrelétrico na região em que viviam. Em 2007, quando souberam as primeiras notícias sobre a implantação de uma usina hidrelétrica na cidade, embora tenham suas

concepções e impressões sobre a barragem se modificado durante o processo de expropriação e violação de seus direitos, os/as acampados/as passaram a (re)existir contra as alterações de seus modos de vida, os embates com os empreendedores, as violações e injustiças sociais e ambientais que vem sofrendo no decorrer dos anos.

Em vista disso, as narrativas apresentadas neste capítulo, para além da saudade, lembranças e experiências, expressam uma história de (re)existência relacionando-se especificamente aos motivos e significados que a permanência no território em disputa têm sobre o processo de luta pela terra que enfrentam atualmente. Estar à beira do rio, num território rural, pescando e plantando determina os fatores essenciais da manutenção dos modos de vida desta comunidade. A memória do território alagado representa o direito de permanecer na luta, acampando, produzindo e (re)existindo.

4.3 Do Ponto de Pesca para a beira do lago: a busca do lugar ribeirinho

Quando pensamos a respeito de lugar de memória, rememoração do lugar ribeirinho ou de onde vêm as histórias de vida da população acampada, associamos ao beiradão do Rio Tocantins. Desde meu primeiro contato com a comunidade, em 2017, o lugar de onde foram expropriados foi por mim interpretado como um único lugar de origem e que todos/as ocupavam coletivamente, como o fazem no acampamento atualmente. Entretanto, os retornos ao campo me possibilitaram entender as dimensões sobre esses lugares, embora o beiradão do rio ou a beira do rio definisse geograficamente um local de origem, não dizia respeito a uma só ocupação. Portanto, descobri que esse lugar rememorado se tratava dos Pontos de Pesca, que são lugares de ocupação às margens do Rio Tocantins.

Na verdade, quando eu me entendi mesmo por pessoa assim, que comecei já a pensar por mim, a gente já, eu já vivia no entorno do rio, na beira do rio. Eu me lembro na minha lembrança, desde muito cedo criança, já era aqui na margem do Rio Tocantins que antigamente era chamado Barra da Santana, eu morava lá. Na verdade, era numa terra que pertencia aos pais do senhor Raul Moura. Meu pai, minha mãe morou lá bastante tempo, como agregado mesmo, aí plantava, pescava, que é a profissão mesmo dele também desde... era plantar e pescar, que era plantar nas vazante, nas rocinha e pescar (Lucinha, 39 Anos, Entrevista Oral, 04/02/2024).

A barra do Santana, especificamente a Ilha dos Campos, tratava-se dos lugares de ocupação de alguns dos/as membros/as da comunidade ribeirinha, lugares onde fixavam seus Pontos de Pesca e exerciam seus modos de vida. Lucinha (39 anos) recorda as lembranças da infância da vida que levava na barra do Santana. Como ela destaca, tratavam-se dos leitos afluentes do Rio Tocantins, morando com os pais numa terra enquanto agregados, vivendo do

plantio e da pesca. Quando narra sua trajetória de vida, o lugar recordado é o das vivências à beira do rio, como a mãe, Dona Miúda, que, desde criança, viveu aprendendo as práticas culturais na lida ribeirinha e no labor da pesca. Dessa forma, essa tradição foi repassada para a filha que recorda a infância na beira do rio.

Ao falar sobre o processo da pesca, vivências e as experiências perpetuadas, antes da chegada do empreendimento, os lugares de origem da comunidade eram a ocupação em Pontos de Pesca. Seu Antonio (56) me conta que, desde criança, aprendeu a pescar com seu padrasto e que pescava nos Pontos de Pesca junto dele. Inclusive, esses pontos eram registrados, cada pescador ou pescadora que ocupasse as margens do rio tinham seus pontos, sobretudo os mais velhos, muito deles/as tinham mais de um ponto e o exercício da pesca ocorria nesses lugares. Ele menciona que tudo era mais tranquilo e que não precisava andar atrás do peixe, pois a diversidade na época supria a necessidade de toda a região.

Esses lugares eram ocupados em terras “cedidas” por fazendeiros que “permitiam” que pescadores/as utilizassem as margens do rio como lugar para fixarem esses pontos de pesca. Nessas terras, de posse legal dos fazendeiros, os ribeirinhos/as e pescadores/as faziam uso das margens do rio, ficando acampados e realizando atividades voltados para a pesca, a criação de animais e a produção da agricultura de vazante (Machado, 2017). Dona Marinalva destaca como ocorriam essas ocupações:

O povo quando trabalha nas terra alheia, quando trabalha que o dono da terra deixa a gente trabalhar na terra né, muito tempo, foi um bocado de ano. Aí, no tempo que impactou aquela terra a gente foi... tem gente que foi indenizado né. Nós não, por causa que... o homem sempre falou isso né. Ele tem a sede da fazenda dele, dessa terra aqui é muito longe daqui a sede dele. Quase ninguém nunca foi nesse lugar né. Não tem nada a ver, nós já viemo pra cá sabendo: nois ia plantar, colher e plantar o capim pra ele. Mas não ganhava nada com isso. Tá entendendo como é que é?! Ai inundou tudo, quem ganha só ele que é dono da terra né, nois que morava anos barracão, que é as casa por aqui, tava sabendo disso que não ganhava nadinha não (Dona Marinalva, 55 Anos, Entrevista Oral, 08/07/2019).

Os locais de ocupação e morada tratavam-se dessas terras à beira do rio, nas quais, embora fossem de posse de fazendeiros, era permitido o uso e ocupação às margens, como menciona Dona Marinalva “*Cada terra tem um dono... sempre tinha um morador ou dois morando nessas terra, eles não se importavam não, o pessoal deixava a pessoa morar, plantar vazante*”. Embora boa parte da comunidade cite o fato dos donos das terras não se importarem com as ocupações da população ribeirinha, existiam casos específicos de quem realizava trabalhos para tais fazendeiros, como o plantio de capim mencionado por Dona Marinalva, que “*não ganhava nada com isso*”, mas poderia associar-se a um trabalho vinculado à ocupação, trabalhar para custeio da ocupação.

É frisado o reconhecimento acerca do processo de chegada da usina: “*inundou tudo, quem ganha só ele que é dono da terra*”, destacando o processo de formação do lago da Usina e que, por não serem considerados enquanto população atingida, só os donos das terras foram legalmente reconhecidos para efeito dos direitos indenizatórios sobre as terras alagadas. Fatores associados à questão territorial patrimonialista em que se considera atingido aquele que detém legalmente a posse da terra, como menciona Vainer (2008). Entretanto, é necessário pontuar que o conceito de atingido encontra-se em disputa, como suas diferentes definições apontadas pelo autor: patrimonialista, hídrica e das agências multilaterais.

Lorena Fleury (2013) argumenta que o debate em torno da disputa da categoria esteve em pauta com a Eletrobras, sendo abarcado pelo setor elétrico, que considera atingido, incluindo programas de indenização, pessoas que não detém a titulação das terras onde trabalham e/ou residem (a exemplo da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem), aquelas atingidas não apenas pelo enchimento do reservatório, como também os que vivem à montante e à jusante da construção da usina. Cabe pontuar as políticas voltadas para as populações atingidas que recentemente estão em debate e teve projeto de lei aprovado, seguindo as prerrogativas apontadas no PNAB⁷¹, que é a reivindicação histórica de movimentos sociais como o MAB.

As disputas da população recaem sobre a descaracterização enquanto atingidos. A narrativa de Dona Marinalva situa esse processo vinculado aos lugares que ocupavam muito antes de enfrentarem todas as disputas políticas, sociais, ambientais e territoriais que reivindicam atualmente. Dessa forma, os lugares de ocupação estão presentes no imaginário da comunidade ao descreverem todo o processo de violação que recaiu sobre eles e elas durante os problemas e enfrentamentos acerca dos conflitos socioambientais da UHE de Estreito.

Dona Jacirene (51 anos) explicita sobre o processo de ocupação dos pontos de pesca, da maneira que se organizavam e como de alguma forma as vivências daquela época entrelaçam-se com as de hoje.

Lá era do fazendeiro, que todas... todos os pontos tinha um fazendeiro né, só que a beira do rio os pescador podia fazer os ponto de pesca, entendeu? Os fazendeiro não implicava, não mexia, eles deixava. E aí nós plantava lá, igual eu tava falando, nós plantava, plantava melancia, que era na época da vazante né. E fizemo nossa casinha lá, era bem feitinha, casinha, tipo assim oh [aponta pro barracão do acampamento pra fazer comparação], casinha de palha e de tábuas, e aí era nossa casinha onde nós... quando nós não tava no rio, nós tava lá. Deixava nossas coisa tudo lá, ia pro rio

⁷¹ As questões voltadas para aprovação do projeto de lei reivindicado pelo MAB e as demais demandas a respeito da categoria atingido estão discutidas no Capítulo 03 deste trabalho. Aqui mencionamos novamente para situar as prerrogativas em relação aos lugares de ocupação e todos os desdobramentos acarretados entre essas disputas e conflitos vivenciados pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem.

pescar, ia mais pra longe né, e voltava e ficava tudo ok (Dona Jacirene, 51 Anos, Entrevista Oral, 23/07/2023).

O processo da pesca, do plantio, da criação de animais define as atividades profissionais e culturais realizadas pelos/as ribeirinhos/as e pescadores/as nesses lugares. Os Pontos de Pesca, embora recebessem essa definição, não se vinculavam apenas à prática pesqueira, mas definiam que, nos processos laborais da pesca, era necessária a permanência em um lugar de morada para plantar, criar e produzir naquele território, enquanto se mantinha do pescado do rio. A estrutura organizacional dos barracões, nas formas como pensavam seus locais de morada, interliga-se como atualmente montaram no acampamento, como situa Dona Jacirene, ao narrar sobre esse tempo em que ocupava os pontos de pesca, compara a feitura do lugar onde vive hoje. Dessa forma, o rememorar o lugar alagado se imprime nas motivações e lutas pela permanência no território que ocupa hoje.

Seu Cristóvão (63 anos) enfatiza as memórias dos tempos de produtividade antes da chegada do empreendimento, situando suas atividades profissionais na época e como se desdobrou após ter sido deslocado compulsoriamente de seu lugar de ocupação.

A pesca naquele tempo da barragem era de tarrafa, era botando rede, tinha os ponto de pescar mesmo nos ponto dos Moura ne, eu não tinha o ponto na época antes da barragem eu pescava com Seu Bernaldino Lea, no ponto dele e no ponto do Luiz Moura. Ai, depois que surgiu a barragem, aí não existiu mais ponto, antes quando surgiu a barragem nois compremo o ponto, fizemo uma associação e compremo o ponto do Bernaldino Lea, lá em baixo, lá no Terezão. Ai quando... nós pescava lá na parte de baixo, aí quando surgiu a barragem, eu passei pro lado de cima. Ai vendi minha parte pra outro cara, a minha associação, que era um ponto de associação, nois era em oito sócio lá ne, nessa área lá que nós compramo. Aí eu peguei vendi minha parte e vim do outro lado. Aí, aqui no lago, não tem negócio de ponto não, qualquer lugar que a gente chega bota a rede (Seu Cristóvão, 63 Anos, entrevista oral, 23/07/2023).

Com a formação do lago da UHE iniciada em 2011, os pontos de pesca foram alagados e consequentemente expropriados seus/suas moradores/as. A vida de Seu Cristóvão (63 anos) após o período de alagamento, foi buscar alternativas para continuar pescando. Tendo a associação dos pontos de pesca se desvinculado por conta do alagamento, negociou a venda de seu ponto, e seguiu pescando, pois *“aqui no lago não tem negócio de ponto não, qualquer lugar a gente chega e bota a rede”*. Houve a desestruturação na organização da pesca no beiradão do rio. A princípio, se respeitavam os locais de ocupação, as definições dos pontos de pesca em que eram organizados e regulamentados conforme as definições da população pesqueira. Todo mundo conhecia os pontos de pesca uns dos outros e respeitavam esses espaços. Após a construção da usina, essa organização se perde junto do alagamento, pois quando Seu Cristóvão enfatiza que, no lago, qualquer lugar chega e bota a rede, vai contra todo o processo

sociocultural vivenciado por essas comunidades anteriormente, pois a busca por um lugar de moradia para manutenção de suas práticas culturais implicava num novo processo de territorialização. Embora o lago não demarcasse mais os pontos de pesca, era inviável continuar pescando sem ter um lugar específico para moradia, criação e produção.

As mudanças no processo de pesca estiveram entre os primeiros embates e afetações sentidos pela comunidade atingida pela UHE de Estreito, sobretudo, relacionadas às alterações nas práticas pesqueiras. Esses fatores também foram vivenciados por comunidades de pescadores atingidos pela UHE de Funil (MG), explicitada no trabalho de Natan Carvalho, Marcelo Oliveira e Bruno Fonseca (2017), que analisaram as mudanças de vida dos pescadores atingidos pela UHE de Funil, que afetou as comunidades de Macaia, Ponte de Funil e Pedra Negra, região sul de Minas Gerais. Os autores buscaram entender os processos de transformações da identidade destes pescadores a partir da substituição das atividades de pesca artesanal para piscicultura.

Guiados pela análise de documentos referentes aos processos de licenciamento ambiental do empreendimento, entrevistas com os pescadores e trabalho de campo, os resultados alcançados demonstram como os pescadores que viviam às margens do Rio Grande, que historicamente utilizavam a pesca como meio de vida, passaram a reconstruir suas identidades em um novo local. Tendo em vista as alterações nos modos de vida que, ao vir o enchimento do lago, deixaram de ser pescadores para se transformarem em produtores de peixes, o que conseqüentemente não foi capaz de suprir suas vivências culturais e socioeconômicas.

Os autores situam o contexto da pesca como aporte principal em seu debate epistemológico, utilizando inclusive da lei n.º 11.959, de junho de 2009, para enfatizar as determinações legais impostas pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Com base nessas determinações, os tipos de pesca enquadrados aos pescadores de Rio Grande dizem respeito à pesca artesanal e de subsistência. A primeira relaciona-se à prática do pescador profissional de forma autônoma e em regime de economia familiar, enquanto a pesca de subsistência é praticada com fins de consumo doméstico.

O saber tradicional do ecossistema é característica essencial da pesca. Como posto por Carvalho, Oliveira e Fonseca (2017), os pescadores obtêm um conhecimento profundo sobre a estrutura e dinâmica no ecossistema no qual estão inseridos. No caso estudado, as alterações na pesca ocorreram pelo advento da construção da usina de Funil, que, ao transformar o rio em lago, acabou tornando o ambiente de pesca desfavorável ao desenvolvimento da própria espécie.

Este contexto associa-se à vivência da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem. Entre as narrativas orais, os problemas ambientais na produção pesqueira destacam-se por ser um dos maiores efeitos sofridos por eles/as, tendo em vista que a pesca sofreu alterações na produção e reprodução do pescado, assim como na sua diversidade. Dessa forma, o estudo de Carvalho, Oliveira e Fonseca (2017) amplia os efeitos socioambientais dos grandes empreendimentos que imprimem desastres em comum, como a vivência dos pescadores de Funil, que se associa, em partes, aos conflitos enfrentados pelos atingidos da UHE de Estreito.

Os enfrentamentos a esses conflitos associam-se às prerrogativas da permanência, conforme ocorreu em Funil e, conseqüentemente, ocorre em Estreito. É necessário compreendermos como essas mudanças acarretaram os processos de reivindicações dessas populações, embora o caso de Funil apresente uma mudança drástica relacionada à pesca, os/as pescadores/as de Estreito enfrentam a mudança no ecossistema o que, conseqüentemente, implica na manutenção da prática pesqueira. Entretanto, em seus processos de (re)existência, a perpetuação do pescado ainda se apresenta no cotidiano dessas comunidades, apesar dos conflitos e disputas socioambientais geridas pela barragem. Com isso, o recordar o território alagado, as vivências modificadas em decorrência da usina e as mobilizações na continuidade desses modos de vida se diferencia no contexto do Acampamento Coragem, pois a memória e o lugar implicam nas problemáticas a conduzirem a permanência neste território.

Recordar esses lugares de alguma forma reverbera no território em que vivem hoje? Essa foi uma das perguntas que me perseguiram no decorrer do processo de campo, pois, de que forma era possível reconstruir uma vida a partir de um lugar que não se tem mais? Como perpetuar modos de vida a partir da vivência em um rio que virou lago e na produção de uma vazante que agora se vincula a uma roça de toco? De alguma forma, Dona Jacirene faz com que interliguemos esses lugares de ocupação quando me explica sobre o que se tratavam os pontos de pesca:

Ponto de pesca era tipo aqui, nós num tá... nós tem esse barraco aqui? Nós vinha direto pra cá, aí aqui nós botava nossas coisa, era tão tanto que lá onde uma vez o pessoal da... do Ceste mesmo derrubou nosso barraco lá, foi só nós sair, lá nós tinha fogão, nós deixava toda a tralha da pesca né, que é rede, é... naquela época usava tarrafa hoje quase não usa mais tarrafa aqui no lago. Mas deixava tudo, as coisa de comer, fazia a compra, trazia pra lá. Tipo como vem pra cá pra esse barraco aqui, pra essa casa aqui, as coisa ficava tudo nos local. Aí hoje nós não tem, pode nem fazer um barraco na beira do lago, pra gente dizer assim “não nós vamo deixar nossas tralha lá pra ir no Estreito vender o peixe e voltar praquele local”, só se deixar aqui mesmo. Aí quando chega aqui, aí pega e toca no mundo, aí fica na beira do rio, mas não tem aquele lugar pra dizer assim “não, esse daqui é o nosso ponto”, entendeu? Não tem mais, acabou (Dona Jacirene, 51 Anos, entrevista oral, 23/07/2023).

“*Era tipo aqui, nós num tá... tem esse barraco aqui*”, sentados no galpão do seu barracão, ela mostra seu lugar de morada enquanto me narra suas memórias daquilo que perdeu. Quando compara a ocupação nos Pontos de Pesca com a ocupação reivindicada atualmente na formação do acampamento, nota-se que existe ali a alternativa da continuidade de uma tradição. Embora seja diferente, não se trata de um lugar tão tranquilo, produtivo e sossegado como era, mas a perpetuação de seus modos de vida, sobretudo quando cita a pesca, vincula-se a essa vida que se exercia desde antes da formação do lago, desde a infância de Seu Antonio que entendeu o exercício de sua profissão ao acompanhar o padrasto, ao viver ocupando as margens do Rio Tocantins em seus Pontos de Pesca.

Após a chegada da barragem de Estreito e do processo de expropriação territorial, as vidas dessas comunidades mudaram drasticamente com a perda do lugar, dos pontos de pesca e as consequentes alterações que isso traria para o exercício de seus modos de vida. Ao lembrarem como ocorreu o início desse processo, Seu Antonio e Dona Jacirene destacaram a ausência de negociações ou de combinados para que pudesse retirar seus mantimentos ou se preparar para a saída de seus pontos de pesca.

Aí eu fazia era a vazante era lá na ilha. Ai quando eles passava eles dizia assim “Rapaiz, você... vai ser ruim, você tem pra onde ir?” “Não, não tenho pra onde ir não, só pra casa mesmo no Estreito e vou criar minhas coisa aonde?”, “Não, o CESTE vai contemplar”. Eles dizia assim: “O CESTE vai contemplar esses pescador da beira do rio que mora igualmente você aqui, tem sua casinha, tem suas coisinha, sua criação, o CESTE vai contemplar, com certeza o CESTE vai comprar uma área de terra pra agazaiar vocês”. A conversa deles era esse, enganando. Quando eles fazia uma reunião ai na colônia, a conversa era essa também. E o tempo passando e eles fazendo a barragem, fazendo a barragem. Ai quando inundou, que começou a primeira cheia, que não foi todo duma vez, ele encheu um bocado, aí ficou meio perto. Ai, eu tava lá foi a última vez, aí os rapaiz tava trabalhando com as máquina perto, ai vieram lá conversaram comigo, veio os fiscal, ai fizeram meio mundo de pergunta lá: “não tudo bem, o CESTE vai contemplar vocês” aquilo outro. Aí eu tive que ir descer pra cá pra trazer o peixe, pra vender. Quando eu desci pra cá, não demorou... acho que não demorou duas horas que eu cheguei. Eles viram que ficou sem ninguém, as máquina tava lá perto e ai eles arrojaram as máquina, meteram o motor serra, cortaram as tábua nessa altura assim [faz o gesto exemplificando o comprimento que ficaram as tábuas após serem serradas], pinicaram tudinho de motor serra, meteram o trator, derrubaram tudo. O fogão a gás, o fogão eles botaram pra fora, inclusive nem em pé não ficou, ficou virado (Seu Antonio, 50 Anos, Entrevista Oral, 05/02/2018).

Enquanto levava o peixe para ser vendido na cidade, o seu lugar de ocupação foi destruído pelos empreendedores entre inúmeras promessas, sejam de realocação, de indenização ou que o CESTE iria “*agazaiar vocês*”. Seu Antonio se viu diante da perda drástica do seu ponto de pesca. Ele destaca as etapas em que ocorreu a cheia do lago, enfatizando os três momentos específicos: “*começou a primeira cheia, que não foi todo duma vez não*”. As etapas desse processo tiveram início em novembro de 2010, quando o IBAMA emitiu Licença de

operação da usina, autorizando o enchimento do reservatório da UHE de Estreito. A segunda etapa ocorreu em dezembro do mesmo ano, quando se iniciou o processo de enchimento do lago, e em maio de 2011, quando o enchimento do lago da UHE foi concluído (CESTE, 2024).

A última etapa culminou no despejo das comunidades atingidas que ocupavam os territórios a serem alagados. Quando ainda estavam em seu ponto de pesca, Seu Antonio pode acompanhar os trabalhos que vinham sendo realizados para a construção da barragem. Nas proximidades da terra que ocupava, vendo os trabalhadores e as máquinas do empreendimento, ele foi até indagado sobre o que faria após a conclusão da etapa de formação do reservatório da UHEE, ao que ele enfaticamente respondeu que não teria para onde ir. Ele recorda que os trabalhadores ainda mencionaram que o CESTE iria contemplar aqueles que haviam de ser deslocados das terras alagadas, que seriam possivelmente remanejados para outras localidades. Foi quando desceu para a cidade indo vender o peixe que os mesmos trabalhadores com suas máquinas aproveitaram o momento de saída de Seu Antonio do lugar e derrubaram seu barracão.

As fotografias 22 e 23 destacam como ficou o barracão da família de Seu Antonio quando ele retornou ao seu ponto de pesca depois da venda do peixe. Viu o barraco no chão, *“pinicaram tudinho de motor serra, meteram o trator, derrubaram tudo. O fogão a gás, o fogão, eles botaram pra fora, inclusive nem em pé, não ficou, ficou virado”*. Diante disso, nota-se a forma violenta com que foi expropriado do seu local de origem, não tendo nenhum combinado ou acordo para que ele retirasse seus mantimentos, colher suas produções e pegar as criações de galinhas e resguardar para que não pudesse ver tudo violentamente destruído como de fato ocorreu.

Fotografia 22 – Derrubada do barracão



Fonte: Acervo pessoal de Dona Jacirene (2011⁷²).

Fotografia 23 – O desmonte da moradia de Seu Antonio



Fonte: Acervo pessoal de Dona Jacirene (2011).

⁷² As fotos do arquivo pessoal de Dona Jacirene e Seu Antonio possivelmente datam-se de 2011, tendo em vista que a última cheia do reservatório da usina ocorreu em meados de 2011.

Cabe ressaltar que não foram todas as pessoas que enfrentaram processos tão violentos como o narrado por Seu Antonio. As experiências do deslocamento de Dona Guida enfatizam uma organização e planejamento para sua retirada do local que ocupava.

Não. Nós morava acima do Feio, nós tinha outra roça pra acolá, nós morava pra acolá pro sertão. Ai, quando nós pensamo que não, chegou Luís Moura, um velhinho chamado Fábio, parece que era Fábio, não me lembro mais não o nome de rapaz, parece que já até morreu. E quem era o outro? Não sei se era o Raul, ou se era o Manel, um desses três. Chegar lá pra fazer as pergunta a nós, dizendo que lá era pra nós desocupar que assim, e lá ia ser atingido por a água, ai eu falei assim “Mas gente, e como é que vai ser esse negócio?” “Não, cada qual vai ter seus direito, não se preocupe que vocês vão ter seus direito”. Eles gostavam muito lá de casa que toda vida eu tive plantio lá. Ai ficou e, quando pensou que não, e no dia 10 ou dia 11 de agosto chegou um carro lá, que eu falei que não tinha condição de nós carregar aquele tanto de coisa na canoa, eu descia pro Estreito, meu marido ficou lá, ai ele chegou lá... quando nós chegou lá, pensou que não, chegou um caminhão pra buscar as coisa. Foi no dia 10 ou no dia 11 de agosto? (Dona Guida, 63 Anos, Entrevista Oral, 23/07/2023).

Dona Guida (63 anos) teve auxílio dos empreendedores para retirar suas coisas do lugar onde vivia, pois, como diz, *“falei que não tinha condição de nós carregar aquele tanto de coisa na canoa”*. Então, em agosto, possivelmente entre os dias 10 e 11 do ano que ela não recorda, mas possivelmente se tratava de 2011, por ser o ano em que ocorreram as últimas etapas de enchimento do lago, os empreendedores disponibilizaram um caminhão para que ela pusesse todas as suas coisas e levasse para a cidade, sendo o caminhão descarregado à noite. Ela contou que veio do ponto de pesca e no outro dia, quando o esposo voltou para buscar o que não conseguiu levar no caminhão, *“chegou lá a casa tinha pegado fogo, tocaram fogo na casa”*. Mesmo tendo disponibilizado o caminhão para levarem o que conseguiram ajeitar no dia da retirada do lugar, ela contou que muita coisa ficou perdida, que ela voltou para buscar e tudo já se encontrava destruído. A destruição dos barracões como ocorreu – de forma mais impositiva com Seu Antonio, e menos agressiva para Dona Guida –, implica numa série de questões ilegais, seja a respeito da violação de direitos humanos, seja a respeito dos danos morais.

Lucinha (39 anos) destaca que, durante esse processo, algumas pessoas foram avisadas e outras não, pois tudo ocorreu num curto espaço de tempo, em meio ao alvoroço no qual as populações atingidas se viram intimidadas e sem entender de fato a respeito dos direitos e do que aquilo implicaria em suas vidas. A narrativa de Lucinha enfatiza o uso de linguagem técnica e difícil por parte dos empreendedores, o que, conseqüentemente, implicava no entendimento de povos e comunidades tradicionais que não tinham *“tanto estudo não ia saber o que tava dizendo aquele papel”*, ao referir-se às intimações de despejo e desocupação das áreas a serem alagadas.

Segundo as determinações elencadas pelo MAB (2015) a respeito dos direitos violados pela construção da Usina, entre os dezesseis direitos pontuados destacam-se “Direito à informação e comunicação” e “Direito à plena reparação de perdas”, o que abarca as informações confusas e inconclusivas pontuadas pela lógica tecnicista presente na linguagem dos documentos e também propagadas pelo CESTE, além dos direitos a respeito das reparações causadas pelos danos morais, econômicos, mentais e físicos decorrentes do processo violento da retirada de seus lugares de ocupação.

Os deslocamentos compulsórios enfrentados por essas comunidades podem ocorrer em seus aspectos físicos e materiais, passando a experimentar um deslocamento social e cultural, enfrentando um processo de sociabilidade forçada, forjada em processos políticos e demandas burocráticas que são alheias a essas populações, como destaca Zhou et al. (2018). Dona Miúda (58 anos), ao recordar o território alagado e todo o processo da retirada, diz que ficou muito impressionada, passou a refletir sobre como iria tocar sua vida, o seu trabalho, pois tudo ficaria mais difícil “*pois nós vivia da água*” e, após o alagamento, tudo iria se dificultar, sobretudo a busca por um novo lugar para continuarem ocupando.

As incertezas a respeito da continuidade na vida da pesca, do plantio nas vazantes e das ocupações na beira do rio fizeram com que, após o processo de expropriação, a comunidade procurasse outros lugares para fixar moradia. Como mencionado no terceiro capítulo desta tese, entre os caminhos percorridos até chegar a formação do Acampamento Coragem, muitas lutas e reivindicações foram enfrentadas por eles e elas. Desde a ocupação em uma pequena ilha, a ocupação ao lado da UHEE, e por fim, a formação da comunidade em 2015. Nota-se que a perda do lugar consequentemente os/as mobilizou na busca de novos espaços para perpetuarem seus modos de vida, que se situassem às margens do rio.

Na ocupação estabelecida atualmente no Acampamento Coragem, ainda se faz presente todo o processo de expropriação no imaginário da população atingida, quando são tecidas as narrativas sobre suas vidas. Todo o processo percorrido até chegarem ali é marcado por violências, conflitos e saudades. O lugar que hoje está debaixo das águas que formam o lago é presente nas recordações acionadas pela comunidade ribeirinha, como pude perceber quando Seu Antonio me mostrou o lugar onde vivia antes da chegada da barragem.

Quando estávamos percorrendo o lago, num certo ponto, Seu Antonio me mostra onde morava com sua mãe, apontando uma terra que fica ao lado do Tocantins, próximo à barragem, ele também me mostra a fazenda onde trabalhou e que agora está debaixo d’água, ele aponta pra um tronco no meio do lado e indica “Ali era onde ficava o curral, ali perto daqueles troncos eram pés de manga, a casa ficava ali perto”, ele me fala que, dessa fazenda, a água do lago alagou 90 alqueires de terra (Diário de Campo, 20/01/2024).

Apontando para as águas do lago e os restos de troncos de árvores, ele me localizou onde trabalhou com sua família, situando o curral, os pés de manga, como também a dimensão territorial da terra, portanto, as recordações do lugar perdido nas águas que percorrem o lago. A comunidade permanece utilizando esses lugares como forma de continuar reafirmando suas práticas culturais e seus modos de vida.

De todo esse processo fica a busca de uma existência afetada pelo empreendimento que mudou drasticamente o ambiente, a biodiversidade do lugar e a vida de povos e comunidades tradicionais, assim como de toda a região afetada pela barragem. O que fica após todo esse processo? De que forma a vida mobilizada por ações estatais, capitalistas e desenvolvimentistas molda os processos naturais e o ambiente em que o rio se estabelece influi nas novas perspectivas de vida das populações afetadas? Visando enfrentar esses processos, comunidades reivindicam seus direitos e enfrentam as agruras das transformações sociais, culturais, econômicas e ambientais que a usina acarretou com sua construção.

Perante isso, destacam-se entre os processos de permanência as mobilizações e enfrentamentos vivenciados pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, no caso desse estudo, como também as demais populações atingidas que, desde 2007, buscam alternativas de demarcarem seus locais de ocupação. A comunidade vive à beira do rio que se tornou lago, plantando em roças de toco com seus terrenos arenosos e mobilizando saberes e fazeres que se atualizam no decorrer dos processos de alteração da terra, do rio e do ambiente em que vivem.

4.4 Memória ambiental: as transformações do lugar pós-barragem

O enfrentamento de todos os problemas e afetações ocasionados pela UHE de Estreito ocorrem nas mobilizações acionadas cotidianamente pelas populações atingidas que resistem às violações de direitos humanos e reivindicam seus lugares de ocupação como forma de manutenção dos seus modos de vida a partir da permanência nesses lugares. As transformações na vida pós-barragem implicam, para além das alterações nos modos de vida ribeirinho, na memória ambiental retratada por essas populações.

A memória ambiental é analisada na perspectiva de Rafael Devos (2008) refletindo sobre os processos de urbanização, canalização de arroios, aberturas de avenidas, higienização e modernização do espaço público de Porto Alegre (RS), a partir dos “quadros sociais” da memória da cidade, utilizando as definições de Halbwachs, para compreender como os habitantes porto-alegrenses percebem as transformações na paisagem urbana. Segundo Devos

(2010), ao discorrer sobre os processos de mudanças, afetações ambientais, bem como as prerrogativas a respeito da degradação e proteção do ambiente, nota-se a importância da memória no processo de compreensão de territórios urbanos na bacia hidrográfica do Arroio do Dilúvio. O autor, realiza uma investigação sobre a memória ambiental urbana dos usos das águas do Arroio do Dilúvio, em Porto Alegre (RS), com o objetivo de compreender as transformações nas paisagens urbanas na diversidade de itinerários de sua população, refletindo sobre as interrelações entre cidade e natureza, visando, a partir das narrativas dos moradores da região, perceber as rupturas entre o fim e o começo de novos processos, como também a repetição de antigas práticas na relação da cidade com as águas e seus habitantes.

Nas trajetórias de mudanças ambientais vivenciadas na região de Porto Alegre (RS), a memória ambiental explicita-se pela sua relevante função em redescobrir características ambientais dos territórios estudados a respeito da cidade, sobre a biodiversidade e a dinâmica hídrica, como também, as implicações envolvendo as concepções de natureza e cultura (Devos, 2008; 2010; 2021).

As mudanças na paisagem ambiental do rio, das áreas afetadas, como também de todo o ambiente envolto pela construção da UHE de Estreito são emitidas nas narrativas da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem. Ao compreender os processos de imersão nas concepções de memória e lugar, pude notar aquilo que Devos (2021) enfatiza na capacidade da memória ambiental em revisar processos históricos resultantes de condições materiais atuais, como voltados para o rio e o lago. As mudanças na biodiversidade do Rio Tocantins relacionam-se desde os danos em relação às áreas alagadas, a putrefação das árvores que ficaram no meio do caminho da formação do reservatório e as dinâmicas entre a montante e a jusante do rio barrado pela usina.

Pautando-se nas contribuições da memória ambiental, Pedro Soares (2021) discute os processos de saneamento ambiental na bacia hidrográfica do Una, em Belém (PA), apresentando o projeto de urbanização ocorrido na referida bacia que tem controlado o elemento hídrico conduzido pelo Estado. Com base na memória ambiental de moradores migrantes que se deslocaram para Belém, criando estratégias para viver em terrenos alagadiços e inundáveis, o autor propõe discussões a respeito das transformações ambientais vivenciadas nesta cidade, utilizando das acepções de Durand (2002), nas quais a memória ambiental é compreendida a partir dos processos pelos quais o indivíduo se constitui concomitantemente como espécie biológica e como ser simbólico, ou seja, a constituição de símbolos e imagens referentes às experiências humanas e suas relações de troca com o meio.

O estudo de Soares (2021) pontua as relações afetivas das pessoas que ocupavam esses lugares com a fundação desses territórios, frisando sua relação com o lugar de moradia. Situadas em um processo de longa duração, a memória ambiental das águas urbanas da bacia do Una se expressou a partir de imagens de acervo, nos registros de viajante, bem como se potencializaram a partir das narrativas de seus moradores.

Com base nas reflexões de Soares (2021) e Devos (2008; 2010; 2021), busca-se apresentar, a partir da memória ambiental do Rio Tocantins, as relações das populações ribeirinhas e pesqueiras com a paisagem do rio e todo o seu processo de mudança acarretado pela construção da UHEE. Discute-se o pós-barragem enfatizando como todo o processo de mudança implica na presença dessas comunidades ocupando esses territórios em disputa e como a memória reivindica um fator preponderante em sua permanência.

Entre os tempos recordados sobre o rio e todas as modificações em sua paisagem no decorrer do processo da chegada da barragem, Dona Miúda (58 anos), em suas concepções acerca das afetações do empreendimento, afirma que a beira do rio e seus ocupantes foram os mais afetados, não só ela enquanto pescadora e ribeirinha como todas as pessoas que viviam em suas margens.

Porque assim, tem a rampa lá e tinha muito morador na beira do rio, ele trazia farinha, ele trazia a farinha, o feijão, a melancia, a abóbora, tudo que morava na beira do rio nós tinha essas riqueza. Não era só nois pescador, como os moradores também, sabe, plantava vazante. Então, nós fomos atingido como eles foram e nós todos somos atingido, por quê? Porque se nós não tem o arroz, nós não tem o feijão, nós não tem a melancia, nós não tem a farinha pra botar na mesa na rua pra vender. Nós todos somos atingido ne, que se nós não produzir ninguém tem ne, então, todos nós somos atingido, o pessoal da beira do rio todos, isso aí, nós tinha essa riqueza e hoje nós não tem, entendeu? (Dona Miúda, 58 Anos, Entrevista Oral, 05/08/2023).

As afetações implicam a comunidade ribeirinha, pesqueira, bem como os demais produtores, o que é observado quando Dona Miúda narra sobre a rampa, lugar em que ancorava seus barcos, onde se vendia as produções colhidas nas vazantes e que consequentemente criava-se a comercialização local bem representativa na época. Às margens do rio via-se a riqueza do que se vendiam nas feiras locais e mantinha a alimentação das cidades ao redor. Como pontuado por Dona Miúda, “*nóis tinha muita riqueza*”, ao citar a farinha, o feijão, a melancia, a abóbora e os demais mantimentos que se comercializava naquele lugar. Nessa perspectiva, a memória ambiental acionada por Dona Miúda destaca a representação de uma coletividade (Halbwachs, 2006) pautada no simbolismo dos lugares, das práticas e saberes reconhecidos por ela ao lembrar do tempo do rio.

A instalação do porto da rampa (fotografia 24) localizava-se nas proximidades da ponte Juscelino Kubitschek, abaixo de onde foi construída a barragem. Esse porto, além de abrigar

embarcações de pequeno e médio porte que pertenciam aos/as pescadores/as da cidade, servia de pouso para as embarcações que vinham das demais regiões, como os barcos que faziam rota semanal da Ilha de São José⁷³ (Babaçulândia -TO) para Estreito, para comercializar as produções das roças de vazante, realizar negócio no município de Estreito ou adquirir proventos mensais no comércio da cidade (Silva Júnior, 2021). Após a construção da UHE de Estreito foi impossibilitado o acesso a esse trecho do rio em decorrência do alagamento e da perda do porto.

Fotografia 24 – Antigo Porto da “Rampa”



Fonte: Cícero Júnior (2008).

Cabe pontuar que a localização da rampa apresentada por Dona Miúda era estratégica por se situar entre o mercado municipal da cidade de Estreito e a Colônia de Pescadores Z35.

E antes nois não tinha isso, só colocava nossas coisa dentro do barco, da canoa, qualquer hora que nois quisesse sair ou chegar em casa nois chegava, e hoje tem as hora marcada, porque interromperam nossa estrada né, porque era por lá por onde tá sendo a barragem hoje, que nois saía lá da rampa, daquela rampa lá do Estreito. Que era o porto lá do Estreito, a gente chamava rampa, que hoje nem tem rampa mais lá, se acabou tudo. Saía de lá direto pro local daonde a gente ia pescar, direto pro nosso ponto de pesca, chegava lá tava tudo tranquilo, tinha as coisa a gente deixava lá, tava... achava tudo no jeito (Dona Jacirene, 51 Anos, Entrevista Oral, 23/07/2023).

⁷³ A Ilha de São José foi totalmente alagada em 2010 e se localizava no município de Babaçulândia (TO). A perda desse território acarretou uma série de efeitos e conflitos que essa comunidade enfrentou em decorrência da barragem. Inúmeras pessoas migraram para acampamentos, assentamentos e reassentamentos localizados entre as cidades de Araguaína e Babaçulândia, no estado do Tocantins, que se formaram após a construção da barragem, passando a viver de forma totalmente adversa à que tinham na ilha.

O porto da rampa (como mostra a fotografia 24) além de facilitar a circulação do comércio dos produtos colhidos nas vazantes, das produções das comunidades, como do pescado, era o ponto de apoio para ancorar o barco e ir e vir para o rio a hora que quisessem. “*Saia direto pro local... pro nosso ponto de pesca*”, as trajetórias entre a cidade e os pontos de pesca ocorriam de forma autônoma, respeitando o tempo de pesca e o processo de organização do pescado realizado pelas comunidades pesqueiras.

Atualmente, o processo de chegada ao porto da cooperativa, onde atualmente são ancorados os barcos e os/as pescadores/as utilizam para terem acesso ao lago/rio, fica distante de onde era a rampa. Com isso, necessitam dos transportes disponibilizados como medida compensatória pelos empreendedores que construíram o Porto da Cooperativa a 12 km da cidade de Estreito. O que antes vinculava-se à autonomia de pescadores e pescadoras para irem aos seus lugares de ocupação, hoje resume-se à dependência, pois necessitam dos transportes para terem acesso à Cooperativa, de onde saem em direção ao acampamento.

São disponibilizadas uma van e uma caminhonete que passam em horários determinados, pegando todos/as que se deslocam da cidade para a Praia da Cigana ou para a Cooperativa. Todas às vezes em que fui com Dona Jacirene e Seu Antonio, nos deslocamos utilizando os transportes disponibilizados pelo CESTE. Saía de casa com antecedência para aguardar pela van na porta de sua casa, sempre que chegava, tudo já estava preparado como o motor do barco, os tanques a serem cheios de gasolina, os mantimentos alimentares, as “*tralhas*” de pesca, e os isopores com água e demais alimentos que necessitavam de refrigeração. Esse processo longo de deslocamento até o porto é tido como cansativo, enfadonho e muitas vezes humilhante, sobretudo quando retornam do acampamento, que ficam horas aguardando até a chegada do transporte.

Chegamos à Cooperativa às 16h04, ficamos esperando bastante tempo até a caminhonete chegar. Tiramos as coisas do barco, depois Seu Antonio foi ancorar a voadeira e ficamos aguardando até às 16h48, quando colocamos tudo na caminhonete, saindo da Cooperativa às 16h54. Venho chegar em casa por volta das 17h10 (Diário de Campo, 20/01/2024).

Como diz Seu Antonio (56 anos), “*A gente também não dependia de ninguém pra poder passar, pra poder ir pro rio, pra voltar. Hoje é uma luta pra gente chegar, por causa daquele negócio daqueles carro pra levar a gente e trazer, bem mais difícil hoje*”. Suas trajetórias de livre acesso ao rio são interrompidas pela dependência do empreendedor para ter acesso aos portos, isso implica em todo o deslocamento, organização e planejamento que passam a ter para conseguirem ir até o acampamento. Assim, além dos conflitos já percebidos, existe a violação

aos modos de vida que, ao mesmo tempo que são afetados pelos grandes empreendedores, passa a ser dependente deles para poderem chegar ao rio.

Fotografia 25 – Saída para o Acampamento



Fonte: Machado (junho/2023).

A fotografia 25 destaca a van estacionada próximo à casa de Dona Jacirene, na rua da colônia de pescadores. Junto à van vincula-se a carrocinha onde os/as pescadores/as colocam todas as coisas necessárias a serem levadas para a comunidade. O horário estipulado varia de meia em meia hora, a cerca de quarenta minutos funcionando aproximadamente até às 22h00. Além de transportar os/as pescadores/as, cooperativados/as, são transportados também os barraqueiros e barraqueiras da Praia da Cigana, que fica nas proximidades da cooperativa, o que também se trata de outra medida compensatória que construiu uma praia artificial, pois antes era uma ilha, que ficou alagada após a formação do lago.

Para além das dinâmicas relacionadas aos transportes e deslocamentos, situam-se as mudanças no percurso natural do rio, como os receios em navegar no lago nos períodos de banzeiro. O banzeiro é um fenômeno causado quando grandes ventanias envolvem o lago,

criando redemoinhos, impulsionando a força sobre as águas e não deixando ninguém passar. Como pontuado por Eliane Brum (2021) que exemplifica esse fenômeno recorrente no Xingu pós-construção da UHE de Belo Monte, a presença no banzeiro no rio expulsa todos do seu corpo barrado. Seria como se as cicatrizes do rio respondessem a todos os danos causados a ele.

Ele ocorre “*Por causa da barragem, por causa do rio tá represado. Daí como o rio não corre, qualquer ventinho é lapada. É sofrimento é grande meu filho*” (Dona Guida, 63 Anos, Entrevista Oral, 23/07/2023). Assim, acaba implicando nos trajetos entre a comunidade e a cidade. Além de se programar no horário em que o transporte se encontra disponível, é necessário estar atento ao tempo do banzeiro, para não correr o perigo da embarcação virar no meio do lago.

Hoje não tem mais como, aonde vem é com a canoa carregada e o banzeirão também, impede muito a gente também, naquele tempo não tinha esses banzeiro horrível que tem hoje no lago, às vezes até impata a gente ir. Desse jeito aqui oh, desse jeito aqui [aponta pro tempo ventoso que estava durante a realização da entrevista] se não for uma canoa boa do jeito que tá hoje e ontem, ventando desse jeito, não vem não, ainda mais com a canoa carregada, três, quatro caixa de gelo, muita rede, se não tiver muita rede não pega peixe hoje (Dona Jacirene, 51 anos, entrevista oral, 23/07/2023).

O ambiente associado à memória implica rupturas desses tempos históricos vividos pela comunidade da mesma forma que observado por Soares (2021) na bacia hidrográfica do Una, no Pará. A ambientalização de memórias afetivas de coletivos humanos sobre seus espaços de pertencimento, lazer e moradia implicam nas transformações das subjetividades vivenciadas em relação à questão ambiental que são impostas a essas populações. As drásticas mudanças que a dinâmica construtivista de grandes empreendimentos coloca sobre esses lugares não se referem somente ao ambiente, mas, também, ao social, ao cultural, ao econômico e ao político. O banzeiro é a transformação ambiental de um rio represado que implica numa nova perspectiva para perceber as transformações que as mudanças de um rio para lago ocasionam na vivência ribeirinha.

Percorrer o lago é estar atento aos sinais de mudança na paisagem e em seu ciclo. Durante o campo realizado entre 2023 e 2024, pude perceber as mudanças cíclicas a respeito do lago. Entre janeiro e março, notou-se que suas margens se encontravam mais secas do que em temporadas anteriores. Quando retornei em junho a agosto, percebi que encontrava-se mais cheio.

Fotografia 26 – Os ciclos do lago



Fonte: Machado (janeiro/2024).

As fotografias 26 e 27 exemplificam essas mudanças nos ciclos das águas do lago, na fotografia 26 percebemos a distância em que a voadeira ficou ancorada para o caminho que dá acesso à moradia de Seu Antonio e Dona Jacirene. Isso implica também no processo de coleta da água para as caixas d'água, pois, utilizando um motor a diesel, o casal faz a sucção da água do lago para abastecer o que eles adaptaram como rede de encanamento de água para a provisão do lar, enchendo as caixas d'água que disponibilizam acesso encanado ao banheiro e a cozinha. A distância da casa para o lago implicou nesse processo de drenagem da água, pois o motor necessitou se aproximar mais do lago e, para isso, aumentou-se a metragem dos canos que interligam o motor às caixas d'água.

Gerson e Seu Antonio adaptaram a mangueira do motor pra poder levar água às caixas d'água, utilizando um balde grande onde era jogada a água dentro e a mangueira sugava a água do balde, mandando direto para o motor. Tudo isso ocorreu por conta de as circunstâncias do lago terem amanhecido mais seco, com isso, é necessário que se aumente a mangueira do motor para poder funcionar quando tiver no período mais seco (Diário de Campo, 19/01/2024).

Entre janeiro e fevereiro, o lago passava por essas fases de cheias e secas. As mobilizações para continuarem utilizando a água do lago foram readaptadas, como se pode

observar no que foi feito por Seu Antonio no dia 19 de janeiro de 2024, ao perceber que as caixas d'água já estavam quase secando. Naquela semana, em específico, utilizou de novas ferramentas para que o motor voltasse a funcionar.

Fotografia 27 – O ciclo do lago em abril



Fonte: Machado (abril/2024).

Na fotografia 27, percebemos que o nível do lago se aproximou da entrada do lote do casal. Com isso, percebemos esse processo transitório que os ciclos do rio – que agora é lago – perpetuam entre as variantes de suas margens. Isso implica nas diferenciações relacionadas ao tempo do rio e o que se tornou o ciclo das águas do lago. A respeito do uso da água, como já mencionado, para manutenção própria, a comunidade utiliza dos isopores para beberem da água que trazem de Estreito em litros de garrafa pet congelados. Eles tentam manter suas garrafas cheias durante a semana até retornarem à cidade. Muitas vezes, quando a água acaba, necessitam retornar à cidade, pois a água do lago é contaminada por resíduos tóxicos advindos do processo de putrefação das árvores presentes no lago.

Sobre as condições insalubres da água e o novo sistema fluvial do Rio Tocantins, a barragem acarretou más condições das águas do lago. Nas narrativas dos/as acampados,

questões voltadas para o mau cheiro são expressas como uma das problemáticas enfrentadas pela comunidade (Amario, 2022). Conforme elucidado por Machado et al. (2023, p. 177), pontuando o incomodo dos moradores relacionados às condições da água, “Vocês podem ir lá, colocar a mão na água e cheirar... então me respondam uma pergunta, água fede?”, ao destacar a narrativa de um dos ribeirinhos que frisa o fedor do lago associado à trituração do peixe (que é sugado pelo duto sendo levado até a usina e triturado pelas hélices, quando estão acionadas). Portanto, o motivo do mau cheiro da água atualmente vincula-se ao barramento do rio e aos danos causados pela barragem (Machado; Sieben; Oliveira; Amario, 2023). Assim, as mudanças na biodiversidade do lago, a putrefação das árvores e o apodrecimento dos peixes implicam a não utilização da água para o consumo humano.

Em estudos realizados em comunidades atingidas pela UHE de Estreito, Mariane Lucena et al. (2016) investiga, a partir do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas (Obteia), as condições de saúde das populações dos campos, das águas e das florestas, especificamente das situadas no nordeste do Tocantins, que foram atingidas pela Barragem de Estreito. A pesquisa foi implementada nas comunidades afetadas da Ilha de São José, sendo agricultores, extrativistas, ribeirinhos, agregados, posseiros e pescadores. Esse grupo agora ocupa quatro reassentamentos: Bela Vista, Turrão, Santo Estevão e Mirindiba.

Lucena et al. (2016) destacam que os principais problemas enfrentados por essas comunidades a respeito da qualidade de vida relacionam-se à falta de acesso à água, sendo uma das principais ameaças à qualidade de vida desses povos. A escassez da água implica no trabalho no campo, pois não consegue atender às demandas em relação ao processo de plantação. Entre as políticas adotadas pelo CESTE, foram criados poços artesianos nos reassentamentos. Entretanto, a água era imprópria para o consumo, tendo sido encontradas substâncias como o salitre e outros metais tóxicos. Podemos perceber, a partir desse contexto, como as medidas compensatórias pensadas e implementadas pelos empreendedores vão ao total desencontro com o contexto sociocultural dessas populações que são formadas por comunidades que viviam às margens do rio, vinculando seus modos de vida à pesca, ao plantio e à criação e que foram deslocadas e reinseridas em territórios totalmente degradados em comparação ao que viviam na Ilha de São José. Ou seja, essas comunidades passam do processo da produção e da água em abundância para a total escassez. Em vista disso, mesmo aqueles que foram realocados em novos territórios enfrentam as alterações nesses novos lugares de ocupação, como também na manutenção da vida.

A perspectiva pontuada por Lucena et al. (2016) enfatiza que a solução encontrada para suprir as problemáticas em relação à água ocorreu pelo abastecimento realizado por meio de carros-pipas, distribuídos em domicílio. Novamente essa “solução” encontra problemas, pois esse abastecimento não atende às demandas das produções de alimentos, sendo que o abastecimento serve apenas para o consumo da comunidade. Assim, as autoras frisam que a solução implementada pelo empreendedor é de caráter provisório, não se aplicando numa medida totalmente eficaz.

As afetações à água e seu uso fundam-se como as implicações de um acesso básico à manutenção da vida, para além do consumo, da utilização para a produção e da qualidade da vida dessas comunidades. Dessa forma, percebe-se que as alterações e disputas pela vida implicam sobretudo nos acessos que os danos ambientais acarretaram para o rio e demais regiões que usufruem desse bem natural. Para Zhouri et al. (2011), a luta das comunidades locais ameaçadas por grandes empreendimentos é uma luta pelo direito de escolher o seu próprio caminho, ou seja, de realizar o seu próprio modo de produção do espaço. Entre os principais desafios da manutenção e recuperação das condições ambientais que garantem a produção e reprodução do modo de vida da localidade, o que é constantemente ameaçado por usinas hidrelétricas, a água e suas múltiplas facetas ocupa lugar central na maioria dos conflitos vividos por populações locais. Sejam as comunidades do Vale do Jequitinhonha (MG) pautadas por Zhouri et al. (2011) ou as populações atingidas pela UHE de Estreito.

Apresentando as dimensões da memória ambiental explicitadas nas narrativas orais e nos percursos etnográficos pontuados nesse estudo, passamos a entender a importância das relações sociais, das práticas cotidianas e das interações da paisagem, relacionadas para além da dimensão do uso do solo ou da água. Em vista disso, a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem em seu ato de rememorar, de trazer os quadros sociais das memórias do lugar que perderam, dos espaços ocupados e todas as transições entre a vida antes e depois da barragem acabam redefinindo seus lugares de origem, apesar de todos os conflitos e disputas socioambientais, do enfrentamento ao racismo e injustiças ambientais, a permanência de fixar-se nas margens do lago e esses modos de vida se manterem apesar de todos os danos enfrentados.

No próximo capítulo, compreenderemos como os processos de permanência são atravessados pelas mutações nos modos de vida ribeirinho. O enfrentamento aos conflitos e problemas socioambientais da barragem aciona novas formas de (re)existências que as populações atingidas têm utilizado em seus cotidianos. As relações cosmológicas com o ambiente natural e os desdobramentos para continuarem mantendo a tradição ribeirinha serão

compreendidos nos processos de mudança da produção de vazante para as roças de toco, bem como as novas ferramentas sociais utilizadas para pesca no lago. Por meio disso, busca-se entender as dimensões das injustiças e do racismo ambiental que afetam a comunidade ribeirinha, questionando como a manutenção de um modo de vida se mantém apesar dos conflitos ocasionados pelo empreendimento.

5 “SE EU ME ACHAR SEM A TERRA E SEM O RIO, ACABOU”: DAS ALTERAÇÕES DOS MODOS DE VIDA ÀS PERSPECTIVAS DA PERMANÊNCIA

Laylson: O que a terra e o rio significam para o senhor?

Seu João: A terra pra mim significa muita coisa, porque... sou analfabeto, o que eu aprendi foi trabalhar mesmo, de roça, porque eu sempre trabalho de roça e pescando. Então, a terra pra mim é uma coisa de grande importância na minha vida, porque eu tá na terra e tendo chance de trabalhar eu sei me dirigir. Eu sei plantar um arroz, sei plantar um feijão, mandioca, eu sei plantar o milho, sei o tempo da gente plantar pra colher no tempo certo. Então a terra pra mim, nesse sentido, é quase tudo.

Laylson: E o rio?

Seu João: Primeiro lugar porque minha profissão é pescador né, aí a minha vida depende do rio. Depende mais do rio porque, **se eu me achar sem a terra e sem o rio, acabou, né.** É passar muita fome (Seu João, 61 Anos, Entrevista Oral, 08/09/2019, grifos meus).

Este capítulo tem por objetivo compreender as readaptações nos modos de vida ribeirinho após a instalação da UHE de Estreito, destacando as motivações que levaram a comunidade a permanecer no território em disputa. Com foco nas mudanças no ciclo natural do rio e nos lugares de produção, o capítulo examina as afetações à pesca e à agricultura, bem como as novas tecnologias e estratégias adotadas para (re)existir no contexto de transformações socioambientais. Por fim, discute-se como essas readaptações refletem a resiliência e a capacidade de inovação da comunidade frente aos desafios impostos pelo empreendimento hidrelétrico.

Os enfrentamentos ocasionados pelas disputas, afetações e conflitos ambientais que se desvelaram após a construção da UHE de Estreito levaram as populações atingidas a buscarem alternativas para continuarem mobilizando seus modos de vida. Seja através da busca pela ocupação de territórios rurais e ribeirinhos, ao reivindicarem o direito de ocuparem as margens do rio, mesmo agora sendo um lago, como também nas atualizações dos saberes/fazeres. Aqui chamo de atualizações o modo como a comunidade ribeirinha acionou diferentes formas de pescar no lago, através do aumento das redes de pesca, como também as adaptações que ocorrem no plantio das roças de toco. A vida dessas comunidades mudou drasticamente após o surgimento da barragem. Entender essas mudanças implica nos sentidos que a permanência nesses territórios é debatida pelos/as acampados/as.

Seu João (61 anos) conta que “*se eu me achar sem a terra e sem o rio, acabou*”, enfatizando como esses bens comuns são essenciais para a manutenção de sua vida, como também da tradição de uma cultura. A terra e o rio estão interligados na transmissão e reprodução de um modo de vida. A fala “*eu sempre trabalho de roça e pescando*” evidencia as práticas exercidas historicamente por essas populações que vêm atualizando seus modos de vida e seguindo o exercício da pesca e da produção da agricultura no beiradão do Rio Tocantins, que

já foi ocupado por gerações anteriores. Os sentidos e significados atribuídos a esse bem comum redefinem as novas formas com que populações atingidas têm mobilizado as práticas de (re)existência. Diante disso, no presente capítulo busca-se compreender as formas como a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem enfrenta as alterações em seus modos de vida, identificando as motivações que levam a comunidade a permanecer no território em disputa, elencando as mobilizações e ferramentas utilizadas para (re)existirem na luta pela terra.

O contexto ambiental no qual estão inseridos/as os/as interlocutores/as desta pesquisa é condicionado pelos ecossistemas em que se reproduzem seus modos de vida e suas práticas profissionais, baseados em atividades extrativistas, como a pesca artesanal representada pelo exercício da atividade pesqueira, e a agricultura de roças de toco, relacionadas às práticas ribeirinhas do plantio das vazantes para as roças de toco e seu cultivo na produção na terra, e a criação de animais de pequeno porte (galinhas, patos, porcos etc.). Nesse capítulo, evidenciam-se as formas como essas atividades são redefinidas, atualizadas e modificadas em decorrência das mudanças no ecossistema no qual o território ocupado se forma após a construção da Usina.

Compreender esses desdobramentos implica nas reivindicações da permanência. Portanto, apresentar a relação intrínseca dessas comunidades com o território e o bem comum é expressar a forma com que a tradição de um modo de vida tem sido imbuída pela lógica modernista da implantação de grandes empreendimentos. Assim, as continuidades e perpetuações dos modos de vida implicam numa série de mobilizações realizadas pelos/as acampados/as para continuarem pescando, plantando, criando e produzindo.

Busco apresentar como a instalação de grandes empreendimentos tem ameaçado os modos de vida de povos e comunidades tradicionais, visando entender a construção socioantropológica em que tem se apresentado essas discussões. Com base nas narrativas orais da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, apresentam-se as transições que ocorreram pós-barragem, desde a mudança da agricultura de vazante para o exercício do plantio nas roças de toco, as diferenças na pescaria no rio e no lago e como são acionados os saberes/fazeres da comunidade para perpetuação da tradição cultural e a manutenção de suas práticas culturais e profissionais.

Cabe ressaltar que os/as interlocutores/as deste estudo são pescadores/as artesanais e ribeirinhos/as, ou seja, as múltiplas identidades que regem as vivências e as tradições desse grupo social, reificam a categoria tradicionalmente definida por eles e elas. Para tanto, apresenta-se no decorrer deste capítulo como os modos de vida são afetados pela UHE de Estreito, de que forma se acionam novos saberes e fazeres no interior dessas comunidades, e como as prerrogativas da permanência são imbuídas nas (re)existências que a comunidade

ribeirinha do Acampamento Coragem tem enfrentado nesses anos de luta contra as injustiças e o racismo ambiental.

5.1 Os modos de vida e suas alterações: implicações na permanência de pescadores/as e ribeirinhos/as no Acampamento Coragem

Os modos de vida da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem tradicionalmente se voltam para a pesca no Rio Tocantins, a plantação e a criação de animais. As trajetórias sociais desse grupo perpassam os atravessamentos acarretados pela implantação da barragem de Estreito e, conseqüentemente, as formas como o empreendimento modificou drasticamente suas vivências e a perpetuação de suas tradições.

As definições enquanto população ribeirinha e pesqueira compõem as categorias que regem os/as interlocutores/as desse estudo. Aqui tratamos de modos de vida ribeirinho, ou seja, para além de associados/as à Colônia de Pescadores de Estreito Z35, a comunidade também reafirma sua identidade ribeirinha historicamente, por ocuparem, produzirem e mobilizarem os modos de vida no cotidiano às margens do Tocantins. Cabe enfatizar que habitar as margens do rio não é pré-requisito na definição do que é ribeirinho/a, pois ser ribeirinho/a está para além do exercício cotidiano às margens de um rio (Brito; Shimasaki, 2020). Nas acepções de Lira e Chaves (2016), as comunidades ribeirinhas exercem um modo particular de vida em seus vários aspectos, como no uso do território, o manejo coletivo dos recursos locais, orientados por saberes compartimentados de forma cooperativa no âmbito da esfera do trabalho e das relações sociais apresentadas em diferentes grupos sociais. Ou seja, o uso do território e a cultura são fatores essenciais para a definição do/a ribeirinho/a.

Seguindo essa perspectiva, tratamos nesse trabalho de pescadores/as e ribeirinhos/as, ancorados no exercício de ocupação do território e nas mobilizações do exercício de suas culturas. Portanto, para apresentarmos as alterações nas vivências cotidianas e na manutenção de seus modos de vida, é necessário compreendermos que se trata de pescadores/as artesanais⁷⁴ que utilizam da pesca em pequena escala para a venda e o consumo familiar, como também de

⁷⁴ “[...] é aquela praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado ou podendo utilizar embarcações com Arqueação Bruta (AB)1 menor ou igual a 20 (art. 8º, inciso I, “a”, da Lei Federal n.º 11.959/2009 e art. 2º, inciso IV, da Instrução Normativa Interministerial 10/2011). A Lei n.º 11.959 incluiu no conceito de pesca artesanal também os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal” (BRASIL, 2017, p. 09).

uma população ribeirinha que tradicionalmente utiliza o beiradão do Rio Tocantins como elemento essencial da reprodução e manutenção de seus modos de vida.

Dessa forma, as definições enquanto ribeirinho(as)/pescadores(as) ampliam as dimensões legais e de direitos que essas populações acionam. Ambas as categorias se encaixam dentro da categoria de Povos e Comunidades Tradicionais, que se trata de um amplo debate acerca das reivindicações de direitos pelas mais diversas comunidades que fazem uso tradicional de seus territórios.

No contexto da pesca artesanal, prática ancestral herdada dos povos originários, e que no Brasil são originadas como forma de manutenção de vida de populações tradicionais, é importante situar o contexto político e administrativo em que a prática da pesca artesanal se disseminou no país. Na década de 1930, ainda no governo de Getúlio Vargas, foi institucionalizado o setor de pesca no Brasil, sendo criada a Divisão de Caça e Pesca pelo governo que objetivava disciplinar a atividade pesqueira, promulgando em 1934 o primeiro Código da Pesca (Brasil, 1934; Fernandes, 2024). Segundo Fernandes (2024), a legislação brasileira sempre marginalizou as políticas públicas voltadas para a atividade da pesca artesanal. Assim, em 2009, foi publicada a Lei 11.959, que estabeleceu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, tendo substituído o Código da Pesca de 1967 e regulamentado a atividade pesqueira. Seguindo as atribuições presentes no art. 4º “A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros” (Brasil, 2009), a lei ampara o profissional da pesca e promove a preservação dos saberes tradicionais.

Porém, enfrenta-se uma série de negligências a respeito da disseminação de políticas públicas voltadas para pescadores/as artesanais, que têm sido desconsiderados em aspectos sociais e culturais das comunidades tradicionais. Em 2007, povos e comunidades tradicionais são reconhecidos pelo Estado brasileiros, a partir do Decreto 6.040/2007, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, constituída por:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

É importante pontuar que essa categoria apresenta a construção de identidades coletivas, fruto de um longo processo de grupos sociais, que estão tendo seus modos de vida e seus

territórios ameaçados e que se unem para reivindicar direitos perante o Estado, como destaca Vieira (2020). Assim, esses grupos destacam-se por possuírem modos de produção próprios e os processos identitários dessa categoria envolvem novas sociabilidades que emergem nas disputas jurídicas acerca do seu papel legítimo enquanto detentoras de direitos. Conforme Vieira (2020), as discussões envoltas na categoria povos e comunidades tradicionais referem-se à delimitação de quais povos e comunidades estariam contemplados nesse conceito, sendo necessária a presença de um amplo debate acadêmico, científico e jurídico sobre essa categoria.

Pontuamos que esse debate já esteve dimensionando o caráter biologizante de povos tradicionais, redefinindo-os como populações que não produzem cultura. Para Almeida (2004), a incorporação dessa categoria à legislação ambiental, não reduz os conflitos e tensões em torno das reflexões do uso comum e apropriação dos recursos naturais, que se ampliam em grande dimensão em territórios amazônicos, no semiárido nordestino e no planalto meridional do Brasil. Portanto, os significados dessa categoria têm buscado se afastar do quadro natural e do domínio de “sujeitos biologizados”, acionado para designar agentes sociais que se autodefinem e que manifestam a consciência de sua própria condição.

Ela designa, deste modo, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político-organizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais (Almeida, 2004, p. 12).

O debate acerca dessas definições apresenta uma série de incongruências, tendo enfrentado no decorrer do debate acadêmico e de movimentos ambientais uma série de disputas. Entretanto, para Cunha e Almeida (2009) trata-se de uma categoria ocupada por sujeitos políticos comprometidos com as questões preservacionistas aos seus ambientes de origem, que buscam direitos e benefícios territoriais, embora seja importante situarmos os limites e possibilidades que as diferentes terminologias têm acionado ao conceito. A diversidade de terminologias de grupos sociais que são contemplados em suas dinâmicas culturais, materiais e simbólicas, tem se ampliado no campo político e acadêmico a respeito de qual termo gramatical utilizar: “populações tradicionais”, “comunidades tradicionais” ou “povos e comunidades tradicionais” (Vieira, 2020).

Nas contribuições de Paul Little (2002), nos são apresentadas as dificuldades sobre o consenso dessas diferentes terminologias. Portanto, o autor indica a categoria “povos” por se associar no contexto dos debates sobre os direitos dos povos através da Convenção nº 169 da

Organização Internacional do Trabalho (OIT), que cumpria o papel estratégico para as reivindicações e lutas por justiça social.

Desse modo, entendemos a definição de povos e comunidades tradicionais imbuída de uma série de ambiguidades, mas que também apresentam novas possibilidades. Para Cunha e Almeida (2009), existe a necessidade de que grupos sociais passem a utilizar a categoria “populações tradicionais” quando seus direitos estiverem em disputa. Com isso, o uso estratégico dessa categoria deve ser reivindicado junto à ideia de conservacionismo ambiental quando um grupo social tiver seu modo de vida ameaçado. Situamos os/as pescadores/as e ribeirinhos/as que, em decorrência das ações de empresas multinacionais, enfrentaram as ameaças aos modos de vida tradicionais na prática da pesca e da agricultura. Vieira (2020) analisa o uso estratégico dessa categoria como acionada na agenda política desses grupos sociais, não para esvaziar a categoria analítica, mas para afirmar que o processo identitário de uma coletividade, por conta de sua complexidade, é também uma necessidade jurídica.

A população ribeirinha se ampara legalmente na categoria de Povos e Comunidades Tradicionais, mas, sobretudo nas vigências legais da legislação da pesca. Como vimos, a partir da promulgação de leis e decretos institucionais, a pesca artesanal enfrentou uma série de vulnerabilidades a respeito de questões legais, ao ampliar as questões sociais e culturais que estão em volta de comunidades ribeirinhas e tradicionais que perpetuam tradicionalmente a prática pesqueira. Fernandes (2024) sustenta que essas comunidades representam a expressão de conhecimentos locais e tradicionais que se renovam constantemente diante das novas experiências e desafios históricos, buscando preservar seus costumes e contribuir para a diversidade dos saberes já existentes.

Os avanços da infraestrutura em territórios tradicionais demonstram como a ação do Estado brasileiro, ao ignorar os saberes econômicos, sociais e culturais de povos e comunidades tradicionais, tem ocasionado grandes alterações acerca do uso desses espaços. A chegada de grandes empreendimentos que se instalam em territórios tradicionais acarreta transmutações dos modos de vida, ocasionando uma série de mobilidades acionadas para a permanência e a manutenção de uma tradição. No contexto observado, a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem situa como o cotidiano rural e ribeirinho passou a ser afetado após a construção da barragem:

É porque desassossejou tudo, entendeu? Porque o que eu tinha mais... o que tinha mais aquela, o meu prazer, aquela coisa era trabalhar e ver tudo de bom que eu plantasse produzir, sabe. Ai, depois da barragem pra cá, o que eu planto não produz igual, eu produzia primeiro, aqui eu fico mais decepcionado é por causa disso, eu só

vivo aqui porque eu vivo sossegado ne (Seu Cristóvão, 63 Anos, Entrevista Oral, 23/07/2023).

As dinâmicas socioterritoriais das ocupações no ambiente rural e ribeirinho são caracterizadas pelo sossego, conforto e a tranquilidade que o sertão proporciona para essas populações. Ao sofrerem a expropriação territorial do território alagado, os primeiros sentimentos dos/as narradores/as do acampamento situam-se na perda do sossego e, conseqüentemente, nas alterações em seus modos de vida. Como destaca Seu Cristóvão, ao comparar o que produzia antes e agora, que, embora seja discrepante, o sossego é um dos fatores fundamentais para que ele permaneça resistindo na luta pela terra.

As definições sobre modos de vida apontadas por Braga et al. (2017) apresentam como o debate desse conceito tem se difundido dentro das Ciências Sociais, assinalando sobretudo as dinâmicas culturais e territoriais, embora seja concebível maiores amplitudes acerca da sua definição. Em *Os parceiros do Rio Bonito* (2017), Antonio Candido buscou conhecer os meios de vida de caipiras paulistas a partir de uma compreensão da vida social refletida nas formas de organização e de ajustes ao meio, analisando, através disso, os aspectos da vida social – neste caso, a obtenção de modos de vida – considerando não apenas como um tema sociológico, mas como problema social. A obra de Candido (2017) descreve as mudanças da vida do caipira paulista perante a expansão econômica que acarretou grande efeito, por intermédio da modernização. A cultura caipira modificou-se perante a expansão da indústria, criando, entretanto, formas de resistir com seus meios de vida. Candido (2017, p. 43-44) destaca que “A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio [...] mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais [...]”.

A perspectiva de Candido (2017) nos auxilia nas reflexões sobre a realidade enfrentada na Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem que, atualmente, a respeito das alterações em seus modos de vida, passa a resistir em um território em disputa e onde buscam alternativas para permanecer exercendo práticas culturais tradicionais que tinham antes da construção do empreendimento. As migrações acarretadas pela instalação da UHE de Estreito acabaram mobilizando esse grupo social a acionar novas formas de continuar exercendo e perpetuando suas práticas culturais e profissionais.

Conforme as definições de Suzuki (1996, p. 179), a definição de modo de vida está atrelada à forma com que os indivíduos percebem, vivem e concebem determinado espaço. As novas dimensões acerca do uso do território de povos e comunidades tradicionais têm sido constantemente atravessadas por megaempreendimentos e reafirmam como territórios e territorialidades se reproduzem em contextos de luta. Essas determinações vivenciadas no

beiradão do Rio Tocantins são acionadas pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem ao reivindicarem os direitos de ocupação.

Nas definições de Suzuki (1996; 2013), a realização do modo de vida ocorre a partir de suas dimensões materiais e imateriais, tratando-se das formas de apropriação e de reprodução das relações sociais em que se inserem os sujeitos, definindo suas práticas territoriais, como a produção de territorialidades e territórios, e suas relações com a sociedade e a natureza.

Eu permaneço, eu fico aqui porque eu tenho vontade de trabalhar e de ter minhas coisa, entendeu? Porque eu sou da roça e eu quero ter minhas coisa, quero ter minha galinha, eu quero ter minha roça de mandioca e o sossego da minha vida é assim no sertão, entendeu? Eu gosto do sertão, eu vivo do sertão, vivo da água, entendeu? (Dona Miúda, 58 Anos, Entrevista Oral, 05/08/2023).

Os modos de vida da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem são reproduzidos a partir da prática da pesca, agricultura e da criação de animais. A ocupação nos pontos de pesca para a lida na pescaria, a plantação nas roças de toco e a produtividade no beiradão do rio são compulsoriamente modificadas em decorrência da expropriação territorial sofrida por essas comunidades. Aqui tratamos de um grupo social que utiliza o rio para além da manutenção de vida, mas como território tradicionalmente reivindicado e ocupado durante gerações. A permanência nesse território em disputa implica a perpetuação desse modo de vida afetado pelos problemas ambientais da UHE de Estreito. Quando Dona Miúda diz “*Eu gosto do sertão, eu vivo do sertão, vivo da água*”, ela demarca territorialmente o seu lugar de vida, e como suas atividades laborais necessitam da ocupação às margens do rio.

Após a construção da UHE de Estreito, uma série de disputas e problemas ambientais dificultaram o exercício da prática pesqueira, da produção de vazantes e da permanência às margens do rio. As afetações à biodiversidade na região que abrange a instalação do empreendimento implicaram diretamente na tradição ribeirinha, sobretudo, sendo o rio o mais afetado pelo barramento e implantação da usina. Os saberes e fazeres ancestrais se readaptaram para que essas comunidades continuassem a preservar e reproduzir suas práticas culturais. Embora estejam em processos de disputa, seja pela terra, pelos processos judiciais, nas reivindicações de direitos, ou pela permanência num território tradicional. Dona Jacirene conta sobre as motivações que a levaram a fazer parte da ocupação e que, apesar de todas as demandas e dificuldades, permanece em luta:

Porque é da vida do pescador, porque o pescador a vida é na beira do lago, na beira do rio. E aí o pescador sempre trabalha de... na roça também, aí nós encontramos esse lugar aqui, tá dando pra gente plantar né, a gente tá plantando, pescando, levando a vida. Criando alguma coisinha, hoje não tem, mas nós vamo continuar, já criemo muito, criemo um tempo, aí nós vamo continuar de novo, com fé em Deus. Quando

tu vier de novo tem galinha gorda pra comer (risos) (Dona Jacirene, 51 Anos, Entrevista Oral, 23/07/2023).

Em sua narrativa, Dona Jacirene denota que, para além da pesca, o plantio em roças é culturalmente exercido pela comunidade. Aqui entendemos que as determinações de ser pescador/a não implicam unicamente na prática pesqueira, pois, ao ocuparem as margens do rio, associavam-se também ao exercício de plantação e criação de animais. Atualmente, ela busca continuar com essas práticas, embora tenha enfrentado uma série de questões. Para voltar a criar galinhas é necessário um cuidado e permanência maior dentro da comunidade, o que ela já vinha fazendo, mas que, nos últimos três anos, em decorrência de problemas de saúde, não foi possível e a criação de animais foi interrompida, tendo voltado recentemente quando reconstruíram o novo barracão e retornaram com a criação de galinhas e angolistas (galinha d'Angola).

Quando exemplificam as motivações que os levaram a fazer parte da ocupação do acampamento, os/as moradores/as frisam sobretudo a necessidade de ter “*um lugar na beira do rio*”, pois, trabalhar na beira do rio implica na manutenção da prática da pesca, da ocupação, e da produção em terras rurais e ribeirinhas. Como destaca Seu Antonio, “*eu tenho que ficar na beira do rio*”. A necessidade de ocupar lugares rurais e ribeirinhos implica na permanência e na execução de um modo de vida. Quando Seu João (61 anos) diz: “*eu sempre trabalho de roça e pescando. Então a terra pra mim é uma coisa de grande importância na minha vida, porque eu tá na terra e tendo chance de trabalhar, eu sei me dirigir*” (Entrevista Oral, 08/09/2019), está nos afirmando a necessidade de continuar trabalhando na pesca e na roça, e que, para manter essa prática, a terra é essencial.

porque eu dependo da pesca e não tem como eu sair, eu tenho que ficar, o que eu aprendi foi só pescar, **eu tenho que ficar é na beira do rio mesmo**. Ou aqui ou em outra beira de rio, mas eu tenho que ficar até os último dia de vida, se Deus quiser, enquanto eu aguentar trabalhar é na beira do rio mesmo (Seu Antonio, 56 Anos, Entrevista Oral, 06/08/2023, grifos meus).

Portanto, os modos de vida das populações atingidas por barragens atualmente enfrentam grandes embates, disputas e afetações na continuidade de uma tradição. O rio é um bem comum essencial para suas vivências e reprodução de seus modos de vida, mas, após o seu barramento, uma série de violações, dificuldades e o surgimento de problemas foram e são enfrentados por essas populações. Ao compreendermos a relação intrínseca com o ecossistema ribeirinho, apresentamos como as modificações nas práticas culturais dos/as acampados/as implicam nas ameaças da perda de uma tradição, como também acarretam implicações na permanência da comunidade em seus territórios de origem.

5.2 “Era por conta do rio, a vazante que nós morava”: da vazante para as roças de toco

As mudanças na vida ribeirinha ocorrem de antemão pelas drásticas mutações no ecossistema ocupado por essas comunidades. Ao se verem em busca de novos lugares de ocupação, saíram de terras férteis e ricas em produtividade para o terreno arenoso do cerrado tocantinense. A ocupação em terras de chapadas muda compulsoriamente a prática da agricultura exercida pelos/as pescadores/as e ribeirinhos/as. Dona Miúda (58 anos) compara a produção entre o antes e depois da vinda da barragem: *“não é igual à vazante que nós tinha antes [...] era por conta do rio, a vazante que nós morava, no lugar que a gente plantava já era adubada, né, não tinha tanto trabalho e tinha mais produção”*.

A ocupação das margens do rio era essencial para o exercício da reprodução dessa prática cultural, *“por conta do rio, a vazante que nós morava”* interliga-se aos lugares historicamente ocupados pelas comunidades ribeirinhas e pescadoras da região. Seu Antonio (50 anos), explicita em sua narrativa como o ocupar a beira do rio faz parte do cotidiano e da lida, seja na pesca, na criação de animais ou no cuidado com a terra. Compreender os sentidos de uma ocupação perpassa as dimensões socioterritoriais que resultaram nas mudanças culturais que enfrentam atualmente. Com isso, entender os lugares ocupados por essas comunidades é essencial para situarmos a questão da permanência ribeirinha. Como explicitado nos capítulos anteriores desta tese, a beira do rio, ou especificamente o beiradão do Rio Tocantins, é o lugar tradicional ocupado por essas populações, sejam pescadores/as, ribeirinhos/as ou demais povos e comunidades tradicionais.

É porque qualquer maneira nós tinha que ir e tem, mesmo que não dê certo vai ser mais sofrido pra nós, mas nós **tem que acampar na beira do rio pra pescar** não tem como. Não tem como, ou eles deixa ou não deixa, só se eles tiver todo dia lá pra gente deixar as coisa só dentro do barco, porque senão esse tanto de pescador que tá lá, que tá acampado lá tá pescando pra cima e pra baixo, mas se põe as rede, põe as coisa lá, ai volta pro barraco. Então, tem aquele lugar que a gente tá acampado e se a gente não tiver acampado lá, a gente, cada um, vai fazer um acampamentozinho hoje aqui, outro amanhã acolá e vai ficar assim, **bagunçando à beira do rio**, se eles [CESTE] não deixar a gente ficar lá vai ser assim (Seu Antônio, 50 Anos, Entrevista Oral, 02/11/2017, grifos meus).

Com a mudança drástica no ecossistema do rio, das terras e do território em si, essas populações começaram a sentir as primeiras afetações em suas vidas, vinculadas especificamente ao exercício de suas práticas culturais, a manutenção de um modo de vida e as implicações que isso acarretou para uma tradição ancestral que era o território fluvial das margens do Tocantins.

Quando Seu Antonio (50 anos) esclarece sobre a necessidade de ter “*que acampar na beira do rio*”, situa-se como as formas com que a moradia em territórios rurais e ribeirinhos são significativas para a manutenção de seus modos de vida. Para poder pescar é necessário ter um lugar de moradia às margens do rio, que, conseqüentemente, servirá para o exercício de plantação, criação de animais e permanência, tendo em vista que as trajetórias de pescadores/as e ribeirinhos/as estão associadas com o rio e a terra. As implicações e disputas contra os empreendedores acabam “*bagunçando à beira do rio*”. Dessa forma, os empreendedores não entendem ou levam em consideração os sentidos e a importância que o território ribeirinho, as margens do Rio Tocantins e os significados que essas ocupações têm para a região e todas as comunidades.

A agricultura de vazantes era uma prática cultural característica na região tocantina. As roças de vazante foram as responsáveis pelo abastecimento dos comércios e feiras locais de toda a região, o tempo de plantar e o tempo de colher interligavam-se intrinsecamente com os ciclos naturais do rio, por o plantio nas várzeas ocorrer no período de desnível do Rio Tocantins, no terreno rico em nutrientes, o que beneficiava a plantação e produtividade nesses espaços. Ela define-se como uma agricultura cultivada nas planícies baixas de rios, açudes e igarapés, refere-se ao cultivo em várzeas características da região amazônica, que se distingue pela dinâmica da cheia, da vazante e pela sazonalidade do cultivo que rege o calendário local (Castro et al., 2018). As terras de vazantes são fertilizadas pelo rio e suas cheias, tratando-se especificamente do Norte do Tocantins. Esse processo ocorre entre os meses de dezembro e fevereiro, período de maior incidência das chuvas. Em junho, as águas das terras alagadas baixam e são utilizadas pelos/as ribeirinhos/as para o plantio (Brito; Shimasaki, 2020).

Essa prática permaneceu por muitos séculos na região tocantina, característica por cidades rios, ou cidades ribeirinhas que comportavam a produção de vazantes em toda a região. Na narrativa de Seu Cristóvão (59 anos), percebemos como se organizava o plantio nas várzeas do Rio Tocantins e de que forma essa produção fornecia alimentos para as feiras locais, não só de Estreito como de toda a região.

nóis fazia as vazante ai todo tempo, era no inverno e verão. Que quando o rio tava cheio a gente plantava lá em cima né (na roça), aí o rio ia baixando nós ia plantando melancia e abóbora, ai de verão nós tinha mais colheita do que o próprio inverno. Porque a água baixava, aí a gente plantava no beradão, fazia as vazante de melancia, abóbora. Ai a renda era maior né porque tinha o peixe e tinha a renda da produção nossa de plantio. Porque aí a gente levava (...) de dois em dois dia, a gente levava os mantimento e quando era muito, se eu não me engano era uns 6 barco grande que descia levando os produto das pessoas e levando pro Estreito, pra feira né. Ai quando tinha muito nós levava nos barco grande. Quando tinha pouco, nós levava nas nossas canoa mesmo (Seu Cristóvão, 59 anos, entrevista oral, 09/07/2019).

O conhecimento sobre as temporalidades do rio é fundamental para a produção das vazantes. Como afirmam Brito e Shimasaki (2020, p. 06), “é o tempo dos saberes acumulados por gerações ribeirinhas que apresentam a lida com o rio”. Portanto, entender os processos entre a cheia e a seca do rio mobiliza vazanteiros/as no exercício de produção e plantação nesses espaços. Castro et al. (2018) esclarecem que as especificidades da agricultura de vazante revelam como seus produtores pensam e vivem a natureza, o que, consequentemente, os distingue das demais sociedades, visto a relação íntima que essas comunidades possuem com a terra e o rio.

O período da vazante, nós começa a mexer nela em março quando o rio começa a baixar, começava né. Quando começava a baixar aí nós começava a plantar, na terra que tava desocupada né. Nós plantava até o mês de maio as vezes nós tava plantando. Ai de junho em diante nós já tava começando a colher a primeira plantada que nós fazia né. Ai até agosto nós tava colhendo, como a abroba, a melancia sempre a gente só colhe ela em junho, julho e agosto, nos período sabe. Aí aquele plantio morre, menos a abroba. Quando começa a chover aí nós vamo começar a plantar de novo, aí nós trabalha com o milho né. Nós trabalha com milho (...). Até que quando é janeiro, fevereiro nós tamo colhendo. Quando o rio sobe que as vezes toma o espaço né, (...) sempre é duas colheita no ano (Seu João, 61 anos, entrevista oral, 08/09/2019).

Os períodos da vazante podem ser compreendidos a partir da narrativa de Seu João (61 anos), quando ele discorre sobre os ciclos dos rios, como se organizava entre o plantio e a colheita das vazantes. As terras férteis das várzeas produziam inúmeras espécies de alimentos: feijão, mandioca, abóbora, melancia, milho, cheiro-verde, arroz, verduras e hortaliças. Sendo caracterizada pela sua rica produtividade e pela grande fartura, como se nota, a organização do processo de colheita e plantio seguia o calendário local, respeitando as temporalidades entre as cheias e secas do rio. A fertilidade e produtividade das terras de várzeas associavam-se aos processos naturais reproduzidos pelo próprio rio. Como elucida Castro et al. (2018), a adubação da vazante resulta de um fenômeno natural alheio a ação humana, pois o adubo vem do rio, que resulta da mistura da biomassa formada por troncos, galhos, folhas secas das árvores do cerrado de áreas inundadas, carregadas pelo córrego do rio. Em consonância com o que diz Dona Miúda (58 anos), “*no lugar que a gente plantava já era adubada*”, ao associar o processo natural de preparo na plantação das vazantes.

A apropriação que grandes empreendimentos, como as hidrelétricas, têm feito desses espaços naturais e do meio ambiente acarreta grandes implicações que drasticamente modificaram as dinâmicas sociais e culturais das vivências ribeirinhas. Conforme se nota, os significados de uma atividade sociocultural e cosmológica os mantêm conectados à natureza, a seus antepassados e a como a agricultura da vazante foi reproduzida no decorrer dos anos (Castro et al., 2018). Como afirma Seu Antonio:

Sempre plantei as vazante na beira do rio, sempre nós plantava, feijão, melancia, abóbora, vezes que até milho a gente plantava e dava bom, toda vida eu plantei uma vazantesinha quando, na época ne, antes do lago. E aí pra nós ficou mais difícil agora porque nós plantava uma vazantesinha ninguém num vinha encher saco, a gente plantava com ordem dos fazendeiro que tinha ne, e todo mundo, os fazendeiro dava liberdade pra gente trabalhar (Seu Antonio, 56 anos, entrevista oral, 06/08/2023).

Plantar nas várzeas era sinônimo de fartura e produtividade. Entretanto, atualmente essa prática agricultável sofre as mudanças nos modos de viver, saber e fazer que as comunidades afetadas por barragens vivem. Castro et al. (2018) apontam que nas organizações societárias e nas dinâmicas locais, a construção de usinas hidrelétricas tem imputado desordem, pois a produção de energia elétrica tem promovido alterações ambientais e danos sociais irreversíveis. Após o barramento do rio, a formação do lago da UHEE, a expropriação territorial das comunidades ribeirinhas, a prática da agricultura da vazante se tornou inviável nas condições enfrentadas atualmente pela população ribeirinha do Acampamento Coragem.

Apesar do rio ser protagonista nos processos de produção e na manutenção dos modos de vida ribeirinho, atualmente por conta da Área de Preservação Permanente (APP), essas comunidades são impossibilitadas de ocuparem, produzirem e utilizarem as margens do lago para o exercício social do uso da natureza. Os discursos sobre a preservação ambiental das áreas afetadas pelo próprio empreendimento têm implicado a não utilização de 30 metros abaixo do rio, o nível demarcado no acampamento atualmente. As prerrogativas sobre a demarcação de áreas de APP seguem as definições do Novo Código Florestal, Art. 3º Inciso II, que diz “[...] preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (Brasil, 2012). A não utilização desses espaços segue sendo respeitada pelas populações atingidas, entretanto, essas áreas implicam nas mudanças na produção agrícola local, na pesca e também interferem nos modos de vida tradicionais (Castro e Barros, 2017).

Pude perceber as diferentes impressões da comunidade a respeito da demarcação da APP. No acampamento, desde meu ingresso no campo, já foram realizadas três demarcações, sendo a última ocorrida em meados de 2022 a 2023, tratando-se da metragem oficial. Entretanto, as negociações, debates e incongruências a respeito da APP têm implicado numa série de questões ocorridas internamente na comunidade. Em 05 de novembro de 2017, no meu primeiro trabalho de campo de pesquisa, já estive diante desse debate. Entre as rodas de conversas que se formavam em volta do barracão de Dona Jacirene enquanto aguardavam a reunião daquele dia, os/as moradores/as comentavam sobre a demarcação da APP. Naquela época, tratava-se da primeira metragem. Entre os debates, ouvia-se indagamens uns com os outros: *“Eles (CESTE) já passaram por lá?”*, *“comeu o meu lote todinho”*. Nesse período, a

maioria dos barracões estava dentro da área demarcada, por isso, teriam que ser desmontados e reconstruídos fora da APP.

Durante o processo judicial da disputa pela terra, foi acordado junto ao juiz a metragem a ser estabelecida na comunidade, 100 metros, com o que todos/as concordaram no momento. No entanto, Seu João conta em suas narrativas que a comunidade foi induzida a aceitar a metragem estipulada por receio de serem prejudicados posteriormente, mas que tais demarcações não foram explicitadas para eles/as, como relata: “*Eles não souberam explicar se aqui era 30 metros, ou era 70, ou era 100, ou era 170*” (15/01/2018). Conforme o Novo Código Florestal, Art. 5º:

Na implantação de reservatório d’água artificial destinado a geração de energia ou abastecimento público, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das Áreas de Preservação Permanente criadas em seu entorno, conforme estabelecido no licenciamento ambiental, observando-se a faixa mínima de 30 (trinta) metros e máxima de 100 (cem) metros em área rural, e a faixa mínima de 15 (quinze) metros e máxima de 30 (trinta) metros em área urbana (Brasil, Lei 12.651 de 25 de maio de 2012).

As diferentes demarcações não foram apresentadas ao conhecimento da comunidade. Como se nota, 100 metros são a medida máxima da APP em áreas rurais. Após essas definições acordadas no início do processo, ocorreram as primeiras demarcações que seguiram essa primeira definição dada pelo juiz. Como foi observado nos relatos do primeiro campo de 2017, a maioria dos barracões foi afetada pela APP, e a mobilização da comunidade no dia voltava-se para os/as ocupantes construírem seus barracões fora da área. A organização do acampamento para a construção dos barracões e ocupação dos lotes seguiram os critérios apontados sobre respeitarem a área de preservação, “*nóis recuamos a casa, botamos nos 100 metros*”, como afirma Seu João que, embora tenha se estruturado para que sua casa não estivesse dentro da área, acabou infelizmente sendo atingido pela área de preservação. Há quem acredite que a demarcação realizada pelos empreendedores ultrapasse as determinadas pelo juiz, pelo fato de a maioria da comunidade ter tido que reconstruir seus barracões.

As metragens realizadas na demarcação seguem a medida de linha reta, mas, por conta dos desníveis do solo e das curvas do lago, acabam ultrapassando a metragem estipulada (dos 100 ou 30 metros). Por conta disso, a medida segue a soma dos graus junto a metragem estipulada, guiando-se por uma metragem triangular para seguirem as definições da demarcação em linha reta. No acampamento, foram somados 100 metros junto aos 90º, para definirem a área da APP. Cabe ressaltar que as linguagens técnicas implicadas nesse processo acabam desconsiderando as comunidades atingidas, pois, como se percebe no acampamento, a APP reproduz uma série de questionamentos que conseqüentemente implicam na permanência da

comunidade nesse território, ao indagarem se a metragem estipulada pelos empreendedores de fato seguiu as determinações acordadas em juízo ou não. De toda forma, isso acabou gerando inúmeras mudanças na organização social do acampamento.

Como notamos, por conta da APP, as práticas da vazante acabam sendo inviáveis na comunidade. Embora isso implique uma série de desafios para continuarem exercendo a prática da agricultura, enfrentando as diferenças no terreno, na escassez hídrica e demais questões que dificultam a manutenção desse modo de vida. Como esclarece Dona Marinalva (55 anos), ao destacar como a APP tem dificultado a sua produção, pois “*não pode plantar nessa tal de área de APP*”, o que implica acionar outras formas de utilização da terra para fins agrícolas.

A coisa que eu acho mais errada deles é esse negócio da **gente não poder plantar nessa tal de área de APP** que eles fala. Porque a terra melhor que tem, que fica é nas margens do rio, nas margens do lago né. Devia plantar alguma coisa, plantar vazante, plantar alguma coisa e num pode, tá entendendo?! Acho ruim isso aí, acho errado, que podia liberar pra gente plantar as coisa. Mas não liberam não. Eles podiam marcar o lugar até onde a água vai, cada ângulo que a água fica nesse lugar, depois desce, eles podia ver, esse lugar a água só vem até aqui então daqui pra cá você pode plantar alguma coisa. Mas não pode né porque diz que é proibido e não pode plantar nada, 100 metro é longe demais, não é não?! É ruim moço e a gente que é pescador vai fazer uma casa 100 metros de distância do rio, aí você vai pro rio de noite pescar com medo de pisar em cobra aí de noite, com medo da estrada aí, de noite longe, a gente cansada e desce pra casa, eu acho ruim isso aí (Dona Marinalva, 55 anos, entrevista oral, 08/07/2019, grifos meus).

As melhores terras situam-se às margens do rio, portanto, a produtividade, a fartura e a fertilidade do terreno associavam-se à riqueza de nutrientes que os territórios das várzeas do Rio Tocantins proporcionavam aos/as vazanteiros/as. Quanto maior é a área da APP, mais longe a comunidade fica do rio, como narra Dona Marinalva (55 Anos) “*a gente é pescador, vai fazer uma casa 100 metros de distância do rio*”, assim, as delimitações acarretadas pelo não uso das margens acabam afetando compulsoriamente a tradição ribeirinha, pois estar próximo do rio, viver às suas margens é o que essas comunidades já realizavam muito antes do empreendimento romper com esses processos.

O rio é um ser ontológico e seus significados superam a dimensão material, passando a ter um sentido simbólico e sagrado (Castro et al., 2018). As relações simbólicas que as comunidades ribeirinhas interligam a esse bem comum, afirmam que “Os rios, esses seres que sempre habitaram o mundo [...] são quem sugerem que, se há um futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui” (Krenak, 2022, p. 11). Nas contribuições do ativista indígena Ailton Krenak (2020a; 2022), entendemos a completude que as águas têm para determinadas comunidades, sobretudo na sua cultura, na economia e nas experiências de pertencimento.

Os povos indígenas Krenak demonstram suas relações íntimas com o Rio Doce, que passa a ser uma pessoa (o Watu⁷⁵, avó) e não um recurso. Assim, a partir das perspectivas de povos indígenas entendemos as relações imateriais que povos e comunidades tradicionais têm com a natureza e com o rio enquanto parte da construção social e coletiva sobre habitar em lugares específicos, onde podem viver e reproduzir novas formas de organização (Krenak, 2020a).

O rio está ligado ao processo cultural da perpetuação de uma tradição ribeirinha, como explanado por Seu João: “*Se eu me achar sem a terra e sem o rio, acabou*”, citando a íntima relação e a importância que esse bem natural tem para sua existência. A beira do rio, ou o beiradão do Rio Tocantins, implica na permanência dessa comunidade nesse lugar de disputa. Seu Antonio enfrenta atualmente as alterações vinculadas à demarcação da APP, quando reconstrói seu barracão pela terceira vez para ter a casa mais próxima do rio. Como destacado anteriormente, especificamente no Acampamento Coragem, a APP foi demarcada três vezes. Em todas elas, muitos/as dos/as ocupantes se viram obrigados a realocar, desmontar seus barracões e construir para fora da área de preservação. A última demarcação seguiu a metragem mínima dos 30 metros, com isso, boa parte do terreno que já havia sido desapropriado estava fora dessa nova medida. Por conta disso, Seu Antonio resolveu mudar novamente o lugar de morada.

Dona Jacinere me conta sobre sua trajetória de ocupações, manifestações e lutas contra a barragem. Nesse percurso todo relata sua trajetória até chegar a comunidade, tendo encontrado a terra e feito um barracão de lona, e depois disso, se mudado pra uma casinha que posteriormente seria utilizada para ser o chiqueiro das galinhas, logo depois, foi construída uma casa ali mais próximo ao rio, no início do processo de ocupação, antes da demarcação das áreas de APP. Em 2019, em decorrência da APP, se muda novamente de casa e constrói outra acima da área demarcada. Hoje ao retornar todo esse processo de ocupação ela lembra e me conta que essa seria a quinta casa a ser construída no acampamento. Atualmente passando pelo processo de construção de um novo barracão que voltaria a ficar mais próximo do rio ela lembra toda a sua trajetória e mobilização na comunidade (Diário de Campo, 28 de julho de 2023).

Entre junho e agosto de 2023, estive acompanhando o processo de construção do novo barraco de Seu Antonio e Dona Jacirene. Desde meu retorno ao campo, estive observando essa nova dinâmica que ocorria dentro da comunidade que, após enfrentar problemas de saúde e pelo

⁷⁵ Sobre as afetações na bacia do rio Doce, Krenak diz: “O Watu, esse rio que sustentou nossa vida às margens do rio Doce, entre Minas Gerais e o Espírito Santo, numa extensão de seiscentos quilômetros, está todo coberto por um material tóxico que desceu de uma barragem de contenção de resíduos, o que nos deixou órfãos e acompanhando o rio em coma” (Krenak, 2020a, p. 41-42).

desânimo na disputa pela terra, a construção da nova morada implicava nas novas mobilizações acionadas por eles/elas para permanecerem ali.

Fotografia 28 – Primeiro Barracão de Dona Jacirene e Seu Antonio



Fonte: Machado (novembro/2017).

Fotografia 29 – Segundo Barracão



Fonte: Machado (julho/2019).

Fotografia 30 – Terceiro Barracão



Fonte: Machado (janeiro/2024).

As fotografias 28, 29 e 30 apresentam as três casas/barracões já construídas pelo casal nesses anos de ocupação, a primeira refere-se a meados de 2017, quando estava mais próxima do rio, mas de uma altura superior. Por conta da APP, se mudaram e construíram a casa da fotografia 29, ficando lá de 2019 até meados de 2023, quando estive acompanhando essa nova mobilização para estar mais próximo ao rio/lago. Seu Antonio fala sobre o porquê acabou mudando tantas vezes de barracão:

Não, é porque, sobre o negócio das mudança de casa, que nós sempre fizemo, cheguelmo na beira do rio, aí tinha que saber direito onde é que podia fazer a casa, aí fizemo só um barraquinho na beira do rio, ali fiquemo. Ai depois fizemo um mais na frente, mais em cima, mais no alto, demoremo uns dia, ai eu decidi fazer a roça ne, ai com fazer a roça sair e achei o lugar melhor de fazer a roça já mais no alto, ai fiz a casa. Ai quando veio o pessoal do CESTE com os reparamento, fiscalizando, ai falou que a casa tava na área da APP, ai foi na época que nós tivemo a audiência, ai o juiz pediu pra nós tirar a casa que tivesse na área da APP, pra tirar a mais de 100 metro, ai foi por isso que deu essa mudança de casa. Ai mudemo a casa pra cá pra sair de perto da APP e aqui tamo ne (Seu Antonio, 56 Anos, Entrevista Oral, 06/08/2023).

Quando retornei, em janeiro de 2024, a casa/barraco já estava construída (fotografia 30), tendo reaproveitado o material do antigo barraco. Além da casa/barraco, foram construídos um banheiro, o chiqueiro para as galinhas e canteiros e plantações em volta, como também um novo porto que desse acesso à nova moradia. Com isso, pude perceber que as proximidades do rio recordam as vivências anteriores à chegada da barragem. Ter a casa o mais perto possível

facilita o trabalho no acampamento, entre o pescar no lago, o cuidar da roça, as atividades domésticas, o cuidado com os animais, os canteiros e demais aspectos do cotidiano ribeirinho.

Além das mobilizações das mudanças de barracões, podemos observar que, com a perda desse modo de vida vinculado à agricultura da vazante, a comunidade passou a utilizar outras formas de produção, sendo a agricultura da roça de toco⁷⁶ uma alternativa para continuarem plantando e colhendo, embora isso enfrente uma série de desafios, sejam relacionados ao plantio na terra arenosa, à pouca produtividade ou às determinações da terra ser infértil. Dona Miúda (58 anos) destaca as principais mudanças na sua vida voltadas para o processo de plantação. A produção nas vazantes tinha características divergentes em relação à terra, ao comparar a terra preta⁷⁷, terra de cocal com a terra arenosa, ela apresenta as divergências que os terrenos podem apresentar para germinar ou não determinados tipos de plantio.

teve mudança sim, porque lá tem produção ne, porque a terra era terra preta, terra de cocal, terra de produção, aí é muito diferente pra uma terra de areia ne, entendeu? Mas com adubo vai, e sem dá adubo vai, mas é fraco, mas vai. Então, deu tá aqui neste momento é a vontade deu, deu ter minhas coisa sem comprar, eu ter minha farinha, minha... tudo entendeu? Da roça, então até hoje eu luto por isso, de eu ter o meu sossego e minha rocinha, meu canteiro de cebola, minhas galinha, ter meu... os ovos, ter tudo, ter minha farinha, ter minha tapioca, na hora que quiser fazer minhas coisa, então é por isso que até hoje eu luto, entendeu? Por isso (Dona Miúda, 58 Anos, Entrevista Oral, 05/08/2023).

Ao se referirem a esse processo de plantio nas roças de toco, boa parte da comunidade destaca a terra como “ruim”, por se situar no cerrado tocantinense e necessitar de adubação, gradeamento e demais ferramentas para produzir. Embora situem a improdutividade, isso não significa dizer que é inviável a plantação nas roças de toco. Existe uma série de novas técnicas a serem acionadas pela comunidade para continuarem produzindo. Seja gradeando a terra ou utilizando adubação orgânica: *“Aqui pra ela produzir melhor, a gente leva na cama de frango [...] pra ver se dá uma produçõzinha melhor”* (Dona Miúda, 58 anos, entrevista oral, 05/08/2023).

Ela não é ruim pra plantar não. Ela dá. **Hoje com a técnica que nós têm, não tem terra ruim**, tem gente fraco de condição, que se o caba é fraco de condição ele não tem jeito de adubar a terra, ne Antonio? E essas terra que nós tamo aqui todas elas dá, tendo a oportunidade de poder gradear pra poder jogar o adubo, pra poder, ela dá boa,

⁷⁶ Existe uma série de outras terminologias na literatura referentes à roça de toco, sejam elas a agricultura itinerante, coivara, pousio ou corte-e-queima (Ullier-Gómez et al., 2015). Aqui utilizaremos a categoria apresentada em campo: roça de toco.

⁷⁷ Referem-se às características do solo mais escuro, terras com acúmulo de resíduos orgânicos e riqueza de nutrientes e minerais para a plantação, o que implica na maior produtividade nesses terrenos. Tanto a terra preta, como a terra de cocal, explanados por Dona Miúda, dizem respeito a terras produtivas e ricas em nutrientes.

que dá. Todas elas dá. Com adubo não tem terra ruim (Seu Manoel, 61 Anos, Entrevista Oral, 10/07/2023, grifos meus).

Definir a terra enquanto improdutiva implica em algumas divergências dentro da comunidade. Com trabalho, empenho e cuidado, toda terra produz, como demonstra Seu Manoel (61 anos) exemplificando o uso de novas tecnologias para arar a terra, o uso de adubo, que tem funcionado nos últimos anos, como enfatiza: “*Hoje, com a técnica que nós tem, não tem terra ruim*”. Para produzir, recorrem a um cuidado maior com a terra, por suas características naturais implicarem na ausência de nutrientes necessários para germinarem seus alimentos. Cultivar em terrenos arenosos fora das margens do rio implica em demandar conhecimentos sobre espécies de plantas e técnicas específicas que o saber tradicional não consegue (Castro et al., 2018). Em consonância com Wanderley (2013), que pontua a capacidade de resistência acionada por agricultores ao serem inseridos em novos contextos sociais e econômicos, podemos exemplificar as mudanças da vazante para as roças de toco.

Dentre as produções, a mandioca se caracteriza como principal produto cultivado na comunidade, como também o milho, o feijão, a melancia, o arroz no início da ocupação, o caju, o limão, o abacaxi, entre outros que alguns dos/as moradores/as têm buscado plantar. A mandioca se destaque em maior escala de produtividade, como frisa Lucinha, “*aqui na nossa terra basicamente o que dá ainda, o que tá dando no momento é a mandioca*”. Na Amazônia, a mandioca é o tubérculo mais cultivado por povos tradicionais, isso ocorre pela quantidade dos seus derivados, seja a farinha, a tapioca, a puba e demais ingredientes que compõe a dieta alimentar tão importante para essas comunidades (Peroni, 2004).

Castro et al. (2018) situa as diferenças em relação ao manejo da mandioca em diferentes terrenos ao comparar sua produção nas vazantes e roças de toco, pois germina em terra enxuta, o que em solo de várzeas necessitava esperar pelo secar das margens, pois a terra umedecida pode levar ao apodrecimento das manivas. Isso implica o entendimento do porquê da grande produção em terras secas como as do acampamento, sendo essencial entender as dimensões do tempo da terra que, conseqüentemente, implicam nas temporalidades da produção, como exemplifica Lucinha:

Porque cada plantação tem o tempo ne, e a gente tem que escolher o tempo, igual você fala, a passagem da lua, tem um tipo de plantio que é bom pra uma época e já não é bom pra outra, por exemplo, o feijão, o feijão é um tipo de plantio que ele não exige tanta água, então você pode plantar de agora o período de janeiro até fevereiro, março que não vai exigir tanta chuva e ele vai dá. Já a mandioca, o correto é que você plante ele com tempo em que ela se desenvolva mais nos períodos de chuva, que chega de dezembro até no máximo dia 15 de fevereiro que são os períodos mais chuvosos ne, então tem que aproveitar essa época de chuva, e é assim. E pedir a Deus que o tempo como anda muito mudado, mas que ele pelo menos mantenha um pouco, de acordo com o conhecimento nosso, porque como a gente não usa a tecnologia, usa

mais os ensinamentos ne, que nós já tem dos nossos. Tradição mesmo anterior. A gente usa mais essas simbolização assim mesmo, da lua nova, lua cheia, a lua tá boa né pra plantar, ou a lua tá muito fina, é assim. Se orienta de acordo com a estação da lua (Lucinha, 39 anos, entrevista oral, 04/02/2024, grifos meus).

A narrativa de Lucinha nos apresenta as temporalidades no plantio das roças de toco e como isso implica entender a diversidade dos plantios em suas variadas formas, seja o feijão que não exige tanta água ou a mandioca que necessita de um período chuvoso mais amplo para poder germinar. A cosmologia está presente entre os saberes ribeirinhos para entenderem os ciclos lunares da produção. Cabe ressaltar que esse ciclo também é seguido pela organização social para além dos aspectos relacionados à plantação. Seu Antonio, quando construía o novo barracão, seguia os ciclos lunares, pois a casa deveria ser coberta ainda em julho, aproveitando a fase boa da lua para colher as palhas. Caso fossem colhidas em períodos fora dos ciclos, a palha seria empestada por lagartas.

Conforme os estudos de Castro et al. (2018), a lua tem grande influência nas vazantes. O observar os ciclos e efeitos são característicos na ancestralidade de povos vazanteiros do médio Tocantins, sendo fatores determinantes para o sucesso da safra de qualquer tipo de agricultura. Como acionado por Lucinha, o estudo do autor explicita que cada planta ou legume demanda um tipo de cuidado específico relacionado aos ciclos dos astros. Exemplificando as definições dos dias da semana separados em dois gêneros, de segunda a sexta, são caracterizados como dias de fêmea. Sábado e domingo são dias de macho. Nos dias de fêmea, tudo o que é rama se planta, pois se trata da lua quarto crescente. Na lua minguante (ou lua fina), o plantio pode retardar o crescimento, já a lua crescente se caracteriza pelo bom desenvolvimento e qualidade do plantio. Sobre os ciclos lunares, estes também são fundamentais nos processos de plantação no Acampamento Coragem:

A época de plantar, a lua de plantar, a lua que você vai colher, **dependendo da lua que você planta, você sabe a lua que você vai colher daqui há um ano.** A gente já estuda essas... esses passo ne, e a gente já sabe que geralmente em passagens de lua, força de lua, de uma lua pra outra sempre ocorre chuvas, pequenas chuvas mas dá. E foi assim que deu essa chuva que veio a levantar a praga de cupim na terra, não teve como a gente combater tudo, e cabô a nossa macaxeira do ano passado. Mas ano passado já era pra gente ter tido farinhada de... pra vender mesmo, esse ano tamo aí de novo, maior agora, a plantação maior do que a do ano passado (Dona Jaqueline, 37 Anos, Entrevista Oral, 23/07/2023, grifos meus).

A cosmologia da terra pode ser entendida como a relação íntima de povos com lógicas cosmovisivas e têm os elementos da natureza, através de sua relação respeitosa, orgânica e biointegrativa com todos os elementos vitais (Santos, 2015). Entender o cosmo envolto na natureza e suas temporalidades é saber que “Tudo é natureza. O cosmo é natureza. Tudo o que eu consigo pensar é natureza”, como nos faz refletir Ailton Krenak (2020b, p. 83). Entender as

épocas de plantio a partir dos ciclos lunares são práticas historicamente herdadas de povos indígenas, seguindo as lógicas temporais demarcadas pela natureza. Quando Dona Jaqueline (37 anos) se refere “*a lua de plantar*”, ela situa essa lógica ancestral de entender o tempo da natureza para o cultivo da roça, a organização da casa, bem como a pescaria. Assim, compreendemos os marcadores naturais do tempo, seja a lua ou o sol, diferentes da lógica linear marcada pelos relógios e calendários, que explicitam a indissociabilidade entre o social e o biológico, entre o indivíduo e a natureza, como as populações indígenas têm se instituído (Paula et al., 2021).

Em estudos com os povos Kaingang, da Terra Indígena de Xapecó, Paula et al. (2021) esclarece que a natureza é o ponto de partida para demarcação de tempo entre as comunidades indígenas. Embora as condições do ambiente natural tenham mudado em diferentes localidades, essas populações continuam a desenvolver seus modos de vida. Com o avanço da modernidade, as relações do ser humano com a natureza se transformaram, seja pelo avanço do capitalismo em territórios tradicionais, o que implica nas mudanças climáticas e na forma como a natureza tem sido compulsoriamente afetada nos últimos anos.

Entretanto, assim como as populações indígenas têm acionado novas formas de estabelecerem suas relações cosmológicas com a natureza (Krenak, 2022), os modos de vida têm se readaptado (Santos, 2015). Portanto, compreende-se que as disputas por territorialidades conduzem povos e comunidades tradicionais a acionarem novas formas de (re)existência. Ao falar da cosmologia da terra, dos tempos de plantar, colher, da tradição mantida na produção das roças de toco, que seguem uma lógica ancestral no cultivo e cuidado em seu processo produtivo, os/as acampados/as do Acampamento Coragem estão construindo seus modos de vida.

A plantação em roças de toco segue lógicas diferentes das que a comunidade realizava nas vazantes. Desde o processo de adubação que ocorria de forma natural, e nas roças de toco, a fertilização advém da queima da vegetação. As cinzas são os sedimentos que se espalham e penetram no solo durante o período em que a área é cultivada (Castro et al., 2018). A organização do preparo da terra para o plantio nesse novo espaço segue uma série de etapas importantes para a realização do seu cultivo:

A gente começa na derrubada ne, e derruba arrancando toco por toco pra poder limpar a terra pro plantio, é arrancando com o machado, na enxada, enxadeco, cavando, arrancando árvore por árvore, como a terra aqui é uma terra muito arenosa, ela exige adubação na terra. No começo a gente não tinha foi um sofrimento danado, esse ano graças a Deus a gente conseguiu comprar, foi a benção do Senhor. E a gente trabalha com isso, assim começa a desmatação arrancando os toco da roça, preparando a terra com adubação, se você tiver acesso ao adubo ne, pra colocar que hoje é difícil demais.

E ai vem o plantio na época do inverno ne, nas primeiras águas que começa os plantio, mas o processo começa assim a derrubada mesmo de um pedaço pequeno também, que é assim já ouviu exigência de que não pode derrubar muito, que não pode derrubar isso, não pode fazer roça grande, não pode aquilo. A gente faz o pedaço que seja viável aos olhos de quem vai privar a gente de não abrir muito espaço ne, não derrubar assim muito espaço, desde já respeitando a parte que é exigida que é os 100 metros, que exige nas margens do rio que a gente não pode mexer. Ai daí por diante a gente faz isso, derruba e arranca os toco, capina e planta a roça até chegar a época da colheita (Dona Jaqueline, 37 Anos, Entrevista Oral, 23/07/2023).

As roças de toco são caracterizadas pelo sistema de plantio itinerante, em que as áreas a serem cultivadas necessitam de descanso para o crescimento da vegetação, por um período superior ao tempo de plantio (Fachin, 2015). De forma geral, uma pequena área de floresta é derrubada e queimada, para preparar e fertilizar a terra para o cultivo de espécies agrícolas em um curto espaço de tempo, que geralmente ocorre entre dois e três anos (Ullier-Gómez et al., 2015). Como acionado por Dona Jaqueline (37 anos) ao limpar o terreno, após a derrubada, o arrancar dos tocos, a terra é preparada para adubação. Após a derrubada e limpeza da área escolhida, a matéria organizada é cortada (os tocos) e o local seco de forma natural para posteriormente ser queimado, esse processo tem por objetivo realizar a limpeza do terreno, visando reduzir a acidez do solo e a disponibilidade da vegetação do solo através das cinzas, o que contribui no processo de adubação para deixar o solo mais favorável para o plantio (Fachin, 2015).

Sobre o tempo do preparo do solo após o processo de queimada e limpeza, alguns estudiosos/as definem o processo de fertilização do terreno entre o período de descanso de aproximadamente três anos, seguido do cultivo deixado em pousio por um período mais longo, para que o solo possa ter sua produtividade reestabelecida (Fachin, 2015; Uller-Gómez et al., 2015; Listemani, 2017), embora esse tempo possa variar conforme as condições de fertilidade do produtor e da disponibilidade do/a produtor/a, como afirma Listemani (2017).

No Acampamento Coragem, o terreno utilizado para a produção das roças é reaproveitado, então os processos que demandam a produtividade do solo implicam em outras particularidades. A adubação da terra associa-se ao cuidado e preparo do solo para além das cinzas utilizadas no processo tradicional no preparo da roça de toco. Existem outros agentes orgânicos que contribuem para o melhor trato com o solo, desde o gradeamento do solo que possibilita melhores condições para o plantio até a utilização das camas de frango. Recentemente, boa parte da comunidade contratou os serviços de gradeamento da terra. Organizaram-se para que, no dia em que o trator chegasse à comunidade, pudesse realizar esse serviço para quem quisesse. O processo de gradeamento auxilia na preparação do solo para posteriormente iniciarem os processos de plantio.

Fotografia 31 – A limpeza da roça de toco



Fonte: Machado (janeiro/2024).

Na fotografia 31, observa-se Seu Antonio, Dona Jacirene e Gerson cuidando do solo da roça de toco, enquanto capinavam, rastelavam e queimavam os resquícios da vegetação, pois durante essa etapa pretendia-se realizar o replantio da mandioca. Já vinham germinando na plantação algumas ramas de mandioca, melancia, e o milho tinha sido plantado na parte ao fundo do lote. Acompanhei a organização para o plantio nas roças de toco de Seu Antonio e Dona Jacirene. Antes de ir a campo recebi as notícias de que o trator já havia gradeado a terra. Então, entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024, observei as articulações da comunidade ribeirinha no processo de cultivo nas roças.

Recentemente, para além das dificuldades com a terra de difícil plantio, a comunidade teve que lidar com as mudanças climáticas⁷⁸ que afetaram a produção, especificamente no

⁷⁸ Trata-se de uma nova área do conhecimento a ser analisada pelo viés sociológico. Estudos apontam que esse campo do saber continua em construção, sendo realizados por diferentes vertentes. Entretanto, nas Ciências Sociais, sobretudo na Sociologia, as mudanças climáticas passaram a ser incorporadas como elementos de análise pela ampliação dos debates acerca do aquecimento global que ganharam espaço na esfera pública internacional, alcançando urgência nos debates da agenda política global (Fleury et al., 2019).

plantio de mandioca que é o mais rentável, para o feitio da farinha que serve tanto para o mantimento próprio como para a venda externa. Pode-se perceber que, além da mandioca, plantam milho, banana, abóbora, pepino, feijão e melancia. A mandioca, a mais produtiva de todo tipo de manejo, na última plantação não produziu como o esperado.

Às 07h30 chegamos ao acampamento, logo em seguida chegam Seu Manoel e Dona Vita. Observo que Seu Antonio limpou o caminho do seu porto e logo depois fico sabendo que fez isso para poder plantar pés de cupuaçu, percebo que a mandioca cresceu bastante, embora tenha falhado mesmo após replantarem, comentam que o milho ainda não cresceu. **A mandioca não vingou bem esse ano e isso ocorreu pela falta de adubo, segundo os comentários de Dona Jacirene e Seu Antonio.** Logo que cheguei fui cumprimentá-los, dizendo que já voltei novamente (Diário de Campo, 18/04/2024, grifos meus).

Na plantação, como enfatizado nos comentários do campo que fiz para pesquisa desta tese (em abril de 2024), notava-se o crescimento da mandioca, embora ela tenha falhado. É importante frisar que, no período desta plantação, foi mandado gradear as terras, e Seu Antonio replantou mais de uma vez para que a mandioca pudesse vingar. Pela ausência de chuvas no período entre janeiro e fevereiro, que é quando se encerra a época de plantio, a comunidade enfrentou as incertezas do campo, o que acabou acarretando afetações sobre o plantio nas roças.

Sim, aqui eu percebo que parece que cada dia que passa a temperatura tá mais quente, a chuva tá mais escassa e fora dos período que nós conhecia. Tá tudo desordenado, aquele tempo que nós achava que seria um mês chuvoso já não é mais, e nós tamo mais pela sorte. Porque aqui mesmo, aqui mesmo nós já perdemos duas plantação e tamos replantando novamente, porque a gente planta a chuva não vêm, perde a semente, aí vai ter que replantar novamente e é tentando pra ver se acerta o tempo da chuva (Lucinha, 39 anos, entrevista oral, 04/02/2024).

A respeito disso, Lucinha (39 anos) pontua como as mudanças climáticas têm afetado o cotidiano da comunidade e as plantações. Dessa forma, pelas ausências das chuvas e o aumento da temperatura, mesmo tentando o replantio, a mandioca ainda falhou. Dona Jacirene fala que isso ocorreu pela falta de adubação, mas é notável que a falta de chuva é fator que também implicou drasticamente a produção de mandioca.

Nos últimos anos, a temperatura tem crescido drasticamente, a exemplo das enchentes ocorridas na região Sul acarretadas pelas emergências climáticas nos últimos dois anos, e a seca que atinge o Amazonas em decorrência do aumento exacerbante das queimadas. Sobre esses aspectos, os períodos de chuva na região tocantina retardaram o plantio nas roças de toco. No último ano, os períodos de chuva vieram posteriores ao imaginado no calendário lunático da comunidade. Por conta disso, passaram a replantar mais de uma vez, como Seu Antonio, que utilizou as brechas em sua roça para novamente tentar cultivar a mandioca. Os estudos de Santos et al. (2024) sobre as principais precipitações nas variáveis meteorológicas do ciclo hidrológico

do estado do Tocantins, expõem que a estação chuvosa em boa parte do estado tem ocorrido mais tarde. As tendências anuais evidenciam as mudanças no comportamento na estação chuvosa do estado (de 2023/2024), o que possivelmente tem ocasionado as mudanças do uso e ocupação do solo, como se percebe na produção das roças de toco no Acampamento Coragem.

As mudanças climáticas adentram a agenda global em destaque no último século. Os perigos, os riscos, as ameaças e os debates que têm se propagado na mídia internacional e no universo científico também passam a ser incorporados nas agendas dos movimentos sociais e nas políticas territoriais para a Amazônia (Menezes e Bruno, 2017). Diferentes correntes do pensamento têm refutado as noções abordadas pelo Antropoceno a respeito das mudanças climáticas. Alguns estudiosos assinalam que a noção de Antropoceno desconSIDERAM os aspectos de classe, raça e gênero enfrentados nos processos de transformações ecológicas, como explana AcSeldrad (2022).

Na visão do autor, é no debate sobre as mudanças climáticas que as dimensões sociológicas das transformações ecológicas têm sido mais especificadas. Atualmente, essa discussão busca considerar a mudança do clima como um fenômeno social, compreendendo as rupturas nos padrões variáveis do clima, ampliando o debate sobre as formas de interação entre as diversas formas de ocupação do espaço e os processos climáticos (AcSeldrad, 2022). Cabe frisar que há um amplo debate científico acerca de como as mudanças climáticas são gestadas, e existe uma longa corrente de pensamento que refuta os argumentos de que essas mudanças seriam oriundas de ações humanas inadequadas. Aqui trataremos especificamente de como isso tem implicado nas vivências ribeirinhas, ou seja, não será aprofundado o debate teórico⁷⁹ acerca dessa corrente do conhecimento.

Dona Jaqueline (37 anos) menciona como as ausências das chuvas ou as mudanças nos seus ciclos prejudicou sua produção do ano passado (2022). Ela conta que, no verão muito intenso, ocorreu uma chuva no meio dele, o que acarretou disseminação da praga de cupim: “[...] a chuva do verão, no verão, levantou a praga do cupim e comeu nossa macaxeira já no tempo de colheita, já quase no mês de colheita”. Assim, compreende-se que, para além das tecnologias acionadas para a produção na terra arenosa, nos últimos anos, as mudanças no clima têm ocasionado improdutividade dentro da comunidade. Apesar de todas essas dificuldades, a comunidade utiliza novas formas de produção, acionando os saberes/fazeres para continuarem produzindo e permanecendo no território. Dessa forma, entender as dinâmicas

⁷⁹ Para compreender as agendas políticas sobre os estudos das mudanças climáticas, especificamente na área sociológica, consultar a seguinte referência: SALMI, Frederico; FLEURY, Lorena Cândido. Sociologia da utopia crítica no nexO das mudanças climáticas. **Tramas y Redes**, (3), 91-111, 2022.

do rio, da terra, do clima são as formas com as quais a comunidade ribeirinha enfrenta as alterações de seus modos de vida.

As novas técnicas utilizadas pela comunidade apontam para “um saber-fazer onde se podem encontrar todos os traços da arte da memória” (Certaú, 2014, p.153-154). Dessa forma, a recontextualização das práticas cotidianas e dos saberes ancestrais permitem que resgatem suas memórias culturais, seja através da produção das roças de toco, dos cuidados no preparo do solo, da construção de moradias e da preparação de alimentos tradicionais. A população acampada reforça sua identidade e resistência a partir das relações interpessoais que se estabelecem no interior da comunidade, a partir das trocas de histórias, saberes e experiências que fortificam os laços comunitários.

São mobilizadas novas formas de produzir na terra arenosa, de enfrentar as ausências da chuva, ao realizarem “testes” sobre o que frutifica na terra das roças de toco. Dona Jaqueline destaca a diversidade da sua produção atualmente. Elae os demais ocupantes buscam formas de ampliar o plantio em sua roça, desde o feijão e suas variantes, a macaxeira, o caju, o abacaxi, a batata, o plantio na horta, o gengibre, o jiló, o açafrão e uma série de outros produtos que ela utiliza para “*ter uma produção boa*”.

A gente já tem um plantio bom de macaxeira que é o que a gente mais cultiva, já vamos começar a iniciar nesse ano a farinhada, com certeza vai dá muito boa e já é pro financeiro, já pra venda já, já pra fazer parte do financeiro mesmo da família, graças a Deus. Então, assim, esse é os cultivo que a gente tá tendo, a banana, como você tá vendo aqui dá pra fazer a foto, muita banana, inclusive tem mais um bocado ali, banana a gente planta, a banana a gente tá sendo só pro consumo também. Então assim, a gente tem **feito testes com várias plantas** que a gente tá vendo que tá sendo bom, nós tamo iniciando coco também. Plantando coco, já tem uma quantidade imensa, depois até quero te mostrar o tanto de mudas que eu tenho, vou fazer um pequeno plantiozinho de jaboticaba, tem vários mudas, eu tô vendo que tá dando certo, e acerola. Esses são o que a gente quer ingressar no nosso cultivo aqui na terra, é a nossa plantação, eu sei que é um sonho grande pra quem ganha pouco, mas nada é impossível pra aquele que quer vencer. E esse é o meu cultivo eu acho que é muita coisa pra duas pessoas sozinhas (risos), mas é a realidade é o que a gente planta, é o que... desse meio que a gente vive (Dona Jaqueline, 37 Anos, Entrevista Oral, 23/07/2023).

Com as novas tentativas de “*ingressar no nosso cultivo*”, outras produções que outrora não foram utilizadas na terra, percebe-se diferentes formas produtivas dentro da comunidade. Enquanto a grande maioria tem focado na produção da macaxeira, do feijão, do milho e da melancia, os produtos que mais se adaptaram ao solo, Dona Jaqueline apresenta novas ferramentas para diversificar a sua produção. Quando me leva aos arredores de seu lote, pude perceber a quantidade de mudas que ela vem cultivando para poder posteriormente comercializar. Na comercialização dos seus cultivos, ela cita a grande produção de limões, e que, atualmente, busca comercializar o gengibre, o açafrão e a produção de temperos.

Portanto, as alterações na produção ribeirinha voltada para o plantio têm implicado numa série de mobilizações. Entretanto, como demonstram as narrativas de pessoas da comunidade, existem novas saídas para continuar produzindo e colhendo o que a terra possibilita na manutenção desse modo de vida. Entre as vazantes e as roças de toco existe um longo processo de transição e adaptabilidade que esses grupos sociais acionam cotidianamente.

5.3 “O peixe, a gente tem que andar muito pra correr atrás dele”: os efeitos socioambientais na prática pesqueira

A busca pelo peixe implica em novas formas que a lida na pescaria tem reproduzido na comunidade ribeirinha. Nas dinâmicas vivenciadas pela comunidade, “andar atrás do peixe” aciona as formas como esse modo de vida se alterou em decorrência da construção da UHE de Estreito. A prática pesqueira entre os/as moradores/as da comunidade ribeirinha é uma tradição transmitida de geração em geração. Como vimos nos capítulos anteriores, o ingresso na vida da pesca ocorre em grande maioria pela influência dos pais, de familiares, e de como as vivências com esse modo de vida foram atravessadas pela permanência no beiradão do Rio Tocantins.

Dona Miúda (58 anos) descreve como ocorria a pesca antes da barragem: “*A gente subia direto, não tinha aquela barragem, nós era livre*”, identificando o fator predominante da mudança na prática pesqueira. O livre acesso ao rio foi interrompido após a chegada da barragem. As dinâmicas cotidianas entre pescar, despescar, levar o peixe para venda, transitar entre o beiradão do rio, a colônia de pescadores e o mercado, compunham o cotidiano que pescadores e pescadoras exerciam naturalmente.

Primeiramente a nossa... o trajeto, o que mudou né? O trajeto. A gente saia, eu mesmo acostumada a sair da Draga, da antiga Draga né, vinha não tinha a barragem, então **a gente subia rio acima até onde dava**. Pescava o que, tipo assim, capturava o pescado, voltava e vendia, as vezes ia distância bem pequena já conseguia o pescado ne, e você tinha o livre acesso pra ir e voltar na hora que quisesse, e agora já é mais complicado ne, mais diferente. Agora já existe a barragem no meio aí dificulta devido esse, a liberdade de ir e voltar tem horário estabelecido ne, se a quem não tem transporte mesmo seu ne, particular, é bem complicado porque tudo dentro dos horário. E é complicar o trabalho do pescador, porque pescador não tem hora ne, ou as vezes acontece um imprevisto ne, que tem que ir precisar rapidamente de ir à cidade ne, pro algum tipo de emergência, complica também (Lucinha, 39 Anos, Entrevista Oral, 04/02/2024, grifos meus).

A liberdade ao acesso ao seu campo de trabalho, o rio, ocasiona uma série de afetações e complicações na vida dos/as pescadores. “*A gente subia rio acima até onde dava*”, situa o livre percurso nas águas do Tocantins. Lucinha fala de como capturava o pescado, voltava para a cidade para vender e depois retornava à pesca. Essas trajetórias são marcadas pelo acesso

cotidiano ao beiradão. Nota-se, a partir das narrativas orais da comunidade, como as alterações no comportamento do rio, da fauna aquática implicam diretamente no modo de vida e em uma das principais atividades econômicas das populações atingidas. Magalhães, Silva e Vidal (2016), em estudos sobre os efeitos da UHE de Belo Monte, apresentam como os períodos pré-construção de grandes empreendimentos não são negligenciáveis e nem transitórios, a exemplo das afetações na prática pesqueira que se modifica desde o início das obras em Estreito, implicando na antecipação dos efeitos que outrora são disseminados na pós-construção do empreendimento.

Os efeitos socioambientais de uma usina hidrelétrica passam a ser manifestos desde o processo de licenciamento ambiental (Zhour, 2012) e perpetuam-se no decorrer do processo de instalação, implementação e inauguração. Assim, notam-se as antecedências que as modificações do viver ribeirinho passam a se alterar muito antes da chegada do empreendimento. Os estudos de Amarildo Araújo e Airton Sieben (2020) sobre a possibilidade da construção da UHE de Marabá apresentam as concepções da comunidade de Apinagés (São João do Araguaia-PA) ante o futuro deslocamento compulsório acarretado a partir da comunicação da instalação do empreendimento. As incertezas sobre o futuro da comunidade e a desconstrução de suas identidades já se apresentam nas afetações que a notícia da chegada no empreendimento trazem para esses grupos sociais. Em consonância com as análises de Magalhães, Silva e Vidal (2016) contribuem para o entendimento de que a perpetuação das alterações nos modos de vida de populações a serem atingidas por grandes empreendimentos é antecipada desde o período pré-instalação.

Dentre as afetações, destacam-se sobretudo, o modo de vida, em consonância com a acumulação de saberes apreendidos de forma oral e tradicional, o comportamento do rio, dos peixes e demais integrantes da fauna e da flora aquática, e as territorialidades estabelecidas por povos e comunidades tradicionais. As transformações socioambientais vigentes nesses espaços dizem respeito aos efeitos sobre a reprodução dos peixes, o modo de viver dos peixes adultos, as vias de navegação e os pontos de pesca, a vegetação das margens do rio, suas ilhas e seus habitats específicos, como o estoque do pescado e sua reprodução (Magalhães, Silva e Vidal, 2016).

Historicamente, a pesca no leito do Rio Tocantins segue uma tradição ancestral, transmitida através da oralidade, o que tem implicado na perpetuação de uma tradição, embora isso tenha mudado nos últimos anos. A trajetória na lida com a pesca na vida de Lucinha ocorre por influências dos pais. Por acompanhar, viver e ter o sustento voltado para essa produção, ela acaba seguindo a mesma profissão. Isso ocorria de forma muito natural antigamente, embora

se perceba que a perpetuação de uma tradição implica nas mudanças que o ecossistema sofre em decorrência da instalação de uma hidrelétrica.

Eu acredito que se não tiver um plano de governo, um estudo voltado a vida do pescador, ao pescado em si também, é uma profissão que vai virar em extinção, assim como o pescado, porque além de ser uma profissão difícil ne, muitos poucos tão querendo continuar essa profissão. Se você me perguntar pra mim se eu gostaria que meus filhos seguissem a minha profissão, sinceramente eu diria que não, eu não vou mentir, eu vou dizer que não, porque eu sei que cada dia que passa é uma profissão que tá ficando mais difícil, é difícil tanto fisicamente ne, uma profissão difícil de se fazer, como mentalmente também, porque vai exigir muita, muito do pescado e a cada dia que passa são mais exigências (Lucinha, 39 Anos, Entrevista Oral, 04/02/2024).

Quando Lucinha recorda os tempos do rio, do seguimento da profissão, sua trajetória continua marcada pela pesca no leito do Rio Tocantins, o que não ocorreu com seus filhos que vivenciam da pesca, mas são imbuídos das alterações acarretadas pela barragem de Estreito. Ao saberem das inúmeras dificuldades nessa prática laboral, filhos e filhas de pescadores têm optado por outras profissões, como os irmãos de Lucinha, que não são pescadores como ela e os pais, e o seu desejo de que seus próprios filhos não sigam essa profissão, dados os inúmeros desafios encontrados atualmente. Os estudos de Magalhães, Silva e Vidal (2016) sobre os efeitos socioambientais da pesca no contexto da construção da UHE de Belo Monte pontuam o desuso e a perda do conhecimento tradicional como uma das consequências da construção da barragem. A mudança do ecossistema e os efeitos socioambientais acarretados pela barragem modificam as dinâmicas sociais dessas comunidades. Conforme destaca Norma Valencio (2010), a pesca artesanal se constitui num modo de vida acionado a uma identidade territorializada, ou seja, o rio passa a ser um ator da vida social no qual os conflitos são dinamicamente refletidos.

As práticas culturais reproduzidas pelos/as ocupantes do Acampamento Coragem têm relação intrínseca com a terra e o rio, sobretudo por seus modos de vida advirem da produção e uso desses bens comuns. Compreendemos os fatores voltados para o processo de plantação e de que forma isso tem sido redefinido atualmente, mas as mobilizações sobre a pesca alteraram totalmente a dinâmica para os/as pescadores/as. A pesca no rio foi drasticamente afetada com a vinda da barragem, essa é uma das afetações mais sentidas pelas comunidades atingidas, ao relatarem toda a mudança no ecossistema do rio e na biodiversidade da pesca que implica na perda da sua matéria-prima. Quando realizei campo em 2019, que resultou na dissertação (Machado, 2020), a pesca aparecia entre os eixos centrais quando narraram sobre as principais implicações e mudanças que a UHE de Estreito causou para suas vidas, como destaca Seu João:

Ela afetou nessa área mesmo da pesca mesmo, mais me afetou na área da pesca, porque **pra gente andar, subir e descer nós fomo barrado** lá, já nois não tem mais aquele ne, aquele trajeto ne, por onde nós andava ne. Isso aí é um tipo que o pescador todo tempo vivi humilhado, afetou demais nessa... e o outro é porque a gente num pesca mais aonde, do jeito que a gente pelejava, pescava, achava que ia tocar a vida daquela forma, em todo tempo. Isso pra mim sempre foi afetado e num vai concertar nem pra mim que não pesco mais, e nem pra quem ainda tá pescando, eu só enxergo cada dia mais afetando mais a situação de quem vivi no rio (Seu João, 65 Anos, Entrevista Oral, 05/08/2023, grifos meus).

A pesca no rio Tocantins caracteriza-se pela pesca artesanal, seguindo a pesca de cardume, que era rica em diversidade de espécies. A barragem, além de interromper os caminhos naturais do rio, implica no livre acesso e nas trajetórias percorridas pelos/as pescadores/as ao trabalharem na pesca. Seu João demonstra, mesmo já estando aposentado, como essa nova realidade tem afetado a vida da comunidade pesqueira em geral. Para compreendermos as mudanças nessa biodiversidade, é importante pontuarmos como ocorria o exercício da pesca antes do barramento do rio, como conta Seu Manoel:

A pesca o seguinte, a pesca quando tinha a piracema, primeiro de março acabava a piracema entrava a pesca, aí nós já vinha pescar, pescava pacu manteiga porque naquela época tinha todo tipo de peixe, hoje não tem mais. Hoje o peixe acabou. Inclusive eu tô até com projeto pra ir pro CESTE na repovoação do lago. Aí na época nós pescava pacu manteiga, nós pescava a piabanha, nós pescava a caranha, o surubim, o [mandi] moela, esses eram peixe que dava dinheiro, o filhote, a dorada. Esses eram peixe nosso de nós fazer o dinheiro. Aí com a barragem vai e acaba. Antes da barragem nós pegava o cardume, pegava um peixe desse de cardume aqui nós subia até Palmeirante de junto de Palmas, no cardume. Aí largava e vinha e descia e pegava o outro. Às vezes nós vinha descendo a estrada e topava com outro e tornava a empurrar o outro, aí vinha pegava já de lá nós sabia notícia que vinha outro chegando aqui, nós corria pro outro. Nossa função era essa até acabar a época dos cardumes, acabava os cardume a gente ficava pegando só peixe de puleiro mesmo (Seu Manoel, 61 Anos, Entrevista Oral, 10/07/2019).

Os cardumes são o volume de peixes que nadam em conjunto, sendo de diferentes espécies, sendo característicos pelo seu grande volume e atrativos na prática pesqueira da região, como situa Seu Manoel. A pesca do cardume fazia o/a pescador/a seguir os trajetos do pescado, seguir os ciclos naturais, os caminhos do pescado e a diversidade em espécies e, consequentemente, a ampla diversidade implicava no fácil acesso à matéria-prima, como também na ampliação de sua comercialização. Sobre esse tipo de pesca, a maioria da comunidade identifica os fatores que modificaram a reprodução do pescado, e o que isso ocasionou para o próprio peixe: *“o rio ficava ali pro peixe andar, pro peixe subir, e o que faz o peixe render é os cardume que passa né, que vai deixando um pouquinho aqui, um pouquinho ali e vai seguindo viagem né”* (Leucimário⁸⁰, 15/01/2018).

⁸⁰ Leucimário é filho de Seu João e Dona Miúda, irmão de Lucinha, e também faz parte da ocupação. A primeira entrevista que realizei com Seu João (15/01/2018), ocorreu de forma diferente, eu realizei conjuntamente com a

O barramento do rio afetou não só o livre acesso de pescadores e pescadores sobre o seu fluxo, como também a presença dos cardumes. Leucimário quando fala que *“o rio ficava livre pro peixe andar”*, está situando os tempos da pesca de cardume que ocorriam antes da barragem, como apresenta os significados narrados por Seu Manoel (61 anos), frisando a importância dos saberes e do conhecimento que pescadores/as absorvem sobre o rio *“O pescador de cardume na época quando dá mês de junho, julho que o vento venta geral, ele tem um pensar diferente. Ele só pensa que o peixe vem vindo, pensa que o peixe vai passar, pensa que o peixe tá... ele tem um conhecimento, entendeu?”*. Dessa forma, o conhecimento ancestral sobre os ciclos do rio e consequentemente da reprodução e passagem do cardume são atribuídos aos saberes/fazeres acionados no exercício da pesca.

Porque o pescador em si que nem eu, profissional que nem eu, na hora que bate no rio aí ou se tem peixe ou se não tem ele sabe. Pra onde ele ir só vai onde tá o peixe, donde ele veio o peixe ele fica, todo pescador é dessa maneira. Eu tiro assim por mim, porque eu saio aqui, eu saio pra pescar eu boto a rede na canoa e saio rodando aí caçando mapará, se eu não vê ele a rede vem sem molhar. Eu volto pra aqui, eu vou dormir aqui mas sem molhar a rede, mas se eu topar nele eu já boto porque eu sei que ele tá ali e eu pego, a gente funciona dessa maneira (Seu Manoel, 61 Anos, Entrevista Oral, 10/07/2019).

Seu Manoel (61 anos) nos apresenta como a pesca é significativa para sua existência, ao pontuar como isso invocou suas trajetórias no rio na busca pelo pescado. Os saberes perpetuados no exercício dessa tradição sofrem com as mutações da biodiversidade após a instalação da UHE de Estreito. Por conta disso, as populações pesqueiras foram obrigadas a acionar novas ferramentas para lidar com o pescado, para encontrar o peixe, o que naturalmente implica nos deslocamentos que têm realizado ao longo da pesca no lago para continuar exercendo esse modo de vida. Entender as dinâmicas socioculturais da biodiversidade do Rio Tocantins é saber lidar com as mutações enfrentadas nos últimos anos. Embora apresentem a grande dificuldade na pesca no lago, a narrativa de Seu Manoel nos faz compreender que o conhecimento sobre o pescado, sua reprodução, as espécies que se encontram atualmente reafirmam suas territorialidades e identidades ribeirinhas no saber que se perpetua apesar das alterações no ecossistema.

Dona Jacirene narra como realizava a pescaria *“na época do rio”*, demarcando as alterações no ecossistema atual. Como falavam a respeito da grande produtividade nas várzeas, a pesca também era rica em espécie, o que facilitava o tempo do/a pescador/a na busca pelo

família, estavam presentes nesse dia ele, a esposa, o filho e a nora, por isso, foi possível colher as impressões do filho sobre as questões voltadas para o mundo da pesca. Cabe ressaltar que, embora Leucimário não seja pescador profissional, ele reproduz a prática da pesca que aprendeu com os pais desde criança, por isso, entende das vivências enfrentadas atualmente por toda a comunidade.

peixe. Em três dias já abasteciam mais de quatro caixas do pescado, o que, no lago, demora uma semana e que implica no menor número de pescados. Como diz Dona Miúda, “*A gente anda muito pra encontrar um peixe*”. Novos processos são administrados pela comunidade para conseguir perpetuar a prática pesqueira em seus cotidianos.

A gente saía, por exemplo, vamo segunda-feira né, saía segunda-feira cedo, aí na época do rio, com três dias a gente enchia três, quatro caixas de peixe e voltava pra casa, dois, três dias. Hoje, no lago, a gente sai passa a semana, as vezes sai na segunda ou terça, chega no sábado, tem vez que não enche três caixa de peixe. Arruinou muito, é sofrido, eu não digo pra ninguém que é vida boa porque o sofrimento é grande. Você anoitecer aqui, amanhecer acolá, é igual, no rio, na época do rio é igual tô te falando, a gente tinha o ponto certinho, nois ia lá encima pescava, tipo, nois tamo aqui, aqui era o nosso ponto né, nossas coisa ficava aqui tranquila, ninguém mexia (Dona Jacirene, 51 Anos, Entrevista Oral, 23/07/2023).

As principais mudanças ocorridas situam-se nas ausências de políticas integrativas para a comunidade afetada, como a escada de peixes. Segundo a comunidade ribeirinha, no início do processo de construção da barragem de Estreito foram apresentados pelos empreendedores que o projeto hidrelétrico contaria com a escada de peixe, que seria utilizada para que o peixe pudesse realizar seu percurso natural no rio, ultrapassando a barragem, podendo através disso, continuar com a migração natural do pescado e do cardume (Machado, 2020).

Figura 2 – Modelo de Escada de Peixe UHE de Igarapava (Cemig, 2002).



Fonte: Viana et al. (2007).

Na figura 2 podemos, a partir do modelo apresentado no projeto hidrelétrico da UHE de Igarapava, entender como a escada de peixe poderia, enquanto processo mitigatório na barragem de Estreito, minimizar os efeitos na pesca que têm ocorrido. Nos estudos de Viana et al. (2007), passamos a compreender que as soluções para a interrupção da migração de peixes ocasionada pela construção de usinas hidrelétricas têm possibilitado a criação de mecanismos que proporcionem a transposição do pescado e solucionem os efeitos socioambientais que têm sido reproduzidos por esses projetos de infraestrutura. Entre os dispositivos de transposição de peixes situa-se a escada de peixes, construídas por uma série de tanques em desnível, que conduzem a água do reservatório para o canal de fuga, criados por tanques que permitem o deslocamento dos peixes da jusante para a montante, como podemos observar na figura 2, estando o peixe nadando ou saltando de um tanque a outro (Viana et al., 2007).

Os estudos de Viana et al. (2007) nos auxiliam na dimensão mitigatória que a transposição de peixes poderia trazer criando soluções acerca da grande mortandade de peixes que a UHE de Estreito acarretou. Nos projetos e discursos promovidos antes da implementação do empreendimento, as comunidades atingidas destacam as promessas de que a instalação da escada de peixes impossibilitaria os danos ambientais que consequentemente seriam causados pelo barramento do rio. Desde a chegada do empreendimento, as preocupações voltavam-se sobre o peixe e os efeitos que a usina causaria à sua diversidade.

Seu Antonio conta ter visto o projeto da escada e o que traria: *“A escada é pro peixe passar, passar da jusante pra montante. A escada é essa que eles fazem, eu vi só no computador a escada que o biólogo que amostrou o peixe subindo, a escada de peixe ela passa da jusante pra montante”* (Entrevista Oral, 09/07/2019). Com isso, entendemos a importância que a construção da escada de peixe teria no processo natural de migração do pescado, possibilitando que cardumes e diferentes espécies pudessem percorrer os caminhos do rio sem serem barrados pelo empreendimento.

Consequentemente, pela ausência da escada, as primeiras afetações ao pescado ocorreram ainda entre 2010 e 2011. Segundo as reportagens de Daiane Santana e Leilane Marinho ao portal “Vivo o Verde” (18/04/2011) e “O Eco” (01/04/2011), morreram 35 toneladas de peixe na UHE de Estreito. A Associação Pempxà (União de Aldeias Apinajés), com sede no município de Tocantinópolis (TO), reivindicou ao Ministério Público medidas legais acerca da mortandade de peixes (fotografia 32). Segundo a denúncia, os peixes estavam sendo retirados mortos do lago pelos funcionários do CESTE e depois enterrados, visando esconder os reais efeitos acarretados pela usina. Foram feitos registros fotográficos pela

associação e denúncia enviada aos poderes públicos reivindicando ações urgentes e pedindo a paralisação da obra e a suspensão da licença ambiental (Marinho, 2011; Santana, 2011).

Fotografia 32 – Mortandade de peixes causadas pela UHE de Estreito



Fonte: Associação Pempxà (março/2011).

As denúncias sobre a mortandade não implicaram na paralisação da obra que seguiu no seu processo, mas os processos judiciais foram acionados por pescadores/as que reivindicavam o pagamento de multas em decorrência do grande dano ocasionado à matéria-prima dos/as pescadores/as artesanais da região. Como destaca Seu Antonio:

Rapaz o peixe, o peixe começou a morrer nós acha que, todo mundo viu lá. Foi quando funcionou a primeira turbina [...] aí quando foi que nós vimo peixe morrer do lado do vento lá, morreu peixe demais. Ai foi o tempo que a gente procurou os advogado ne, pra ver como é que ia ficar, se a gente tinha direito, os pescador tinha direito num tanto de peixe morto daquele, e eles [CESTE] nos quinze dia mataram peixe pra nós não pega em quinze ano, nós não dava conta de pegar um tanto de peixe daquele (Seu Antonio, 56 Anos, Entrevista Oral, 06/08/2023).

Esse processo judicial⁸¹ esteve em andamento durante mais de uma década, após inúmeros recursos impetrados pelos empreendedores. Os/as pescadores/as tiveram causa ganha e, em 2023, receberam a multa referente à mortandade. Boa parte do Acampamento Coragem, enquanto estive em campo, falava a respeito do depósito do dinheiro desse processo, que seria

⁸¹ Esse processo judicial passou por uma série de incongruências. Aqui, a causa ganha está referindo-se ao grupo que ocupa o Acampamento Coragem e que teve causa ganha. Entretanto, entre os/as associados/as da Colônia de Pescadores de Estreito Z35, existe outro grupo que ainda espera e reivindica as indenizações acerca desse processo, isso se deu pela troca de advogados no decorrer do processo. Uma parte seguiu como posto no início das reivindicações e a outra seguiu com novo processo acionado pelo presidente da Colônia, esse outro grupo ainda permanece em processo judicial.

R\$ 25.000,00. Esse valor foi utilizado por alguns dos/as ocupantes para realizar trabalhos de melhorias dentro do acampamento, seja na reconstrução dos barracões, como nos trabalhos utilizados nas roças de tocos e melhorias para as condições de vida na comunidade.

Percebe-se que a mortandade dos peixes influiu drasticamente nas vivências na pescaria. Após a conclusão do empreendimento, foram acionadas novas formas de lidar com a pesca, como a busca pelo peixe e a compreensão de quais espécies se encontram atualmente no lago. A ausência da escada de peixes comprometeu compulsoriamente a migração do peixe, que, conseqüentemente, acarretou mortandade e afetou a reprodução dos cardumes e da diversidade de espécies.

Ah é muita, muito diferente, porque até pra gente pescar mesmo aonde eu pescava na época, eu comprava naquela época que era, vamos supor, não era real, no real hoje, vamos supor que eu gastava R\$5,00 de gasolina vamos supor, eu comprava um litro de gasolina e vinha pro meu ponto de pesca pescar, pescava e voltava pra cidade que é pertinho ne, e gastava pouca gasolina, porque a gente não precisava ir longe, e a gente ficava era quieto nos ponto. E hoje pra gente pegar um peixinho, a gente compra R\$100,00 de gasolina pra poder pescar, e aí muitas vezes o lucro que a gente tira hoje é muito diferente do que a gente tirava naquela época, sempre ficou mais difícil, toda vida, toda coisa ficou mais difícil (Seu Antonio, 56 Anos, Entrevista Oral, 06/08/2023).

O aumento dos gastos em relação à organização que cada pescador/a tem para poder realizar suas atividades pesqueiras também sofre a influência da barragem. Como percorre um caminho mais longo para encontrar o peixe, Seu Antonio necessita de um gasto maior com gasolina para abastecer o tanque da voadeira, e isso recai nas diferentes perspectivas lucrativas em comparação ao antes e depois da barragem, o que se amplia com a extinção de boa parte do pescado:

Não, agora funciona é o seguinte, funciona que muitas vez compete você ir mais longe e arranjar mais pouco ne. Eu hoje mesmo nós não tem o peixe que nós tinha, sumiu, metade dos peixe sumiu, pra nós sumiu o curimatã, sumiu o surubim que já tava em extinção mesmo, a piabanha nós não tem mais, a pacu nós não tem. E assim em diante, muitos peixe fugiu ne, o peixe de hoje nós aqui é o mapará, na pesca de hoje ne, o alvo da pesca hoje é o mapará, ai como eu não tô pescando mais, já eu... já tem uns cinco anos que eu larguei a pesca ne, então isso já mudou muito, já tá até mais difícil de que quando eu pescava ainda. Então, hoje a dificuldade pra pescar, hoje eu enxergo assim no trabalho de quem pesca, muita dificuldade ne. E a gente não tem quase peixe pra contar, “não, peixe fulano não tá pegando não”. Pra te falar a verdade, a minha história hoje é um pouco diferente ne, porque eu vejo mesmo os pescador que segue, que sempre são os meus amigo a maior parte, na luta do dia-a-dia. O alvo hoje pra nós aqui é o mapará, e se não ser, algum jaú, peixinho mesmo, alguma piranha, piau ainda sai, o peixinho que tá aparecendo, é o mandi-moela que nós tá pegando ainda ne. (Seu João, 65 Anos, Entrevista Oral, 06/08/2023).

Lidar com uma nova dinâmica na pesca é saber que a espécie mais produtiva é atualmente o mapará, destaque entre a espécie que mais se encontra no lago. A comunidade cita

que, das espécies que se pescava anteriormente, hoje eles sobrevivem do pescado de segunda mão. O desaparecimento das espécies de peixe causa efeitos deletérios não só aos/as pescadores/as, como provocam os desequilíbrios ecológicos, como destaca os estudos de Soares (2024, p. 121): “A ausência de predadores naturais e a falta de controle populacional de outras espécies indesejáveis comprometendo ainda mais a diversidade e a sustentabilidade do ecossistema aquático”.

Quadro 2 – As espécies de peixes antes e depois da barragem

ANTES DA UHE DE ESTREITO	NOME CIENTÍFICO
Branquinho	Brachyplatystoma vaillantii
Surubim ou Pintado	Pseudoplatystoma corruscans
Mandubé	Ageneiosus brevifilis
Tambaqui	Colossoma Macropomum
Jaraqui	Semaprochilodus
Piabanha	Brycon insignis
Curimatã	Prochilodus lineatus
Filhote (Piraíba)	Brachyplatystoma filamentosum
Cachorra	Hydrolycus scomberoides
Jaú	Zungaro zungaro
Caranha	Lutjanus cyanopterus
Mandi-moela	Pimelodina
Pacu	Piractus mesopotamicus
Dourada	Salminus brasiliensis
DEPOIS DA UHE DE ESTREITO	NOME CIENTÍFICO
Mapará	Hypophthalmus entatus
Convina	Argyrosomus regius
Tucurané	Cichla ocellaris

Fonte: Dados do campo (2017/2024).

No quadro 1, podemos observar a discrepância entre a diversidade de peixes comparando o antes e depois da construção da barragem. As espécies apresentadas destacam-se pelas mais lembradas pelos/as acampados/as, pois existe uma quantidade maior de espécies, mas busquei frisar nas espécies debatidas entre os/as pescadores/as. De toda forma, o mapará destaca-se como a espécie mais encontrada no lago, as duas outras aparecem em número menor. As afetações ao mundo da pesca também se destacam no contexto da UHE de Tucuruí, conforme os estudos de Elizabeth Bentes et al. (2014), que indicam a redução de 65% da quantidade de pescado comercializado na região do baixo Tocantins, evidenciando a lenta

captura do pescado na jusante do rio. Fernandes (2024) aponta que a redução drástica na população de peixes compromete a segurança alimentar das comunidades ribeirinhas, gerando consequências negativas diretamente à renda de pescadores e pescadoras artesanais.

O cenário atual da pesca no reservatório da barragem de Estreito situa-se nas diferenças entre o rio e o lago. Esses fatores implicam nas adaptações necessárias para se compreender o exercício da pesca no cotidiano da comunidade acampada atualmente. Os aparatos da pesca são readaptados para dar conta da extensão do lago, alterando, por exemplo, a dimensão da rede de pesca. E são novos os desafios, pois a rede acaba rompendo por conta dos troncos encontrados no percurso do lago. Dona Miúda destaca que *“a rede aturava mais, porque não tinha esse negócio de muito mato pra botar a rede”*, ou seja, a formação do lago afeta também o material de coleta dos peixes. Dessa forma, percebe-se que as alterações no regime hidrológico do rio comprometem as atividades pela montante do reservatório (lago) e gastos com insumos para a pesca. Bermann (2007) destaca que, nos processos de formação dos reservatórios de grandes empreendimentos como usinas hidrelétricas, é enfrentada uma série de problemas ambientais, como o processo de desmatamento e retirada da mata ciliar a ser alagada, o que acaba deixando resquícios da decomposição, além das áreas que não foram desmatadas antes da cheia do lago da UHEE.

Fotografia 33 – As árvores em decomposição no lago UHEE



Fonte: Machado (julho/2023).

No contexto de Estreito, em 2011, com a última etapa de formação do reservatório, uma parte considerável da vegetação nativa foi coberta pelas águas e o não desmatamento dessa área acabou acarretando emissão de gases tóxicos por conta do estado de decomposição da cobertura vegetal (Bermann, 2007). Os troncos dessas árvores em decomposição (fotografia 33) acabam rasgando as redes de pesca e o alargamento do leito do rio implica em maior demanda do pescador na procura pelo peixe, “*Porque em todo lugar que você bota a rede engancha, você não sabe onde botar a rede*” (Dona Guida 63 Anos, Entrevista Oral, 23/07/2023).

Descrever esses processos nos traz ao entendimento de quais são as alternativas utilizadas para pesca no lago. E as formas pelas quais esse modo de vida passa a ser afetado, mas se reatualiza em decorrência das mudanças no rio, da perda da diversidade da pesca e das ações desenvolvidas pela comunidade para continuar pescando.

Fotografia 34 – A despesca no lago



Fonte: Machado (julho/2019).

Na fotografia 34, podemos ver o processo de despesca no lago. Acompanhando Seu Antonio, entendi as dinâmicas realizadas no período de pesca e despesca no lago, por conta de todas as questões relacionadas aos resíduos tóxicos em decorrência do processo de putrefação das árvores afogadas, a rede de pesca necessita de um período menor no lago para o seu manejo. Ele coloca e retira a rede de pesca entre o fim de um dia e o começo do outro, porque o peixe

pode sofrer por conta do estado da água no lago, por isso, o despescar ocorre em períodos curtos.

É o seguinte, antigamente nós pescava assim, a rede grande que a gente pescava o normal mesmo era 30 metros, 25 metros de rede que a gente pescava de comprimento, a largura vem a mesma que ela é base de 4 metros, 3 metros de largura, o tamanho era assim, 25 metro 30 metro de comprimento, a gente pescava com 3, 4 redes no máximo nos lugar entendeu? Ai a gente só ia lá despescar a rede e voltar pra casa, pro barraco pra mais tarde ir de novo buscar os peixe na rede. E hoje é muito diferente, hoje a gente vai, a gente bota 400 metros, 500 metros de rede aí, que é o que eu sempre pesco com esse tanto de rede, e a gente passa 3, 4 dia no rio pescando, e a gente não arruma, já digo assim, 4 dias a gente não arruma o que arrumava em dois dias antes, não tem nem rumo de arrumar hoje. De jeito nenhum, pode passar 4 dia lá que... antes a gente passava 2 e arrumava mais, mais peixe. Então por isso que eu digo que antes era bem melhor, sem comparação (Seu Antonio, 52 Anos, Entrevista Oral, 10/07/2019).

As técnicas nativas utilizadas por Seu Antonio e demais membros da comunidade, implicam no aumento da rede de pesca para conseguir captar o maior número de peixes possível. Por conta disso, mesmo com a dimensão das redes, os números de dias no lago pescando também denotam um longo processo. Se em períodos anteriores à pesca de cardumes, a produtividade ocorria em curtos espaços de tempo, hoje, o exercício pesqueiro demanda um longo trabalho e dedicação, seja nos caminhos a serem percorridos no lago, na manutenção das redes que constantemente são rasgadas pelos troncos de árvores ou na distância entre a comunidade e a cidade, que é significativa para a preservação do pescado durante o período da pesca, pois necessita dos isopores e gelo para manter o pescado fresco.

Nos períodos de 2023/2024, quando estive na comunidade, acompanhei os debates sobre o processo de pescaria. A comunidade aguardava ansiosa pelo fim do período da Piracema, para, no dia 1º de março, retornarem às atividades da pesca e já se organizavam a respeito dos desafios e expectativas sobre a pescaria a se realizar nesse ano. Em fevereiro de 2023 ocorreu, na Colônia de Pescadores⁸² de Estreito, uma reunião para tratar a respeito das pescas em tanques-rede. Atualmente, havia a presença de um número grande de tanques submersos nos caminhos do lago, tratava-se da produção de tilápias. Com a cheia do reservatório e as chuvas, ocorreu a grande mortandade de peixes desses criatórios, como também a disseminação das tilápias pelo lago, o que comprometeu a reprodução das ovas dos demais peixes, pois a tilápias se alimentam de pequenos peixes e a sua presença no lago afetaria a reprodução das espécies que, inclusive, encontravam-se em período de piracema.

⁸² As colônias de pescadores são fundamentais para a proteção e fortalecimento das organizações pesqueiras. Em junho de 2008 foi sancionada a Lei 11.699/2008, que reconheceu as colônias de pescadores enquanto órgão da classe trabalhadora do setor da pesca artesanal (Brasil, 2008). Dessa forma, como destaca Fernandes (2024), as colônias, ao receberem o status de sindicatos, acabam fortalecendo a defesa dos direitos e demandas para pescadores e pescadoras.

A reunião ocorrida na colônia também tratava a respeito do recadastramento junto ao Ministério da Pesca que demandaria novas políticas a serem aplicadas em cada estado. Segundo relato dos/as pescadores/as, esse recadastramento voltava-se para o processo de fiscalização da pesca que agora ocorreria a nível estadual. Uma das mudanças significativas, voltava-se para a permissão de 100kg de peixes por semana para cada pescador/a.

Em seguida a conversa retoma sobre o assunto da pesca, após debatermos sobre o recadastramento dos pescadores, sobre os novos decretos e assuntos que foram debatidos a respeito disso, ele [Seu Antonio] me conta sobre a quantidade de pescado que consegue durante a semana, que mesmo sendo boa ou ruim ele consegue pescar 200 kg de peixe. Comparando ao tempo antes da barragem, me conta que 10 surubins correspondiam ao valor de uma caixa de mapará, que naquele tempo as espécies de peixes eram diversas e o peixe era mais valorizado (Diário de Campo, 26 de fevereiro de 2024).

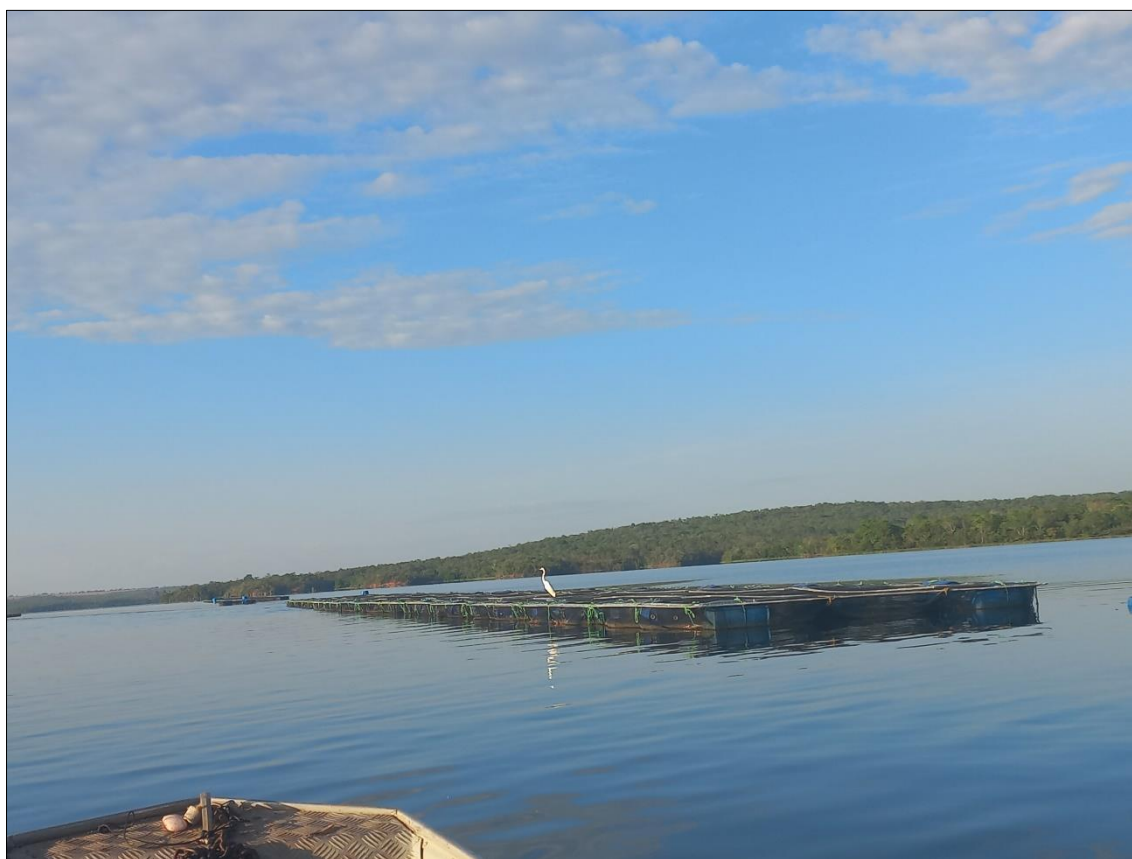
As novas mobilizações na pesca enfrentadas no lago da usina dizem respeito às novas políticas a serem implantadas no exercício pesqueiro, como também às mudanças acerca do limite em quilos de peixes pescados por semana. Em conversa com Seu Antonio, consigo entender como a produtividade da pesca, embora mobilize um trabalho maior, continua a ser produtiva. Ele inclusive não acredita que a pesca no Rio Tocantins venha a se extinguir, pois, segundo ele, “*sempre haverá peixe no lago*”.

A pesca em tanques-rede⁸³ havia sido debatida outrora pela própria comunidade como uma nova perspectiva de ampliar o trabalho pesqueiro. Embora, projetos e demandas junto ao MAB não puderam instaurar tais projeções, há atualmente a presença de tanques-redes instaladas por empresários do ramo, que utilizam tanques submersos no percurso natural do lago para reproduzirem a tilápia. Desde que retornei ao campo em 2023, ouvia os/as acampados/as falarem sobre a instalação de tais tanques. Seu Antonio falou que me levaria para que eu pudesse ver. Então, no dia 05 de agosto de 2023, pude ver, como mostra a fotografia 35, no meio no lago, aproximadamente 63 tanques enfileirados. A estruturas dos tanques pareceu mais simples do eu imaginei, são submersos por tambores de plástico azul, envoltos de uma estrutura metálicas que compõe a rede mais grossa e, internamente, por uma rede preta mais fina que mantém os peixes presos.

⁸³ Em 21 de fevereiro de 2024, foi protocolado o Requerimento n.º 129 de 2024, a pedido do Deputado Estadual Jair Farias, para o governado do estado do Tocantins, solicitando o convênio junto à prefeitura de Palmeiras do Tocantins (TO). O valor era de R\$ 6.000.000,00 para implantação do Projeto Psicultura e criação de tilápia em tanques redes no lago da UHE de Estreito. Não se sabe se o requerimento foi aprovado até o momento. A respeito dos tanques, as redes debatidas pela comunidade associam-se a investimentos privados de empresas advindas de outras regiões.

Por conta disso, as tilápias acabaram “empesteando” o lago. Seu Antonio conta que a reprodução nos tanques era em grande escala e, por isso, sempre se encontravam filhotes de tilápias pelo lago. Esse fator inclusive modificou as dinâmicas cotidianas da comunidade. Atualmente, o cultivo e alimentação das tilápias que fugiram dos tanques eram cuidados por Seu Antonio, que todos os dias jogava ração no lago e viu, com o passar dos dias, elas se reproduzirem. Isso se espalhou por toda a comunidade e as tilápias eram pescadas com a vara de pesca. Familiares, acampados/as e demais pessoas perceberam a reprodução dessa nova espécie, e isso acabou sendo percebido nos dias que estive em campo, tendo aprendido a pescar e levando para casa o pescado obtido por Seu Antonio. Cabe ressaltar que a tilápia é caracterizada pelo valor de comércio bastante expressivo, então a sua reprodução no lago trouxe novas expectativas aos/as ocupantes/as.

Fotografia 35 – Os tanques-rede



Fonte: Machado (agosto/2023).

A ampliação dos tanques-rede ocasionou problemas, posteriormente, ao deslocamento no percurso do lago. Em trabalhos de campos posteriores, observei que, por conta das fortes chuvas e aumento do volume da água, os tanques acabaram sendo afetados pelas mudanças no

regime cíclico do lago. Por conta disso, os peixes morreram e os tanques⁸⁴ foram retirados do lago. Cabe ressaltar que a pesquisa de campo para esse estudo teve seu processo concluído uma semana anterior ao fim do período da piracema (quando a pesquisa foi retomada em abril e julho na criação e formalização da associação). Como pontuado anteriormente, as expectativas e preparo para o retorno da pesca imbuía as novas mobilizações a serem acionadas pelos/as pescadores/as. Embora já tenha se preparado, organizado os isopores, as redes de pesca e só aguardando a abertura do período pesqueiro desse ano (2024), Seu Antonio destaca o cansaço, como também a queda na venda do peixe. Atualmente o quilo de mapará custa R\$ 5,00 (cinco reais), o que acaba afetando na renda acerca da manutenção dessa prática.

Em 18 de abril de 2024, quando estive novamente em campo, ele me conta a respeito da pesca: *“no começo tava boa, mas que depois baixou o preço do mapará e ele parou de pescar, antes tinham combinado que custaria R\$ 5,00 (cinco reais) e dariam o gelo aos pescadores, depois não deram o gelo e o preço baixou para R\$ 4,00 (quatro reais)”* (Diário de Campo, 18/04/2024). Os combinados entre a Cooperativa (local de onde vendem o pescado) e os/as pescadores/as, acabaram não sendo seguidos em relação aos valores e à oferta de gelo para a manutenção do pescado, o que consequentemente levou Seu Antonio a desanimar com a produção da pesca deste ano.

Por meio disso, embora se fale nos novos desafios enfrentados pelas populações atingidas, a pesca encontra-se como uma grande mudança em relação à manutenção de seus modos de vida. Apesar de todas as técnicas, adaptações e desafios enfrentados para permanecerem e manterem a prática pesqueira, a saúde debilitada e o cansaço em permanecer longos períodos no lago acabam afetando o exercício da pesca. O que não significa a não realização ou reprodução dessa tradição, mas ocorre para mudar as expectativas de pescadores e pescadoras, como o desejo pela aposentadoria, a ausência da juventude na prática pesqueira e as novas mobilizações que a comunidade reutiliza para permanecerem tecendo resistência às margens do Tocantins.

⁸⁴ Em fevereiro de 2024, fiquei sabendo, a partir dos relatos de campo, que os donos dos tanques-rede foram multados em decorrência da criação de tilápias no lago. A criação dessa espécie não é permitida nesse regime de tanques, por se tratar de um peixe predador. Em decorrência da morte e dispersão da espécie pelo lago, receberam multas. O empresário dos tanques-redes, segundo os/as acampados/as, era um cearense que já vinha implantando esses projetos em outras regiões.

5.4 “O que eles fizeram de ruim foi essa barragem”: as injustiças e o racismo ambiental nas rupturas da tradição ribeirinha

Diante de todo o processo vivenciado pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, ao acionar novas tecnologias tradicionais na construção de um modo de vida, é importante situarmos as implicações que isso acarreta na manutenção de uma tradição. Esse estudo apresentou os sentidos de que a permanência num território em disputa é significativa para um grupo de pescadores/as e ribeirinhos/as. Entender as dimensões da permanência associa-se às inúmeras desigualdades e injustiças que são reproduzidas cotidianamente na ampliação de projetos de infraestrutura.

O que eles fizeram de ruim foi essa barragem, que eles fizeram e prejudicaram os ribeirinhos, os pescados, essa aí a prejudicação grande foi essa barragem deles. Que aí nós fiquemos desassossegado e o peixe foi enfraquecendo, foi fracassando, foi embora, que o peixe não fica mermu em água parada, o peixe vão embora tudinho... aí nós fomos prejudicado por causa disso. E mais prejudicado porque nós tinha nosso sossego, tinha aonde a gente sobreviver daquele lugar. Aí acabou né, acabou as nossas vazantes e acabou a pesca dos peixes. A gente pesca mermu porque é o jeito, num lago desse, arriscando a vida da gente, porque num pampo de água desse é arriscando a vida (Seu Cristóvão, 58 Anos, Entrevista Oral, 09/07/2019, grifos meus).

A narrativa de Seu Cristóvão (58 anos) destaca como a barragem implicou drasticamente em alterações em seus modos de vida e como ela trouxe grandes danos desde seu processo de instalação. O desassossego, a perda das vazantes, a queda do pescado, as dificuldades encontradas em pescar no lago são parte dos projetos de injustiças sociais e do racismo ambiental que grandes empreendimentos têm causado ao serem instalados em territórios de povos e comunidades racializadas. Em vista disso, é importante situarmos as desigualdades reproduzidas na manutenção de lógicas expropriatórias e capitalistas que hidrelétricas e demais projetos industriais têm acarretado em todo o país.

Na instalação de grandes empreendimentos em que há o esvaziamento e a descaracterização de direitos de povos e comunidades acerca de seus territórios, o racismo ambiental presente em nossa sociedade se reproduz a partir da lógica capitalista que tem desconsiderado os aspectos étnicos e raciais que atravessam territórios que são e estão em processo de apropriação neoliberal (Poquiqui, 2019). Assim, o racismo ambiental tem se apresentado como um aspecto de suma importância no debate acadêmico. Passamos a compreender as formas como ele se promulga nas comunidades negras que, historicamente, enfrentam os processos expropriatórios das ocupações de seus territórios. Percebemos que, na implementação de grandes empreendimentos, pessoas negras são desconsideradas durante os

debates, discussões e audiências públicas envoltas no processo de licenciamento ambiental e que a implantação desses empreendimentos tem se ampliado historicamente em territórios ocupados por pessoas negras e indígenas, que compõem o grupo de povos e comunidades tradicionais. Tais fatores replicam as desigualdades, injustiças e a negação de direitos ambientais a grupos raciais.

O movimento de justiça ambiental interliga-se com a luta contra o racismo ambiental que se inicia no final de 1970 nos Estados Unidos, ao serem apontados estudos e pesquisas que evidenciavam a presença de pessoas negras em regiões que seriam escolhidas como estabelecimento de indústrias químicas altamente poluentes (Porto, Pacheco e Leroy, 2013). Assim, as situações que envolviam injustiça ambiental estão atreladas, sobretudo, a grupos racialmente discriminados e populações de baixa renda, que arcam com as afetações e os danos ambientais gerados pela instauração de projetos desenvolvimentistas (Silva, 2012).

O movimento negro norte-americano tem papel central no combate às questões raciais a despeito dos problemas ambientais do país. Na década de 1980, esse conceito foi empregado pela primeira vez por Benjamim Chavis para designar a imposição desproporcional de rejeitos tóxicos às comunidades de cor. Foi nesse período que a população negra de Carolina do Norte enfrentava problemas ambientais com rejeitos tóxicos sendo depositados nos locais em que viviam (Pacheco e Faustino, 2013). Com isso, o movimento por justiça ambiental passou a reafirmar a necessidade das discussões sobre a condição do negro no contexto social norte-americano. As denúncias do reverendo Chavis, ao identificar o racismo ambiental enfrentado pelas populações de cor, se ampliaram em novas reivindicações e denúncias a respeito das injustiças ambientais enfrentadas por essas comunidades (Pacheco; Faustino, 2013; Silva, 2012).

De acordo com Porto, Pacheco e Leroy (2013), a justiça ambiental deve ser considerada em seu ponto de vista étnico e político da democracia e dos direitos humanos. Esse conceito se refere ao tratamento justo e ao envolvimento de todos os grupos sociais, independentemente de sua origem ou renda, nas decisões sobre o acesso, ocupação e uso dos recursos naturais de seus territórios. É importante compreender as relações entre justiça ambiental e racismo ambiental, que são conceitos que surgem nos movimentos ambientalistas norte-americanos e se desdobram em diferentes perspectivas nas reivindicações por direitos e justiça.

Como discute Silva (2012), o conceito de justiça ambiental voltava-se para uma perspectiva de classe que tratava dos sujeitos que sofrem injustiças ambientais como pertencentes a uma mesma minoria, entretanto, não apresentando uma abordagem racial a respeito desses processos reivindicatórios. O racismo ambiental busca o rompimento das

injustiças raciais e a evidência de que grupos racializados sofrem desproporcionalmente as ameaças e instauração de empreendimentos, sendo diretamente mais afetados que demais grupos. Portanto, seguindo as abordagens de Silva (2012), racismo ambiental e injustiça ambiental não podem ocorrer de forma separada, uma vez que esses conceitos não são antagonistas, mas representam o potencial na identificação e no combate às injustiças.

No Brasil, as perspectivas sobre raça e racismo estão alicerçadas no processo formativo da sociedade. É levado em consideração que as relações raciais se estabelecem num regime de escravidão vigente durante séculos de resistência negra ao processo colonialista, a longa submissão e exploração de grupos étnico-raciais. Consequentemente, devido ao alto grau de miscigenação, desenvolve-se o mito da “democracia racial”, que, no Brasil, em decorrência das misturas de raças, estaria livre de preconceitos raciais, o que posteriormente implicaria no reconhecimento do racismo (Silva, 2012). Os fatores históricos da formação do país implicam no reconhecimento do racismo e no estabelecimento de políticas de desconstrução das desigualdades que desfavorecem em sua maioria a população não branca, sobretudo mulheres (Pacheco e Faustino, 2013).

Diante disso, podemos refletir a respeito de como a pauta do racismo ambiental no Brasil tem colocado em debate a existência do racismo. Apesar de sua presença na estrutura da sociedade, é importante pontuar as diferenças ocorridas entre os Estados Unidos, onde surgiu o conceito de racismo ambiental, e o Brasil, como destaca Silva (2012). No Brasil, a população negra representa uma parcela significativa da população e situa-se como os grupos étnicos mais vulnerabilizados e atingidos pela prática do racismo ambiental. Selene Herculano (2006), destaca que o racismo ambiental diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas, tratando-se das desigualdades enfrentadas por diferentes grupos étnicos, como povos e comunidades tradicionais que têm enfrentado a chegada de grandes empreendimentos desenvolvimentistas em seus territórios.

No Acampamento Coragem, as afetações acerca da implementação da UHE de Estreito se apresentam até hoje. Desde o processo de instalação, a comunidade enfrenta os processos de descaracterização de seus lugares de origem, bem como de seus direitos. Dona Miúda enfatiza, “*Eles não reconhecem nossa área*”, referindo-se ao rio como culturalmente lugar de ocupação de pescadores/as e ribeirinhos/as. Esse não reconhecimento implica nas injustiças sociais e no racismo ambiental que estão enraizados na execução desses megaempreendimentos. Essas reflexões nos auxiliam a entender as demandas enfrentadas na comunidade ribeirinha, classificando-se por um grupo majoritariamente negro, que faz uso tradicional de seus

territórios e foi desconsiderado nos processos de indenização da UHE de Estreito, e que também não esteve presente nos debates da instalação da usina.

Porque nunca a gente fica sossegado. Sempre fica martelando na nossa cabeça “Meu Deus, não era pra gente tá sofrendo desse jeito”, eles não deram... nós não tem o conhecimento assim, eles não reconhecem nós como nós somos, pescador de profissão, que é nossa área. Eles não, eles não reconhecem isso, entendeu? (Dona Miúda, 58 Anos, 05/08/2023).

Poquiviqui (2019) argumenta que povos e comunidades tradicionais são frequentemente excluídos dos processos de consulta e decisão sobre a construção de grandes empreendimentos, deixando de levar em consideração os efeitos sobre elas. As consequências para a comunidade ribeirinha da região de Estreito, com a instalação da barragem, foram drásticas, pois causaram a perda das terras, empobrecimento dos recursos pesqueiros e a degradação da terra que antes era fértil, comprometendo a sustentabilidade de suas práticas culturais e econômicas que dependem fundamentalmente da relação com o meio ambiente.

A exclusão desde o início da execução do projeto evidencia uma forma de racismo ambiental. No Brasil, o racismo ambiental refere-se às práticas que resultam na imposição desproporcional de danos ambientais a comunidades com menos poder político e econômico para resistir a esses grandes projetos, especialmente negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e pobres. Essas comunidades sofrem os efeitos negativos de projetos industriais, monoculturas, hidrelétricas e outras atividades econômicas, deslocadas de seus territórios ou expostas à poluição, sem os mesmos benefícios ou proteção concedidos a outros grupos sociais (Silva, 2012). Além disso, o racismo ambiental está enraizado em uma lógica que ainda privilegia o desenvolvimento econômico em detrimento das populações tradicionais.

Embora apresente uma dimensão territorial extensa e rica com significativas riquezas naturais, no Brasil, há um constante confronto entre grupos que representam os interesses econômicos visando a ampliação de empreendimentos por meio da ocupação, utilização e transformações dessas riquezas que, conseqüentemente, causam danos ao ambiente e às populações tradicionais cuja história se vincula a modos de vida e sobrevivência indissociáveis de seus lugares de ocupação (Silva, 2012). Entre essas dicotomias são gestados os conflitos e disputas referentes à ocupação e destinação desses territórios, a exemplo das ações de enfrentamento da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem e os empreendedores da usina.

Afeta como eu disse, na minha profissão, no meu ganha pão ela [barragem] afeta. É igual eu falo, são os pescado que não tem mais, a quantidade assim... a facilidade de eu pegar aquela matéria-prima minha do meu trabalho que é o peixe em si, foi mais dificultoso, ficou diferente. O gasto é bem mais, principalmente nas redes ne, hoje

difficilmente você bota uma rede mais de cinco, seis vezes sem rasgar ela, você vê, você andando pelo lago você mesmo percebe a quantidade de toco que existe dentro desse rio, agora imagine o pescador pescando e toda vez que vai pescar a rede rasga, o gasto que ele tem, e ainda não pegar, não encontrar o pescado (Lucinha, 39 Anos, Entrevista Oral, 04/02/2024).

Lucinha (39 anos) destaca os conflitos e dificuldades ocasionados pela instauração da barragem de Estreito que afetam sua vida até hoje. A pesca, enquanto matéria-prima para a profissão em exercício de boa parte dos/as ocupantes, enfrenta uma série de afetações, seja pela queda drástica no pescado ou pelas dificuldades da pescaria no lago, o que afeta a geração de renda da comunidade. Dessa forma, o racismo ambiental atrelado as essas comunidades enfrenta a desvalorização dos conhecimentos tradicionais sobre seus ambientes (Silva, 2012), ao entender como a implantação do empreendimento modifica drasticamente as vivências ribeirinhas, em que o rio é ancestralmente vinculado à manutenção e reprodução de uma tradição. O não reconhecimento desses saberes/fazeres implica nas disputas territoriais e ambientais que comunidades e povos ribeirinhos têm travado contra grandes empreendedores.

Podemos compreender como as injustiças sociais são gestadas no contexto de integração e formação da sociedade brasileira, estando a Amazônia no centro da expropriação de seus recursos. A instauração do racismo ambiental tem se desvelado em uma série de desigualdades e injustiças promulgadas por modelos industriais que o Estado e as grandes corporações capitalistas têm promovido no decorrer dos anos na sociedade brasileira. Nesse estudo e nas demais abordagens sobre os conflitos socioambientais, compreendemos as mobilizações que populações atingidas têm acionado para readaptarem seus modos de vida. Entretanto, cabe refletirmos sobre as ameaças à perda de um modo de vida, como a prática da vazante que se perdeu nas águas da barragem e que atualmente é inviável no exercício profissional dos/as acampados/as.

A pesca artesanal é constantemente ameaçada por conta de todas as implicações ocasionadas pela UHE de Estreito. Por quanto tempo a matéria-prima irá se manter no lago? É possível que pescadores/as devam estar em alerta a respeito da extinção dessa profissão? Sobre a transmissão desses saberes às próximas gerações, notamos que isso se interrompe no contexto atual, pois filhos e filhas de pescadores/as não exercem a prática da pesca como manutenção de vida em decorrência, sobretudo, das dificuldades enfrentadas no exercício da pesca no lago.

Quando busquei compreender a permanência num território em disputa, imaginei que novas perspectivas seriam acionadas pela comunidade, no entanto, é cabível o questionamento acerca da manutenção desses modos de vida em contextos futuros. O que as mudanças e os sentidos do lugar implicam na permanência de uma comunidade ribeirinha? É possível se

readaptar e permanecer resistente diante de todas as alterações causadas pela UHE de Estreito? Até o momento, nota-se que as reivindicações dos/as acampados/as redefinem seus modos de vida e a continuidade de uma tradição, mas que ela está em risco, dado o exemplo da ausência de novas gerações estarem imbuídas na continuidade da pesca e do plantio em territórios ribeirinhos.

Zhour, Oliveira e Laschefski (2011) analisaram o conflito e desafios vivenciados por comunidades ribeirinhas residentes na jusante da UHE de Irapé, sobre as alterações provocadas em seus modos de vida a partir da instalação da usina no vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Conforme as autoras, a luta dessas comunidades ameaçadas pelo avanço da apropriação territorial diz respeito ao direito de escolher seu próprio caminho, realizar seu próprio modo de produção no espaço. Da mesma forma que ocorreu com as populações atingidas pela UHE de Estreito, em Irapé as populações que ocupam a jusante do rio exerciam a agricultura de vazantes e a perda desse meio de vida implicou numa série de desafios para a comunidade afetada.

As contribuições de Zhour, Oliveira e Laschefski (2011) enfatizam a dupla violência sofrida pelas populações afetadas, ao serem excluídas do provimento de serviços e condições básicas de bem-estar social, e pelas intervenções diretas nas condições de vida e na continuidade de um modo de vida. Assim, compreendemos que a perda de um modo de vida, embora implique na sua construção, não descaracteriza as ameaças à sua continuidade.

A eliminação de um modo de vida implica numa política de estado, ou na necropolítica (Mbembe, 2016), se ligarmos como a reprodução do capitalismo na sociedade contemporânea tem exterminado populações, destruído ecossistemas e impedido a promoção de tradições. Se as mudanças dos lugares de ocupação, as afetações ocasionadas pela construção da UHE de Estreito implicam em disputas e afetações cotidianamente vivenciadas pelas comunidades atingidas, é viável associarmos a perda de um modo de vida à necropolítica. Nas contribuições de Achille Mbembe (2016, p. 128) destaca-se como o “racismo é acima e tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’”. O autor propõe a noção de necropolítica para explicitar a perpetuação da lógica colonial na modernidade tardia, pois, de acordo com suas avaliações, a noção de biopoder⁸⁵ não consegue distinguir as formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte.

⁸⁵ O biopoder trata-se de uma forma de governar a vida, nas abordagens de Foucault (1999, p. 157), diz respeito a dois eixos principais, a disciplina do governo sobre os corpos dos indivíduos; e a biopolítica, o governo da população como um todo. Esse conceito surge no contexto de mudança do poder soberano para formas de controle sobre a vida. Assim, trata-se de um poder regulador, nessa perspectiva, biopoder diz respeito ao poder soberano que o Estado dispõe sobre a regulação da vida e da morte, tratando-se de “[...] um poder que tem a tarefa

Segundo Mbembe (2016), ao retomar as definições de biopoder elencadas por Michel Foucault, enquanto domínio da vida, o Estado está assegurando sua função assassina de determinar o poder normativo no exercício do direito de matar. A necropolítica surge enquanto atualização desse conceito, pois, de acordo com Mbembe (2016), o controle exercido pela necropolítica não se refere unicamente à vida, como também a uma série de medidas que produzem a morte, ou seja, não se trata apenas de deixar morrer, mas fazer morrer, promovendo com isso uma política da morte.

Utiliza-se das contribuições de Mbembe (2016) para explicitar a necropolítica propagada pelo setor elétrico, que faz com que, para além do racismo ambiental, as comunidades e populações atingidas sofram com as ameaças e a perda de um modo de vida. No que a perda de um modo de vida implica? Interligando as reflexões sobre necropoder e a necropolítica acionadas no mundo contemporâneo na criação de “mundos de morte”, podemos associar não só às desigualdades, vulnerabilidades e inúmeras violações dos direitos dessas populações, mas a uma política de extermínio, ao fato que a morte dos rios, a perda dos territórios, as interrupções de uma tradição consequentemente implicariam na morte de uma vida.

As ameaças aos modos de vida atualizadas pela comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem enfrentam políticas em torno do seu extermínio. A instalação de grandes empreendimentos causa injustiças e racismo ambiental, ao se implantar em territórios majoritariamente racializados, ocasionam vulnerabilidades, desigualdades e violações de seus direitos. Todos esses fatores ocasionam a morte de um modo de vida. As políticas gestadas pelo setor elétrico desconsideram os saberes e fazeres tradicionais, o que acarreta expropriação territorial, mudanças na biodiversidade e, consequentemente, a perpetuação de um modo de vida.

Em consonância com Nêgo Bispo dos Santos (2023), que destaca que o desenvolvimento e o colonialismo subjagam, atacam e destroem modos de vida, a Chapada Grande, no cerrado piauiense, destaca-se pela sua diversidade produtiva, o que se modificou com a chegada das monoculturas de soja e eucalipto na região, tendo gerado o desmatamento de milhares de hectares, acabando com a pecuária e o extrativismo culturais característicos da região. Quando a população que enfrenta a perda dessa biodiversidade diz “Acabou o modo de vida, o modo de vida do lugar onde eu nasci” (Santos, 2023, p. 62), as consequências da

de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos (...). Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”.

destruição das condições de existência de um ambiente serão reatualizadas em outros espaços, como pontua Bispo, “esses ambientes vão querer viver em qualquer outro ambiente”, entretanto é necessário o preparo para essas mudanças.

A construção de um modo de vida, as mudanças no ecossistema do Rio Tocantins, as técnicas de produtividade em territórios arenosos, o alargamento da rede e o entendimento do lago têm sido as formas com que os/as acampados/as têm se preparado para o exercício da permanência. Imbuídos de uma série de disputas, enfrentamentos e violações, as prerrogativas da permanência se alicerçam nos significados e nos sentidos que o lugar se apresenta para os/as acampados/as, “*Porque eu quero produzir [...] e eu acredito que aqui tem futuro*” (Lucinha, 39 Anos, Entrevista Oral, 04/02/2024). Esse futuro se constrói através das (re)existências acionadas na disputa pela terra, nas adaptações dos modos de vida, e na organização social e política que a comunidade aciona ao permanecer ocupando esse território.

Recentemente, para além de todos os enfrentamentos e questões pontuadas no decorrer dessa tese acerca dos exercícios da permanência ribeirinha, no território foram inseridas novas mobilidades na disputa pela terra. Sobre esse processo que tratarei no próximo capítulo, para além das implicações com os problemas e injustiças advindas por conta da barragem e da disputa contra o CESTE, atualmente a população acampada se vê dividida diante de um conflito interno. Esse novo processo decorre das divergências e divisões dentro da comunidade que acarretaram em rupturas e novas reivindicações pelo direito a permanecer na comunidade.

6 “TÁ REGISTRADA A ASSOCIAÇÃO. AGORA [...] É SÓ PARTIR PRA LUTA E PRO TRABALHO”: DOS CONFLITOS INTERNOS ÀS NOVAS MOBILIZAÇÕES RIBEIRINHAS

É, a gente viveu esse tanto de ano ali ne, não teve conflito com ninguém, até o CESTE parou né, que naquele tempo ainda fez a gente trabalhar em vão, mexer, mas isso aí tudo bem, a gente relevou ne. E tamo trabalhando direitinho. Mas agora é de cabeça quente porque na hora que a gente tá lá o telefone toca e sabe, tá daquele jeito aquela bola de neve, a gente não sabe nem o que pensar (Acampada⁸⁶, Diário de Campo - Conversa Informal⁸⁷, 23 de novembro de 2023).

A construção de uma tese nos leva para vários caminhos. Esse estudo aprofundou as questões em torno da permanência em um território em disputa. Até aqui, compreendemos todas as trajetórias que a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem enfrentou e enfrenta na disputa pela terra, desde os problemas ambientais e as disputas acionadas contra as afetações da UHE de Estreito e os conflitos socioambientais, o encontro do lugar em que readaptam seus modos de vida, e o que as alterações na vivência ribeirinha ainda implicam na permanência e perpetuação de uma tradição. Esse estudo nos levou a entender os conflitos para além das disputas entre empreendedores e acampados/as, de modo que os dados produzidos para essa pesquisa nos mobilizaram a tecer este último capítulo.

Nas últimas visitas a campo realizadas no meu retorno ao Acampamento Coragem, especificamente entre 2023 e 2024, as mobilizações internas da comunidade enfrentavam uma série de embates. A chegada de novos moradores a comporem a comunidade acarretou uma série de questões sobre a participação e integração na ocupação do território. Os debates acerca de quem e do porquê fazer parte das reivindicações atrelavam-se às formas coletivas em que a comunidade ribeirinha decidia compor a disputa territorial contra o CESTE.

As novas dinâmicas internas no exercício da ocupação da comunidade se desvelaram nas rupturas internas e nas disputas e conflitos que se instauraram dentro da comunidade. É sobre essas novas reivindicações que esse capítulo pretende abordar. Aqui serão descritas as formas como foram observadas, analisadas e construídas as novas mobilizações que os/as acampados/as utilizam para permanecerem na comunidade.

⁸⁶ Por tratar-se de disputas, processos e intrigas internas disseminadas no interior da comunidade, nesse capítulo especificamente iremos preservar a identidade de nossos/as interlocutores. Por isso, utilizaremos pseudônimos nos primeiros dois tópicos desse capítulo. Quando nos referirmos à associação, retomaremos os nomes de seus representantes.

⁸⁷ Conversa Informal refere-se aos diários de campo e dados produzidos a partir das conversas via *WhatsApp* entre os grupos da comunidade, e algumas representantes do acampamento e associação. Esses diálogos complementam as análises desse estudo e têm autorização de seus/suas interlocutores/as.

Foi percebido que o ingresso de “novos ocupantes”⁸⁸ sem o consenso entre todo o acampamento acabou gerando intrigas e mobilizando a comunidade a buscar saídas para o enfrentamento dessas disputas. Após uma série de denúncias, calúnias e interesses externos imbuídos nas disputas pela permanência na comunidade, cria-se a associação como ferramenta jurídica e respaldo legal para as articulações e lutas que a população acampada vem promovendo. Quando destaca que “*a gente viveu esse tanto de ano e não teve conflito com ninguém*”, a acampada demonstra como as rupturas internas têm causado novas preocupações no cotidiano ribeirinho. Se, antes, a permanência implicava nas ameaças do CESTE na disputa pela terra, hoje, além disso, enfrentam as disputas internas que causaram uma série de implicações que se voltam às incertezas e receios sobre a permanência no território.

As novas perspectivas de permanência são reatualizadas para além das modificações nos modos de vida. Por conta desses conflitos internos, a permanência no território tem sido buscada e mobilizada para o enfrentamento e prevenção das investidas e intimidações internas. Com isso, as disputas contra o CESTE se ampliam na isenção de “novos ocupantes”, que ameaçam a permanência dos demais moradores/as. Entender os conflitos dentro de um conflito implica saber que as disputas territoriais enfrentam as mobilizações dos/as acampados/as de definirem o direito de permanecerem ocupando a comunidade. Assim, discute-se sobre como a instauração do conflito interno propicia as articulações e união dos/as acampados/as na busca de reivindicarem o direito pela permanência.

6.1 Entre o Acampamento e o “Povoado”: as rupturas na comunidade ribeirinha

As questões voltadas para as novas demandas que estão sendo realizadas nas pautas e reivindicações da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, voltam-se para o enfrentamento de uma série de embates internos. Desde o primeiro trabalho de campo que realizei, em 05 de novembro de 2017, os debates internos que estavam no centro das demandas da comunidade envolviam as prerrogativas da ocupação e sua organização estrutural, buscando seguir os fatores determinantes nas formas como cada integrante do acampamento participaria da luta pelo território.

Entre os ocupantes fixos e os que estavam em processo de tutela dos lotes, havia uma série de questões acordadas nas reuniões mensais do grupo. Relacionadas às demarcações da

⁸⁸ Todas as vezes que aparecerem “novos ocupantes” entre aspas, refere-se ao grupo que formou o denominado “Povoado Coragem”, e que ocasiona as disputas internas e as intrigas na comunidade.

APP, estão a construção dos barracões, manutenção da moradia e presença nos debates coletivos da comunidade.

Seu Antônio destaca que é necessário vir para o lote e morar, não somente visitar: tem que haver trabalho no lote. Durante toda a reunião fiquei em um canto apenas observando todo o debate. Os moradores destacavam ainda a falta de trabalho de alguns dos acampados, e que **tinha gente “segurando lote pros outros”**. Segundo o Seu Antônio, dentro do acampamento tem muita gente, mas morando mesmo são poucas (Machado, 2017, p. 52, grifos meus).

Ao retornar aos cadernos de campo⁸⁹, entrevistas e escritos, pude perceber questões que, de antemão, foram desconsideradas durante as análises, pois o objetivo dos trabalhos anteriores caminhava por outros vieses. Aqui, percebo que os debates sobre a ocupação, moradia, permanência na comunidade já vinham sendo realizados desde o início da ocupação. Fazer parte da comunidade implica na dedicação com o lote, no trabalho e na produtividade, por isso, pautavam-se nas prerrogativas de ocupar, produzir e resistir como eixos fundamentais para compor o grupo que reivindica a posse da terra. Embora essa demanda tenha resultado em grandes discussões internas, existia um número significativo de lotes disponibilizados e que não recebiam o cuidado de seus respectivos donos/as. Quando discorrem sobre “*segurar lotes pros outros*”, boa parte da comunidade define a necessidade de a terra ser ocupada por quem realmente precisa, não integrando dentro do processo quem não participa ativamente das demandas do acampamento.

Cabe ressaltar que, em 2017, o número de ocupantes chegava à marca de 48 famílias, compondo a totalidade de número de lotes divididos entre todo o território. Em 2019, quando realizei o campo para pesquisa de mestrado, a população formava-se por aproximadamente cem ocupantes, tendo 36 famílias. Ou seja, a primeira discrepância acerca da quantidade de moradores/as ocorre nesse período. Atualmente (2024), foram contabilizadas 39 famílias, sendo 109 habitantes, entre 2017 e 2019, e agora, com o movimento da retomada e do ingresso de “novos ocupantes” o acampamento passa por uma nova dinâmica integrativa. Dentre as 39 famílias, 33 compõem o Acampamento Coragem, e as outras 06 fazem parte do “povoado”.

O processo de ocupação de um território em disputa demanda uma série de questões e categorias a serem levadas em conta. A comunidade, que se formou em 2015, é composta por ribeirinhos/as e pescadores/as atingidos pela UHE de Estreito. Portanto, quem ocupa e pode

⁸⁹ Esse trabalho foi guiado por diferentes momentos etnográficos (Strathern, 2017), como destacado no primeiro capítulo. A análise desses momentos denota temporalidades distintas, portanto, é fundamental entendermos as movimentações ocorridas diante desse processo. Como afirma Braga (2016, p. 46), “O fato é que no campo as coisas se movem, tudo é passível de se mover, seja o tempo, sejam as informações, os fatos, as pessoas, os informantes, os nativos, as ocasiões ou as situações”. Retornar aos diários de campos anteriores é entender de formas mais densas essas movimentações que não foram analisadas quando foram observadas.

ocupar a área reivindicada? Segundo os acampados/as, as categorias a serem levadas em consideração dizem respeito à população atingida pela barragem, que faz uso social da terra e do rio como manutenção de seus modos de vida, ou seja, pescadores/as e ribeirinhos/as.

A demarcação dos 48 lotes esteve, desde o início, nas demandas estruturais da organização da comunidade, os quais foram sendo ocupados até sua totalidade. Em decorrência da demarcação da área de APP, muitos dos lotes foram afetados, causando a diminuição do seu número total que, atualmente é de 43 lotes, estando quatro deles desocupados. O processo de ocupação, desocupação e abandono dos lotes foi o que ocasionou atualmente as rupturas e os conflitos internos. Nem todos puderam continuar fazendo parte da ocupação. Das 48 famílias que protocolaram o processo judicial para a disputa da terra, é importante pontuar a desistência, o falecimento e demais questões que imbricam a ausência de seus ocupantes nos respectivos lotes. Além do fato de existirem ocupantes que não trabalham em seus lotes.

De 2017 até os últimos dados produzidos para esse estudo, em 2024, foram mapeadas 39 famílias ocupantes. Durante esse período, dois moradores faleceram e duas pessoas desistiram, cedendo seus lotes para quem tivesse interesse. Dos 43 lotes, ainda existem quatro desocupados, estando alguns em processo de disputa e os demais se estruturando para que quem de fato tiver interesse em permanecer na comunidade passe a ocupá-los. Por isso, pude notar no retorno ao campo os interesses em torno dos lotes desocupados e que “estão vindo outras pessoas de fora interessadas, trataria de uma ‘nova ocupação’, dentro da comunidade existe um debate da volta e da ocupação de ‘novos integrantes’ que querem tirar lote na comunidade” (Diário de Campo, 24/06/2023).

Pude observar as diferentes dinâmicas que se instauravam na reivindicação da terra. Existiam, no grupo de ocupantes, duas categorias: moradores/as e visitantes. Os moradores/as eram as pessoas que permaneciam na comunidade de forma integral, sendo um número significativamente menor, pois dizia respeito ao grupo que plantava, criava animais, pescava e seu cotidiano relacionava-se no processo mais intenso de estar na comunidade. Os visitantes eram o outro grupo, que, em sua maioria, não podia ou não conseguia estar na comunidade de forma integral, seja pela ausência de políticas públicas, pela necessidade de levar os filhos à escola, ou de resolver questões de saúde e demais demandas. Para esse grupo, a presença na comunidade ocorria apenas nos finais de semana, por conta disso, foi definido entre alguns dos/as ocupantes enquanto visitantes (Machado, 2020).

Quando retornei ao campo em 2023, essas denominações foram redefinidas, pois, com a Covid-19, o enfrentamento de boa parte da comunidade relacionado aos problemas de saúde a fizeram recorrer à cidade, passando a ocupar menos tempo no acampamento. Entre 2020 e

2023, houve uma retomada acerca do processo de permanência. Com o fim da pandemia e a saúde dos adoecidos sendo estabilizada, novas organizações ocorreram para a retomada do cotidiano ribeirinho. Entre esses, a estruturação dos barracões, como Seu Antonio, que mudou a localização da sua casa, e Seu João, que “reformou” seu barraco para melhor estruturá-lo, como também a reinserção da criação de galinhas e demais animais que exigia maior cuidado e demandava mais tempo na comunidade. Dessa forma, foi entendido que a permanência na comunidade implicava na ausência de políticas públicas que não possibilitava que boa parte do grupo estivesse integralmente no acampamento, como ocorreu durante a pandemia. A busca de acesso à saúde e educação impedia que estivessem por mais tempo na comunidade. Entretanto, ainda existe o grupo de visitantes que, apesar dessas ausências, não se mobiliza para organizar e trabalhar nos seus espaços de ocupação.

Atualmente, a permanência está atravessada pelas disputas, além de todos os problemas enfrentados contra o CESTE. A chegada desses “novos/as ocupantes”, alimentou as disputas internas e, conseqüentemente, a ruptura entre as partes. Por conta da desocupação dos lotes, pessoas externas, ao tomarem conhecimento do acampamento, se viram interessadas em conseguir um pedaço de terra. Mas essas pessoas que foram sendo inseridas não compunham a categoria vigente vinculada nos processos formativos do acampamento, ou seja, não eram pescadores/as, ribeirinhos/as e nem sequer foram atingidos pela UHE de Estreito.

O que estamos pontuando neste capítulo são as divergências a respeito da ocupação dos lotes abandonados. Uma parte apoiava que fossem cedidos a quem quisesse se integrar à comunidade e a outra considerava as categorias vigentes da ocupação. Como destaca as impressões de Dona Guida, ao falar sobre os lotes abandonados:

Meu desejo é que aqui chegasse mais gente pra dá mais força pra nós, porque aqui é muito bom. Então, as pessoas que tem o seu lote que quiser vim que vem, que não quiser pode dá pra quem quer. Porque aqui tem muito lote abandonado, mas o povo diz assim “eu vou”, e não vem, não vem pois dá pra quem quer trabalhar, que se você não quer, mas já tem quem quer, não é? Então, libera pra quem quer trabalhar, tem um bocado de lote aqui, tudo na capoeira, muita gente precisando de lote e num dá, que você já tem seu nome lá “é meu”, como que é seu? Se você não tá mantendo, se você não tá trabalhando, não é seu. Meu é meu porque tá aqui, vem aqui na minha casa que você vê o que que tem na minha casa, agora isso aqui é meu, por enquanto, enquanto não mandarem embora nois tamo aqui ne (Dona Guida, 63 anos, entrevista oral, 23/07/2023).

Boa parte da comunidade defende a ideia de que para ocupar é necessário produzir. Com isso, existe a ocupação de lotes em que a presença dos donos não é permanente dentro da comunidade, e isso tem gerado discussões em volta das disputas do território. A procura e necessidade de novos integrantes surgem no decorrer do processo de formação do

acampamento, desde pessoas que não cedem os lotes “*para quem quer trabalhar*”, ou que o cotidiano na lida ribeirinha não possibilita que estejam mais presentes, a exemplo de Seu Sebastião (Bastião Belém) que, por problemas de saúde, acabou abandonando o lote, e Seu Francisco que, após o falecimento da esposa, não integra mais a luta. Entretanto, ainda existem os “visitantes” que não renunciam a seus espaços e são constantemente cobrados em reuniões e por toda a representação do acampamento, quanto ao cuidado e ao trabalho dedicado aos lotes. A narrativa de Dona Guida explicita a necessidade de ceder os lotes para quem precisa, entretanto, o ingresso de “novos ocupantes” não diz respeito a quem de fato necessita da terra para produzir e manter seu modo de vida.

A representação da comunidade segue as prerrogativas da ocupação pontuadas pelo MAB, pois, desde o início, se estruturou seguindo esses parâmetros: faz parte da disputa pela terra quem foi atingido pela barragem, é pescador/a e ribeirinho/a. O abandono dos lotes despertou o interesse de outras pessoas que, por ocasião, conheceram a comunidade e acabaram se inserindo na terra, com o apoio de outro grupo que defende a entrega dos lotes vazios a quem tiver interesse, independente de quem seja. Essas discordâncias levaram ao ingresso de “novos ocupantes” e à movimentação de uma nova “liderança” que aqui chamaremos de Peixoto⁹⁰, preservando a identidade e evitando maiores problemas para o grupo pesquisado.

Peixoto foi levado para conhecer o acampamento por um dos seus moradores, que o conheceu em uma aldeia no município de Santa Fé (TO). Ao chegar ao acampamento, ele notou o número de lotes vazios e logo se interessou em fazer parte da ocupação. Embora não seja pescador, ribeirinho e nem atingido pela barragem, foi apoiado por um pequeno grupo que se viu atraído pelo seu discurso de mudança, mas não teve a aprovação integral de toda a comunidade para a sua integração no território. Em 2025, o acampamento completa dez anos de luta. Esse longo tempo implica no desânimo, na desistência, nas readaptações e também nos questionamentos acerca do futuro na comunidade. A ausência de energia e água potável é um dos fatores que dificultam a permanência por mais tempo na comunidade, pois, quando acaba o gelo, a água potável que trazem de Estreito, para refrigerar o pescado e manter fresco os alimentos, eles/elas necessitam retornar à cidade para buscar mantimentos. Isso implica na

⁹⁰ Cabe pontuar que essa definição advém da personalidade desse “novo ocupante”, que se inseriu aos poucos e foi tomando espaço. Dentre as observações e os relatos colhidos em campo, a figura dele é caracterizada como impositiva, propagador de falácias e mentiras que tem imbuído ou enganado as pessoas a acreditarem nas suas propostas de “ajudar as pessoas”. Ao vincular os cargos de policial que conhece e com tem influência, além de pessoas de renome em diferentes esferas, que conhecem a lei, acaba intimidando boa parte das pessoas. Por isso, estamos falando de alguém que se insere numa comunidade ribeirinha por interesses adversos. Então, estamos tratando como isso mobilizou para que a maioria das pessoas buscasse alternativas para enfrentar as acusações, ameaças e intimidações propagadas por ele e seu grupo.

constante transição entre a cidade e a comunidade, percorrendo os caminhos inseguros do lago e, conseqüentemente, acionando novos desafios para estarem integralmente dentro do acampamento.

Cabe pontuar que a terra ainda segue em processo judicial contra os empreendedores, e a instauração de qualquer política pública, seja da construção de poços artesianos ou da instalação de energia elétrica, implica na legalização do território. Dessa forma, essas políticas só podem ser implantadas após a conquista da terra. No entanto, alguns se questionam sobre o papel do MAB, da representação da comunidade a respeito disso. Há quem reivindica a instalação de energia e dos poços artesianos como medida de urgência, passando a recorrer ao poder público do município de Palmeiras do Tocantins (TO) para tratar disso.

É diante dessas problemáticas que Peixoto ganha força em seu discurso, ao performar a figura de um “líder” que promete acionar o poder público para instalação de energia elétrica, poços artesianos, creches e escolas na comunidade. Ele promove quase que um discurso desenvolvimentista no interior da comunidade, se autodefinindo enquanto policial e que detém poderio com grandes instâncias. Seu discurso descredibiliza a luta coletiva e a representatividade do movimento social MAB junto às disputas pela terra. Foi propagado para a comunidade: “dez anos de luta e nada foi ganho”, para que levassem uma parte do grupo a questionar a representação política e social do acampamento.

A organização da comunidade decidia coletivamente em reuniões sobre os retornos de antigos moradores ou a isenção de pessoas interessadas em ter um lote, que sempre levava em consideração que fossem prioritários para pescadores/as e ribeirinhos/as e, sobretudo, para quem de fato fosse trabalhar na terra e não deixar o lote abandonado. Peixoto não é sequer morador de Estreito. O seu interesse pela terra não se vinculava às perspectivas da luta que vinham mobilizando há anos, e, por conta disso, não é de interesse da maioria do acampamento o seu ingresso na terra. Por conta dessas discordâncias, ele se mobilizou e causou a contenda interna no interior da comunidade.

Em 21 de novembro de 2023, fiquei sabendo das novas ações promovidas por ele, ao questionar à representação o porquê da não aceitação de seu ingresso na ocupação. A sua insatisfação em não ter o apoio da maioria dos/as acampados/as levou a mobilizar uma série de intimidações aos demais moradores, ocasionando, assim, a insatisfação e receios sobre a sua presença dentro da comunidade. De um lado, um pequeno grupo que se aliou às pautas levantadas por Peixoto, de outro, o acampamento viu o desassossego se instaurando nas perturbações que enfrentavam.

O início dos conflitos internos ocorre após Peixoto intimidar a representação do acampamento, buscando averiguar o porquê da não aceitação do seu ingresso na comunidade. Por conta disso, passou a se armar protocolando boletins de ocorrência, abaixo assinados e uma série de denúncias incabíveis para tentar intimidar essas pessoas, forçando a se retirarem da comunidade.

Depois desse acontecimento, iniciaram-se os processos, abaixo assinados, boletins de ocorrência dele contra alguns dos moradores e de quem estava contra sua estadia na comunidade. A partir disso, iniciaram-se as intrigas, a subdivisão da comunidade entre o “povoado” e o acampamento, todo o conflito se instaurou após a vinda de Peixoto para o acampamento, que ocupou um lote vazio sem aprovação de toda a comunidade, tendo o apoio dos seus vizinhos de lote, que foi quem ele agregou para formar esse outro grupo (Diário de Campo, 16 de janeiro de 2024).

Ele, ao não aceitar a impugnação da entrega do lote, encontrou força no outro grupo que rompeu com os demais ocupantes e assim se criou o “Povoado Coragem”, e iniciam-se os conflitos internos: *“Aqui tá uma confusão feia com aquele cidadão lá, não sei nem se a gente chama de cidadão porque o cabra que vem querer atrapalhar a gente, no lugar que a gente tá assossegado, não é nem bom a gente chamar de cidadão ne?”*. (Acampada, Conversa Informal, 21/11/2023). Eu já havia realizado a primeira parte da pesquisa de campo, entre junho e agosto de 2023, quando Peixoto visitava a comunidade sem muitas pretensões, mas acabou ocupando um lote, construindo uma casa e criando força em um grupo de seis famílias.

O “povoado” formou-se após a vinda de Peixoto para o acampamento, ele acabou ocupando a área por insistência, sem ter a aprovação da maioria dos/as acampados/as. Após isso, as seis famílias se juntaram a ele e iniciaram-se as separações dentro da comunidade, foram contados as seis famílias que de fato fazem parte do acampamento, fora as outras eu se instalaram depois, mas que não são atingidos, pescadores e nem ribeirinhos, no total contabilizam-se entre 10 a 12 pessoas que compõe o povoado (Diário de Campo, 18 de janeiro de 2024).

Com a chegada dos “novos ocupantes”, que se inseriram na comunidade sem o aval da maioria dos/as moradores/as, dois grupos se formaram no interior da comunidade: o acampamento e o “povoado”. A propagação dos discursos e intimidações promovidas pelo membro externo acabou ocasionando a realização de um novo levante. Peixoto *“Dividiu o acampamento, do nosso lado é acampamento, do lado dele é... povoado, povoado coragem. Mas o coragem ele não tirou, diz que já formou a associação, tem zoada, bagaceira feia”*. (Diário de Campo - Conversa Informal, 21/11/2023). Esse processo ocorreu após a realização das entrevistas⁹¹ que eu havia colhido anteriormente às movimentações de Peixoto, por isso, os

⁹¹ As entrevistas colhidas durante todo o percurso de campo apresentam os relatos e narrativas orais de ambos os grupos. Por isso, ao tecer os capítulos anteriores, debateu-se acerca da totalidade das 39 famílias que compõem o território ribeirinho. Neste capítulo, especificamente, pontuaremos essa dicotomia, frisando as rupturas internas.

relatos e observações posteriores aqui apresentadas tratam das insatisfações e receios por parte do Acampamento em relação às disputas internas.

Após essas rupturas, as 33 famílias que formam o acampamento se aproximaram e buscaram se desvincular do outro grupo. Isso ficou explícito quando realizava a contagem do número de famílias que compõem a comunidade e foi automaticamente sugerido que respeitasse a divisão interna: o Acampamento Coragem e o “Povoado Coragem”. Portanto, aqui falaremos de dois grupos em específico que se subdividem na ocupação da terra. No decorrer desta tese, pontuamos a totalidade de pessoas que ocupam a comunidade. Aqui, busca-se tratar dessa dicotomia presente nas novas mobilizações da permanência ribeirinha.

Depois da divisão interna, Peixoto instaura-se enquanto líder do “povoado”, mobilizando uma reunião com o prefeito do município de Palmeiras do Tocantins (TO) para apresentar as demandas da comunidade, no entanto, só considerando o seu grupo, desconsiderando as outras 33 famílias que compunham o acampamento. Com o apoio do pequeno grupo, se divide o acampamento: a parte mais acima da comunidade, e o “povoado” das seis famílias que estavam mais próximas da ferrovia, na parte baixa do território. Em 19 de novembro de 2023, o prefeito de Palmeiras do Tocantins (TO) foi levado até a comunidade através das mediações de Peixoto, que buscava levar ao pequeno grupo um representante do poder público para apresentar as demandas internas da comunidade. Entretanto, o prefeito só conheceu o pequeno grupo que se tratava do “povoado” e deixou claro que, para a instalação de energia elétrica, poços artesianos e demais políticas públicas era necessário ocorrer uma negociação com o Ceste, tendo em vista que a ocupação estava em disputa judicial.

ele chegou até o acampamento por meio já desse homem, senhor Peixoto, pelo fato de ele se dizer amigo do prefeito, então já ter uma relação de amizade com ele. E como ele realmente já tinha, porque me parece que tinha estudado ou vivenciado, convivido anteriormente, eram amigos. Aí, com ele ter realmente essa aproximação mais do prefeito, ele passou as informações como ele era um dos representantes do acampamento, que ele tava ali representando o acampamento e passando ao conhecimento do prefeito como líder, né, uma liderança do acampamento. Só que com o decorrer do tempo o que aconteceu é que a gente, nós, tivemos o conhecimento, né, que ele tava fazendo isso e se representando como um dos nossos representantes, né, um representante do acampamento (Diário de Campo – Conversa Informal, 13 de novembro de 2024).

Ao se apresentar enquanto liderança do acampamento, Peixoto acaba levantando as pautas internas, como se o grupo que compunha o “povoado” se tratasse da totalidade da

No entanto, cabe ressaltar que essa dinâmica ocorre recentemente na comunidade, e os sentidos da existência dos dois grupos podem se romper após a saída de Peixoto da comunidade, bem como a reinserção de antigos ocupantes à associação do Acampamento, como ocorreu nos últimos dias.

comunidade, desconsiderando o grupo do acampamento. Em 24 de novembro de 2023, o grupo do acampamento reuniu-se com o prefeito de Palmeiras do Tocantins (TO), após saber da sua ida à comunidade. Isso gerou a mobilização do outro grupo, que se articulou para ir até a prefeitura e apresentar os representantes do Acampamento Coragem, levando as documentações que estão no processo de disputa pela terra protocolado pelo INCRA, que os reconhecem enquanto população acampada há mais de dez anos. “*Nós mostramos o documento que comprovava o tempo que nós tava naquele acampamento*”, explanaram para o gestor municipal que Peixoto não representava o acampamento e que a luta pela terra advém de muitos anos de reivindicação de direitos.

O encontro do grupo do Acampamento Coragem com o prefeito objetivou apresentar quem de fato representava a comunidade, quais as demandas os/as moradores/as vinham articulando. Com isso, o gestor passou a ter uma segunda opinião a respeito de como se fundou o acampamento. Entendendo que havia uma ruptura interna e, naquele território, atualmente formavam dois acampamentos, o grupo mobilizou uma nova ida dele à comunidade para ouvir a outra parte da história, ou seja, “*que o prefeito viesse no acampamento pra realmente conhecer quem era os acampados*”.

As articulações voltaram-se para que ele pudesse retornar à comunidade e entender as demandas do outro grupo que não esteve presente no encontro articulado por Peixoto. Por conta disso, foram criados grupos de *WhatsApp* para ampliar as discussões entre os moradores/as e o prefeito da cidade. Soube da existência dos grupos quando fui adicionado em 24 de novembro de 2023, no grupo “Acampamento Coragem” (que já existia desde 16/09/2020) e no grupo “Assentamento Coragem”, que foi criado pela secretária do município para que o prefeito pudesse participar das discussões com a comunidade.

O poder público tem grande relevância para a promoção de políticas públicas e a presença do prefeito na comunidade gerou grande mobilização e expectativas por parte dos/as moradores/as. A comunidade marcou encontros e levaram o prefeito para conhecer a outra parte da comunidade, “*ver que nós não estamos só, né, a maioria tá do nosso lado*”, como destacou a moradora ao falar sobre as mobilizações necessárias para marcar a ida do gestor à comunidade. A reunião no acampamento ocorreu em 10 de dezembro de 2023, com a presença do prefeito do município, de policiais civis, guardas e de toda a comunidade, como se pode observar na fotografia 36.

A reunião ocorreu como de costume, com a realização de um almoço coletivo organizado pela comunidade, cada um contribuindo com os ingredientes necessários. Nesse dia, juntaram-se à comunidade o presidente da Colônia de Pescadores Z35, de Estreito e o

companheiro de luta Raul, que acompanhou todo o processo da formação da comunidade. Também estiveram presentes alguns dos componentes do “povoado”, da mesma forma que Peixoto, que chegou acompanhado do prefeito, *“ainda disse que ele que levou a autoridade”*.

Fotografia 36 – Reunião com o prefeito de Palmeiras do Tocantins (TO)



Fonte: Sérgio Alexandre (dezembro/2023).

As articulações com o prefeito ocorriam a partir das rupturas instaladas dentro do acampamento. Com isso, após ouvir tanto o “povoado” como o acampamento, ficaram apresentados os interesses de apoio do prefeito para a comunidade. É importante pontuarmos que todas as mobilizações ocorreram durante o período eleitoral, ou seja, o prefeito pleitearia a reeleição em 2024 e buscava apoio da comunidade que, agora, após o findar do seu mandato passou a dialogar com o grupo que anteriormente não tinha conhecimento sobre a ocupação. Entretanto, cabe ressaltar que o diálogo com a prefeitura ocorreu após as ações de Peixoto em buscar apoio do prefeito, o que, consequentemente, levou o grupo do acampamento a mostrar que o grupo era mais amplo do que havia sido falado e as dimensões da formação do acampamento eram anteriores às questões pautadas recentemente pelo “povoado”.

No dia da reunião, ocorreu a tentativa de reaproximação entre os grupos. Ao relacionar os diálogos com o prefeito, tendo sido possíveis por conta da sua relação íntima e de amizade, Peixoto buscava se instaurar enquanto liderança do acampamento. Nisso, propôs aos demais a união entre os grupos, o que, por unanimidade, não foi aceito pelo pessoal do acampamento.

Com isso, lá né, foi onde eles quiseram ter... unir o nosso acampamento com o deles lá, querer ter uma união entre os grupos e que nós não aceitamos, que nós não queria, a maioria não aceitou, eu te digo que até todos, ninguém aceitou mesmo essa união com eles. Enfim o prefeito teve conhecimento que havia dois acampamentos, no caso o nosso Acampamento Coragem e o deles lá que ele denomina, que ele chama lá como “Povoado Coragem”, é como se denomina lá o lugarzinho que eles ficam, “Povoado Coragem” (Diário de Campo – Conversa Informal, 13/11/ 2024).

Esse contexto foi o início dos conflitos internos, ocasionando uma série de denúncias, ameaças e processos em ambas as partes. Foi tentado intimidar, amedrontar e expulsar boa parte dos ocupantes que não se vinculava ao grupo do “povoado”. Peixoto acabou disseminando que criaria uma associação e reivindicaria a expulsão da outra parte do acampamento. Com isso, o “povoado” passou a inserir na sua parte um grupo de pessoas que não compõem a categoria de ocupantes da terra, como advogadas, policiais e demais colegas que ocupariam os lotes desocupados. Isso acarretou mobilização da outra parte do acampamento.

A participação do prefeito na comunidade trouxe grandes expectativas por parte de ambos os grupos. Foi levantado que, em todos esses anos de ocupação, nunca haviam tido um diálogo com o representante do poder público do município, o que comprova outra falácia disseminada entre os integrantes do “povoado”, pois já vinham se articulado com gestores anteriores a possibilidade das crianças acampadas terem acesso ao ônibus escolar, mas essa demanda não teve resultados por decorrência da ausência de levantamento da quantidade de alunos a se matricular em nas escolas da cidade de Palmeiras do Tocantins (TO).

Ao se firmarem antes das investidas de união propagadas por Peixoto, instauraram-se as discordâncias, intimidações e conflitos internos. Após a reunião, ele passou a propagar que ali tratava-se de um território do estado do Tocantins. Por conta disso, eles/elas, enquanto pescadores/as associados/as à Colônia de Pescadores de Estreito Z35, não poderiam ocupar um território em outro estado, que buscassem uma terra no Maranhão. Os acordos e mobilizações junto ao prefeito de Palmeiras do Tocantins (TO) só seriam viáveis caso a comunidade votasse no município. As estratégias de intimidação causaram a transferência do título de eleitor de ambos os grupos. Boa parte da população entendeu que, para ter o apoio do prefeito, necessitariam se vincular ao município de Palmeiras do Tocantins. Durante esse processo, organizou-se a transferência. Um número significativo do grupo de acampados acabou transferindo seus títulos e deram apoio à campanha eleitoral do prefeito, que obteve a vitória à reeleição.

As atuações do “povoado” e de Peixoto voltavam-se para implantar o acesso a novas políticas públicas para dentro da comunidade, por isso a busca de diálogo com o gestor municipal. No entanto, só teria acesso a elas quem fizesse parte de seu grupo. Após a presença

do prefeito na comunidade, inúmeros processos, boletins de ocorrências, ameaças, assédio moral e intimidações foram realizadas por Peixoto e seu grupo.

Em dezembro de 2023, o acampamento decidiu se articular por meio de abaixo assinado pedindo a retirada de Peixoto da comunidade “*juntou a turma lá em casa, no domingo passado [03/12/2023], aí fomos lá onde ele, tentar conversar com ele, ler o abaixo assinado pra ele. Aí daí pra cá não prestou mais não*”. (Acampada, Diário de Campo - Conversa Informal, 11/12/2023). A reivindicação para a sua retirada inflamou os ânimos e ele utilizou como ferramenta de intimidação acionar Boletins de Ocorrência para alguns dos manifestantes do grupo do Acampamento, tendo, por fim, instaurado as rupturas internas na comunidade.

Além disso, buscou aliados após iniciar as intimidações sobre os lotes em que não se encontravam os ocupantes. Ele buscou inserir conhecidos para fortalecer seu grupo, tendo em vista que, entre os moradores da comunidade, apenas seis famílias vincularam-se ao “povoado”. Isso deu início ao processo de importunação interna, o trabalho e retorno dos moradores aos seus lotes implicou nas ameaças de Peixoto. Ao ver pessoas do grupo do acampamento trabalhando em seus lotes, ele passou a determinar a saída de quem não concordava com suas ideias. Como conta uma das acampadas, em conversa via *WhatsApp*:

Aí o Seu Bimba, tu lembra do Seu Bimba. Seu Bimba tava cobrindo uma casinha lá que ele voltou de novo pra lá por lote dele, que ele entrou na época, mas nós aí saiu um tempo, aí depois voltou de novo, aí tornou sair, agora voltou de novo porque o lote tava desocupado ne, dele, Seu Bomba. Aí ele tava cobrindo lá a casinha pra ele, mandou cortar um pouco da terra também, do lote dele lá, aradar ne que fala, pra plantar, o trator ne, passou o trator. Aí o homem tava cobrindo a casa lá quando ele chegou, esse salientão chegou lá e falou que era pra ele parar com o serviço porque quem... tipo ali quem mandava ela ele ne. Aí Seu Bimba desceu e foi embora, não cobriu a casa, ele não deixou o homem cobrir a casa porque disse que lá vai ser uma sede não sei de que lá (Acampada, Conversa Informal, 21/11/2023).

A ocupação, para além desses “novos ocupantes”, recebia o retorno de antigos moradores que decidiram retomar a luta e o trabalho em seus lotes, como o caso de Seu Bimba. As intimidações acabaram fragilizando quem de fato necessitava e buscava trabalhar na terra, mas foram amedrontadas por Peixoto. Todas as ações propagadas pelo grupo do “povoado” geraram a aproximação do acampamento, que retomou as reuniões coletivas que antigamente se realizavam mensalmente e que agora buscavam se organizar politicamente para enfrentar as ameaças internas.

Em 20 de dezembro de 2023, ao retornar para a segunda etapa da pesquisa de campo, recebi no grupo de *WhatsApp* do Acampamento a mobilização para uma reunião que ocorreria na residência de Seu Manoel e Dona Vita, que trataria a respeito das questões ocorridas recentemente na comunidade. Nessa reunião estaria presente um advogado que esclareceria as

dúvidas e trataria da necessidade da criação de uma associação. Nesse dia reencontrei boa parte dos/as acampados/as, como também algumas das pessoas que ainda não tinham revisto, como Seu Manoel, Dona Vita e Dona Marinalva. Essa reunião foi pautada pela importância da permanência na comunidade, dos registros sobre a ocupação, como as roças, as produções e as criações de cada lote, e o registro de todas as atividades seria importante para caso houvesse futuras fiscalizações.

A presença do advogado ocorreu para sanar as dúvidas a respeito da criação da associação, que daria representatividade jurídica para a população. Mas a maioria dos/as presentes queria reivindicar a saída de Peixoto, pois não aceitavam a presença dele na comunidade e queriam, de alguma forma, decretar que ele não poderia fazer parte ou entrar na comunidade. O que foi posto foi que a “expulsão” não seria viável, que ele poderia ficar e sair no decorrer do processo, mas a criação da associação e a união da comunidade no exercício da permanência acabaria enfraquecendo as reivindicações do “povoado”. Os incômodos relacionados às novas mobilizações da comunidade gerados pelas intrigas perpetuadas por Peixoto, tendo os/as moradores/as destacado que “*A tranquilidade foi simhora*”, o desassossego e a angústia que invadiam o cotidiano do acampamento agora vinculavam-se às rupturas internas.

Com isso, novas dinâmicas se acionam no acampamento, por conta do número significativo de lotes vazios que esse outro grupo inseriu na comunidade. Portanto, agora discutem sobre a necessidade de os antigos moradores fortificarem o trabalho em seus respectivos lotes, pois as ameaças de despejo do outro grupo atribuíram a união e o retorno às pautas que se debatiam mensalmente. Ou seja, a instauração de um conflito interno acabou acionando a união do grupo de acampados que se distanciou nos últimos anos. O apoio na construção dos barracões, a busca por integrar os antigos moradores para estarem na produção ativa em seus lotes tem sido a forma com que as 33 famílias têm agido para permanecerem (re)existindo, agora, às ameaças internas.

Os conflitos gerados pela ruptura da comunidade ribeirinha acarretaram mobilizações acionadas por ambos os grupos ao buscarem alianças com o poder público municipal para obterem políticas públicas para a comunidade. Além da busca por representação jurídica a partir da criação da associação que recentemente entrou em debate a partir das “ameaças” de Peixoto ao outro grupo que sempre se imbuía de aparatos legais para amedrontar boa parte do acampamento, o que ocasionou na unidade das 33 famílias que se organizaram para a formação da associação. Dessa forma, os enfrentamentos agora vinculam-se a um conflito dentro de um conflito, mas ainda relacionados à disputa pela terra. A figura de Peixoto aciona novas formas

de resistência que a comunidade, ao sofrer as rupturas internas, busca articular coletivamente para permanecer ocupando o território.

6.2 “Nós temos que brigar pelos nossos direitos”: as retomadas para a permanência

As retomadas para a permanência na comunidade enfrentavam um novo contexto. Após as rupturas internas, o grupo do acampamento se via ameaçado pelo despejo, acionado por Peixoto e seu grupo. Ele, enquanto “presidente”, ameaçava desapropriar os moradores/as do acampamento que não faziam parte do seu grupo. Através disso, o conflito por terra se instaurava no interior da comunidade, o que implicava na permanência no território.

Em trabalho de campo realizado em janeiro de 2024, fico sabendo que Peixoto andou entregando “Notificação de Expulsão”, para uma família, dando prazo de quinze dias para saírem da terra. Criou um documento sem qualquer respaldo legal, mas visou a retirada do outro grupo da comunidade. Isso ocorreu logo após a reunião que tiveram com o advogado para debateram a urgência da criação da associação, a importância da unidade de todos/as, e da contratação do advogado para terem respaldo jurídico sobre as ameaças e intimidações de Peixoto.

Por conta disso, foram retomadas as reuniões no Acampamento Coragem, após terem os esclarecimentos do que seria necessário para montarem uma associação. A representante do acampamento havia comentado sobre “A necessidade de voltar a fazer reuniões no acampamento, que estava pensando em marcar uma para o próximo sábado, para juntar o povo e fazer com que marquem presença dentro da comunidade” (Diário de Campo, 18/01/2024). Percebi que essas mobilizações vieram após as intimidações do outro grupo, e como o acampamento se viu impelido a se articular coletivamente para o enfrentamento dessas novas questões.

A representação legal do advogado do acampamento viria para solucionar todos os processos, boletins de ocorrências e demais demandas que Peixoto vinha acionando contra integrantes do acampamento. Além disso, o respaldo jurídico auxiliaria no processo judicial da disputa pela terra, embora tenham se sentido intimidados com a presença de Peixoto, e buscassem ter aparato jurídico para sua saída da comunidade, foi esclarecido pelo advogado que a luta deles é pela conquista da terra, e essas intimidações e ameaça surgiram como enfraquecimento da comunidade, por isso, a criação da associação fortaleceria a luta.

O “povoado” por estar em menor grupo passou a obter novas políticas de ocupação dos lotes. Segundo relatos, Peixoto pretendia dividir um lote em dois, por conta da sua grande

dimensão, entretanto, a real motivação era aumentar o ingresso de novas pessoas no seu grupo. Boa parte desse grupo ocupa a margem esquerda do acampamento, estando ainda alguns moradores que não fazem parte do grupo “povoado”, e que Peixoto ameaça constantemente a expulsão, pois sua intenção é que só permaneçam nesse lado da terra quem faz parte do “povoado”.

O receio dos/as acampados/as é perder o direito de ocupar, pois as novas reivindicações do “povoado” têm implicado no processo de ocupação. Através disso, se articulam para organizarem seus lotes, demarcarem, produzirem e, sobretudo, a importância em não abandonar os lotes, pois agora existe a ameaça de perdê-los para as pessoas que Peixoto quer inserir na comunidade. Nos debates do acampamento, pontuam a necessidade de se ampararem com informações, pois *“se ele [Peixoto] sabe até onde pode ir, nós também sabemos”*. É direito de todos/as ocuparem seus lotes e trabalharem na terra como ocorre desde o princípio da ocupação, por isso, destacam como é importante estarem unidos para enfrentarem e permanecerem ocupando seus lotes, pois todos/as sabem das motivações que os fizeram fazer parte do acampamento, que a luta enfrentada por anos contra o CESTE não será interrompida pelas ameaças de pessoas internas que não conhecem de fato a realidade de quem necessita desse território.

O retorno das reuniões (fotografia 37) ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2024. A pauta dessa reunião girou em torno da criação da associação e da coleta de documentos necessários para os/as futuros/as sócios/as. Foram apresentados os integrantes da diretoria da associação e os valores para o pagamento dos honorários do advogado contratado, acordou-se que pagariam o valor de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) por mês, durante um ano e serviria para o cadastro da associação e demais demandas que o acampamento necessitasse.

Estavam presentes 32 pessoas, contando as cinco crianças. Nesse dia, também foi apresentada a chapa que comporia a diretoria da associação, sendo formada por: Francisco (Presidente); Seu Manoel (vice-presidente); Luzia (1ª secretária); Lucinha (2ª secretária); Dona Jacirene (Tesoureira); Evania (2ª Tesoureira) Seu João, Dona Vita e Leucimário (Conselho Fiscal).

Fotografia 37 – Retorno das reuniões no Acampamento



Fonte: Machado (fevereiro/2024).

No mesmo dia também ocorreu a doação de vinte e três cestas básicas, que, pela quantidade de pessoas presentes, foi necessário realizar a distribuição por meio de sorteio, tendo todos sido contemplados, as que sobraram foram entregues a quem não esteve na reunião, mas apresentava maiores necessidades em relação aos mantimentos presentes na cesta. Ao fim da reunião, determinam a necessidade de entregarem as documentações e pagarem as respectivas mensalidades sobre os honorários do advogado.

Embora tenham concordado com todas as demandas levantadas na primeira reunião, as etapas para a consolidação da associação demandaram um tempo superior ao esperado. Houve a ausência da entrega dos documentos dos/as futuros/as sócios/as, o pagamento acerca das taxas do advogado e as reclamações sobre os valores estipulados. A diretoria buscou realizar um levantamento com outros advogados para procurarem valores inferiores, e também ficou decidido que contratariam exclusivamente para o processo de legalização da associação.

Em 18 de abril de 2024, ocorreu nova reunião na comunidade para tratar a respeito ainda do processo de cadastramento da associação, em decorrência da falta de agilidade no processo. A reunião trataria do comprometimento dos integrantes da comunidade acerca das despesas a serem custeadas na criação da associação. Essa reunião ocorreu no meio da semana (quinta-feira), pois houve uma reunião anterior (24/03/2024) que não teve toda a comunidade

presente, por isso, foi marcado um novo encontro. Os valores atribuídos ao advogado não foram seguidos pela maioria dos/as acampados/as, com isso, de quem conseguiu arrecadar, foram repassados a ele o total de R\$ 595,00 (quinhentos e noventa e cinco reais), referente ao pagamento de alguns serviços prestados, mesmo a comunidade tendo rompido com o acordo.

Por conta das reclamações em relação aos valores, ficou estipulado que concentrariam os esforços na criação da associação. Por isso, Lucinha buscou realizar um levantamento em relação aos valores a serem cobrados, tendo o primeiro orçamento custado R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), que seria dividido entre as 15 famílias que já vinham contribuindo com esse processo, o que daria o total de R\$ 266,67 (duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) por família. O segundo orçamento apontou o custeio de todas as etapas e demandas para elaboração da associação, desde o custeio do advogado, contador, valor da taxa a ser paga no cartório, e a taxa do CNPJ, sendo assim, teve o custo total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por família, podendo ser dividido em até duas vezes.

Do início do processo de abertura e debates para a criação da associação até recentemente, Lucinha destacou já ter o valor de R\$ 3.335,00 (três mil, trezentos e trinta e cinco reais). A reunião desse dia buscava firmar o compromisso para que assim pudessem dar entrada no processo. Após apresentação dos orçamentos, os presentes tomam a fala e apresentam a necessidade de buscarem ajuda de outras pessoas, pois das 33 famílias que compõem o acampamento, apenas 15 contribuía, e por conta disso, levantam um debate em considerar o número total de moradores/as, dado a importância da coletividade.

A ausência da maioria nas reuniões, como também no comprometimento dos valores levantados, é debatida entre todos/as, visando apresentar o comprometimento e a integração de todo o grupo na luta pela criação da associação. A participação ativa nas atividades e nos debates relacionados ao Acampamento Coragem ocorrem desde o início da ocupação, mas atualmente, por necessitarem de recursos financeiros e a presença ativa nas demandas pela abertura do processo, foi enfrentada uma série de desafios, desde a montagem da chapa que compõe a diretoria da associação até o processo final de sua legalização. Entre os debates, um dos/as moradores, pediu a fala e destacou a importância de realizar o cadastramento e dos significados que a luta pela terra tem para todos que formam o acampamento:

É necessário fazer uma relação de quem de fato quer ocupar a terra, que esses que não quiserem futuramente vão acabar saindo. Também destaca que “não adianta você pagar e sua terra ficar vaga”, a necessidade de contribuir com a criação da associação e permanecer produzindo nela. Destaca a importância de seguir o estatuto a partir do momento em que a associação for registrada, de ver quem realmente quer participar e saber quem de fato se interessa. Fala sobre realizarem um cadastramento de quem

de fato compõe o acampamento para a partir daí se pontuar a criação da comunidade, “vamos se preocupar com quem quer” (Diário de Campo, 18/04/2024).

Ao entenderem as dimensões pontuais sobre as novas demandas a serem levantadas, é discutida, sobretudo, a ausência da maioria dos/as moradores/as nas contribuições, arrecadações e demandas da comunidade, pois “*não espera vim um monte de gente porque não vêm*”. Apesar de remarcar um dia viável para a presença de quem se ausentou no último encontro, a ausência de boa parte implicou nas continuidades dos processos sobre a criação da associação. Foi sugerida a busca de apoio do prefeito de Palmeiras do Tocantins (TO) para custear as despesas, o que alguns dos moradores se comprometem em ir, mas pedem a participação da secretária da chapa.

Nessa reunião ficou acordado que darão início ao processo de criação da associação, esperando só pela busca de apoio do prefeito. Assim, novamente as articulações em torno desse processo voltaram-se para solucionar a criação da associação, entretanto, novas questões acabaram não consolidando o que foi discutido em reunião.

Em dezembro de 2023, estive na reunião com o primeiro advogado que explicitava a necessidade da articulação, união e força que os/as moradores/as do Acampamento tinham que mobilizar para permanecer na luta pela terra. Esse foi o primeiro debate vinculado à criação da associação. Entre fevereiro e abril de 2024, tentou-se arrecadar os valores para custear os honorários que boa parte considerou elevado, o que fez com que a chapa buscasse por orçamentos mais baratos tendo sido levado em debate nas reuniões posteriores o que acabou apresentando as discordâncias entre os futuros/as associados/as a respeito do custeio com o processo.

A falta de condições e participação da maioria dos/as acampados/as no custeio do processo acabou levando a comunidade a encontrar ajuda de um terceiro advogado, por indicação de amigos, e, sobretudo por 2024 ser o ano de eleições municipais, as articulações com o terceiro advogado contribuíram no processo de legalização da associação.

E fomos buscar um outro meio, então nessa busca de procurar alguém mais em conta, e como estávamos num período político nós encontramos um advogado ne, que o Divino nos apresentou esse advogado e ele nos ajudou. Nos ajudou na legalização da nossa associação. Então aquele valor que nós tava buscando arrecadar e que alguns contribuíram e outros não, as graças a Deus com a ajuda desse advogado que também nos ajudou de uma forma que... de uma forma que saiu quase que de graça ne, a nossa fundação, a nossa criação do estatuto direitinho, os documentos legais ele fez tudo quase que 0800, de graça, graças a Deus. Viu a condição nossa e viu também que nós precisava muito dessa associação, então ele fez assim pra nós. Daí então nós fomos buscar legalizar através desse advogado [...], que foi o advogado que fez, nos orientou pra criar nossa associação (Lucinha, 39 Anos, Conversa Informal, 07/11/2024).

Com a legalização das documentações, a criação do estatuto, criação de CNPJ, tudo foi registrado em cartório. As despesas de cartório também tiveram o auxílio do prefeito de Palmeiras do Tocantins (TO), que, após participar das reuniões na comunidade, teve as articulações mais estreitadas entre o grupo. Como sugerido na última reunião em que estive no acampamento, a ajuda do prefeito foi vinculada ao custeio com as últimas etapas da formalização da associação.

6.3 “Tá registrada a associação. Agora [...] é só partir pra luta e pro trabalho”: a criação da ARRTAUHE-MA

O campo para a tese já havia sido concluído, tinha entendido as diferentes demandas que levavam às perspectivas da permanência, a construção dos modos de vida e como a rememoração do lugar alagado implicava nas reivindicações pelo território em disputa. Percebi que os diálogos que, desde dezembro, voltaram-se para a criação da associação, ficariam em aberto por não terem um acordo em comum até o final da pesquisa de campo para essa tese. Eu estava na casa da minha avó, em São João do Paraíso (MA), quando vi pelo grupo de *WhatsApp* do acampamento que iria ocorrer uma reunião:

A Associação dos Ribeirinhos do Rio Tocantins Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito- ARRTAUHE- MA, representada pelo Senhor: Francisco de Assis Alves de Oliveira, presidente, convida todos moradores do Acampamento Coragem para uma reunião que será realizada no dia 16 de Julho de 2024 , Terça-feira , as 8:00 horas na residência da Senhora Jacirene e seu Antônio , localizada no Acampamento Coragem. Pedimos ainda a todos que não falte! Pois sua presença será de grande importância. Contamos com a presença de todos os acampados do Acampamento Coragem (Grupo de *WhatsApp* Acampamento Coragem, 11 de julho2024).

Eu tinha decidido me dedicar à escrita da tese, por entender que o campo para as análises necessárias para tecer esse trabalho já havia se concluído. Mas, por quantos caminhos teremos que andar para que de fato o campo se encerre?⁹² A mensagem no grupo vinha em nome do presidente da associação ARRTAUHE-MA, Francisco, e eu me recordei do último trabalho de campo que tinha realizado em 18 de abril de 2024 em que as pautas voltavam-se especificamente para o registro da associação. Entre abril e julho, estive em conversa com a representante da comunidade, que me atualizou sobre o processo de registro da associação, que continuavam imbuídos para formalizarem o processo. Quando vi a mensagem no grupo, fui

⁹² Como já debatido no primeiro capítulo desta tese, entendemos que um campo nunca se encerra, como destaca Braga (2015), “o campo nunca se fecha completamente”.

surpreendido de que a reunião trataria especificamente disso, ou seja, a associação havia finalmente sido registrada.

Ao visualizar o convite, notei que a associação já tinha um nome e uma convocação geral, logo me vi imbuído do desejo de participar desse encontro, mesmo de antemão não sabendo o real motivo. No grupo, organizaram arrecadação de alimentos para o almoço coletivo que ocorreria ao final da reunião. Dias depois, é mudada a data do encontro para 17 de julho de 2024, por conta da chegada da representante do MAB Tocantins na comunidade. Devido à sua importância e auxílio na luta, decidiram mudar para terem a presença dela no encontro.

Após um longo processo de negociação, fiquei sabendo que a associação foi finalmente criada, passando ao encontro realizado em julho para tratar da formalização da Associação ARRTAUHE-MA. Então, decidi retornar ao campo, pois precisava entender em que pé estava todo o processo e quais foram as mobilizações para, finalmente, estarem apresentando as formalidades da associação.

Em 17 de julho de 2024, retorno ao campo. Ao observar as articulações no grupo de *WhatsApp* da comunidade, pude acompanhar os desdobramentos que ocasionaram a formalização da Associação dos Ribeirinhos do Rio Tocantins Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito Maranhão (ARRTAUHE-MA), que teve seu processo de fundação realizado em 05 de abril de 2024. Por isso, as conclusões do campo de pesquisa são produzidas nesse encontro em que estive acompanhando a apresentação da associação a toda a comunidade.

A reunião teve a presença da militante do MAB Tocantins, que, recentemente, havia retomado as visitas aos acampamentos e comunidades atingidas pela UHE de Estreito. Sua presença foi vista com grande entusiasmo por toda a comunidade. Desde o retorno ao campo, a presença do MAB era questionada pelos/as moradores/as que queriam a proximidade do movimento nas pautas que vinham enfrentando ultimamente, mas quando visualizaram a presença de uma de suas representantes se alegraram pelo momento de efetivação de um novo momento de conquista da comunidade, a legalização da associação.

A reunião trataria sobre a formalização da criação da associação, apresentação da diretoria e divulgação dos direitos e deveres de cada associado/a, bem como a explicação sobre o cadastro de membros que viria ocorrer posteriormente. Estavam presentes mais de trinta integrantes, tendo a presença de pessoas convidadas para esse momento, como também um número representativo de crianças.

Fotografia 38 – As faixas em comemoração à associação



Fonte: Machado (julho/2024).

Logo que cheguei ao acampamento, por volta das 07h15, cumprimentei todas as pessoas presentes e acompanhei a chegada dos demais integrantes, aos poucos, para a reunião. Ajudei Lucinha na montagem das faixas e cartazes que destacam todo o processo de luta da comunidade, como se observa a fotografia 38. Nas faixas destacam-se fotografias de todo o processo de luta da comunidade, desde as reivindicações contra a UHE de Estreito, as caminhadas, manifestações e mobilizações em que os/as acampados estiveram em Brasília (DF). Nos cartazes, era possível visualizar as imagens de uma história de luta. Enquanto esperavam pelo início da reunião, as pessoas estiveram visualizando as fotografias.

Aos poucos as pessoas foram chegando para a reunião, enquanto Lucinha e Francisco conversavam com a representante do MAB sobre o estatuto da associação, e contavam como foi todo o processo de legalização. Com a presença de todos/as, logo em seguida é servido o café da manhã, com leite, bolos, pães e cuscuz, para que todos se alimentem antes do início do debate. As mulheres já vinham trabalhando no almoço desde o início da manhã. Por conta disso, todos aguardam para que o almoço possa ser adiantado e as cozinheiras sejam liberadas para participarem da reunião.

Às 10h33 inicia-se a reunião, aberta pela oração realizada por Jaqueline, seguida da reza do Pai-Nosso. Em seguida, foi discutida a primeira pauta, que se voltava para a apresentação da documentação da associação, tendo Lucinha agradecido à presença de todos/as. Nesse momento, Seu Antonio e Seu João percorreram o galpão, mostrando para todos/as os documentos (o CNPJ e o Estatuto e Registro da associação). Destacava-se a importância de serem apresentadas à documentação para tirarem suas dúvidas em relação ao que estava sendo apresentado. Seu João saiu circulando pelo barracão, mostrando todos os registros da associação e falando “*Tá registrada a associação. Agora, pra aqueles que acreditaram na luta, é só partir pra a luta e pro trabalho*” e agradecendo a presença de cada um/uma que ajudou durante todo o processo.

Em seguida, apresentaram o Estatuto de Inteiro Teor, destacando os direitos e deveres de cada associado/a, pontuando a importância de respeitarem os deveres e conhecerem os direitos que estão apresentados no estatuto. Lucinha enfatizou a necessidade de cumpri-lo e “*andar de acordo com a lei estatutária na qual criamos*”, respeitando as determinações presentes no documento. Conforme o Capítulo IV do estatuto, é dever de todos/as os associados/as:

- Art. 14 – Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- Art. 15 – Acatar as determinações da Diretoria;
- Art. 16 – Cumprir e zelar pelo cumprimento das leis, regulamentos, portarias e resoluções emanadas das autoridades constituídas nesse estatuto;
- Art. 17 – Comparecer regularmente a sede da Associação, tomando parte ativa em todos os movimentos de interesse;
- Art. 18 – Comunicar à Associação seu desligamento ou afastamento;
- Parágrafo único – Havendo justa causa, o associado poderá ser excluído da Associação por decisão da diretoria, após o exercício do direito de defesa. De decisão caberá à assembleia geral.
- Art. 19 – Os associados da entidade não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da instituição (PALMEIRAS DO TOCANTINS, 25 de junho de 2024, p. 03).

Em seguida, foi aberto espaço para os presentes falarem, tendo Divino auxiliado nesse processo e frisado a importância desse momento de explicação do estatuto, de todos trabalharem em conjunto, de ter união e trabalho em prol da comunidade. Após a formalização da associação, se amplia a possibilidade para o pedido de recursos e projetos a serem futuramente implantados na comunidade, pois “*a associação não é pra prejudicar ninguém e sim pra ajudar a todos*”.

A militante do MAB pede a fala e começa enfatizando o orgulho que vê da organização de toda comunidade e que é ótimo ver a articulação para a criação da associação. Ela pontua a criação de regras de convivência, e como serão pautadas a partir de agora para o funcionamento da associação. Destaca a parte importante presente no estatuto, sobre pegar emendas parlamentares, seja ela de vereadores,

deputados estaduais ou federais. Fala do ganho a respeito disso para abrir possibilidades de pleitear recursos. Sugere que acrescentem a importância de trabalhar a questão do cuidado em saúde, educação e área social, para conseguirem futuros projetos para dentro da comunidade. Encerra sua fala parabenizando a todos e se colocando à disposição para auxiliar durante esse processo (Diário de Campo, 17/07/2024).

Foram apresentadas, em seguida, as explicações sobre o processo de cadastro dos associados/as, sendo mostrada a ficha de cadastro para todos os presentes, destacando que o levantamento de famílias da associação chegou ao total de 32 famílias e que agora todos/as precisam se associar. Esse momento foi apresentado pela representante do acampamento, que desde 2015 estava à frente das demandas da comunidade. Emocionada, ela falou do encerramento de sua representação, que agora estará atuando como tesoureira e que todos/as devem recorrer ao presidente Francisco. A respeito do cadastramento, reuniões posteriores serão realizadas na comunidade, sendo pontuada a importância de todos estarem dispostos a se cadastrarem o quanto antes.

O quarto ponto da reunião voltou-se para a busca de melhorias para o Acampamento Coragem, desde água potável, energia, e melhorias para a saúde. Foi destacada a disponibilidade do prefeito de Palmeiras do Tocantins (TO), em auxiliar o acampamento no que precisarem. Cabe ressaltar que a comunidade foi cadastrada no programa “Luz Para Todos”,⁹³ tendo homologado o processo junto às demais comunidades rurais que necessitam da instalação de luz elétrica em seus territórios.

Com o cadastro da associação, as novas ações a serem atribuídas na comunidade seguirão as pautas acordadas pela associação. Sobre o cadastramento, é pontuado novamente pela militante do MAB quando destaca as questões a respeito da divisão ocorrida dentro do acampamento, que teve conhecimento das duas versões e enfatiza que “*aqui tudo é dito a partir dos atingidos*”, destacando que as populações atingidas recentemente conquistaram uma política própria, ao se referir à PNAB, assim como as demais populações tradicionais como indígenas e quilombolas, e tem políticas voltadas para a garantia de direitos, ou seja, foi recentemente aprovada uma política específica para as populações atingidas. A respeito da isenção de novas famílias e integrantes na comunidade, isso deve ser acordado com a associação, pautado nos regimentos internos, estatutos e deveres a serem considerados,

⁹³ Trata-se de uma política pública governamental criada em 2003 no governo do presidente Lula, relançada em 2023. O programa visa promover a universalização do acesso e uso de energia elétrica, destinada ao atendimento de populações do meio rural e a populações residentes em áreas remotas da Amazônia Legal que ainda não possuem acesso a esse serviço público.

destacando que *“é melhor ter quem contribui do que ter um montão que atrapalha”*, dada a importância de avaliar quem eles pretendem trazer para dentro do acampamento.

Também debateram sobre a demarcação dos lotes de três integrantes que ocupam próximo ao grupo do “povoado”, com isso, seria articulada uma data para que todos/as pudessem auxiliar na demarcação dos lotes dos/as companheiros/as. Destacaram a necessidade de construírem as casas/barracões nos seus respectivos lotes, tendo em vista que, caso sejam aprovados no processo de instalação de energia, é necessário que as casas estejam construídas e ocupadas.

Foi avisado que a estrada da comunidade passou recentemente por reformas e que o ônibus escolar e do posto de saúde (Unidade Básica de Saúde – UBS) estão adentrando a comunidade. Sugeriram que fizessem o uso da estrada permitida e não da que foi providenciada pelos/as ocupantes. Sobre o acesso terrestre ao município de Palmeiras do Tocantins, é importante frisar que, atualmente, circulam pelo território do fazendeiro vizinho da comunidade, que anteriormente não permitia o acesso dos/as acampados/as pela estrada que corta suas terras. Após acordos, foram permitidas a entrada e a saída a partir do consentimento do fazendeiro, isso proporcionou a entrada do ônibus escolar para levar as crianças acampadas à escola. O acesso à estrada só foi permitido para o grupo de acampados, ao ter conhecimento que Peixoto estaria entrando na comunidade, foi proibido o acesso à estrada que corta as terras do fazendeiro, por conta disso ele havia entrado com processo no Ministério Público contra o fazendeiro pedindo que o ônibus escolar pudesse adentrar o território, o que já tinha sido feito e realizado muito antes disso.

Portanto, as novas dimensões sobre o acesso à estrada representam segurança para os moradores/as, que, atualmente, defendem o fechamento da estrada a quem não for parte da comunidade, como a figura de Peixoto, que, desde o início das disputas internas, tem circulado livremente pelo território. Com isso, esse acesso acordado junto ao dono da terra vizinha trouxe segurança para os demais moradores/as, tendo em vista que vinham se inserindo dentro da comunidade diferentes pessoas trazidas pelo outro grupo que intimidavam o restante do acampamento. Por conta disso, as tentativas do “líder” do outro grupo tentam ter novamente o acesso à terra por medida acionada pelo Ministério Público, mas o grupo do acampamento tem dado apoio ao fazendeiro. Ou seja, o acesso à estrada é permitido em comum acordo, o ônibus escolar está percorrendo a comunidade, o único a não ter acesso é Peixoto por conta das implicações que tem causado no interior do acampamento.

A reunião concluiu-se com o presidente perguntando se todos/as compreenderam as pautas levantadas e o significado da reunião, e se alguém mais gostaria de se manifestar. Foi

acordado que a construção dos barracões deveria ocorrer imediatamente, seguida da demarcação dos lotes, sendo sugerido a articulação de mutirões para auxiliar durante esse processo. A reunião se encerra com a apresentação da diretoria, estando Divino fazendo a leitura do nome de cada um/uma e seu respectivo cargo.

Fotografia 39 – Apresentação da ARRTAUHE-MA



Fonte: Machado (julho/2024).

Ao final da reunião, foi servido o almoço (fotografia 40). Por volta das 11h57, todos se juntaram em volta da mesa para se servirem e Lucinha pediu atenção para, ao fim, todos assinarem as listas de presenças e ata da reunião. Enquanto almoçavam, se juntaram em grupos para conversarem. Nota-se que a presença da militante trouxe um novo ânimo para a comunidade, que, ao retomarem aos seus lotes e se despedirem dela destacam “*não demora para aparecer*”, informando que sentiram sua falta e que fazia muito tempo que não recebiam sua visita no acampamento. Ao fim do almoço e após assinarem as listas de presenças e atas, cada integrante se despede e retorna aos seus lotes. A oficialização da associação demandou um longo processo, mas trouxe animação para toda a comunidade, agora buscam se articular

politicamente para permanecerem na disputa pela terra e buscar melhorias para o acampamento.

Fotografia 40 – Almoço no Acampamento



Fonte: Machado (julho/2024).

Com a oficialização da associação e apresentação a toda a comunidade, seguiram-se os processos de cadastramento dos/as associados/as. As primeiras demandas ocorreram na reorganização estrutural da comunidade, sendo orientado desde o início do processo a necessidade de demarcar os lotes de cada um/a dos/as ocupantes para que esses espaços fossem delimitados e não tivessem a integração de outras pessoas nos lotes já ocupados. Na parte baixa do Acampamento é onde está o grupo contrário liderado por Peixoto que se denominou “povoado”, entretanto, existem entre três a quatro moradores que não aderiram às suas determinações e se uniram ao grupo do acampamento. Em razão disso, serão demarcados os lotes dessas pessoas, pois o outro grupo pretende dividir os lotes para integrar novos ocupantes, buscando demarcar a área total dos 100 metros divididos desde o início da formação do acampamento. A associação irá se organizar para que esses acampados/as não tenham seus espaços afetados.

Durante esse processo, não houve muitas mobilizações da outra parte, embora tenham manifestado resistência a retirar os piquetes marcados pela associação. Como se relata, o assédio moral sofrido por uma das moradoras que recebeu a visita de Peixoto ordenando que ela se retirasse do local, estando ela apenas com seu neto, foi intimidada pelo então “líder” do “povoado”. Mas a moradora não recuou e permanece ocupando seu lote, não aderindo às investidas de Peixoto que pretende inserir outras pessoas nos lotes que quer desocupar.

A criação da ARRTAUHE-MA proporcionou unidade entre os acampados/as e, com o respaldo jurídico, criaram forças para enfrentar as intimidações do “povoado”, que embora tenha reproduzido a ideia de já ter uma associação do seu grupo, isso de fato ainda não ocorreu. Em assembleia-geral realizada em 15 de setembro de 2024, esteve em discussão a votação do retorno de alguns dos integrantes do “povoado”, que decidiram retornar para o grupo do acampamento. Em comum acordo tiveram a aprovação para retornarem a compor o grupo e se associarem a ARRTAUHE-MA, isso demonstra que as mobilizações do acampamento têm fortificado a luta, passando alguns integrantes do outro grupo a entender as reais motivações de Peixoto, como os dois integrantes que romperam com o “povoado”. Também ficou acordado a respeito das mensalidades a serem pagas e sobre os valores já levantados anteriormente pelos contribuintes do processo de legalização da associação:

Ficará isento de pagar as taxas da associação todos os companheiros e companheiras que contribuíram anteriormente com o valor de duzentos reais para legalização da Associação ARRTAUHE-MA, e os companheiros que contribuíram com o valor de R\$85,00 (oitenta e cinco reais) ou com o valor de setenta e sete reais a mais, ganhará quatro mensalidades (ARRTAUHE-MA, 15 de setembro de 2024, p. 3).

Os valores acordados para a contribuição mensal ficaram determinados com a taxa mensal de R\$ 15,00 (quinze reais), sendo o dia quinze de cada mês estipulado como data de pagamento. As mobilizações atuais da comunidade têm seguido as prerrogativas regimentadas pela associação. Recentemente, em outubro de 2024, foi aprovado na Câmara Municipal do município de Palmeiras do Tocantins o projeto de Lei n.º 001/2024, de 24 de setembro de 2024, que declara a utilidade pública municipal da associação ARRTAUHE-MA. Atualmente estão associados/as 43 pessoas, podendo o número crescer em razão do processo de cadastramento continuar ocorrendo. Em outubro de 2024, deu-se início ao pagamento das primeiras mensalidades, dessa forma, vão se institucionalizando e tendo a organização política social da comunidade mobilizando novas formas de permanecerem nesse território.

6.4 “Nós sabemos quem são os companheiros de luta”: associativismo, rupturas e mobilizações na permanência

A criação da associação demonstra como atualmente são acionadas novas formas de se territorializar na comunidade. Compreender todo o processo de permanência mobilizou novas ações políticas sociais dos/as acampados/as para reivindicarem o direito pela terra. As mobilizações e enfrentamentos tomados contra as demandas do agente interno, que proporcionou o enfraquecimento da luta coletiva ao ocasionar a ruptura interna da comunidade, podem ser compreendidas enquanto um processo que fragiliza a luta pela terra. Entretanto, o associativismo e as novas demandas que a permanência tem articulado no cotidiano do acampamento demonstram as continuidades da luta, bem como as novas articulações no exercício da permanência no território.

Nesse capítulo, ao apresentar a figura de Peixoto, demonstra-se sua funcionalidade junto ao grande empreendimento, tendo ele atuado no enfraquecimento da comunidade. Ao gerar as disputas internas, a luta coletiva passa a ser afetada pelas intimidações causadas por ele, enquanto um agente externo que se insere na comunidade e acaba descentralizando as reivindicações coletivas ocorridas na comunidade. Entretanto, pontuamos que isso não intimidou ou provocou o afastamento do grupo, tendo em vista a fortificação e as alianças firmadas na elaboração da associação. As retomadas das lutas ribeirinhas pelo direito de ocupação perpassam atualmente as prerrogativas do associativismo que implicou a organização e a estruturação do acampamento.

Os estudos de Cicera Gomes (2015) sobre associativismo e ambientalismo em comunidade atingida pela Barragem de Pirapama (PE), auxiliam a entender as dimensões que uma associação representa para determinados grupos sociais. Os efeitos e conflitos ocasionados pela Barragem de Pirapama causou a dispersão de famílias da área de construção do empreendimento, no lugar em que se constituía uma comunidade com história e modos de viver particulares, onde o cotidiano se organizava em torno da vida próxima ao rio Pirapama. Gomes (2015, p. 122) explicita como as populações atingidas pelo empreendimento se organizaram na busca por minimizarem as perdas materiais ocasionadas pela barragem e reestruturar seus laços com o espaço cotidiano. Por conta disso, a associação surge como fator fundamental nesse processo, pois “A institucionalização por meio da criação da Associação possibilitou às pessoas deslocadas da área da barragem maior ‘poder’ de negociação e de escolhas”. Essa prerrogativa auxiliou nos esclarecimentos acerca das indenizações e nos processos de mitigação dos danos causados pela barragem.

Segundo Gomes (2015), algumas famílias optaram por não aceitar as terras oferecidas pelos representantes do Governo do Estado, como medida de remanejamento do lugar atingido. Assim, buscaram maiores negociações para ter melhores indenizações e poder investir em terras localizadas no município de Cabo, visando manter a proximidade físico-espacial na busca por melhores condições de vida e trabalho na terra em que escolheram morar. Dessa forma, os saberes ancestrais apresentados, em sua maioria, por comunidades que tradicionalmente ocupam as margens de rios reivindicam a perpetuação de um cotidiano que se vincule à sua tradição.

O Rio Tocantins é exemplo do seu uso social e relação ontológica com povos e comunidades tradicionais. Como as reivindicações da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem em permanecerem territorializadas em um ambiente rural e ribeirinho, perpetuando seus modos de vida a partir da produção da pesca e da agricultura das roças de toco. Como percebemos nos estudos de Gomes (2015), o associativismo auxiliou nas demandas mitigatórias a serem contempladas pelas populações atingidas de Pirapama. Em relação aos acampados/as, essa prerrogativa surge como redefinição pelo direito de ocupar e permanecer no território.

Ao definirem as categorias regentes na estruturação da comunidade, afirmando que “*Nós sabemos quem são nossos companheiros de luta*”, determinam e entendem os fatores essenciais que a formação do Acampamento Coragem se estruturou. Ao se verem atravessados por intimidações, esse processo de luta acabou causando desconforto e indagações sobre quem de fato ocupa a terra e quais as motivações de permanecer no território. Por conta disso, na estrutura de uma associação, as pessoas associadas e a diretoria buscam coletivamente perspectivas para a melhoria de aquisição de bens e serviços nas comunidades em que são instauradas (Gomes, 2015).

O associativismo destaca-se por uma prática organizacional voluntária em que pessoas fortalecem seus laços de confiança e solidariedade para alcançar um objetivo comum. Com isso, os interesses para soluções de problemas da comunidade devem ser pautados coletivamente, podendo sua prática ser realizada informal ou formalmente. Para isso, existem o associativismo formal e informal, o primeiro realiza-se por meio da constituição de uma Pessoa Jurídica, podendo ser uma associação, cooperativa etc., sendo registrada em cartório e com legislação própria. Seguindo os objetivos principais de satisfazer as necessidades coletivas e gerar benefícios econômicos, sociais e políticos. Já o associativismo informal segue as questões vinculadas à ordem social, ideias e costumes que membros de empresas compartilham em seu ambiente de trabalho (Santos, 2020).

A expressão associativismo é vista como uma prática social e gestão de associações (entidades com autonomia e como órgãos de gestão democrática, tendo em organograma: assembleia geral, direção, conselho fiscal, etc.) e, a outra forma perpassa pela prática de associação, com ação não lucrativa, de livre participação de pessoas (associados) objetivando finalidades comuns a todos (Santos, 2016, p. 04).

A criação da ARRTAUHE-MA articula-se dentro de um associativismo formal, ao buscarem institucionalizar as demandas a serem levantadas pela comunidade. A necessidade do registro da associação foi imbuída pela razão de se associarem formalmente, buscando, através da sua legalização, estruturar a organização social do acampamento. Seguindo o estatuto e a legislação própria, definiria novas formas que os/as acampados/as seguiriam no exercício da disputa pela terra.

De acordo com Santos (2020), o associativismo tem sido considerado uma forma de enfrentamento ou isenção no sistema capitalista, tendo em vista a capacidade de captar e propagar demandas sociais nos mais diferentes seguimentos. Essas organizações voluntárias que se mobilizam para a garantia de direitos coletivos vêm se fortalecendo por ações políticas, e obtendo reconhecimento na importância das transformações alicerçadas atualmente.

A participação da gestão pública do município de Palmeiras do Tocantins ao reconhecer a associação do acampamento enquanto utilidade pública, reafirma a importância que a ARRTAUHE-MA tem para a região. Com isso, o associativismo possibilita a criação de identidades coletivas, criando campos de forças ou espaços públicos em que são homogeneizados os valores e perspectivas, promulgando o debate, a pluralidade de ideias e pessoas (Lisboa, 2001). Atualmente, a associação tem buscado acesso às políticas públicas para melhoria do território, como acesso à água potável e energia. Recentemente, obtiveram o apoio da Secretaria de Agricultura do município de Palmeiras do Tocantins, que cedeu o trator para que pudessem gradejar as terras onde serão produzidas as roças de toco, estando a comunidade providenciando apenas o óleo para abastecimento do transporte.

Os estudos de Antônio Moreira et al. (2021), ao investigar o processo de organização e planejamento de associações no município de Riacho de Santana (BA), nos auxiliam a entender melhor como ocorrem essas dinâmicas em comunidades rurais. Os autores buscaram compreender como os produtores rurais e agricultores têm organizado perspectivas de promover o trabalho coletivo visando acessar os principais programas de políticas de desenvolvimento rural ofertadas no município. Em consonância com as contribuições de Moreira et al. (2021) que nos apresentam como as associações foram fundamentais no processo de permanência dos trabalhadores rurais no campo.

As associações tiveram ocupação e autonomia na sociedade brasileira e ganharam espaço a partir do processo de mobilização e de negociação dos movimentos sociais da década de 1980, especialmente em algumas regiões do país, que conferiram à sociedade civil uma expressiva densidade associativa embebida no ideário de luta por direitos e cidadania (Moreira et al. 2021, p. 04).

As reivindicações dos movimentos sociais criaram uma nova dimensão à ação associativa, conforme Moreira et al. (2021). Dessa forma, a organização e o planejamento de pequenos agricultores e produtores da agricultura familiar tem adquirido importância desde a década de 1980⁹⁴. O chamado associativismo no campo tem sido debatido nos diferentes espaços acadêmicos, sobretudo, em âmbito nacional em que pesquisadores tem levantado questões sobre a necessidade da formulação de políticas públicas voltadas à produção familiar do campo, visando ampliar as perspectivas do desenvolvimento de pequenos agricultores locais (Moreira et al., 2021).

Embora as perspectivas de Moreira et al. (2021) apresentem as prerrogativas de isenção de políticas públicas para o campo, as interligações com o contexto estudado do Acampamento Coragem vinculam-se ao que o associativismo proporciona: a permanência desses trabalhadores no campo. No contexto do acampamento, o associativismo encontra-se em seu processo de iniciação. Após formalizarem a criação da associação ARRTAUHE-MA, buscado realizar o cadastramento dos/as sócios/as, a comunidade tem timidamente se ocupado da busca por melhorias. Estando em um contexto de disputa territorial, a associação também assegura as determinações sobre o processo de ocupação, tendo em vista o enfrentamento às divergências na isenção de membros externos que não se categorizam entre os eixos fundamentais que compõem a formação do acampamento. Segundo o Estatuto da Associação:

O principal requisito da Associação é unir a classe, organizar e estruturar a prestação de serviços, para que assim seja desenvolvido um serviço de qualidade e segurança para todos os Ribeirinhos do Rio Tocantins atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito Maranhão (PALMEIRAS DO TOCANTINS, 25/06/2024, p. 01).

Quando determinam que *“Nós vamos botar gente da nossa categoria”*, os/as associados/as e a diretoria desenvolvem um senso de pertencimento coletivo e produzem práticas de colaboração que se sustentam na vida democrática (Santos, 2020) ao mapearem as necessidades e acordos a serem levantados sobre quem compõe e fixa moradia nesse território. As categorias fundamentais que se interligam nas características fundantes dos moradores do acampamento estão presentes na definição do nome escolhido para a associação: Associação

⁹⁴ Isso se amplia em decorrência da crise econômica das décadas de 1980 e 1990, em que o Brasil enfrenta dificuldades relacionadas à crise do Estado brasileiro, que consequentemente ocasionou na redução de políticas direcionadas ao setor agropecuário (Santos, 2020).

dos Ribeirinhos do Rio Tocantins Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito-MA. Ribeirinhos/as, pescadores/as e atingidos/as pela barragem são as categorias que compõem os integrantes do acampamento, bem como representadas no símbolo da associação (figura 3) que destaca as atividades da pesca e agricultura na representação identitária de quem faz parte do grupo associado. Ao legalizar essas determinações, a diretoria formaliza, através do estatuto, como será estruturado a partir de agora o processo de ocupação da comunidade.

Figura 3 – Símbolo da ARRTAUHE-MA



Fonte: ARRTAUHE-MA (abril/2024).

A chegada de “novos ocupantes” mobilizou todo o processo de formalização da associação, a unicidade do grupo, e redefiniu estratégias para a permanência no território, o que contribuiu como processo de estruturação da luta coletiva que, no decorrer dos anos, se enfraqueceu, mas atualmente se consolida através das novas mobilizações acionadas pelos/as acampados/as. A permanência no território ribeirinho continua a reivindicar o direito de ocupar, produzir e (re)existir às margens do Rio Tocantins, definindo novas ferramentas de luta pela terra, com o associativismo atualmente presente na comunidade. Há o enfrentamento das disputas pela terra contra o CESTE, e as readaptações nos modos de vida que se alicerçam no rememorar de uma tradição ancestral que, embora esteja ameaçada, continua a se perpetuar cotidianamente.

Por meio disso, compreendemos, no decorrer de toda a tese, as diferentes formas de mobilizações acionadas pela população ribeirinha para exercer o direito de permanecer ocupando a beira do Rio Tocantins. Neste capítulo, evidenciou-se de que forma as novas perspectivas integrativas da comunidade possibilitaram a coletividade e sistematização da luta, através dos aparatos legais de formalização da associação, das retomadas das reivindicações de fixarem moradia na comunidade para redefinirem seus lugares de direito, e sobretudo, os enfrentamentos, seja contra os empreendedores da usina ou os membros externos que buscaram enfraquecer a resistência coletiva acionada por esse grupo. Portanto, os desdobramentos em torno disso demonstram a organização pautada nas perspectivas de ocupar, produzir e (re)existir nesse território em disputa.

CONCLUSÃO:

TECENDO AS TRAMAS DO TERRITÓRIO RIBEIRINHO

A tradição da pesca [...] ah, eu não esqueço nunca. Eu quero minha tradição, ter meu peixinho, ir pro rio pegar meu peixinho e comer sossegado, então eu sempre tenho minha tradição, não esqueço nunca, só quando morrer (Dona Miúda, 58 anos, entrevista oral, 05/08/2023).

Os caminhos tecidos nesta tese tiveram início a partir de um eixo central: entender como a memória coletiva e a identidade territorial influenciaram as disputas da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem pelo direito ao território diante do conflito hidrelétrico de Estreito. Ao longo desse percurso, busquei compreender quais as perspectivas da permanência, a partir das reivindicações da comunidade perante o contexto do conflito socioambiental gerado pela UHE de Estreito, enfatizando a memória e o lugar como estratégia de resistência na construção de territorialidades ribeirinhas.

Ao apresentar as considerações que amarram o debate apresentado durante todo esse texto, retomo o que foi discutido desde a abertura desse estudo. A imersão de longa duração no campo perpetuou a construção de sociabilidades e interações sociais entre mim e a comunidade. Desde o primeiro momento, estive refletindo sobre como poderia diferenciar a escrita desta tese dos demais estudos já desenvolvidos no decorrer da minha trajetória de pesquisa. Estaria o campo saturado após anos de imersão na comunidade ribeirinha? Entre 2017, 2018, 2019, interrompidos por um colapso global causado pela pandemia, e o retorno em 2023 e 2024, essa tese se teceu. Pude compreender os novos caminhos analisados através das dimensões socioantropológicas de um mesmo campo, sobretudo por entender que o campo nunca se fecha completamente, ele estará em nossas memórias, registros e reflexões no decorrer do processo de amadurecimento intelectual e pessoal.

As mobilizações ocasionadas pela chegada da UHE de Estreito puderam ser absorvidas a partir de toda a trajetória de luta da comunidade ribeirinha. Os processos estruturantes que implicam na demanda de uma política estatal nos fazem compreender o modelo de sociedade no qual estamos inseridos. O setor industrial alicerça-se historicamente no território brasileiro, adentrando nos territórios amazônicos e promovendo a exportação, integração e exploração de recursos naturais. A barragem de Estreito insere-se no corredor do “progresso” que o modelo energético consolidou no país, e no qual a região norte se instaura como a última fronteira hidrelétrica a ser explorada pelo capital. As concepções das populações atingidas por esse empreendimento denotam o descaso, a ausência de debates e da seguridade de direito a essas

peessoas. A chegada da UHE de Estreito ocasionou uma série de mobilizações e reivindicações dos movimentos sociais e comunidades afetadas, isso acarretou a formação de acampamentos e a luta por terra.

A formação social e política das populações atingidas foi atribuída em decorrência das vulnerabilidades, do racismo ambiental e das injustiças sofridas pela implantação desses grandes empreendimentos. Desde 2007, com a chegada do grande empreendimento nas regiões do sul do Maranhão e norte do Tocantins, povos e comunidades tradicionais têm enfrentado os desmandos causados pela implantação deste empreendimento em seus territórios. É por conta das inúmeras violações que se formaram acampamentos às margens do lago da UHEE, como forma de reivindicar territorialidades furtadas, de fincarem (re)existências em territórios arenosos, mas que podem readaptar seus modos de vida e perpetuarem uma tradição, embora esteja ameaçada de extinguir por conta da política da morte que o des-envolvimento tem propagado na sociedade.

O Acampamento Coragem recebe esse nome não por acaso, pois, como aprendi com seu João, *“só resiste quem tem coragem”*. E essa luta é composta de muita firmeza e mobilizações de um grupo que reivindica o direito de ocupar, produzir e (re)existir às margens de um rio atravessado pelas mutações em seu ecossistema. No entanto, a permanência é reivindicada como um direito de continuarem ocupando seus territórios tradicionais.

Entre os danos da usina, ficou debaixo d'água o beiradão do Rio Tocantins. Lugar de pertencimento de pescadores/as, ribeirinhos/as e vazanteiros/as, a perda desse lugar implicou nas trajetórias percorridas por essas comunidades que foram afetadas pelo empreendimento. Mas qual o sentido do lugar para essas comunidades? O lugar é afeto, sossego, tranquilidade, liberdade, produtividade e fartura. O lugar alagado é rememorado como fator que redefine a nova estruturação que esses grupos sociais acionam atualmente. Ao rememorarem o território alagado, buscam readaptar seus modos de vida no território em disputa. Por isso, memória e lugar se entrelaçam como os motivos que levam a população ribeirinha a permanecer ocupando o acampamento.

As dimensões cosmológicas dos sentidos atribuídos ao rio são defendidas pela comunidade a partir da ancestralidade e pertencimento atribuídos a esse bem comum. O Rio Tocantins ampara as tradições ribeirinha acionadas nos modos de vida dessas comunidades. *“Eu tenho que ficar na beira do rio”*, denota especificamente os processos reivindicatórios dos/as acampados/as na disputa por esses lugares de origem. Em suma, evidencia-se neste estudo a significância que o lugar tem para essas comunidades, sobretudo no exercício da

permanência, sendo a memória fundamental nesse movimento de rememorar o lugar alagado e reconstruir suas estratégias de ocupar a terra em disputa.

A permanência nesse território é ocasionada por inúmeros conflitos. Sejam as disputas judiciais na luta pela terra contra os empreendedores da usina, ou no enfrentamento às mudanças do clima que mudam compulsoriamente as temporalidades do tempo de plantar, do tempo de colher, nas produções realizadas nas roças de toco dos/as acampados/as. A atividade pesqueira também é sentida nesse novo processo de adaptação, com a queda em sua produtividade, a ausência de cardumes, o longo percurso no lago para encontrar o pescado. Os materiais de pesca estão sendo reatualizados para conseguirem seu uso na pesca em um reservatório carregado de troncos de árvores em estado de putrefação, de resíduos tóxicos e do forte banzeiro que se atravessa nas trajetórias da comunidade.

Entre a pesca e a agricultura das roças de toco, novos saberes/fazeres são construídos na comunidade. A vazante é uma tradição cultural da região tocantina, atualmente essa prática agricultável se perdeu em decorrência das modificações nos ciclos naturais do rio, das determinações da APP que proíbe o plantio nas margens do lago e nas novas implicações que o clima tem enfrentado nos últimos tempos. A produção nas roças de toco foi a alternativa encontrada pela comunidade para conseguirem continuar produzindo na terra, mesmo ela sendo arenosa e de difícil produtividade.

O aumento da rede de pesca é outra alternativa que os/as pescadores/as do acampamento encontraram para conseguirem maior quantidade de peixes no lago. A ausência de cardumes e das inúmeras espécies causam danos irreversíveis em relação à renda e manutenção da atividade. Embora compreendamos que essas ferramentas proporcionam formas de continuarem plantando, pescando e criando nesses territórios, é cabível a reflexão sobre o que o futuro reserva para essas comunidades. A tradição da pesca e da agricultura não segue o ciclo ancestral de se perpetuar de geração em geração, os filhos e filhas de pescadores/as e ribeirinhos/as seguem outras profissões e interesses de vida. O empreendimento afeta essa transmissão de saberes, pois as dificuldades que enfrentam para continuarem exercendo seus exercícios culturais desanimam as novas gerações.

Dessa forma, pude compreender a permanência atravessada pelos sentidos do lugar e da memória. As tramas tecidas no território ribeirinho redefinem os significados que o território alagado mantém no imaginário da comunidade. A perda dos Pontos de Pesca ocasiona a necessidade da busca de estarem à beira do rio, inclusive o território definido pela população acampada trata-se da beira do rio. O rio foi o mais afetado após o seu barramento, e os sentidos atribuídos a ele também perpassam as vivências dos/as ribeirinhos/as. A beira do lugar como

lugar de (re)existência afirma a necessidade de permanecerem ocupando os territórios rurais e ribeirinhos, e que suas vivências sejam perpetuadas, mesmo que de formas diferentes, lembrem os espaços de onde viveram antigamente.

Durante todo o percurso de campo, estive imbuído do desejo de entender o que implica a permanência dos/as moradores do acampamento em seu território. De antemão, entendia as disputas contra o CESTE, as incertezas em relação à conquista pela terra, o desânimo em produzir ou buscar investimento em um território de incertezas, pois poderiam ser remanejados a qualquer momento. Ou seja, a luta ocorria sobretudo contra o CESTE, entretanto, isso mudou atualmente. Entre 2023 e 2024, uma nova dinâmica se instaurou dentro da comunidade e isso ocasionou rupturas e disputas internas.

A permanência agora tinha outro algoz. A chegada de “novos ocupantes” e o levante de uma nova liderança acabaram gerando o conflito interno. Com a chegada de Peixoto à comunidade, instaurou-se a ruptura entre acampamento e “povoado”. Ao intimidar, ameaçar a permanência dos/as ribeirinhos/as na comunidade, isso acabou gerando novas organizações internas. Dessa forma, ao se verem ameaçados pela chegada de outras pessoas motivadas por fragilizar a luta coletiva da comunidade, acabaram se aproximando e perpetuando a retomada na luta pela terra. Aqui, a retomada diz respeito às ações coletivas do grupo do Acampamento Coragem que se articularam para formarem uma associação, e com isso, terem respaldo jurídico diante das investidas de Peixoto.

Assim, entendi as dinâmicas da permanência sendo conduzidas por outro viés. Embora o associativismo comunitário ainda esteja em processo de consolidação dentro do Acampamento, foi importante entender que a chegada do outro grupo mobilizou a maioria da comunidade a se resguardar diante de tanta importunação. Dessa forma, entender a organização da comunidade, os deveres e direitos de quem ocupa o território, bem como os sentidos que cada pessoa busca em fazer parte da luta pela terra, atualmente se estrutura através da associação. Isso ficou estabelecido por meio da formalização da ARRTAUHE-MA e das novas demandas tecidas no território atualmente.

A integração com o movimento social e a esfera pública municipal proporcionaram novas formas de reivindicarem melhorias para dentro do território. A busca por energia elétrica, água encanada e auxílio de políticas públicas dentro da comunidade contribuirá para a permanência no território. Cabe ressaltar que o processo de associativismo pode ser mais bem explorado em pesquisas posteriores, pois aqui busquei traçar o que o campo revelou no decorrer da produção de dados. Por meio disso, as novas mobilizações ribeirinhas, os processos de

cadastramentos de futuros sócios, a organização da diretoria e as demandas na estruturação da comunidade podem ser entendidas de forma mais profunda.

Portanto, as políticas públicas a serem implantadas, reivindicadas ou procuradas pela associação demandam de um novo tempo de pesquisa. Aqui compreendemos o associativismo ribeirinho contribuindo no processo de permanência no território, cabe entender como isso poderá fragilizar o outro grupo e ocorrer a retomada da integração de toda a comunidade, como já se percebe recentemente.

As questões levantadas nesses estudos puderam ser contempladas, mas também promoveram novos debates. Assim, o terreno do Acampamento Coragem demonstra sua multiplicidade em seus aspectos culturais, sociais e políticos. O início dessa tese problematizou a continuidade do estudo em um mesmo campo e aqui concluo este estudo, mas não se encerra o campo, pois surgem novas indagações: quais novas mobilizações serão gestadas pela associação da comunidade? Como se estruturarão para que a chegada de novos integrantes não perpetue a perturbação interna? De que forma serão acionados os poderes públicos na reivindicação do acesso às políticas de energia elétrica e água? Como o processo de luta pela terra se desdobrará a partir da instauração do associativismo na comunidade? Para além dessas questões, a questão que percorre o cotidiano de toda a comunidade é: quando o processo judicial da luta pela terra terá resultado?

Essas indagações contribuem para o entendimento de que a luta e as reivindicações da comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem ainda seguirão com muitos desafios. Embora se atravesse o racismo ambiental, a necropolítica e as injustiças e conflitos socioambientais, a conquista da terra possibilitará melhores formas de conduzir suas vidas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural, 2010.
- ACSELRAD, Henri; SILVA, Maria das Graças da. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia: o caso de Tucuruí. In: ZHOURI, Andréa. **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2011.
- ACSELRAD, Henri. Apresentação. IN: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- ACSELRAD, Henri. O “social” nas mudanças climáticas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e5930, maio 2022.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir e Contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. **Terra indígenas e o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito**: análise etnográfica de um conflito socioambiental. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, UnB: Brasília, 2007.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Refugiados do Desenvolvimento”: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Travessia**. Maio-Agosto, 1996, p. 30-35.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais”. **Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, 2004, p. 9-32.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum em conflito. IN: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGAS-UFAM, 2008a, p. 133-178.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos ‘conhecimentos tradicionais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Conhecimento tradicional e biodiversidade**: normas vigentes e propostas. Manaus: PPG-UEA; Fundação Ford; Fundação Universidade do Amazonas, 2008b. p. 11-39.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova cartografia social da Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (Org.) **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, p.28-34, 2013.

ALMEIDA; Rejane Cleide Medeiros de; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. A nova cartografia social como instrumento de resistência: reflexões sobre a história de vida dos camponeses e camponesas na luta pela terra – MST/ Goiás. **Campo - território**: Revista de Geografia Agrária, v.12, n.27, p. 287-308, 2017.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. Buenos Aires: CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2002.

AMARIO, Lucas Moreira. **Territorialidades Ribeirinhas**: conflitos socioambientais da UHE de Estreito no Acampamento Coragem. 2022. 58f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, TO. 2022.

AMARIO, Lucas Moreira; MACHADO, Laylson Mota. Da vazante para roças de toco: os conflitos de UHE de Estreito (MA) na Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem. **Das Amazônias**, 6(01), 213–233, 2023.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: regiões hidrográficas brasileiras. Brasília: Ana, 2015.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Plano estratégico de recursos da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia**: relatório síntese. Brasília: ANA, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

ARAUJO, Amarildo Silva; SIEBEN, Airton. A comunidade de Apinagés em São João do Araguaia, Pará: atingidos pela perspectiva da construção da Usina Hidrelétrica de Marabá. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.38, n.2, p.130-150, 2020.

ARRTAUHE-MA. Associação dos Ribeirinhos do Rio Tocantins Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito -MA. **Ata da Reunião realizada em 15 de setembro de 2024**. Livro 1, p. 03.

AQUILLI, Elena L. Construcción de conocimientos antropológicos y coinvestigación etnográfica. Problemas y desafíos. **Cuad. antropol. soc.** no.45 Buenos Aires jul. 2017

BATISTA, Maria Larissa Bezerra; ALVES, Janaina da Silva; ALVES, Christiane Luci Bezerra; ANDRÉ, Diego de Maria. Análise fatorial e espacial da modernização agrícola no MATOPIBA. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 61(3), 2023.

BECKER, Bertha C. **Desafios e perspectivas da integração regional da Amazônia sul-americana**. Parc. Estrat. Brasília-DF, v. 15, n. 30. Jan-Jun 2010, p. 25-44.

BECKER, Bertha. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil. In: ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. et al. (Orgs.). **50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. p. 201-228.

BECKER, Bertha K. Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 3, p. 783-790, set.-dez. 2012.

BECKER, Bertha. A Amazônia e a política ambiental brasileira. IN: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Lamparina, 2011.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BENTES, Elizabet dos Santos; SANTANA, Antônio Cordeiro de; ALMEIDA, Oriana Trindade de; SANTANA, Ádamo Lima de. A pesca artesanal a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17 n. 2, p. 167-187, dez. 2014.

BERGSON, Henri. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Revista Estudos Avançados**, v. 21, 59, abril. p. 139-153, 2007.

BERMANN, Célio. **Energia no Brasil, para quê? e para quem?** Crise e alternativa para um país sustentável. Editora Livraria da Física, 2001.

BRAGA, Antônio. A pedra, a informante e o etnógrafo: ou sobre quando as expectativas das nossas idas a campo não se realizam. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 35, p.44-62, 2015.

BRASIL. Agência Nacional das Águas – ANA. **Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934**. Dispõe sobre o Código de Caça e Pesca. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1934.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007.

BRASIL. **Lei Nº 11.699, de 13 de junho de 2008**. Dispõe sobre as Colônia, Federações e Confederação Nacional dos pescadores. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. **Lei Nº 12. 651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Pesca artesanal legal: pescador da região Sul/Sudeste: conheça seus direitos e deveres / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais.** – Brasília: MPF, 2017.

BRITO, Eliseu Pereira de; SHIMASAKI, Matheus Miranda. Territórios e identidades dos ribeirinhos pescadores vazanteiros do rio Araguaia em Araguatins, Tocantins, **Confin: Revista franco-brasileira de geografia**, n. 48, 2020.

BRONZ, Deborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

BRUM, Eliane. **Banzeiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia centro do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo.** São Paulo/Brasília: UNESP/Paralelo 15. Pp. 17-35. 1998.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, Graziane de Araújo Pitombeira. **Da Ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão: alterações nos modos de vida após a implantação da UHE/Estreito (MA), em 2012.** 2018. 175f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2018.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologia & Antropologia**. V.04, p. 129-158, 2012.

CASTRO, Vonínio Brito de; BARROS, Flávio Bezerra; MARÍN, Rosa Elizabeth Acevedo; RAVENA, Nirvia. Os vazanteiros, a agricultura de vazante e as barragens da destruição no Médio Rio Tocantins: perspectivas etnoecológicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, fevereiro de 2018, vol. 26, n. 1, p. 65-102.

CASTRO, Vonínio Brito de Castro; BARROS, Flávio Bezerra Barros. “A barragem não serve para nós”: o inconformismo dos vazanteiros pescadores com as indenizações na região do Médio Rio Tocantins”, **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, (julio-septiembre 2017).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 2014.

CESTE. **Resgate de peixes entre as ensecadeiras da UHE é realizado com sucesso.** 15 de abril de 2010. Disponível em: <https://uhe-estreito.com.br/noticias/ceste-online/144-resgate-de-peixes-entre-as-ensecadeiras-da-uhe-estreito-e-realizado-com-sucesso.html> Acesso em: 07/10/2024.

CESTE. Consórcio Estreito Energia. **Linha do Tempo.** Disponível em: <https://uhe-estreito.com.br/o-emprego/linha-do-tempo.html> Acesso em: 19/11/2024.

CLEMENTE, Ligia Regina Guimaraes. **Entre fluxos e comportas: tensões comunicacionais e cidadania no licenciamento ambiental da UHE de Estreito**. 2023. 248f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás: UFG, Goiânia, GO, 2023.

CNEC. **Estudos de Viabilidade da UHE Estreito**: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, 2001.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “Etnógrafo nativo ou nativo etnógrafo?” uma (auto) análise sobre a relação entre pesquisador e objeto em contextos de múltiplas pertencas ao campo. **Revista de Antropologia da UFSCar**, 8 (1), jan./jun. 2016.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “**Sossega moleque, você agora mora em condomínio**”: segregação, gestão e resistências nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro. Curitiba, PR: Apris, 2018.

COVER, Maciel; SANTOS, Chirlene Alves dos. Gerações, identidades e saberes: um olhar sobre a comunidade Ilha Verde – Babaçulândia/TO. In: BARCELLOS, Sérgio Botton (Org.). **Juventude rural e conflitos socioambientais no Brasil: existências e resistências**. Curitiba: Apris, 2021.

CHIZENGA, Anselmo Panse; BLANCO, Gabriela; ALMEIDA, Jalcione. A categoria de lugar e sua relevância para as ciências sociais: uma reflexão a partir de conflitos ambientais em Moatize (Moçambique) e Araxá (Brasil), **Horizontes Antropológicos**, 63 | -1, 359-396.

CURVINA, Erika Joselma Silva; MOREIRA, Edma do Socorro Silva. O deslocamento compulsório ex situ provocado pela Hidrelétrica de Tucuruí em Jacundá (PA): uma reconstrução a partir da memória. **Revista IDeAS**, Rio de Janeiro, volume 13, 1-18, jan./dez. 2019.

CUNHA, Manoela Carneiro da; Almeida, Mauro W. B, “Populações tradicionais e conservação ambiental. IN: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify, 2009, p. 277-300.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, 6, 2003, p. 9-25.

DEVOS, Rafael Victorino. Porto Alegre sob(re) as águas: memória ambiental em tempos de antropoceno. In: ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia (Org.). **Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas**. Brasília, DF: ABA Publicações, 2021, p. 157-186.

DEVOS, Rafael Victorino; SOARES, Ana Paula Marcante; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Habitantes do Arroio: memória ambiental águas urbanas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 22, p. 51-64, jul.-dez. 2010.

DEVOS, Rafael Victorino. A memória ambiental de cronistas e “memorialistas”. **Mouseion**. Canoas, v. 2, n. 3, p. 64-90, 2008.

DIAS, Lucas André da Luz Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. A inserção do Rio Tocantins na política hidroelétrica brasileira (1984-2012). **Temporalidades – Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 40, v. 15, n. 2 (Out. 2023/Mar. 2024).

ESCOBAR, Arturo. O Lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: a Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. Edgardo Lander (org) Colección Sur Sur. CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005. p. 133-16.

ESCOBAR, Arturo. Lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69- 86.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.

ESCOBAR, Arturo. **Más allá del Tercer Mundo: globalización y diferencia**”. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, ICANH, 2012.

FACHIN, Paulo Angelo. **Relação entre pousio e reestabelecimento de propriedades físico-químicas do solo em agricultura de roça-de-toco**. 2015. 79f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO: Guarapuava, 2015.

FEARNSIDE, Philip M. **Desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia: Impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FERNANDES, Reginaldo Soares. **Pesca artesanal na região de Tocantinópolis (TO): territorialidades das comunidades pesqueiras, saberes sociais e conflito ambiental**. Editora Dialética: EDUFNTE, 2024.

FERREIRA; Lara Cristine Gomes; SENA, Caio César Alencar de. A configuração da Ferrovia Norte-Sul e os desdobramentos socioespaciais nas mesorregiões Centro e Norte de Goiás. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 12, n. 2, ago/2018, p. 205-227.

FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito Ambiental e Cosmopolíticas na Amazônia Brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva**. 2017. 320f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS: Porto Alegre, RS, 2013.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PEMEBIDA; Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Revista Brasileira de Sociologia**. V. 5, p. 219-253, 2014.

FLEURY, Lorena Cândido; MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung.; TADDEI, Renzo. Mudanças climáticas, ciência e sociedade. **Sociologias**, [S. l.], v. 21, n. 51, 2019.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. IN: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: o curso no Collège de France (1975-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, p.285-315, 1999.

FRAVRET-SAADA, Jeanne. “**Ser afetado**”. Tradução Paula Serqueira, Revisão Tânia S. Lima. Cadernos de Campo. 13: 155-161. 2005.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? IN: RICARDO, Fany (Org.) **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: os desafios das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. IN: GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 03-21.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. **Raízes**, Revista de Ciências Sociais e Econômicas, vol. 34, n o 2, Campina Grande, PB, UFCG, julho-dez. 2014, pp.08-16.

GOLDMAN, Marcio. (2003), “Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia”. **Revista de Antropologia (USP)**, v. 46, nº 2: 2002, 445-476.

GOMES, Cicera Maria dos Santos. Associativismo e ambientalismo: a construção da barragem de Pirapama numa perspectiva de gênero. **Raízes**, Campina Grande, v. 35, n. 2, p. 114-128, jul./dez. 2015.

GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v.7, n.13, Jul./Dez.2015.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural da Amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, 1984, p. 223-244.

GUEDES, André Dumas. Lutas por terra e território, desterritorialização e território como forma social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.18, n.1, p.23-39, 2016.

HALBWCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro: 2006.

HALBWACHS, Maurice. **Os quadros sociais da memória**. Curitiba: Antonio Fontoura, 2023.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.3, n.1, Artigo 2, jan./ abril 2008

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. Editora Perspectivas, 2020.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações** (Campo Grande), v. 17, n. 1, p.66-76, fev. 2016.

LISBOA, Josefa Bispo de. Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política (um estudo da Coopertreze e das Associações Comunitárias em Lagarto e Salgado). IN: MENEZES, Ana Virgínia Costa de; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira (org.). **Linhas geográficas**. Aracajú: Programa Editorial NPGeo/UFS, 2001. 465 p. (Série Dissertações).

LISTEMANI, Mariane Gonçalves. **Atributos do solo em uma cronossequência do sistema roça de toco**. 2017. 77f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC: Florianópolis, 2017.

LITTLE, Paul Elliot. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**. N. 322, Brasília: UNB, 2002.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, 2006, p. 85-103.

LÓPEZ, Julio Itzayán Anaya. **A Resex Tauá-Mirim como expressão do conflito das linguagens de valoração**: racismo ambiental, necropolítica e des-envolvimento. 2024. 181f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, UFMA: São Luís, 2024.

LOUREIRO, Carlos Frederico B; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, vol. 01, n. 11, 2013, p. 53-71.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia do século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**. São Paulo. Jul-Dez, 2012.

LUCENA, Mariane Emanuelle da Silva; ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de; SILVA, Maria dos Anjos Nunes da. Babaçulândia e Filadélfia (TO): territórios impactados pela Barragem do Estreito e a PNSIPCFA. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira; PESSOA, Varina Matos; TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo (Orgs). **Campo, floresta e águas**: práticas e saberes em saúde [online]. Brasília: Editora UnB, 2017, pp. 315-335.

LUCENA, Mariane Emanuelle da Silva. **Tecendo Fios e Saberes**: experiência das arpilleras e as mulheres atingidas pela UHE-Estreito (MA). 2020. 162f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2020.

MAB NACIONAL. **8º Encontro Nacional do MAB**. 15 de março de 2021. Disponível em: <https://mab.org.br/timeline/8o-encontro-nacional-do-mab/> Acesso em: 28/08/2023.

MAB NACIONAL. **Atingidos pela UHE de Estreito realizam marcha por Direitos Humanos**. 02 de agosto 2010a. Disponível em: <https://mab.org.br/2010/08/19/atingidos-pela-uhe-estreito-realizam-marcha-por-direitos-em-tocantins/> Acesso em: 03/01/2024.

MAB NACIONAL. **Atingidos por barragem continuam marcha por direitos**. 30 de agosto de 2010b. Disponível em: <https://mab.org.br/2010/08/30/atingidos-pela-uhe-estreito-continuam-marcha-por-direitos/> Acesso em: 18/03/2024.

MAB NACIONAL. **Marcha dos atingidos chega a Estreito**. 2 de setembro 2010c. Disponível em: <https://mab.org.br/2010/09/02/marcha-dos-atingidos-chega-estreito/> Acesso em: 20/04/2024.

MAB NACIONAL. **Atingidos por barragens reforçam acampamento de 9 meses no Tocantins**. 16 de março de 2010d. Disponível em: <https://mab.org.br/2010/03/16/atingidos-por-barragens-refor-am-acampamento-9-meses-no-tocantins/> Acesso em: 01/05/2024.

MAB NACIONAL. **Atingidos por Estreito entregam pauta a presidenta Dilma**. 21 de outubro de 2012. Disponível em: <https://mab.org.br/2012/10/21/atingidos-por-estreito-entregam-pauta-presidenta-dilma/> Acesso em: 13/11/2024.

MAB NACIONAL. **Atingidos trancam hidrelétrica de Estreito, em Tocantins**. 11 de julho de 2013. Disponível em: <https://mab.org.br/2013/07/11/atingidos-trancam-hidrel-trica-estreito-em-tocantins/> Acesso em: 13/11/2024.

MAB NACIONAL. **Lei nº 14.755, de 15 de dezembro de 2023 – PNAB**. 03 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://mab.org.br/publicacao/lei-no-14-755-de-15-de-dezembro-de-2023-pnab/> Acesso em: 18/02/2024.

MAB NACIONAL. **MAB realiza mobilização nacional para cobrar implementação política de direitos dos atingidos**. 06 de março de 2024. Disponível em: <https://mab.org.br/2024/03/04/mab-realiza-mobilizacao-nacional-para-cobrar-implementacao-politica-de-direitos-dos-atingidos/> Acesso em: 09/05/2024.

MBEMBE, Achille. (2016). Necropolítica: biopoder, soberania, estado exceção, política da morte. **Arte & Ensaios**. revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro 2016.

MACHADO, Laylson Mota. **O Acampamento Coragem: impactos, conflitos e percepções em torno da Usina Hidrelétrica de Estreito – MA**. 2017. 82 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Tocantinópolis, TO, 2017.

MACHADO, Laylson Mota; ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de. O Acampamento Coragem e os impactos gerados pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA): narrativas e resistências. **Fênix** (UFU. Online), v. 17, p. 137-155, 2020.

MACHADO, Laylson Mota. “**A beira do rio é o nosso lugar**”: os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e a vida ribeirinha no Acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins (TO). 2020. 138f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2020.

MACHADO, Laylson Mota; SIEBEN, Airton. A Representação Feminina no Acampamento Coragem e a Desterritorialização ocasionada pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). **Humanidades & Inovação**, v.6, p. 280-291, 2019.

MACHADO, Laylson Mota; SIEBEN, Airton.; ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de. MEMÓRIAS ALAGADAS: nova cartografia social dos impactos causados pela UHE de Estreito à comunidade ribeirinha de Palmeiras do Tocantins-TO. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 16, n. 41, p. 186-211, ago., 2021.

MACHADO, Laylson Mota. Um Território em Disputa: a Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e os efeitos à população ribeirinha do Acampamento Coragem (TO). In: Flávia Cristina Silveira Lemos. (Org.). **Territorialidades nômades em resistências à precarização da vida: Tecendo o cuidado em saúde mental e coletiva**. 18ed. Curitiba: Editora CRV, 2023, p. 385-404.

MACHADO, Laylson Mota; SIEBEN, Airton; OLIVEIRA, Gerson da Siva; AMARIO, Lucas Moreira. Conflitos Socioambientais e Territorialidades em Disputa: percepções da população ribeirinha do Acampamento Coragem sobre a UHE de Estreito (MA). **Novos Rumos Sociológicos** (NORUS), v. 11, p. 153-184, 2023.

MACHADO, Laylson Mota; SIQUEIRA, Gabriela Pecantet. Plantar, colher e resistir: mulheres ribeirinhas na luta por terra. IN: SPOLLE, Marcus Vinicius et al (Org.). **Anais da I Semana Integrada [livro eletrônico]: VIII Jornada Brasileira de Sociologia e XIV Semana Acadêmica das Ciências Sociais**. Santa Maria, RS: Arco Editores, 2024, p. 207-219.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa; SILVA, Ygor Yuri Pereira; VIDAL, Cleice da Luz. Não há peixe para pescar neste verão: efeitos socioambientais durante a construção de grandes barragens – o caso de Belo Monte. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v.37, p. 11-134, 2016.

MALHEIROS, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação**. In.: DURHAN, E. R. (org). Bronislaw Malinowski. São Paulo: Ática, 1986.

MARINHO, Leilane. Peixes morrem na UHE de Estreito. **O Eco**. 01 de abril de 2011. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/24931-peixes-morrem-na-uhe-de-estreito/> Acesso em: 24/10/2024.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2017.
- MATOS, Julia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **História**, Rio Grande, 2, p. 95- 108, 2011.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MEIHY, José Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e Narrativas**. São Paulo: Contexto, 2020.
- MORAIS, Joelia Bezerra de. **Memórias da Vila: a Ponte Juscelino Kubitschek e o processo de emancipação da Vila Paranaidiji (1961/1982)**. 2012. 100f. Monografia (Curso de História) – Universidade Estadual do Maranhão, UEMA: São Luís, 2012.
- MOREIRA, Antônio Domingos; SANTOS, Arlete Ramos dos; LUCENA, Emerson Antônio Rocha Melo de. O associativismo no município de Riacho de Santana – BA: desafios e perspectivas para o crescimento, **Revista Brasileira de Educação do Campo**. V.6, 2021.
- MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **Arenas, repertórios e ações: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro**. 2015. 142f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, UFMA: São Luís, MA, 2016.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Gerson da Silva. **A Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem e os Efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)**. 2021. 62f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, TO. 2021.
- OLIVEIRA, Lourdes Antônia da Silva. **Ferrovias Norte-Sul e os impactos econômicos dos terminais multimodais nos municípios do tramo Norte**. 2021. 109f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Universidade Federal do Goiás: UFG, Goiânia, GO, 2021.
- OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, p. 315-346, mai-ago 2018.
- PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. IN:PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tânia; LEROY, Jean Pierre. **Injustiça Ambiental e saúde no Brasil o mapa de conflitos**. Ed. Fiocruz. 2013, p.73-114.
- PALMEIRAS DO TOCANTINS. **Certidão de Inteiro Teor**. Registro Civil de Pessoas Jurídicas – Livro A. Registro nº49, 25 de junho de 2024.
- PAULA, Rute Barbosa de; BERNARDI, Luci dos Santos; SOUZA, Maria de. Kairós e Chronos: sobre os tempos e a cosmologia Kaigang. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 21, n. 45, p. 87-114, maio/ago. 2021.

PAULO, Grazielle da Silva de; MADEIRA, Jessica Correa Ferreira; MATOS, Samuel Alves de; SOUSA, Janaína Stella de. Estudo sobre a Ferrovia Norte Sul na atualidade. In: AGUIAR; João José Ferreira; RAMALHO, Mario Lamas; ROSSONI, Claudio Farias (Org.). **Coletânea Logística**: publicação acadêmica 2022. Jundiaí: Edições Brasil/UniEditoras, 2022.

PEREIRA, Jaciene. **O atual modelo energético e a gestão ambiental no Brasil**: uma análise a partir do caso da UHE-Estreito e os impactos socioespaciais em Carolina-MA. 2015. 174f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão: UEMA, São Luís, MA, 2015.

PEREIRA, Waldemar Gomes. **Meu pé de tarumã florido**. Imperatriz: Ética, 1997.

PERONI, Nivaldo. Agricultura dos pescadores. In: Begossi, A. (Org.). **Ecologia de pescadores da mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Ucitec, 2004.

PINTO, Lúcio Flávio, **Hidrelétricas na Amazônia**: predestinação, fatalidade ou engodo? Belém: Edição Jornal pessoal, 2002.

POCHMAN, Marcio. Políticas Públicas e situação social da primeira década do século XXI. IN: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 145-156.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tânia; LEROY, Jean Pierre. **Injustiça Ambiental e saúde no Brasil o mapa de conflitos**. Ed. Fiocruz. 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios**: a experiência latino americana e caribenha. CLACSO: Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 25-40, 1997.

ROCHA, Judite da. **Usina Hidrelétrica de Estreito e desterritorialização**: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas. 2016. 126f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

ROCHA, Ana Luísa Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: Saberes e práticas. **Revista Iluminarias**, v. 9, n. 21, 2008.

ROCHA, Cirineu da; MALHEIRO, Bruno Cezar. Dinâmicas territoriais no processo de construção da UHE-Estreito. IN: SILVA JÚNIOR, Amintas Lopes da. et al (Orgs.). **Educação do campo, agroecologia e questão agrária**: a experiência do curso de resistência agrária na construção do Iala Amazônico. Marabá, PA: iGuana, 2018, p. 145-157.

SALMI, Frederico; FLEURY, Lorena Cândido. Sociologia da utopia crítica no nexos das mudanças climáticas. **Tramas y Redes**, (3), 91-111, 2022.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; CARDOSO, Rosiane Mendes. O Sistema Mina-Ferrovia-Porto e as lutas territoriais no Maranhão. IN: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paolo;

CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume Editora, 2016, p. 181-201.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Mina-Ferrovia-Porto: no “fim de linha”, uma cidade em questão. IN: ZHOURI, Andréa (Org.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá, PA: Editorial iGuana, ABA, 2018, p. 262-303.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; RIGOTTO, Raquel Maria. **Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2020.

SANTANA, Daiane. 35 toneladas de peixes morrem na UHE-Estreito. **Vivo Verde**. 18 de abril de 2011. Disponível em: <https://vivoverde.com.br/35-toneladas-de-peixes-morrem-na-uhe-estreito/> Acesso em: 24/10/2024.

SANTIAGO, Carlos Leen. **O Estreito Desenvolvimento: história dos conflitos socioambientais da barragem**. Imperatriz, MA: Ética, 2014.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora, 2023.

SANTOS, Valclides Kid Fernandes dos. **Educação e Produção Agrícola em Sociedades Tradicionais: uma perspectiva de associativismo na comunidade Nossa Senhora Aparecida – Coari-AM**. 2016. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: UFRRJ, Seropédica, RJ, 2016.

SANTOS, Eliane Silva dos. **Políticas Públicas e Associativismo no Espaço Rural: análise comparativa dos resultados dos Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacia II- Acesso ao mercado nos municípios de Rancharia e Dracena (SP)**. 2020. 396f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista: UNESP, Presidente Prudente, SP, 2020.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. MATOPIBA: uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de “cerrados”? **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 245, p. 570-600, set./dez., 2018.

SANTOS, Vinicius Cirqueira dos; SILVA, Roberta Araújo e; MACIEL, Girlene Figueiredo. Detecção de tendências na estação chuvosa do estado do Tocantins. **DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, vol. 11, n. 3, 2024.

SANTOS, Priscilla Ribeirio dos; TEIXEIRA, Alex Niche. As sociologias da pandemia: contribuições sobre a Covid-19 e sociedade. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 24, n. 60, mai-ago 2022, p. 18-30.

SIEBEN, Airton. **Estado e Política Energética: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito**. 2012. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia: UFU, Uberlândia, MG, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma Abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Sevério (Org.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008, p.73-94.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. **Memória, dádiva e distopia**: impactos socioambientais da UHE de Estreito sobre a Ilha de São José – TO. 2014. 178f. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) - Universidade Federal do Pará: UFPA, Bragança, PA, 2014.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. **Os que chegam e os que saem**: memória e identidade nos des-locamentos provocados pela UHE de Estreito – MA/TO (2007/2012). 2021. 308f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará: UFPA, Belém, PA, 2021.

SILVA, Súsie Fernandes Santos. **A reterritorialização dos barqueiros de Babauilândia (TO) atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)**. 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins: UFT, Araguaína, TO, 2017.

SILVA, Neila Soares da. **Uma Volta Redonda**: assentados da reforma agrária, corporações transnacionais e o Estado brasileiro na “Era Lula” durante a construção da barragem de Estreito, Rio Tocantins (MA/TO). 2019. 234f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas: UNICAMP, Campinas, SP, 2019.

SILVA, Lays Helena. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **E-cadernos CES** [Online], v. 17, 2012.

SOARES, Pedro Paulo. Memória Ambiental das águas urbanas da bacia do Una, em Belém (PA). In: ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia (Org.). **Tempo e memória ambiental**: etnografia da duração das paisagens citadinas. Brasília, DF: ABA Publicações, 2021, p. 295-323.

SOUSA, Emilene Leite de. As crianças e a etnografia: criatividade e imaginação na pesquisa de campo com crianças. **Iluminuras**, Porto Alegre, v.16, n.38, p.140-164, 2015.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Espaço & Geografia**, vol.16, n. 2, 2013.

SUZUKI, Júlio César. **De povoado a cidade**: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. 1996. 237f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: USP, São Paulo, SP, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 2013.

TURRA NETO, Nécio. Espaço e lugar no debate sobre território. **Geograficidade**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 52-59, 2015.

ULLER-GÓMEZ, Cíntia; DOROW, Reney; STERN, Ironete Lenir; BAUER, Eliane. Da reinterpretação de sistemas tradicionais de uso da terra à construção social de mercados com os agricultores familiares da roça de toco de Biguaçu-SC. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18 n. 1, p. 65-87, jan-jun. 2015.

VALENCIO, Norma. Conflitos ambientais no Velho Chico: o modus operandi da desacreditação pública da pesca artesanal. IN: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG 2010, p. 202-223.

VALLADARES, Lícia P. “**Os dez mandamentos da observação participante**”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 22(63):153-155, 2007.

VALVERDE, Orlando. A rodovia Belém-Brasília. Brasileira de Geografia, **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, ano 1972, nº1, v34.

VELHO, Octávio Guilherme. Marcha para o Oeste. A fronteira e o campesinato. In: _____. **Capitalismo Autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 128-148; 182-211.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: E. de O. Nunes (org.), **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). **Vidas Alagadas: conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: UFV, 2008, p.39-63.

VIANA, Edna Maria de Faria; MARTINEZ, Carlos Barreira; MARQUES, Marcelo Giulian. Mapeamento do campo de velocidades no mecanismo de transposição de peixes do tipo ranhura vertical construído na UHE de Igarapura. **RBRH — Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Volume 12 n.1 Jan/Mar 2007, 5-15.

VIEIRA, Renata Carolina Corrêa. Em busca de um conceito: o uso estratégico da categoria “povos e comunidades tradicionais” na luta por direitos socioambientais. **Revista InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**. Brasília, v,5, n.1, 2020.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: UBU Editora, 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 1, 2013.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

ZAGALLO, Ana Daisy Araújo. **No banheiro do lago: a (in)sustentabilidade do turismo na representação dos barqueiros atingidos pela UHE Estreito em Babaçulândia – TO.** 2018. 167f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins: UFT, Palmas, TO, 2018.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental.** Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2014.

ZHOURI, Andréa. Belo Monte: crise do sistema ambiental e da democracia. IN: ZHOURI, Andréa (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais.** Brasília: DF, ABA, 2012, p. 45-65.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Rachel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente e Sociedade**, v. 10, n. 2, pp. 119-135, 2007.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG 2010.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. IN: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG 2010, p. 439-462.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; LASCHEFSKI, Klemens. A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha – MG. **Anuário Antropológico**, Brasília, UnB, 2011, v.36, n.2: 23-53.

ZHOURI, Andréa, et al. O desastre do Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão dos afetos. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil.** Marabá, PA: Editora iGuana, ABA, 2018.

ZITZKE, Valdir Aquino. **A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica de Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas.** 2007. 316f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Santa Catarina: UFSC, Florianópolis, SC, 2007.